

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA**

**ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS E DESENVOLVIMENTO RURAL
NO ESTADO DO PARANÁ**

Marcelino de Souza

Orientador: **Sônia M. P. P. Bergamasco**

Co-Orientador: **José Graziano da Silva**

Tese de Doutorado

Campinas - SP Brasil

2000

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA**

ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS E DESENVOLVIMENTO RURAL NO ESTADO DO PARANÁ

Marcelino de Souza

Orientador: **Sônia M. P. P. Bergamasco**

Co-orientador: **José Graziano da Silva**

Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Engenharia Agrícola como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutor em Engenharia Agrícola.

Área de Concentração:
Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Campinas – SP Brasil

2000

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DA ÁREA DE ENGENHARIA - BAE - UNICAMP

So59a Souza, Marcelino de
Atividades não-agrícolas e desenvolvimento rural no Estado
do Paraná / Marcelino de Souza.--Campinas, SP: [s.n.], 2000.

Orientadores: Sônia Maria P. P. Bergamasco, José
Graziano da Silva.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Faculdade de Engenharia Agrícola.

1. Desenvolvimento rural - Paraná - PR.
3. Desenvolvimento rural - Aspectos econômicos.
I. Bergamasco, Sônia Maria P.P. II. Silva, José Graziano da.
III. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de
Engenharia Agrícola. III. Título.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE ENGENHARIA AGRÍCOLA**

ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS E DESENVOLVIMENTO RURAL NO ESTADO DO PARANÁ

Marcelino de Souza

Tese de Doutorado defendida e aprovada, em 20 de outubro de 2000, pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dra. Sônia M. P. P. Bergamasco, Presidente
FEAGRI - UNICAMP

Prof. Dr. Sérgio Schneider
UFRGS

Pesquisador Dr. Antônio Carlos Laurenti
IAPAR

Pesquisador Dr. Clayton Campanhola
EMBRAPA – CNPMA

Prof. Dr. João Luiz Cardoso
FEAGRI - UNICAMP

Prof. Dra. Vera Lúcia Graziano da Silva Rodrigues (Suplente)
PUC - Campinas

AGRADECIMENTOS

À Universidade Estadual de Ponta Grossa por conceder-me licença das minhas atividades docentes.

À CAPES pela concessão da bolsa de estudo PICDT a qual permitiu a boa realização deste estudo.

Ao Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa pela cessão dos questionários da pesquisa cujos resultados são apresentados no apêndice dessa tese.

Ao Instituto de Economia da UNICAMP, em especial ao Núcleo de Economia Agrícola e ao Projeto RURBANO, pela utilização das informações reprocessadas, pelo apoio e o tratamento dispensado.

À Faculdade de Engenharia Agrícola da UNICAMP, em especial ao Departamento de Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável.

À professora Dra. Sônia M. P. P. Bergamasco agradeço ao acolhimento ao curso de Pós-Graduação e acompanhamento desta tese.

Ao professor Dr. José Graziano da Silva ao constante estímulo, firmeza e dedicação com que co-orientou incansavelmente a pesquisa.

Ao Dr. Mauro E. Del Grossi por acompanhar-me desde o início desta pesquisa sempre com comentários e sugestões valiosos.

Ao Professor José Raulindo Gardino por assumir minha disciplina permitindo assim, que pudesse finalizar nos prazos esta tese.

Ao estatístico Carlos A. H. Contreras e ao estagiário Christian F. Pereira do projeto RURBANO os quais foram muito prestativos quando do reprocessamento e da confecção das tabelas utilizadas neste estudo.

Ao economista Eziqiel Guerreiro e ao técnico agrícola Roger Milléo pela cessão do rico banco de dados da pesquisa realizada pelo IAPAR.

À professora Marisa Rossetto pela paciência e o cuidado manifestados até o momento que essa tese adquirisse a sua forma final.

Finalmente, expresso meus sinceros agradecimentos a todos que me apoiaram durante a elaboração deste estudo.

SUMÁRIO

Lista de Tabelas.....	x
Lista de Quadros.....	xiv
Lista de Ilustrações.....	xiv
Resumo.....	xv
Summary.....	xvi
Introdução.....	1
Objetivos do estudo.....	6
Objetivo geral.....	6
Objetivos específicos.....	6
Principais hipóteses da pesquisa.....	7
1. Do desenvolvimento agrícola ao desenvolvimento rural no Paraná	
1.1 Introdução.....	9
1.2 A evolução histórica do desenvolvimento agrícola e rural no Paraná.....	10
1.2.1 A ocupação e o surgimento de economias de bases extrativistas.....	10
1.2.2 A passagem da economia de base extrativista para a cafeeira.....	18
1.2.3 Desenvolvimento agrícola, diferenciação e <i>desdiferenciação</i> social.....	22
1.2.4 Uma nova abordagem de regionalização do Paraná nos anos 90.....	33
1.2.5 O direcionamento a uma política de desenvolvimento rural.....	35
2. As dinâmicas das ocupações das pessoas agrícolas e rurais	
2.1 Introdução.....	41
2.2 Nota metodológica: as novas aberturas geográficas.....	45
2.3 Evolução da PEA rural e agrícola: Paraná, anos 90.....	51
2.3.1 A PEA agrícola e rural.....	51
2.3.2 Os ramos de atividades principais.....	58
2.3.3 Os setores de atividades principais.....	63
2.3.4 As posições nas ocupações principais.....	69
2.3.5 As ocupações principais.....	73
2.4 Resumo e conclusões.....	77

3. Ocupação e renda nas famílias agrícolas e rurais: Paraná, 1992-98	
3.1 Introdução.....	85
3.2 As ocupações nas famílias agrícolas e rurais.....	87
3.2.1 Evolução das pessoas ativas das famílias.....	101
3.2.2 Evolução do número médio de pessoas ativas.....	106
3.3 A evolução das rendas nas famílias agrícolas e rurais.....	112
3.3.1 Evolução das rendas médias familiares.....	115
3.3.2 A evolução das rendas “ <i>per capita</i> ”.....	130
3.3.3 A relação entre renda e área entre as famílias.....	134
3.4 Resumo e conclusão.....	140
4. As políticas estaduais de desenvolvimento agrícola e rural	
4.1 Introdução.....	147
4.2 A evolução da noção de desenvolvimento agrícola e rural: anos 50 a 90.....	149
4.2.1 A emergência da noção de desenvolvimento rural: os anos 70.....	158
4.2.2 Anos 80 e 90: neoclassicismo, desenvolvimento local e sustentabilidade.....	162
4.3 As políticas de desenvolvimento agrícola e rural dos 70 e 80.....	164
4.3.1 PRORURAL: prosseguimento da diferenciação social.....	167
4.3.2 PARANÁ-RURAL: desenvolvimento local ou internalização dos impactos?.....	171
4.4 Anos 90: Uma nova geração de política rural?.....	180
4.4.1 O programa Paraná-12 Meses.....	180
4.4.2 O programa “Vilas Rurais”: uma política não-agrícola com viés agrícola.....	184
4.4.3 A fundamentação do programa de Vilas Rurais.....	186
4.4.4 Resultados de avaliações do programa.....	188
4.4.4.1 Avaliação “ <i>ex-ante</i> ” do programa Vilas Rurais.....	188
4.4.4.2 Outros resultados de avaliação das Vilas Rurais.....	190
4.4.4.3 Resultados preliminares da avaliação “ <i>ex-post</i> ”.....	199

4.4.5 Considerações finais: qual é o futuro do programa?.....	201
4.5 Resumo e conclusão: desafios das políticas rurais.....	205
5. Considerações Finais e Conclusões.....	217
6. Referências Bibliográficas.....	229
7. Apêndice: pluriatividade e desenvolvimento rural no distrito de Itaiacoca	
7.1 Introdução.....	247
7.2 Descrição de algumas comunidades pesquisadas.....	248
7.3 Nota metodológica.....	258
7.4 Caracterização geral dos grupos familiares (primeira pesquisa).....	261
7.4.1 A condição de ocupação e sexo nos distintos grupos familiares.....	262
7.4.2 Os ramos de atividade das pessoas nas famílias.....	265
7.4.3 As ocupações das pessoas economicamente ativas nas famílias.....	269
7.4.4 O número médio de pessoas nas famílias.....	271
7.4.5 Os estratos de grau de instrução das pessoas nas famílias.....	273
7.4.6 Os estratos de área total das explorações nas famílias.....	276
7.4.7 A produção agropecuária das famílias.....	279
7.5 Caracterização geral dos grupos familiares (segunda pesquisa).....	281
7.5.1 O número médio de pessoas ativas.....	282
7.5.2 A atividade agrícola principal nas famílias.....	284
7.5.3 Estratos de área total das famílias.....	285
7.5.4 A composição das rendas médias e a renda familiar.....	286
7.5.5 A composição percentual médio das rendas.....	289
7.5.6 Percentagem média da renda de autoconsumo.....	290
7.5.7 A renda <i>per capita</i> média das famílias.....	292
7.5.8 A relação entre as rendas médias e os grupos de área total.....	294
7.5.9 Indicadores socioeconômicos das famílias.....	296
7.6 Resumo e conclusões.....	299
8. Anexo Metodológico.....	303

LISTA DE TABELAS

1. População ocupada segundo a área censitária da amostra e ramos de atividades. PEA restrita. Paraná, 1992-98. (1.000 pessoas).....	51
2. População ocupada segundo a área censitária da amostra, nova situação do domicílio e ramos de atividades. PEA restrita. Paraná, 1992-98. (1.000 pessoas).....	52
3. População de 10 anos ou mais de idade segundo a área censitária dos domicílios, nova situação dos domicílios e condição de ocupação. Paraná, 1992-98. (1.000 pessoas).....	54
4. População de 10 anos ou mais de idade segundo a área censitária dos domicílios, nova situação dos domicílios e condição de ocupação. Paraná, 1992-98. (1.000 pessoas).....	55
5. População ocupada segundo a área censitária dos domicílios e ramos de atividades. Paraná, 1992-98. PEA restrita (1.000 pessoas): Região Metropolitana e Não-Metropolitana.....	58
6. População ocupada segundo a área censitária dos domicílios, situação dos domicílios e ramos de atividades. Paraná, 1992-98. PEA restrita (1.000 pessoas): Região Não-Metropolitana.....	60
7. Evolução da população ocupada segundo a área censitária, situação de domicílio, ramos e setores de atividades. PEA restrita. Paraná, 1992-98. (1.000 pessoas).....	65
8. População ocupada segundo a área censitária, situação dos domicílios, ramos de atividades e posição na ocupação. Paraná, 1992-98. PEA restrita. (1.000 pessoas).....	69
9. População ocupada segundo a área censitária, nova situação dos domicílios, ramos de atividades e posição na ocupação. Paraná, 1992-98. PEA restrita. (1.000 pessoas).....	71
10. Evolução da população ocupada segundo a área censitária, situação de domicílio, ocupações principais agregadas. PEA restrita. Paraná, 1992-98. Não-Metropolitano. (1.000 pessoas).....	74

11. Distribuição dos tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio: Paraná, 1998 (1.000 famílias).....	89
12. Distribuição dos tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio: Paraná, 1992-98 Total Geral (1.000 famílias).....	92
13. Distribuição dos tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio: Paraná, 1992-98 Metropolitano e Não-Metropolitano (1.000 famílias).....	94
14. Distribuição dos tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio: Paraná, 1992-98 Não-metropolitano urbano urbanizada e rural privado (1.000 famílias).....	95
15. Distribuição dos tipos de famílias extensas com algum membro aposentado, pensionista ou procurando emprego segundo o local de domicílio e os tipos de famílias: Paraná, 1992-98. (1.000 famílias).....	97
16. Distribuição dos tipos de famílias extensas não-ocupadas na semana de referência, segundo o local de domicílio: Paraná, 1992-98 Não-metropolitano: povoados e outros e rural privado (1.000 famílias).....	99
17. Evolução das pessoas ativas (conceito restrito ou usual) das famílias extensas por local de domicílio e tipo de ocupação de seus membros: Paraná, 1992-98 Regiões Metropolitana e Não-Metropolitana (1.000 famílias).....	102
18. Evolução das pessoas ativas (conceito restrito) das famílias extensas por local de domicílio e tipo de ocupação de seus membros: Paraná, 1992-98. Região Não-Metropolitana urbanizada (1.000 famílias).....	104
19. Evolução das pessoas ativas (conceito restrito ou usual) das famílias extensas por local de domicílio e tipo de ocupação de seus membros: Paraná, 1992-98. Região Não-Metropolitana povoados e outros e rural privado (1.000 famílias)....	105
20. Evolução do número médio de pessoas ativas por família extensa segundo o local de domicílio e o tipo de família: Paraná, 1992-98. Não-Metropolitano e Total Geral (1000 famílias).....	107
21. Evolução do número médio de pessoas ativas por família extensa segundo o local de domicílio e o tipo de família: Paraná, 1992-98. Não-Metropolitana urbanizada e rural privado (1000 pessoas).....	109

22. Evolução do número médio de pessoas ativas por família extensa segundo o local de domicílio e o tipo de família: Paraná, 1992-98. Região Não-Metropolitana, povoados e outros. (1.000 famílias).....	111
23. Evolução das rendas médias das famílias extensas segundo o local de domicílio: Paraná, 1992-98 (R\$ set., 1998) Região Metropolitana e Não-Metropolitana.....	116
24. Evolução da renda média das famílias extensas segundo o local de domicílio: Paraná, 1992-98 (R\$ set., 1998). Região Não-Metropolitana urbanizada e rural privado.....	118
25. Composição das rendas médias das famílias extensas: Paraná: 1998. Regiões Metropolitana e Não-Metropolitana total.....	121
26. Composição das rendas médias das famílias extensas: Paraná, 1998. Regiões Não-Metropolitana urbanizada e rural privado.....	123
27. Tendências de crescimento das principais fontes das rendas das famílias extensas, segundo os tipos de atividades que exerciam (% ao ano). Paraná, 1995-98. Região Não-Metropolitana e Total Geral.....	125
28. Tendências de crescimento das principais fontes das rendas das famílias extensas, segundo os tipos de atividades que exerciam (% ao ano). Paraná, 1995-98. Regiões Não-Metropolitana urbanizada e rural privado.....	126
29. Número de famílias extensas com renda positiva, segundo o tipo de atividade: Paraná, 1995-98. Regiões Metropolitana, Não-Metropolitana e total geral.....	128
30. Número de famílias extensas com renda positiva, segundo o tipo de atividade. Paraná, 1995-98. Regiões Não-Metropolitana urbanizada, povoados e outros e rural privado.....	129
31. Evolução das rendas <i>per capita</i> segundo os tipos de famílias extensas: Paraná, 1992-98 (R\$ de setembro de 1998) Regiões Metropolitana e Não-Metropolitana	132
32. Evolução das rendas <i>per capita</i> segundo os tipos de famílias extensas: Paraná, 1992-98 (R\$ de setembro de 1998). Regiões não-metropolitana urbanizada e rural privado.....	133

33. Composição da renda segundo os tipos de famílias e grupos de área: famílias de empregadores com empregados permanentes totais. Paraná, 1998. Região Metropolitana total.....	134
34. Composição da renda segundo os tipos de famílias e grupos de área: famílias de empregadores com até dois empregados permanentes. Paraná, 1998. Regiões Metropolitana e Não- Metropolitana	136
35. Composição da renda segundo os tipos de famílias e grupos de área: famílias de empregadores com mais de dois empregados permanentes. Paraná, 1998. Regiões Metropolitana e Não-Metropolitana total.....	137
36. Composição da renda segundo os tipos de famílias e grupos de área: famílias de conta-própria. Paraná, 1998. Regiões Metropolitana e Não-Metropolitana	139
37. Tipos de famílias encontradas na avaliação do programa Vilas Rurais.....	200
38. Resumo das principais características das Vilas Rurais descritas.....	202
39. Estratos de números de famílias residentes em “Vilas Rurais” do Paraná.....	205
40. Número absoluto e percentual, segundo os tipos de famílias rurais em Itaiacoca.....	261
41. Condição de ocupação e sexo das pessoas, segundo os tipos de famílias em Itaiacoca.....	262
42. Ramos de atividades das pessoas, segundo os tipos de famílias rurais em Itaiacoca.....	265
43. As ocupações principais das pessoas, segundo os tipos de famílias em Itaiacoca.....	269
44. Número médio de pessoas na família, segundo os tipos de famílias rurais em Itaiacoca.....	272
45. Estratos de grau de instrução das pessoas, segundo os tipos de famílias de Itaiacoca.....	273
46. Estratos de área total, segundo os tipos de famílias rurais de Itaiacoca.....	276
47. Atividade principal agropecuária, segundo os tipos de famílias rurais de Itaiacoca.....	279

48. Números absolutos e percentuais segundo os tipos de famílias em Itaiacoca em 1995.....	281
49. Número médio de pessoas ativas, segundo os tipos de famílias rurais em Itaiacoca em 1995.....	282
50. Tipos de famílias rurais, segundo a atividade agrícola principal em Itaiacoca em 1995.....	284
51. Tipos de famílias rurais em Itaiacoca, segundo os estratos de área total em 1995.....	285
52. Composição das rendas médias, segundo os tipos de famílias rurais em Itaiacoca em 1995.....	286
53. Composição percentual média das rendas, segundo os tipos de famílias em Itaiacoca em 1995.....	289
54. Porcentagem média do autoconsumo, segundo os tipos de famílias em Itaiacoca em 1995.....	290
55. Renda <i>per capita</i> média, segundo os tipos de famílias rurais em Itaiacoca em 1995.....	292
56. Composição da renda média segundo os tipos de famílias e grupos de área total em Itaiacoca em 1995.....	294
57. Indicadores sócio-econômicos médios, segundo os tipos de famílias em Itaiacoca em 1995.....	296

LISTA DE QUADROS

1. Síntese das principais características do programa “PRORURAL”.....	169
2. Síntese das principais características do programa “PARANÁ-RURAL”.....	173
3. Síntese das principais características do programa “PARANÁ 12-MESES”....	181

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1. Subdivisão do Estado do Paraná, nas três grandes regiões que marcaram a sua ocupação.....	29
2. Borda da exurbia: fronteira Metropolitana/Não-Metropolitana.....	48
3. Mapa das comunidades rurais do distrito de Itaiacoca.....	258

RESUMO

SOUZA, M. de **Atividades não-agrícolas e desenvolvimento rural no Estado do Paraná**. Campinas: FEAGRI, UNICAMP, 2000. Tese (Doutorado) - Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, 2000. 304 p.

Esse trabalho teve como objetivo estudar o desenvolvimento rural no Estado do Paraná e sua relação com o crescimento das atividades não-agrícolas. Através do reprocessamento dos dados das PNADs da série 1992-98 e de resultados oriundos de estudos em um distrito rural paranaense foram quantificadas as ocupações e rendas das pessoas e famílias agrícolas e rurais, que permitiram atestar tanto a queda das ocupações nas atividades agrícolas, como o crescimento do número de pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas. Essas ocupações eram, em geral, de baixa qualificação e resultavam de um padrão muito concentrado de renda. As famílias rurais encontram-se em processo de redefinição. Houve crescimento do número de famílias e das pessoas ativas nas famílias de empregados não-agrícolas, estagnação das rendas médias das famílias em decorrência das ausências de tendências de crescimento das rendas das famílias de conta-própria e empregados e crescimento das rendas *per capita* devido ao aumento das rendas das famílias empregadoras com até dois empregados e pluriativas. Adicionalmente comprovou-se uma dependência maior dos agricultores familiares em relação às aposentadorias e pensões. Ao analisar as políticas de desenvolvimento agrícola e rural através de uma metodologia qualitativa, verificou-se a impossibilidade das mesmas em atingir os pobres do campo e a necessidade de emprego de um enfoque mais amplo tendo em vista as novas conexões existentes entre as atividades não-agrícolas e outros aspectos da vida social e econômica do meio rural paranaense. Assim, justifica-se uma mudança institucional que contemple tanto a emergência desses novos atores sociais como o papel potencial dessas atividades na tentativa de solução da questão da exclusão social, e em conseqüência, do desenvolvimento rural.

Palavras Chave: atividades não-agrícolas, desenvolvimento rural.

SUMMARY

SOUZA, M. de **Non-agricultural activities and rural development in the State of Paraná**. Campinas: FEAGRI, UNICAMP, 2000. Tese (Doutorado) - Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, 2000. 304 p.

The objective of this work was to study the rural development in the State of Paraná, Brazil, and its relation to the growth of non-agricultural activities. By reprocessing the data from the 1992-98 series of PNADs and the results from studies of a rural district in the state, the occupations and incomes of the agricultural and rural population and families were quantified, thus showing a fall in jobs involving agricultural activities and a growth in non-agricultural activities. In general, these were occupations requiring low qualification, resulting from a highly concentrated pattern of income. Rural families are currently undergoing a process of redefinition. There was a growth in the number of families and of the number of active members in the families of non-agricultural employees and also a stagnation of the average family income as a result of the absence of income growth tendencies in the self employed families and employees, and growth of the *per capita* income of employer families with up to two employees and those with various activities. In addition, there was a greater dependence of agricultural families on social security and other types of pension. On analyzing the agricultural and rural development policies using qualitative methodology, the total impossibility of these affecting the rural poor became evident, as also the need for a wider focus, considering the new connections which exist between the non-agricultural activities and other aspects of the social and economic life in rural areas of the State of Paraná. This clearly justifies institutional changes which contemplate not only the emergence of these new social actors but also the potential role of these activities in the attempt to solve the question of social exclusion, and, as a consequence, of rural development.

Key Words: non-agricultural activities, rural development.

Introdução

Nos últimos anos o que se convencionou chamar “rural” sofreu muitas mudanças. A composição da população rural assumiu novas faces e conseqüentemente, o conceito de mudança rural converteu-se numa questão mais difícil, pois os diferentes grupos desta população experimentaram simultaneamente distintos processos de reestruturação.

Uma das dimensões dessa mudança foi a alteração substancial no perfil da ocupação dos habitantes no campo, de certa forma, sucumbindo as fronteiras tradicionais entre ocupações agrícolas e não-agrícolas bem como, uma crescente intensificação das conexões entre as mesmas. Adicionalmente surgem novos padrões de concorrência e de produção¹.

A emergência de uma nova noção de rural desvincula-se das características tradicionalmente a ele associadas, tais como: *locus* da produção agrícola de seus habitantes e forte dependência de sua economia em relação aos recursos naturais e de extração de matéria-prima. As características que mostram importantes dimensões da nova ruralidade são: alteração na relação econômica entre espaço e distância, questionamento da chamada “inferior qualidade de vida” dos habitantes do meio rural e sua composição definida por unidades socioeconômicas e de valores².

A idéia central é que, apesar de não existir uma única noção de rural amplamente aceita, não podemos mais tratar a nova ruralidade como o oposto ao urbano, posto que suas funções sociais e econômicas estão cada vez mais

¹ Segundo Delgado e Cardoso Jr. (2000:19) esse processo no Brasil dos anos noventa aponta para uma desorganização econômica e social do setor rural brasileiro que ocorre “com o fim das políticas agrícolas intervencionistas que vigoraram do pós-guerra até o final dos anos 80, o qual deixou profundamente alteradas as condições de reprodução capitalista na agricultura brasileira. O efeito cumulativo da liberalização comercial e financeira, do fim da intervenção nos mercados de *commodities* e da desvalorização patrimonial do estoque fundiário, culminaram com o rompimento do chamado pacto da “modernização conservadora”, sem abrir caminhos para um novo surto de crescimento agrícola (para dentro ou para fora) do país”.

² Delgado (1992:15) atribui o surgimento destas três características, respectivamente ao desenvolvimento espetacular dos meios de comunicação e de transporte que tem ultrapassado a sociedade rural; o segundo aspecto à melhoria substancial das casas e da infra-estrutura física nos países industrializados e, o terceiro, devido aos acontecimentos de origem externa, entre eles residências de aposentados, segunda residência, explorações agrícolas “*hobby*” ou novas explorações de recursos naturais, sendo que estas circunstâncias econômicas modificam a identidade rural.

próximas e interrelacionadas. Neste sentido, é mais apropriado pensarmos em termos de um “*continuum rural-urbano*” identificado pelo volume relativo da população e a densidade de seu povoamento.

Essas novas questões nos levam a afirmar que as relações entre as comunidades rurais e as famílias se modificaram muito rapidamente e não podem ser adequadamente captadas. Assim, o meio rural encontra-se atualmente diante de um equilíbrio frágil entre as funções que lhe são exigidas: não somente continua vinculado à produção de alimentos e de matérias-primas, mas também deverá constituir-se em um local para atividades de lazer e ócio, prestação de serviços e indústrias de transformações, moradia, bem como àquelas de preservação ambiental. Mas, este processo de mudança está precisamente na essência do desenvolvimento rural³, conduzindo-nos a atualizar o debate em torno desta questão, sobretudo em países subdesenvolvidos onde ele pode constituir-se numa forma eficaz de atenuar os efeitos negativos do modelo de desenvolvimento econômico, sendo que um dos mais importantes é a pobreza e exclusão social no meio rural.

As mudanças ocorridas na própria agricultura foram as que mais afetaram a economia e o rural como um todo. As transformações, ocorridas a partir dos anos 50 tiveram efeitos tão profundos que desarticularam a vida rural tradicional. Mesmo que outras variáveis assumam efeitos importantes, pode-se declarar que as transformações do agrícola aceleraram e consolidaram um “novo rural”, em especial no caso brasileiro e paranaense.

Entre as várias questões que promoveram essas transformações podemos destacar duas delas: a crescente urbanização do campo e o progresso

³ Nesta tese adotamos uma noção de desenvolvimento rural que ancora-se nas idéias de Abramovay & Sachs (1996), qual seja: constitui-se numa resultante de todo um conjunto de estratégias de ações e de intervenções sobre um meio mutável e diversificado que seja capaz de promover a equidade social, a prudência ecológica e a eficácia econômica. Essas estratégias podem se tornar factíveis através da colocação de um conjunto de serviços aos agricultores de uma ciência e de um conjunto de técnicas orientadas para paradigmas de produção intensivos em conhecimento, economia de recursos raros e fortemente criadora de empregos e auto-empregos. Além disso, aparecem como complemento indispensável ao desenvolvimento urbano se condicionando mutuamente. Assim, poderão ser capazes de transformar de transformar os habitantes rurais em cidadãos por completo. Esta passagem não se realizará sem uma redefinição do papel do Estado que demande ultrapassar a falsa dicotomia Estado/Mercado.

técnico na agricultura. Tanto um como outro condicionaram o desenvolvimento agrícola e em conseqüência, as mudanças socioeconômicas rurais⁴.

A urbanização brasileira e paranaense implicou uma elevação da produtividade física da agricultura, a qual foi obtida através do progresso técnico, permitindo também uma elevação da produtividade do trabalho.

Esse aumento da produtividade do trabalho agrícola trouxe como conseqüência a passagem de uma forma de produção com baixo uso de insumos modernos e de pouca mecanização, à outra de natureza intensiva em capital. Assim, várias políticas agrícolas apoiaram o seu desenvolvimento, objetivando tanto assegurar o abastecimento dos mercados urbanos quanto tentar equiparar as rendas dos agricultores às de seus pares urbanos.

Essa forma de desenvolvimento propiciou o surgimento de dois grupos muito diferentes de agricultores, o primeiro deles de tipo empresarial ou profissionalizados, que foram capazes de introduzir e administrar as novas tecnologias as quais reestruturaram a organização dos processos de trabalho agrícolas e rurais e que pouparam força-de-trabalho. Para esse grupo a atividade agrícola, de forma crescente, deixa de ser uma forma de vida e se converte em um negócio lucrativo. A política agrícola, com base na garantia de preços e de créditos relativamente abundantes elevou, de forma substancial, seus níveis de rendas e lhes proporcionou uma melhoria no padrão de vida.

O segundo grupo é composto por aqueles agricultores que não puderam acompanhar o intenso e veloz processo de modernização da agricultura. Eles geralmente não se beneficiaram das políticas de desenvolvimento agrícola propostas porque simplesmente não conseguiram ingressar no *treadmill* tecnológico do agro paranaense. Constituem-se em pequenos produtores familiares, normalmente com recursos naturais escassos, ou cuja produção agrícola era de subsistência e sem garantia de preços.

⁴ Este e os cinco parágrafos que seguem foram obtidos da descrição de Delgado (1992:18) para o caso das transformações rurais ocorridas no meio rural da Espanha.

Muitos deles viram-se na contingência de: abandonar as atividades agrícolas emigrando para os centros urbanos; integrarem-se nas diversas atividades agroindustriais; complementar suas rendas agrárias através de transferências sociais (entre elas, as aposentadorias e pensões), ou ainda buscando complementar suas rendas agrícolas através da múltipla ocupação de membros do grupo doméstico, ou mais claramente utilizando-se do recurso à pluriatividade⁵.

É por isso que Mendras (1986) chama atenção que a “pluriatividade deve sair da clandestinidade” e ressalta que “a pluriatividade é somente uma das manifestações de um movimento mais geral da sociedade inteira: o desenvolvimento do que se convencionou chamar de economia subterrânea ou informal. A pluriatividade se constitui num “signo e uma ferramenta de renovação das sociedades rurais”, para este autor. Ela pode ajudar na manutenção do tecido social através do aumento dos níveis de renda e bem-estar da população que vive nas áreas rurais, posto que, atualmente, o meio rural não se restringe unicamente ao local e ao centro da atividade econômica das pessoas que o habitam.

Assim, existe uma necessidade real de estudar como articular uma política de desenvolvimento rural que vitalize o tecido social do meio rural e propicie um grau de atividade a fim de manter a população com níveis compatíveis de ocupação e de renda e que promova o bem-estar no mesmo nível que o das cidades⁶. Nós ainda dispomos de poucas informações para afirmar se as diferentes formas de combinações de atividades estão em ritmo de crescimento e de diversificação.

⁵ A noção de pluriatividade pode ser entendida como diversificação das atividades interna ou externa às explorações envolvendo um ou mais membros do agregado familiar, a qual permite a construção de um modelo de certo equilíbrio entre o mundo rural e urbano. No Brasil já existem estudos que apontaram a existência de combinações de atividades agrícolas com outras atividades, as quais permitem resistência, permanência, reestruturação e reprodução social. Nesse aspecto ver os trabalhos de Schneider (1999), Garcia Jr. (1989) e o estudo pioneiro de Seyferth (1973). Sobre esta noção na literatura internacional consultar principalmente Fuller (1990), mas também Evans & Ilbery (1993).

⁶ Segundo Rodrigues (1996:101) “a definição de novas funções para o espaço rural, socialmente aceitas e oferecendo oportunidades de emprego, é questão central nas novas estratégias de desenvolvimento rural”.

No caso do Brasil, estimativa sobre a pluriatividade baseada na PNAD de 1995, foi realizada por Del Grossi e Graziano da Silva (1998) onde constataram que “a pluriatividade afeta cerca de 1,8 milhão (24%) dos 7,5 milhões de domicílios rurais existentes no país; e 2 milhões dos 3,4 milhões de domicílios urbanos que têm pelo menos um de seus membros ocupados em atividades agrícolas, sejam elas a ocupação principal ou secundária”.

No caso do Estado do Paraná não existem estudos sobre o fenômeno, apesar de algumas políticas públicas de desenvolvimento rural manifestarem o interesse em propiciar mecanismos que impulsionem o seu crescimento, como mostraremos na seqüência desse estudo.

Baseando-se na evolução dos fatos e das constatações acima apresentadas entendemos oportuno o processo de condução de uma investigação que responda às seguintes indagações:

- a) Como ocorreu o desenvolvimento agrícola e rural no Estado do Paraná e quais foram suas principais conseqüências sociais e econômicas?
- b) Quais são as características, tendências e dinâmicas das ocupações agrícolas e rurais na década de 90 no Estado do Paraná?
- c) Quais são as características e tendências das ocupações e das rendas nas famílias agrícolas e rurais na década de 90 no Estado do Paraná?
- d) Como emergiram, quais eram e são as suas concepções, e quais resultados alcançaram as políticas públicas estaduais de desenvolvimento agrícola e rural no Paraná nos anos 80 e 90 em termos de redução da exclusão social rural?
- e) Quais foram as principais transformações em termos de ocupações e rendas familiares, bem como quais as perspectivas reais de desenvolvimento em uma localidade rural paranaense nos anos 90?

II. Objetivos do estudo

Objetivo geral:

Estudar o desenvolvimento rural no contexto sócio-econômico paranaense e sua relação com o crescimento das atividades não-agrícolas nos espaços rurais não-metropolitanos.

Objetivos específicos:

a) sintetizar e analisar, com base em uma revisão bibliográfica, o processo histórico de desenvolvimento agrícola e rural no Paraná até os anos 90, com ênfase nas políticas desenvolvidas pelos governos estaduais;

b) analisar através das tabulações especiais dos dados das PNAD's⁷ da década de 90 as principais características e tendências das ocupações rurais - agrícolas, mas especialmente as não-agrícolas - das pessoas, tentando apontar as principais dinâmicas presentes no contexto do meio rural paranaense;

c) analisar, utilizando as tabulações especiais dos dados das PNAD's dos anos 90, as principais características e tendências das ocupações e das rendas das famílias agrícolas e rurais no Estado do Paraná;

d) identificar e analisar, com base nos documentos oficiais mais recentes, as principais políticas públicas estaduais de desenvolvimento agrícola e rural gestadas e implementadas no Paraná na década de 80 e 90, em especial, a subcomponente de combate à pobreza rural - Programa de Vilas Rurais;

e) de forma complementar, analisar as transformações socioeconômicas, com ênfase no estudo da pluriatividade numa localidade rural paranaense, utilizando dados secundários de duas pesquisas realizadas.

⁷ As PNADs são realizadas desde 1967. Elas se constituem na mais abrangente fonte de informações sobre a realidade socioeconômica brasileira. É um poderoso instrumento tanto para acompanhar as condições de vida da população como, para planejar o desenvolvimento nacional. Esta pesquisa só não se realiza nos anos do Censo Demográfico, quando passa por um amplo processo de revisão. (ver o Web Site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE).

III. Hipóteses principais da pesquisa

Estabelecemos um conjunto de hipóteses a serem testadas. Essas hipóteses derivam e são expressão das tentativas de fornecer respostas aos vários aspectos do problema. As principais hipóteses ou relações são enunciadas abaixo:

a) a experiência de êxito do processo de desenvolvimento agrícola não conduziu imediatamente ao desenvolvimento rural no Paraná, mas gerou uma forte contradição entre as exigências de uma agricultura moderna e eficiente e aquelas da resolução dos problemas econômicos e sociais no meio rural;

b) no caso paranaense, a dualidade entre uma agricultura “produtiva” e uma agricultura “social” se reforça nos anos 90, com uma forte mudança na estrutura social do campo: neste sentido, as atividades agrícolas tradicionais já não respondem pela manutenção dos níveis de ocupação no campo e surge um novo conjunto de dinâmicas;

c) o processo de reestruturação social e econômica atinge as famílias rurais paranaenses e emerge uma nova categoria social cujas rendas são estritamente não-agrícolas e a noção de família em si mesma se transforma, adquirindo contornos e significados ainda pouco explorados;

d) as políticas de desenvolvimento agrícola e rural no Paraná não permitem atingir os agricultores mais pobres por se basearem em estratégias com viéses fortemente agrícolas e de caráter técnico, sem capacidade de promover mudanças das ocupações e das rendas que permitam melhoria de nível de vida aos grupos menos favorecidos e redução das distâncias sociais entre eles.

Essas hipóteses serão colocadas à prova no interior de cada um dos 4 capítulos e do apêndice, que constituem as respectivas partes deste estudo. No primeiro capítulo aduzimos a evolução dos antecedentes históricos do desenvolvimento agrícola e rural no Paraná até o período mais recente, proporcionando uma espécie de visão retrospectiva e panorâmica da ocupação e do desenrolar das atividades econômicas no estado como um todo.

No segundo capítulo, por meio das informações das PNADs, apresenta-se as principais características e tendências das ocupações rurais agrícolas, mas especialmente as não-agrícolas, para mostrar um pouco do processo de integração do mercado de trabalho e a mudança de perfil da ocupação rural, além de propor quais são as principais dinâmicas envolvidas.

No terceiro capítulo, toma-se como unidade de análise as famílias agrícolas e rurais paranaenses e empreende-se a tarefa de decifrá-las, com ênfase em duas dimensões: ocupação e renda. Fundamentando-se na análise dos dados de várias tabelas notaremos as transformações significativas que atingem o âmago da noção de “exploração familiar”: a dissociação da família da unidade de produção. A observação da unidade familiar torna-se desta maneira, um elemento crucial na compreensão das transformações ocorridas no meio rural e na elaboração de novas estratégias de desenvolvimento rural.

No quarto capítulo nos propomos a analisar as principais políticas estaduais de desenvolvimento agrícola e rural no Paraná nos anos 80 e 90, com base em fontes diversas. A partir delas detecta-se a dificuldade de elaboração e implementação de políticas que atinjam os grupos sociais mais desfavorecidos. Mesmo as políticas mais recentes que traduzem uma preocupação explícita com o “combate à pobreza” tocam apenas tangencialmente o público alvo e não conseguem deter os mecanismos de exclusão e diferencial social largamente em curso.

Finalmente, o “apêndice” traz informações que complementam as exposições anteriores através de dois estudos das ocupações e rendas das famílias numa localidade rural paranaense nos anos 90.

1. Do desenvolvimento agrícola ao desenvolvimento rural no Paraná

1.1 Introdução

Este capítulo foi elaborado com o objetivo de responder a uma das questões colocadas na presente pesquisa, qual seja: “Como e de que forma ocorreu o desenvolvimento agrícola e rural no Estado do Paraná, especialmente nas décadas de 70, 80 e 90, e quais foram as principais conseqüências resultantes?” Para atingir esse objetivo, partimos de uma periodização da história econômica paranaense, buscando reconstituir a sua trajetória, através de textos analíticos e de documentos, o que pôde facilitar e melhorar a compreensão da problemática.

A importância que atribuímos aos problemas da periodização traduz-se no fato de que toda a mudança de período, época ou de ciclo econômico implica um momento de crise, ruptura e transformação no processo.

Optou-se por uma periodização geral do desenvolvimento econômico e social com base nas atividades econômicas desenvolvidas no território paranaense a qual se mostrou especialmente relevante tanto na compreensão, em profundidade, das crises instaladas em cada momento como no encaminhamento de soluções propostas.

A periodização adotada neste estudo foi definida em cinco grandes momentos, a saber:

a) a ocupação e o desenvolvimento de economias de bases extrativistas - uma breve reflexão do período inicial de formação e cristalização do padrão particular de ocupação e desenvolvimento;

b) a primeira transformação: a passagem da economia de base extrativista para a cafeeira - a qual mostra a crise dos ciclos econômicos precedentes, em particular o da erva-mate e da madeira e o surgimento de uma atividade econômica de grande importância social e econômica, a cultura do café;

c) a segunda grande transformação: desenvolvimento agrícola, diferenciação e *desdiferenciação* social⁸ - na qual se enfatizam as transformações operadas na economia e no rural paranaense ocasionadas pela mudança na base técnica, a modernização e a formação de importantes complexos agro-industriais com suas graves conseqüências sociais e econômicas;

d) uma nova abordagem de regionalização do Paraná nos anos 90 em que se postula a perda relativa de vitalidade do agregado do agronegócio paranaense nos anos noventa;

e) o direcionamento para uma política de desenvolvimento rural no Paraná – busca analisar o período de transformações mais recentes do rural paranaense e a necessidade súbita surgida para o encaminhamento de propostas e políticas de caráter diferenciado das precedentes e que permitam reverter o padrão atual de exclusão a que se encontra submetida a população rural paranaense ao término deste período.

1.2 A formação histórica do desenvolvimento agrícola e rural no Paraná

1.2.1 A ocupação e o surgimento de economias de bases extrativistas

O processo de ocupação e desenvolvimento de atividades econômicas no Estado do Paraná ocorreu através de ciclos descontínuos, sendo que cada um deles aproveitava muito pouco do precedente. Assim, a atividade econômica condutora foi pouco capaz de propiciar à sua sucessora o espaço de criação de ocupação e de renda, tornando-as muito menos descontínuas. Assim, veremos que a formação histórica e econômica paranaense apresenta ciclos distintos e não relacionados entre si, fragmentados. Além disso, mostrar-se-á que as atividades econômicas são conformadas principalmente pela combinação das características edafoclimáticas presentes no estado.

A ocupação e exploração econômica da área que constitui hoje o atual Estado do Paraná iniciou-se no século XVI, basicamente através de três

⁸ Esse termo foi extraído de Mingione & Pugliese (1987:96) e refere-se “à combinação, cada vez mais freqüente, numa mesma pessoa do estatuto de ao mesmo tempo por conta-própria de outrém e por conta-própria”, ou seja, combinação de dupla pertença de classe, sem que isso seja algum indicador de proletarianização ou piora das condições de vida”.

frentes, oriundas de diferentes direções: a primeira, de origem portuguesa, avançou pelo litoral à procura do ouro de aluvião formando o primeiro núcleo estável, Paranaguá. A segunda, organizada pelos espanhóis, entrou pela região oeste e seguiu, em sentido oposto, os passos da expedição comandada por Alvar Nuñez Cabeza de Vaca em 1541. A terceira foi a expansão exploradora que partiu de São Vicente e de São Paulo, as *bandeiras*.

Neste período inicial a exploração desenvolvida pelos espanhóis foi mais rápida e profunda. Devido aos constantes conflitos com os índios e ao desinteresse da Espanha pela região esta frente de exploração entregou o problema da pacificação dos indígenas aos jesuítas que criaram em poucos anos treze reduções nas terras entre os rios Paraná e Tibagi. Segundo Magalhães Filho (1996:132) (...) “foi a primeira experiência de um sistema de agricultura comunal, baseada na propriedade coletiva da terra e da produção” (...). Contudo, essa experiência teve caráter limitado no tempo e no espaço, porque entrou em colisão com a terceira frente de expansão exploradora que visava capturar índios pacificados e catequizados das *reduções* para vendê-los como escravos, sem contudo desenvolver atividade econômica que significasse ocupação permanente do território. A mão-de-obra indígena foi considerada como de segunda classe, posto que não se submetiam com grande facilidade ao trabalho disciplinado e organizado, e eram também pouco afeitos a ocupações sedentárias. Mesmo assim, a captura e o comércio de indígenas constituiu-se na primeira atividade econômica estável dos grupos de população não dedicados à indústria do açúcar (Furtado, 1998:41, Prado Jr., 1998:12).

A atividade de exploração do ouro chegou a possuir alguma importância. O ouro explorado era de aluvião e foi encontrado nas areias da Baía de Paranaguá e no leito de alguns rios, principalmente o rio Nhundiaquara. Esse ciclo teve sua expressão máxima no início do século XVII e contribuiu para a formação de muitos arraiais que eram mantidos por pequena agricultura. Essa pequena economia de subsistência permaneceu, por quase meio século, concentrada no planalto. Padis (1981:40) destaca que: “Mesmo a busca do ouro, nada mais foi do que uma consequência do comportamento econômico da

Europa. Embora ela tenha sido no Paraná a causa primeira de sua ocupação, determinando o aparecimento de alguns núcleos urbanos, a dimensão das descobertas e o valor das extrações não atingiram importância significativa”.

Com o esgotamento do ouro – que ocorreu em algumas décadas – a ocupação permaneceu baseada numa agricultura de subsistência, principalmente no trigo, com grandes propriedades isoladas em pequenas vilas. Mesmo com a decadência da mineração, essa agricultura continuou e foi o que sustentou a ocupação das então antigas áreas mineradoras.

Na seqüência, a descoberta de ouro nas regiões de Caetés e no Vale do Rio das Velhas em Minas Gerais, nos últimos anos do século XVII, a área do atual Estado do Paraná, como toda a região Sul, teve importante desenvolvimento. Ainda que não se extinguissem as atividades de mineração e de cultivo de mantimentos, bem como a exploração de erva-mate, foi sem dúvida a criação e a comercialização de gado a mais importante atividade econômica neste momento de seu desenvolvimento.

Segundo Magalhães Filho (1996:135) “a pecuária passou a ser uma atividade produtiva predominante, enquanto as pessoas com recursos os aplicavam na compra de animais, no sul, para revendê-los em Sorocaba. Surgiu assim a figura do tropeiro, que era intermediário entre o criador do sul e o comprador da feira. Desenvolveram-se as atividades vinculadas do tropeirismo, desde as pousadas até a produção de alimentos, alguns dos quais exportados junto com as tropas”. Assim, enquanto no Estado do Rio Grande do Sul desenvolviam-se atividades de criação de gado, que percorria o “caminho do sul” desde Guaíba até Sorocaba, os campos de Curitiba tornavam-se zona de condensação do gado que, oriundo do sul, ali se instalava para posteriormente ser comercializado.

Desta forma, a ocupação do território paranaense ampliou-se estimulando a formação junto às rotas e aos melhores pastos, de ranchos, pousadas e invernadas que deram origem a lugarejos e povoados que mais tarde se tornariam destacadas cidades, entre as quais podemos citar Palmeira, Ponta Grossa, Castro, Lapa, Piraí e Jaguariaíva.

A ocupação dessa região assumiu, entretanto, características particulares. As posses iniciais na área dos Campos Gerais a partir das primeiras décadas do século XVIII foram feitas pelos ricos e poderosos habitantes de São Paulo, Santos, Itu e Paranaguá, não como uma forma de fixação definitiva (trazendo família, escravos, padres, agregados, etc.) mas como um negócio lucrativo a ser explorado. Eram proprietários absenteístas.

Assim, para se obter uma propriedade na região dos Campos Gerais era comum o interessado enviar um preposto, acompanhado de escravos para tomar posse da terra através da soltura de algumas cabeças de gado bovino. Decorridos alguns anos, alegava a posse da terra e requeria a concessão da sesmaria. As propriedades possuíam área de 4 a 8 mil alqueires, ou entre 9.680 e 19.360 hectares aproximadamente, portanto de grandes dimensões físicas.

Segundo Wachowicz (1995:76) “No início, a população e a produção dessas fazendas ligava-se apenas a São Paulo, ainda que alguns de seus proprietários fossem residentes em Paranaguá. (...) Essa dependência inicial dos Campos Gerais de São Paulo, ocorreu na região central e norte dos mesmos. Na parte sul, isto é, nos campos da Lapa e Palmeira, tal fato não ocorreu”. De qualquer forma, tanto a população como a produção da maior parte dessas sesmarias estavam atreladas a São Paulo e, por intermédio deste, aos centros consumidores, gerando protestos contínuos, contra a situação de isolamento econômico. Além disso, observa-se que a riqueza dos latifundiários contrastava fortemente com a pobreza da população em geral.

Dessa forma, quase toda a área dos Campos Gerais estava ocupada por grandes propriedades de pecuária extensiva. Contudo, existiam também na região os chamados sítios que nada mais eram que pequenos estabelecimentos agrícolas, ou pequenas propriedades ocupadas e exploradas por posseiros. Algumas dessas pequenas propriedades localizavam-se nas faixas de matas vizinhas aos campos, outras nas proximidades de povoados ou mesmo nas margens das estradas das tropas e no interior das fazendas.

Estas desenvolviam uma agricultura de caráter rudimentar com a criação de poucos animais (vacas, cavalos, muares e pequenos animais) e o

cultivo de milho e feijão direcionado ao abastecimento da população envolvida com a pecuária, mas principalmente à população litorânea que se constituía na mais importante consumidora. Uma parte de moradores, entretanto, além de não obter acesso às terras mais férteis, não conseguia dar vazão à produção de suas lavouras e acostumava-se a cultivar somente para o autoconsumo. Grandes esforços empreendidos em plantações maiores não eram despendidos porque não seriam recompensados. Assim, uma parte desses moradores, que habitavam as terras menos aptas ao cultivo, não plantava sequer visando o autoconsumo, e obtinha seus meios de vida através da condução de erva-mate até Paranaguá.

A economia paranaense permaneceu em crescimento no decorrer do auge do período de exploração aurífera. Porém, com o declínio da economia do ouro nos últimos vinte e cinco anos do século 18 o mercado restringiu-se e o tropeirismo entra em recessão. A segunda fase de expansão do tropeirismo alcança seu apogeu em meados do século 19 com a prosperidade decorrente da expansão cafeeira, porém em novos moldes. A concorrência imposta pela criação de estradas de ferro, bem como o período de recessão econômica que se seguiu ao esgotamento do ouro de Minas Gerais, liquidam o ciclo de tropeirismo.

Desta forma, a economia paranaense volta a se estagnar e a agricultura de subsistência passa a ser novamente a atividade principal, porém expandindo-se geograficamente para a Região Oeste do Estado (Palmas e Guarapuava) na Região do Terceiro Planalto. Foi uma ocupação baseada numa pecuária extensiva associada a baixos níveis de produtividade e que transbordou para as regiões de campos virgens das proximidades decorrente do crescimento demográfico lento, mas que exigia maiores rebanhos.

Aos poucos uma nova atividade econômica importante começa a emergir: a extração e o preparo da erva-mate, sobretudo com mais intensidade após 1722, quando se permitiu o comércio com os mercados platinos (Buenos Aires e Montevideu) e Chile, pois o produto já era amplamente consumido desde o início da ocupação do Estado do Paraná.

Antes mesmo deste período de exportação, a extração de erva-mate já era realizada como uma atividade de caráter complementar à agricultura

de subsistência pelos colonos que se fixaram nos sertões e por retirantes os quais sequer possuíam instrumentos ou capital que lhes permitissem permanecer nas vilas e povoados criados, restando-lhes apenas a busca de áreas que lhes assegurassem alguma forma de cultivo de subsistência. Além destes, colonos originários do processo de imigração européia estavam presentes também em núcleos dispersos e colônias isoladas destinadas às atividades agrícolas.

Foram esses núcleos e colônias que contribuíram para o maior povoamento do Estado do Paraná. Vieram em direção ao Paraná principalmente famílias de imigrantes de origem alemã, polonesa e italiana fixando-se nele a partir de meados e fim do século passado.

Assim, pode-se afirmar que a extração de erva-mate já era realizada no interior da floresta por essa população, desde esta época favorecendo um tipo de ocupação extensiva e rarefeita. Ela foi beneficiada também pela concessão de terras devolutas por parte do Governo Estadual para companhias particulares (inglesas e argentinas) que exploravam de forma predatória e espoliadora a erva-mate nativa e a madeira da região.

O papel dessas companhias era de “organizar a colonização” e proceder à exploração dessas áreas. Muitas delas, contudo, detiveram-se em explorar os recursos naturais existentes utilizando-se da mão-de-obra local existente, ou seja, os trabalhadores das matas que estavam instalados na região em condições extremamente precárias.

Em síntese, ao analisarmos brevemente o ciclo da erva-mate no Estado do Paraná conclui-se que: de uma atividade complementar à agricultura de subsistência, cuja produção era enviada aos núcleos populacionais de regiões próximas, a extração da erva-mate, à medida que ganha novos mercados, e que se torna uma atividade lucrativa – sobretudo, devido à Guerra do Paraguai – vê-se alvo de controle por parte das companhias estrangeiras. Essas companhias aproveitam-se da mão-de-obra abundante desses pequenos agricultores os quais passam a se assalariar nessas grandes empresas.

Assim, enquanto esta atividade era necessária –do ponto de vista do “costume de consumo”, desde os povos indígenas até a população em geral–

sem constituir-se num setor dinâmico da economia que se pudesse auferir altos lucros e atrair um setor “empresarial”, ela foi exercida por pequenos agricultores.

Na medida em que esta atividade recebe um impulso do mercado externo e torna-se extremamente lucrativa, esses empresários assumem o comando da atividade e os pequenos agricultores deixam de exercê-la autonomamente, subordinando-se às empresas.

Paralelamente a esta atividade, no final do século dezenove a madeira paranaense passa a ser explorada comercialmente devido aos estímulos internos (crescimento da economia brasileira, principalmente atribuído à expansão da cultura do café) e externos (começo das exportações para outros países do mundo).

Assim, da mesma forma que a extração da erva-mate, também a exploração das imensas florestas de araucária dos planaltos paranaenses tinha como objetivo, desde o início da ocupação, satisfazer a produção de artigos de madeira necessários ao consumo local. A princípio, essa atividade – exploração e transformação da madeira – nunca atingiu, até meados do século 19, promissoras perspectivas de desenvolvimento, situando-se marginalmente e seu consumo restrito ao mercado local e à transformação de caráter artesanal. Com as novas possibilidades de crescimento e de se tornar um ramo de atividade lucrativo, a economia madeireira atraiu a presença de capitais estrangeiros, principalmente de origem inglesa e norte-americana, os quais estavam intrinsecamente atrelados ao setor ferroviário. Entretanto, a economia madeireira não foi completamente absorvida pelo capital externo, permanecendo um setor madeireiro local, industrial e exportador importante.

Entre as duas guerras mundiais a economia paranaense consolida-se, baseando-se nas duas antigas atividades extrativas: a erva-mate e a madeira. Enquanto a economia ervateira atinge o apogeu em meados da segunda década do século vinte e estagna-se a partir daí em consequência da retração do “mercado da Prata”, a economia madeireira “se fortaleceu com os ganhos já obtidos, iniciando nova fase de expansão, passando a figurar em primeiro lugar tanto como atividade interna, quanto exportadora, até a década de 40” (IPARDES,

CODESUL, 1976:30). Assim, ao passo que uma das economias extrativas se desarticulava a outra se fortalecia, ocorrendo uma certa compensação em termos de ocupação e de renda na substituição paulatina da erva-mate pela exploração madeireira no Estado do Paraná.

Mas, “a extração da madeira sempre foi uma atividade de economias externas do sistema condutor da economia paranaense, pois é óbvio que a indústria da construção para a habitação e outros serviços era necessária. Porém, o surgimento como indústria extrativa de peso na economia estadual passa a se caracterizar no momento em que começa a atender a demanda externa” (Carmo, 1981:45)⁹.

Neste período também verifica-se que os núcleos de imigrantes de origem européia desenvolveram uma agricultura de subsistência com pequenos excedentes comercializáveis. Eles diversificaram a produção agrícola, incrementaram a produção de suínos, de leite e de laticínios. Contudo, a estrutura geral da economia paranaense modificou-se muito pouco permanecendo fortemente dependente das atividades primárias exportadoras (Magalhães Filho, 1996: 144).

Isso se apresentará de forma mais contundente na emergência e na consolidação da cafeicultura. Assim, embora seja em pequena proporção, vai surgindo um outro produto que começa a ser introduzido nos mercados platino e oriental, em sucessão principalmente à erva-mate, a cultura do café. Ainda que a erva-mate se tenha constituído na atividade mais importante com um comportamento bastante hegemônico, a partir de 1914 começa a perder importância, graças à participação crescente de outros produtos na economia local: o café principalmente e, secundariamente a economia madeireira.

Antes de mencionar a expansão da atividade cafeeira cabe ressaltar os fatores que determinaram a falência do empreendimento madeireiro.

⁹ O autor também destaca que a madeira desempenha nos dias atuais um importante papel na economia estadual, ainda que se encontra em franco declínio (Carmo, 1981:47).

Dentre eles, Padis (1981) ressalta os seguintes: a) dificuldades no transporte - qualidade ruim das estradas, elevando o custo dos fretes; b) a qualidade inferior do produto “industrializado”, resultado direto da ausência de cuidados técnicos, notavelmente aqueles ligados à seleção das árvores a serem abatidas, bem como ao período adequado de corte o que proporcionava uma rápida deterioração do produto.

1.2.2 A passagem da economia de base extrativista para a cafeeira

A outra grande atividade que contribuiu para o desenvolvimento econômico e social paranaense foi a cafeeira. Entre todos os ciclos econômicos que ocorreram no Paraná, o ciclo do café foi aquele que deixou marcas mais profundas na economia agrícola estadual.

Oriundo de terras paulistas, a cultura do café rapidamente se expandiu na segunda metade do século dezenove e atingiu a região nordeste do estado, o chamado “Norte Velho” mas, rapidamente espalhou-se na região norte, inicialmente nas terras ocupadas e demarcadas pela Companhia de Terras Norte do Paraná. Posteriormente atingiu as margens do rio Paraná posto que essa região possui terras férteis e propícias ao desenvolvimento da cultura, a despeito do perigo representado pelo clima, em particular a ocorrência de geadas.

Entretanto, a região do Norte Velho, desde o início, esteve voltada para a economia paulista, da qual parecia ser um “prolongamento” (Magalhães Filho, 1996:147). Até o final da Segunda Guerra Mundial o Paraná não se apresentava como um grande produtor de café e a cafeicultura paranaense não se desenvolvia plenamente porque sofria, em parte, a ação constrangedora dos estados produtores, em especial, de São Paulo. A construção de um ramal ferroviário (ligando Jaguariaíva a Jacarezinho) foi a primeira tentativa do Paraná no sentido de tentar estimular a exportação da sua produção pelo porto de Paranaguá, já que até então toda a produção era exportada pelo porto de Santos. Essa tentativa não foi bem sucedida e Wachowicz (1995:261) elenca os seguintes aspectos para explicar esse problema: a) ausência no norte do estado de firmas paranaenses que comprassem e beneficiassem produtos agrícolas; b) laços de

amizade que ligavam os proprietários das empresas instaladas na região com os comerciantes e empresas exportadoras paulistas; c) tarifas ferroviárias mais baratas das estradas de ferro paulistas. Assim, boa parte da produção e da riqueza permanecia retida em São Paulo.

Duas medidas podem ser destacadas com o objetivo de forçar a exportação pelo porto de Paranaguá e que foram estimuladas pelo governo estadual naquela época: a) criação de empresas particulares que passaram a concorrer com as paulistas nas regiões produtoras; b) diminuição das taxas de exportação no porto de Paranaguá. Essas medidas surtiram pouco efeito, pois o Estado de São Paulo continuou seu processo de apropriação dos excedentes gerados por essa atividade. Apesar disso, a expansão cafeeira no Paraná cresce extraordinariamente em menos de uma década. Os números mostram esse processo: a área plantada com café que era de 130 mil hectares em 1945 atinge 567 mil hectares em 1955 e mais de um milhão em 1958. A produção que era de 1,1 milhão de sacas na safra de 1946/47 salta para 20,7 milhões na safra 1959/60, sendo que nesse período o Estado do Paraná superara o Estado de São Paulo como maior produtor nacional (Magalhães Filho, 1994:8).

A espantosa evolução da economia cafeeira se sobrepõe à história da ocupação da região norte do Paraná. A colonização dirigida empreendida por duas companhias japonesas¹⁰ e uma inglesa¹¹ associadas à ação do governo estadual constituiu-se em um forte impulso responsável pela divisão da terra em pequenas propriedades e sua conseqüente ocupação por um influxo gigantesco de imigrantes e emigrantes. Evidentemente essa forma de ocupação condicionou a economia agrícola da região.

¹⁰ As duas grandes empresas japonesas eram, segundo Carmo (1981:48): a “Brasil Tokushoku Kaisha Brata” e a “Nambi Tochiku Bushire” responsáveis pela formação dos núcleos urbanos de Assaí e Uraí no Norte do Paraná, cuja base econômica não era o café, mas o algodão”.

¹¹ Essa é a outra experiência de ocupação. Teve seu início com a Missão inglesa Montagu, que estava à procura de uma região que viesse substituir ou complementar a cultura de algodão das colônias inglesas da África, em 1924. Neste sentido, foram adquiridas duas glebas para instalação de fazendas de algodão e máquinas de beneficiamento e, assim organizada a “Brasil Plantation Syndicate Ltd”. O insucesso da empresa impulsionou a criação de um projeto imobiliário nas terras adquiridas, formando a “Paraná Plantation Ltd” cuja subsidiária brasileira chamou-se “Cia. de Terras Norte do Paraná”, o qual mais tarde foi comprada por capitalistas de São Paulo e passou a denominar-se “Cia. Melhoramentos Norte do Paraná”.

Padis (1981) enfatiza que as áreas de dimensões reduzidas ao serem cultivadas necessitavam de um volume de capital relativamente pequeno e, em muitos casos, contavam com a mão-de-obra familiar para realizar o cultivo. Em seu período inicial, essas companhias de colonização privadas organizaram uma estrutura fundiária bastante fragmentada, baseada fundamentalmente em pequenas e médias propriedades.

O tamanho dos lotes oscilava entre cinco e quinze alqueires, e “em menos de quarenta anos (...) 36% do território transformava-se, de densa mata, absolutamente despovoada, em região que, em 1960 contava com 34% da população do estado, distribuídas em 172 cidades, algumas de porte considerável (Padis, 1981:83).

A população que se instalou nessa região era originária de diversas partes do Brasil: São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, da região Nordeste, e, é claro, de estrangeiros, entre eles aqueles de origem italiana, portuguesa, espanhola, alemã, japonesa, polonesa, ucraniana, etc., trazendo à região variados padrões culturais.

Com a expansão da área cultivada de café e de outras lavouras a ela associadas, nas décadas de 40 e 50, a conseqüência mais imediata foi, além de um vertiginoso crescimento populacional, a implantação de um setor comercial voltado para as atividades secundárias e terciárias de transporte, beneficiamento e comercialização que a própria produção demandava.

Tudo isso se associou fortemente à conjuntura internacional favorável (crise do algodão em 1932), assim como à presença de uma rede de transportes e a localização próxima dos incipientes núcleos proto-urbanos contribuíram decisivamente para tornar mais fácil a comercialização dos produtos criando condições muito benéficas aos colonos recém instalados e ao rápido crescimento da região. Há que se mencionar, todavia, que a consolidação econômica da região não se fará através do café, mas com os recursos provenientes de seu cultivo e alocados em outras atividades” ou seja, as economias externas decorrentes dela (rede bancária, corretagem, representação) (Padis, 1981:112).

Portanto, o Estado do Paraná no final dos anos 30 passa por um processo que alterou radicalmente suas bases econômicas trazendo conseqüências acentuadas em seus aspectos demográficos, na distribuição territorial da população e da riqueza, na força de trabalho, etc.

Partindo desse momento de euforia, nos anos 50 inicia-se um período de ceticismo, em virtude de que ocorrem fortes quedas de produção, da renda e das receitas estaduais em função das adversidades climáticas (ocorrência de geadas nos anos de 1953 e 1955) bem como o aumento da demanda de serviços públicos nas regiões recém ocupadas.

Além das dificuldades de comunicação entre as regiões norte e sul do estado (e o conseqüente esforço por parte do governo estadual no sentido de superá-las, ampliando, dessa forma, as possibilidades de escoamento da produção), nos anos posteriores alguns elementos novos contribuirão para colocar a economia cafeeira em crise e adentrar uma fase de decadência. Dentre eles Wachowicz (1995:262) ressalta os seguintes: a) a ocorrência de geadas em 1963, 1964, 1966 e 1969; b) a política de erradicação de cafeeiros, com a finalidade de diminuir a produção nacional; c) o incipiente desenvolvimento de um novo produto de grande aceitação internacional, a soja; d) o receio de ocorrência de novas geadas que prejudicassem a produção cafeeira, o que de fato, veio a ocorrer alguns anos mais tarde.

Dada a importância considerável da cultura do café no contexto da economia estadual os efeitos das geadas causaram impacto de grande proporção, pois inicialmente houve redução na produção física com graves conseqüências sobre a renda dos agricultores paranaenses.

Assim, os produtores de café não estavam mais dispostos a se exporem às perdas intermitentes ocasionadas por esse fenômeno climático e resolveram, no início, paulatinamente, mas posteriormente de forma acelerada, dar prioridade ao cultivo de outros produtos, entre eles a soja, o trigo, bem como a exploração pecuária. Um fato decisivo nesse processo e que costuma ser pouco

ressaltado nas análises do período foi a *geada negra*¹² de 1975, que motivou a erradicação de extensas áreas de café e a conseqüente dispensa de força-de-trabalho ocupada que começou a migrar para os centros urbanos do estado ou ainda para outras unidades da federação. Este aspecto assume importância na formação de um novo padrão de mudanças na estrutura e nas relações de produção propiciando o surgimento da segunda grande transformação ocorrida na base econômica do Estado.

1.2.3 Desenvolvimento agrícola, diferenciação e desdiferenciação social

Com o incremento da política de erradicação dos cafezais adotada entre 1965 e 1967, o Paraná ingressa na década de setenta apresentando uma expansão rápida do cultivo de outros tipos de produções.

Entre outros aspectos, o esgotamento do ciclo do café permitiu a implantação, no início da década de 70, do programa conhecido por “corredores da exportação”, com o objetivo explícito de fomentar a produção de algumas *commodities*, entre elas, a soja e a carne, bem como crescimento da produtividade através da intensificação do uso de insumos industriais e da mecanização agrícola.

Essas medidas fizeram parte de uma política econômica, de caráter mais amplo, no contexto do Estado brasileiro, geradas a partir de 1967 e que passam a privilegiar um tipo de agricultura de caráter empresarial. Neste sentido, políticas de crédito e de subsídios foram criadas com a finalidade de ampliar as possibilidades de investimentos maciços dos produtores rurais na aquisição de máquinas e de insumos modernos. Ela permitiu a associação dos objetivos de aumento de mercados para os produtos de origem industrial e, ao mesmo tempo,

¹² Pode-se afirmar que essa geada foi considerada negra primeiro porque foi de ventos frios, mas também, também, pelas suas graves conseqüências: acelerou drasticamente o êxodo rural. “Na noite de 17 de julho de 1975, as plantações de café do norte do Paraná foram dizimadas em questão de horas. Uma severa geada se abateu sobre a região naquela madrugada, e os termômetros chegaram marcar -10°C na relva. Na época, saíam aproximadamente 10,2 milhões de sacas de 60 kg dos cafezais do Estado, que era responsável por cerca de metade da produção do Brasil, o maior produtor do mundo até hoje.” (Folha de São Paulo, Caderno AGROFOLHA, p. F2, 31/10/2000).

o crescimento da produção de matérias primas para as indústrias alimentares emergentes num país em processo de urbanização.

Com isso tornou-se possível implementar uma bem sucedida estratégia de modernização agrícola na região Sul e, particularmente, no Paraná onde existiram uma conjugação de vários elementos que impulsionaram este processo.

Esses elementos eram: a presença de um importante setor empresarial rural com relativo poder aquisitivo e, de certa forma, preocupado com o aumento da produtividade e da rentabilidade das explorações agropecuárias através da redução dos custos de produção; uma política de incentivos oficiais conjugados aos poderosos interesses das indústrias de insumos, máquinas e equipamentos, bem como as condições favoráveis de solo e clima.

Desta forma, a economia paranaense sofreu uma série de transformações importantes a partir dos primeiros anos da década de 70 e que se estenderão e serão intensificadas ao longo das outras décadas, particularmente nos anos 80.

Assim, os anos 70 caracterizaram-se por expressiva expansão produtiva, condicionada não mais somente pela preocupação com a incorporação de terras ao processo produtivo, mas também através de assimilação de inovações técnicas e diversificação na pauta de produtos.

Nesse período, o grande impulso da expansão na área trabalhada foi o aumento nas áreas com as lavouras de soja e trigo e com pastagens plantadas em todo o estado.

Essa transformação na pauta de produtos, com a substituição de culturas de tipo “colonial” por culturas “nobres”, tecnicamente “modernas”, decorre de um processo complexo ocorrido a nível nacional nas relações existentes entre indústria e agropecuária. Esse foi um elemento crucial e determinante no crescimento expressivo do número de máquinas agrícolas e insumos modernos originários da atividade industrial que começavam a transformar qualitativamente o perfil econômico social paranaense.

Conforme as análises de Fleischfresser (1988) e do IPARDES (1987), durante a década de 70 verifica-se crescimento na utilização da força-de-trabalho mecânica e estabilização relativa no uso da força-de-trabalho animal. Entre 1970 e 1975 ocorreu uma rápida incorporação da mecanização principalmente entre os produtores proprietários, mas também entre os não proprietários, porém de forma muito menor, possibilitando assim um aumento da área trabalhada com estas máquinas. Conseqüentemente, o fenômeno de expansão produtiva e adoção de tratores implicou numa re-adequação do tamanho dos estabelecimentos: isso ocorreu tanto através da aquisição direta das terras, como pela retomada das terras dos estabelecimentos que se encontravam em regime de parceria e arrendamento.

Quando da análise do crescimento relativo de aquisição de tratores entre os estabelecimentos de pequeno, médio e grande porte, os dados demonstraram uma rápida, mas desigual incorporação desses equipamentos pelos produtores rurais nos estabelecimentos.

Com relação às áreas médias trabalhadas por trator, todos os grupos apresentaram redução, mas foi mais expressiva para os estabelecimentos no estrato situado entre vinte a menos de cem hectares, identificados como “familiares tecnificados”.

A diminuição da área média trabalhada por trator entre os segmentos de menores dimensões físicas relaciona-se não apenas à incorporação de novos tratores, mas também refere-se à uma redução na área trabalhada traduzindo o processo de expropriação sofrida por este grupo e sua diferenciação social.

Essa transformação tecnológica longe de ser homogênea mostrou ritmos diferenciados em suas microrregiões, contudo com uma tendência à difusão regional. Segundo o IPARDES (1987:129), essa diferença regional pode ser explicada considerando alguns aspectos: em primeiro lugar, ausência de uma política tecnológica para o setor agrícola que levasse em consideração a diversidade de situações agroecológicas e os diferentes tipos de produtores rurais; em segundo lugar, que a adoção das inovações tecnológicas foi de interesse de um grupo restrito de produtores (grandes e médios) que puderam aumentar a

escala e a produtividade, sem necessariamente incorrer em crescimento dos custos unitários dos produtos, conseqüência tanto dos ganhos de escala como do crédito subsidiado para aquisição de insumos químicos de origem industrial. Além disso, também podem ser destacados os aspectos referentes à época e à forma de ocupação do estado, as quais criaram diferenças regionais precedentes ao período de transformações tecnológicas.

Contudo, para a pequena produção familiar, em sua maior parte, as técnicas incentivadas não eram apropriadas em virtude da pouca disponibilidade de terras e de capital, as quais se constituíam em obstáculos sérios para ganhos de escala, além dos empecilhos para acesso ao crédito.

Considerando os indicadores de mecanização e uso de insumos químicos como representativos do processo de modernização tecnológica da agricultura estadual, conclui-se que as inovações foram – com exceção da região do Paraná Antigo, onde o ritmo foi muito menos acentuado- rapidamente assimiladas pelos produtores.

De forma geral, as transformações na base técnica de produção da agricultura paranaense modificaram profundamente a organização social rural e trouxeram conseqüências sociais importantes.

Um dos aspectos desse processo foram as alterações na estrutura fundiária. Graziano da Silva (1982:112) destaca que “a evolução recente da estrutura agrária do Paraná é ilustrativa de dois grandes movimentos sucessivos e contrários: a multiplicação de pequenos produtores com formas precárias de acesso à terra (parceiros, arrendatários e posseiros) na década de 60 e sua rápida redução na primeira metade da década de 70. O resultado final, permeado por um crescente número de violentos conflitos, se traduziu na crescente concentração da terra e, conseqüentemente, da renda gerada no setor agrícola paranaense”.

Os pequenos proprietários foram menos atingidos por esse processo em relação àqueles com formas precárias de acesso à terra, mas no saldo final, também reduziram-se em termos de número de estabelecimentos e de área explorada.

O segundo aspecto desse processo foram as alterações na evolução das ocupações agrícolas e nas relações de trabalho no campo. Como já foi assinalado acima, houve diminuição significativa do regime de parceria e de arrendamento, levando os proprietários das terras a uma substancial redução do número de trabalhadores residentes nos estabelecimentos.

Assim, o espaço rural paranaense deixou de ser local de moradia e de trabalho para um número expressivo de famílias. O estado, que em décadas anteriores havia sido o local de destino de um contingente significativo de famílias, se transforma, na década de 70, bem como nos anos subseqüentes, numa região que expulsa os trabalhadores rurais. Uma grande parte deles passou a habitar as cidades, mas dependendo de atividades assalariadas temporárias na agricultura. Entretanto, o fato mais marcante é que “a proporção de redução da população rural foi muito superior àquela observada em relação ao pessoal ocupado no setor agrícola” (IPARDES, 1987:143).

Dois fatores contribuíram e de certa forma se associaram para que o êxodo rural se acentuasse: a valorização das terras em função da política de crédito subsidiado e o “fechamento” da área de fronteira agrícola. Esses dois fatores incrementaram o aparecimento da figura dos trabalhadores volantes, temporários ou “bóia-frias” no Paraná (Raggio, 1985).

Além disso, as análises das informações do censo agropecuário naquele período (anos setenta) revelaram um aumento na categoria dos empregados permanentes e temporários, mulheres e menores de treze anos, demonstrando, no caso dos permanentes, que a consolidação e a expansão dos estabelecimentos acima de cinqüenta hectares impôs uma especialização da produção ao processo de trabalho agrícola, assim como, uma gerência em formas capitalistas modernas.

Na categoria dos pequenos produtores a parte que conseguiu incorporar as inovações tecnológicas a fez reduzindo as necessidades de trabalho familiar, ou seja elevaram a produtividade do trabalho. Aqueles que não conseguiram responder às demandas modernizantes, quando houve possibilidade e oportunidades do mercado de trabalho rural, passaram a desenvolver atividades

paralelas à produção devido, principalmente, à necessidade de aquisição de insumos e de alimentos. Isso ocorreu através do assalariamento de um ou mais membros da família (IPARDES, 1987:145, Fleischfresser, 1988:141). A presença da pluriatividade foi observada em todas as categorias de produtores rurais, mas entendemos que ela pode ter assumido maior significado entre a categoria dos produtores familiares de autoconsumo e semi-assalariados.

O terceiro aspecto foi o forte impulso fornecido às organizações de defesa dos agricultores - as quais vinham se constituindo desde a década de 60 – as cooperativas agrícolas¹³. Elas estão ligadas às transformações na comercialização agrícola que tornam-se inevitáveis no processo de modernização da agricultura paranaense nos anos 70. As cooperativas passam a participar de forma crescente na comercialização tanto de insumos modernos, como nos de origem tradicional. Além disso, as mesmas também avançam nas questões relativas ao armazenamento e industrialização de produtos agrícolas e em alguns casos, chegando a formar redes de lojas e de supermercados.

O crescimento das mesmas foi possível inicialmente pelo “destaque” que o Estado conferiu a este setor na modernização agrícola, entre outros aspectos de natureza legal as quais permitiram-lhe, principalmente maior flexibilidade de atuação como empresas comerciais, mas fundamentalmente no acesso privilegiado a créditos oficiais altamente subsidiados visando aumento de sua capacidade instalada e diversificação de atividades.

Mas, no final dos anos 70 a retração desses créditos implicou que as mesmas passassem a depender cada vez mais da sua capacidade de capitalização própria, surgindo contradições nas relações cooperativas – produtores, levando a um progressivo esvaziamento da participação destes últimos. Apesar disso, o crescimento do cooperativismo no Estado foi muito importante, notando-se uma expansão significativa do quadro associativo.

Em síntese, o setor cooperativo do Paraná, apesar de estar permeado de contradições, mostrou notável dinamismo nos anos 70, emergindo como um dos elementos de modernização da agricultura ao estimular formas de

¹³ Sobre esta questão apresentamos uma síntese de Leão (1989).

organização capitalistas de produção, preços e rentabilidade agrícola e a industrialização dos produtos agrícolas.

Finalmente, o quarto aspecto desse processo de transformação, associado intimamente aos anteriores, refere-se à migração e à urbanização. Essas alterações demográficas assumiram nuances diferenciadas regionalmente. A esse propósito torna-se relevante fornecer um quadro mais geral das configurações sociais e espaciais específicas do Estado do Paraná, pois atualmente o âmbito territorial ganha importância ao permitir o estabelecimento das dinâmicas específicas do desenvolvimento rural.

Sucintamente o estado pode ser dividido em três grandes regiões, as quais estão atreladas a duas características: época e forma de ocupação¹⁴.

A região do *Paraná Antigo* cujas áreas de abrangência são as regiões leste e centro-sul, cuja ocupação remonta aos meados do século XVI e cujas atividades principais, como já se destacou, foram as seguintes: captura e comércio do indígena, exploração do ouro, o tropeirismo e as atividades extrativas da erva-mate e da madeira.

A região do *Norte Paranaense* cuja atividade econômica principal ocorreu através da evolução da economia cafeeira paulista e cuja ocupação foi marcada pelo empreendimento de colonização dirigida através de companhias estrangeiras.

A terceira região de importância é aquela que se denomina de *Extremo Oeste e Sudoeste* cuja colonização inicial pautou-se por uma ocupação de caráter precário e de pequena densidade, através da exploração da madeira nas décadas de trinta e quarenta (Figura 1).

¹⁴ Uma relação sintética dos estudos anteriores que orientaram essa regionalização é apresentada em Raggio (1985:14).

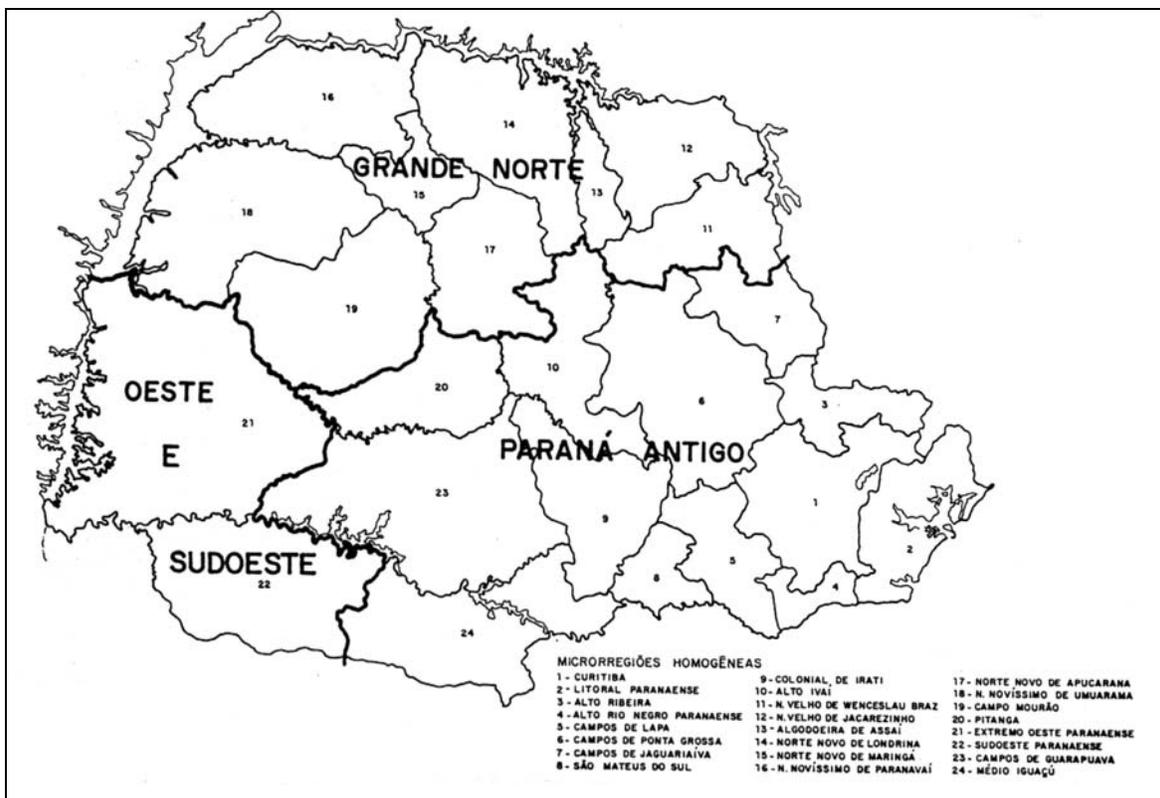


FIGURA 1
 Subdivisão do Estado do Paraná, nas três grandes regiões que marcaram a sua ocupação
 FONTE: Fleischfresser (1988)

A evolução das atividades econômicas desta região ganharia dinamismo somente através do movimento migratório oriundo principalmente do Estado do Rio Grande do Sul o qual propiciou uma colonização dirigida por meio de empresas particulares nas terras devolutas do estado, propiciando a criação de propriedades rurais de pequenas dimensões. Em resumo, o Estado do Paraná apresentou, quanto às épocas e formas de ocupação, configurações muito heterogêneas e específicas. Isso reflete-se de forma a ocasionar impactos diferenciados regionalmente durante o processo de mudança na base técnica da agricultura, diferenciação e desdiferenciação social.

O Estado do Paraná, na década de 70 sofreu um importante descenso populacional de aproximadamente 2,4 milhões de pessoas. Cerca de 1,2 milhão desta população teve como destino os estados de Roraima, Rondônia, Mato Grosso, Minas Gerais e até outro país (Paraguai), onde a terra não era tão cara. Aqueles que não tinham nada (53% dos migrantes) simplesmente perderam

o teto e a lavoura, onde trabalhavam como parceiros, colonos ou arrendatários, dirigindo-se para São Paulo à procura de um novo tipo de trabalho. Um contingente de igual tamanho (1,2 milhão de pessoas) saiu das áreas rurais e ficou acantonado no próprio estado, inchando as cidades como desempregados e subempregados (Raggio, 1987;2). Assim, ao considerarmos o aspecto da migração líquida em relação à população rural, o estado apresentou o maior índice migratório, fornecendo um parâmetro da perda e que serve como indicador da grandeza das mudanças ocorridas no rural paranaense (IPARDES, 1987:150).

Além disso, verificou-se também que o pessoal ocupado na agricultura reduziu-se para apenas 170 mil pessoas sem se observar uma lógica regional tão evidente para este fato, podendo-se afirmar que as regiões leste e a de Curitiba apresentaram o aumento do pessoal ocupado como traço marcante. Ao contrário, na mesorregião Norte, prevaleceu a redução, enquanto na mesorregião Oeste houve um misto de microrregiões com crescimento e redução do contingente de pessoal ocupado (Germer, 1987:5).

Em síntese, no decorrer da década de 70 o rural paranaense, em especial o agro, sofreu um intenso processo de mudança em sua base técnica fortemente impulsionado pelas políticas públicas. Estas tornaram mais agudo o quadro de problemas já existentes pelo aumento das desigualdades sociais refletidas no agravamento dos índices de pobreza e de exclusão social.

Com relação aos anos 80, o Estado do Paraná mostrou duas grandes tendências: até a primeira metade da década, comparativamente ao país, o estado acompanhou seu crescimento ou esteve em pior situação, mas na segunda metade apresentou um melhor desempenho do ponto de vista da agropecuária e das atividades agroindustriais associadas. Isso ocorreu principalmente devido ao fato de que durante a recessão dos primeiros anos da década de 80 a agropecuária teve um desempenho favorável, bem como de outros ramos industriais (alimento e química) apesar da profunda crise que atingiu a indústria da construção civil (Rolim, 1995:58).

Para o setor agrícola estadual o balanço geral mostra que este apresentou desempenho favorável em 1981, desfavorável entre 1982 e 1983;

favorável entre 1984 e 1985; e a partir de 1986 alternância de perdas e de ganhos. Porém, merece ser destacada uma tendência geral de declínio da participação do Paraná no PIB agropecuário nacional. “Contrariando opiniões correntes sobre a importância do setor agropecuário para o desempenho do PIB paranaense, o setor, por si só, não consegue determinar sua dinâmica” (Rolim, 1995:63).

Mais especificamente, a produção agropecuária nos anos 80 mostrou algumas diferenças em relação à década precedente. Nesta última, verifica-se a consolidação da soja como principal produto, mas com outros cultivos ao seu lado em processo de crescimento. A soja, produto em que alicerçaram-se os principais elementos que conduziram às transformações qualitativas no agro paranaense, sofreu um arrefecimento nos anos 80, entrando num processo de estabilização. Ainda que pudéssemos constatar o prosseguimento no processo de consolidação do modelo agrícola estabelecido nos anos 70, o qual baseou-se nos complexos agro-industriais, bem como na resposta afirmativa dos segmentos de produtores rurais capitalizados e/ou integrados às agroindústrias frente às demandas do mercado, com aumento da padronização da produção e elevação da produtividade, “o fato é que ao longo da década de 80 o Paraná perdeu posição na produção brasileira na maioria de seus produtos” (Rolim, 1995:65). Ainda que isso ocorresse, a produção primária prosseguiu em seu processo de transformação qualitativa, permitindo um incremento da produtividade da terra e do trabalho. Conjugadas a essas melhorias induzidas acrescentam-se programas públicos financiados com empréstimos externos (BID e BIRD), visando a conservação e o manejo dos solos nas microbacias, assim como o programa de eletrificação rural que atingiu aproximadamente metade do número de estabelecimentos rurais, permitindo o avanço significativo tanto na agroindústria quanto nas atividades primárias a ela interligadas em setores como os lácteos, carnes de aves e suínos, a fiação de algodão, a indústria do couro, a produção de fio de seda, a produção de maçãs e de uvas, industrialização da mandioca, dentre outros (Magalhães Filho, 1993:99). As conseqüências desse processo cada vez mais capital - intensivo logo surgiram: uma piora na situação de vida dos trabalhadores da agricultura, tanto dos pequenos proprietários como na dos

assalariados, mas também importantes mudanças nas relações produtivas no campo¹⁵. O estado também continuou expulsando população e com continuidade no processo de concentração fundiária, desta vez assumindo novas feições.

Uma análise mais desagregada dos dados do Censo Agropecuário de 1985 para o Estado do Paraná permitiu a Germer (1987:6) destacar cinco pontos relevantes, assim resumidos: a) a concentração fundiária prosseguiu seu curso no Estado, a despeito do aumento do número total de estabelecimentos agropecuários, havendo uma diminuição do número dos proprietários, compensada pelo aumento do número de estabelecimentos pertencentes a agricultores não-proprietários; b) nos últimos anos formou-se, no Paraná, uma “fronteira de expansão” interna, constituída por um conjunto de oito microrregiões, (...) que se pode denominar de Região Centro-Sul do estado; c) a maior parte do aumento do número de estabelecimentos ocorre na classe de menos de cinco hectares e nas categorias de não-proprietários (...); d) a concentração fundiária é característica das regiões de agricultura mais dinâmica do Estado, ou seja, (...) nas mesorregiões Norte e Oeste; e) o contingente de pessoal ocupado aumenta significativamente apenas na região centro-sul e na microrregião Sudoeste, enquanto diminui nas regiões de agricultura mais desenvolvida. Assim, o surgimento aparente de um número significativo de novos estabelecimentos de menores dimensões (até cinco hectares) e dirigidos por não-proprietários poderia indicar uma reversão na situação fundiária da década anterior. Contudo, esse processo foi mais intenso nas áreas de menor aptidão agrícola e com baixo dinamismo do Paraná Antigo, considerada como “nova fronteira de expansão” refletindo um crescimento da população ocupada nos minifúndios, podendo-se afirmar que foi uma forma de subocupação da força-de-trabalho no meio rural paranaense.

Em resumo, as conseqüências dessas mudanças (centradas na agroindústria) se rebatem nas atividades agrícolas e pecuárias, as quais são

¹⁵ Laurenti (1998) ressaltou o “crescente aumento da integração entre unidades agrícolas, expressa no compartilhamento mercantil do uso da maquinaria agrícola, e entre unidades agrícolas e empresas de serviços motomecanizados, com resultante transformação dos trabalhos agrários em serviços e concomitante redução do espaço de manobra dos agricultores no âmbito da produção agrícola. (Aumento do que na Itália se denomina de *contoterzismo*)”.

fornecedoras de matérias primas. Por um lado, assiste-se ao reforço do poder dos principais agentes desse processo, as cooperativas, grandes empresas e empresários rurais. Por outro lado, com o forte processo de exclusão e de concentração da terra e da renda¹⁶ e aumento diferenciado nas regiões rurais paranaenses da produtividade da terra e do trabalho¹⁷ temos uma grave repercussão sobre a estrutura social do campo com a imediata penalização dos grupos sociais com menor poder de barganha (pequenos proprietários, trabalhadores assalariados, sem-terra, etc.) mas, que gradativamente também passam a buscar seus direitos através de movimentos reivindicatórios¹⁸.

1.2.4 Uma nova abordagem de regionalização do Paraná nos anos 90

Uma proposta de operacionalização da abordagem multissetorial das atividades econômicas foi apresentada por Laurenti (1998) através de uma releitura da evolução atual da economia paranaense, baseando-se em dois agregados contábeis: o agregado do *agronegócio* e o agregado denominado de “outras atividades”. O autor percebeu que o perfil do agronegócio reconfigurou-se e que sua expressão máxima foi determinada pela perda relativa da supremacia da produção agrícola na formação do PIB estadual.

A transformação mais importante na evolução recente da economia paranaense ocorre no final dos anos 80 quando o *agronegócio* já não se constitui mais no agregado principal. Dois elementos foram determinantes nesse processo: o esgotamento do processo de aumento da produção agrícola por intermédio do aumento da área cultivada e pelo surto de agroindustrialização estimulado pelo forte movimento cooperativista de agricultores no estado.

Desta forma, no período 1987-96 reafirma-se a tendência de perda de caráter eminentemente agrícola da economia paranaense. Mesmo com essa tendência de redução, é importante destacar que o agregado do *agronegócio*

¹⁶ Del Grossi (1989) estudando o Paraná constatou que a modernização da agricultura neste estado foi acompanhada por um aumento na desigualdade de distribuição de renda.

¹⁷ Sobre este aspecto ver o trabalho de Guerreiro (1995).

¹⁸ A respeito desse assunto, ver o estudo de Bonim et al. (1987), com destaque para o trabalho de Ferreira (p. 9- 50).

continuou ocupando um lugar de destaque na economia paranaense no transcorrer dos anos 90.

Esse processo foi marcado também pela desigualdade na distribuição de renda, posto que uma pequena parte dos municípios paranaenses situam-se no estrato de maior renda *per capita* e porque em $\frac{3}{4}$ do total de municípios paranaenses o agregado do agronegócio predomina sobre o de outras atividades. Esse predomínio é maior nos dois estratos de menor renda. De maneira mais geral, Laurenti (1998) destaca que “a concentração da maior parte do valor adicionado numa reduzida parcela de municípios associa-se a uma maior participação das atividades integrantes do agregado *outras atividades*, ao passo que ao maior contingente de municípios situados nos estratos de renda *per capita* inferior à média estadual está associada à dominância do *agronegócio*”. Especificamente em relação ao agregado do agronegócio, verifica-se que as atividades econômicas que agregam valor ao produto agrícola concentram-se em um pequeno número de municípios, sendo que estes distribuem-se ao longo dos principais eixos rodoviários e ferroviários do Estado do Paraná. Isto é, o crescimento do agregado do agronegócio, através de atividades não-agrícolas, ocorre com intensidade mais freqüente nos municípios que anteriormente se diferenciaram dos demais por estarem localizados nas proximidades ou conterem porção da infra-estrutura de rodovias e ferrovias situadas no estado.

Em resumo, o autor conclui que, em termos espaciais, a economia paranaense apresenta cinco grandes regiões, sendo que três delas são de menor desenvolvimento econômico, as quais, *grosso modo*, são intermediadas por duas regiões de densidade maior de renda. Dentre as três regiões de menor crescimento econômico, a que se situa na região central do estado se destaca por agregar municípios nos quais existe predominância de população rural. Isso traz implicações importantes em termos de propostas de políticas públicas, em especial, aquelas dirigidas às ações no âmbito do desenvolvimento rural. Algumas delas poderiam buscar uma certa flexibilização do lugar central que o setor agrícola ocupa atualmente naquelas ações. Essa visão de deslocamento deste lugar central do agrícola advém da necessidade de incorporar a idéia de que o

rural, no mundo contemporâneo, vem cada vez mais adquirindo novas funções, em especial, as relacionadas com a de moradia, a de lazer e a de turismo, de transformações agroindustriais e de prestação de serviços auxiliares à produção.

1.2.5 O direcionamento a uma política de desenvolvimento rural no Paraná

O Censo Agropecuário de 1995-1996 não permite captar toda a dimensão da reestruturação econômica e social sofrida pelo rural nas últimas décadas, pois, ao ser concebido, passou a excluir uma das dimensões mais importantes do rural que é aquela referente à urbanização, às novas atividades e funções (principalmente as áreas destinadas ao lazer, ao ócio, e à preservação ambiental).

A despeito disso, a análise destas informações realizadas por Istake e Bacha (1999) mostram que o padrão de concentração fundiária foi o de aumento da concentração da área nas propriedades de médio porte e uma redução na área dos pequenos estabelecimentos e latifúndios.

Suzuki Jr. (2000) ao interpretar as informações do Censo Agropecuário de vários anos, também apontou para um processo de concentração fundiária nos anos recentes no contexto paranaense, cuja característica principal foi de acentuar a presença de estabelecimentos de médio e grande porte. Ele associa esse movimento à necessidade cada vez maior de exploração das “economias de escala¹⁹”. Nesse aspecto observa-se uma certa diferença em relação ao processo ocorrido principalmente nos anos 70, mas também em relação às informações do período 1980-1985.

Istake e Bacha (1999) analisaram também a evolução da produção agrícola, destacando que a soja (cultura que mais ocupou área na década de 70) manteve a sua participação em termos de área destinada ao seu cultivo, sem muitas oscilações nas décadas de 80 e 90.

Porém, outras culturas como o café e o arroz tiveram suas participações reduzidas ao longo de todo período 1970-96. A cana-de-açúcar, a

¹⁹ O autor cometeu um equívoco: a expressão mais adequada seria “vantagem de escala”.

mandioca, o milho, a atividade de sericicultura e a aveia obtiveram crescimento em suas participações nas décadas de 80 e 90.

Em termos mais gerais, após os anos 70 não se observaram mudanças drásticas na pauta dos produtos. Nos anos 90, cerca de 78,2% da área ocupada concentravam-se em três produtos, a saber: soja, trigo e milho, sendo que elas encontram-se fortemente relacionadas com as indústrias a jusante e a montante do agro paranaense.

Suzuki Jr. (2000), ao analisar o desempenho da agricultura nos anos 90 utilizando os dados da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná, mostra que no estado houve um aumento produtivo que foi apoiado pelo crescimento dos índices de rendimento físico dos grãos, devido principalmente ao desempenho da cultura da soja e do milho, culturas que responderam por aproximadamente 85% do volume colhido nas últimas safras. Ao contrário disso, o autor ressalta que o grupo formado pelo algodão, arroz, feijão e trigo registrou declínio de 18% na produção. Com essas constatações explica que a agricultura estadual percorreu um caminho de reorganização, direcionada à melhoria da competitividade e à consolidação de uma estrutura produtiva adaptada ao novo ambiente econômico que possui duas características: maior concorrência e diminuição da intervenção estatal.

Com relação à população rural, outro trabalho de Istake & Bacha (1999) mostram que, em 1991, a zona rural paranaense abrigava aproximadamente mais de $\frac{1}{4}$ da população total, confirmando o processo de urbanização do estado nos anos 80, o qual teve continuidade nos anos 90 quando a população rural reduziu-se a 22,1% do total em 1996²⁰. Em relação ao pessoal ocupado em atividades agropecuárias, o mesmo trabalho anterior (Istake & Bacha, 1999) ressaltam o declínio expressivo da participação da atividade agrícola na geração de empregos frente às demais atividades da agropecuária. A análise dos dados do Censo Agropecuário de 1995-96 mostra maior queda do emprego

²⁰ Contudo, discordamos substancialmente de uma das razões pela qual os autores tentam justificar tal redução: a escalada de conflitos trabalhistas na justiça os quais motivam os agricultores a promover a substituição da força de trabalho por máquinas e equipamentos. Esse fato, nos parece muito mais ligado a elementos de ordem econômica, como por exemplo, a redução dos custos de produção.

agrícola. Um último fato que merece ser ressaltado diz respeito à qualificação da mão-de-obra envolvida na agropecuária paranaense. Apesar de verificarem uma redução do número percentual de trabalhadores com apenas o ensino elementar de 98% em 1970 para 83% em 1991, os dados não descaracterizam a baixa qualificação do trabalhador da agropecuária paranaense, pois em sua grande maioria, o nível de escolaridade é muito baixo.

Assim, o fim dos anos 80, o início e os meados dos anos noventa foram marcados por profundas alterações na estrutura produtiva paranaense (entre elas, o peso cada vez menor da agropecuária na composição do PIB).

Essas mudanças são reflexos dos processos destacados anteriormente. Os mais importantes são: a perda do dinamismo da agropecuária, associado a um alto grau de empobrecimento da população rural - resultado direto da descapitalização crescente dos agricultores através da retração da renda agrícola – bem como, os movimentos migratórios que têm levado à expulsão da população rural em duas décadas consecutivas e às “especificidades da nova agroindústria²¹” (Urban, 1990).

Essas questões mostram a existência de um novo perfil do meio rural paranaense, como também ressalta a presença de uma crise de graves proporções na qual ele está imerso. Os indicadores de pesquisas sobre a situação social e econômica do estado têm permitido verificar que as condições sociais do rural são muito precárias em relação ao urbano.

Assim, Albuquerque (1995:36) baseando-se estudo do Mapa da Fome do IPEA (1991) afirma que: “estimava em 1.128 mil o número de indigentes na área rural, sendo praticamente a metade da população rural – estimada em 2.250 mil habitantes enquanto na cidade havia 755 mil pessoas, significando 12% da população urbana, em estado de extrema miséria”.

²¹ Neste artigo a autora explica que o novo perfil organizacional vem sendo determinado por vários fatores, entre eles: a) percepção que os grupos empresariais têm do potencial que representa o setor e, diante disso, a reorientação do excedente de capital de outros ramos industriais e mesmo do agrobenefício para etapas mais avançadas da industrialização; b) novas características que a comercialização dos produtos desse setor adquire, proporcionando alterações radicais no peso da estrutura industrial em relação às etapas seguintes (venda, distribuição e determinação de mercado).

Um apuramento desse estudo revela “concentração de município com [...] maior grau de carência do morador e da moradia’ nas regiões do Centro, Sudoeste e Leste, embora também estejam presentes em alguns municípios das regiões mais dinâmicas do Estado – Norte e Oeste” (IPARDES, 1997), citado por Fleischfresser (1999:213).

Assim, as informações contidas neste estudo constituem em um forte indício do processo de crescente empobrecimento da população rural paranaense, colocando o estado entre aqueles que apresentam situação mais crítica entre os demais da federação.

Durante principalmente os anos 70, 80 e início dos anos 90 tomou-se o desenvolvimento agrícola como sinônimo de desenvolvimento rural. Assim, o desenvolvimento foi medido em termos de evoluções das produções, atividades e rendimentos de acordo com a forma clássica de difusão de inovações, bem como eficiência dos sistemas produtivos.

A modernização agrícola significou a intensificação desses processos com um aumento da produtividade do trabalho e da terra e conseqüente densificação da utilização de insumos químicos e biológicos e da mecanização agrícola.

Isso implicou uma redução das áreas de exploração as quais respondiam de forma eficaz aos custos de intensificação e uma marginalização das áreas menos favorecidas ou de localização mais difíceis. Em meados dos anos 90, tornou-se evidente a perda de importância relativa do rural como sinônimo de agrícola, o acirramento das disparidades sociais, a concentração da produção, da terra e da renda.

De uma parte, um número cada vez menor de explorações modernas e capitalizadas favorecidas em termos edafoclimáticos, muito menos familiares e crescentemente empresariais. De outra parte, a multiplicação de estruturas precárias em termos de ocupação e rendimento, bem como, de unidades pluriativas quando o entorno social e econômico favorecia, permitindo a complementação de rendimentos ou a sua completa substituição, com o campo tornando-se muito mais um local de vida do que de produção agrícola

propriamente dita. Isso tem levado a que a vida rural não possua mais um fundamento diretamente produtivo para um conjunto significativo de famílias.

Nesta situação, revelam-se valiosas a busca da valorização estratégica da diversificação de atividades e de mobilidade de recursos entre elas, bem como, a importância decisiva de agentes e promotores que consigam transcender a tradição agrária da população residente ativa e em outros meios ocupar os espaços deixados pelo êxodo e pela emigração.

Em outras palavras, pode ser substancialmente relevante tentar alargar a noção de desenvolvimento além do setor agrícola e propiciar condições de vida e expectativas mais promissoras aos grupos sociais menos favorecidos, os pobres do campo. Assim, o desenvolvimento rural surge na atualidade como uma “opção social” por algumas razões não diretamente produtivas e não poderá se concretizar pela dinâmica econômica exclusiva do mercado.

No capítulo 2 do presente estudo apresentaremos uma discussão mais aprofundada acerca das ocupações agrícolas e rurais no Estado do Paraná nos anos 90, destacando as suas principais características, evoluções e dinâmicas, porque estes aspectos possuem relação direta com os objetivos propostos nesta investigação.

2. As dinâmicas das ocupações das pessoas agrícolas e rurais

2.1 Introdução

As atividades rurais não-agrícolas nas áreas rurais receberam muito pouca atenção, há algumas décadas, na formulação e implementação de estratégias de desenvolvimento (urbano e rural), pois estas concentravam-se quase que exclusivamente nos aspectos econômicos do desenvolvimento agrícola, ou naqueles relativos à posse de terra, infra-estruturais ou institucionais (Anderson & Leiserson, 1980:227). Atualmente, porém, esse tema pode desempenhar um papel mais decisivo na formulação dessas estratégias, especialmente para os grupos mais pobres da população rural que dependem destas atividades como fontes de ocupação e de renda, contribuindo de forma decisiva para a melhoria das condições de vida nas áreas rurais.

Neste sentido, Anderson & Leiserson (1980:239) expressam que: “o tema crítico circundando o significado econômico das atividades rurais não-agrícolas não é, entretanto, simplesmente se elas são relativamente eficientes no seu presente no uso de capital e de trabalho, mas qual papel deveriam desempenhar nas estratégias de desenvolvimento enfatizando o alívio da pobreza e crescimento da ocupação”.

O tema das ocupações rurais não-agrícolas²² e seu significado para as políticas de desenvolvimento rural não permitem, em geral, generalizações muito fáceis, pois dependem muito estreitamente das estruturas econômicas onde estão inseridas.

Mesmo com essas dificuldades, as atividades rurais não-agrícolas não têm recebido atenção considerável tanto por parte dos acadêmicos como dos elaboradores de políticas de desenvolvimento rural durante a última década.

²² A utilização da expressão “ocupações rurais não-agrícolas” ao invés de “empregos rurais não agrícolas” encontra-se amparada nas conclusões de Barros & Mendes (1983:78). Esses autores argumentam que: “A complexidade do problema do trabalho na agricultura portuguesa (...), tem por origem (...) não só a circunstância de se tratar de atividade repartida por distintas formas de produção, mas também o fato do trabalhador agrícola se achar com frequência dividido por ocupações ou situações sociais diferenciadas. Como decorrência direta deste último aspecto, o trabalho agrícola nem sempre assume a natureza de profissão, antes coincidindo muitas vezes com o que se pode designar por ocupação”.

Assim, para se obter uma visão panorâmica deste assunto, apresentam-se sinteticamente os resultados de algumas dessas investigações.

O estudo desenvolvido por Hazell & Haggblade (1993) destaca que as atividades não-agrícolas ocupam um lugar importante nas economias rurais em todo o mundo subdesenvolvido, particularmente na Ásia e na América Latina. Empresas não-agrícolas representam apenas 14% do emprego a tempo completo na África, mas atingem cerca de 26% na Ásia e 28% na América Latina. Quando as vilas rurais são incluídas, a participação do emprego não-agrícola aumenta de forma considerável, crescendo para 19% na África, 36% na Ásia e 47% na América Latina. Com relação aos tipos de atividades, os autores catalogam como importantes aquelas de fabricação com baixo investimento e as de serviços – incluindo tecelagem, olaria, coleta, preparação e processamento de alimentos, serviços domésticos e pessoais e trabalhos não-agrícolas assalariados e não-especializados – com maior participação na renda dos pobres rurais do que na dos ricos. O inverso diz respeito às atividades de transporte, comércio e atividade de fabricação como moagem e fabricação de metais, as quais requerem consideráveis investimentos. A densidade e a composição da atividade rural não-agrícola varia de forma considerável através dos continentes, países e mesmo no interior deles. Mas, a esmagadora importância do comércio e atividades de serviços é clara, tanto em aldeias como nas vilas rurais. Os autores atribuem essa variação aos seguintes aspectos: dotação de recursos, localização, formação étnica, encadeamento dos acontecimentos históricos, políticas governamentais e a própria agricultura.

O estudo pioneiro de Klein (1992) em 18 países latino-americanos alertava para o fato de que o emprego rural não-agrícola aumentava a uma taxa de 3,4% a.a. na década de 70, e que este crescimento poderia ser atribuído não somente aos níveis de desenvolvimento dos países, mas também aos modelos e padrões de desenvolvimento, fatores culturais, distribuição populacional e tamanho do país. Por isso, o autor sustenta a hipótese de que “o volume e evolução do emprego rural não-agrícola está relacionado com as características geográficas de cada país e a sua conseqüente distribuição espacial da população

e com as características do desenvolvimento da agricultura em geral”. Acrescentava também como importantes os aspectos da estrutura agrária local, o aumento das comunicações e a extensão dos serviços públicos, assim como o emprego público em administração de serviços. O aumento do emprego rural não-agrícola acaba sendo um reflexo do processo de desenvolvimento dos países.

Em um estudo mais recente, Weller (1997), estudando o Istmo centro-americano - com informações do final da década de 80 e início dos anos 90 - aponta para o fato do emprego rural não-agrícola representa uma proporção cada vez maior do emprego rural. O autor afirma que o emprego rural não-agrícola é heterogêneo e que surgem diferentes tipos de emprego como conseqüência de dinâmicas variadas.

Em que pese a importância das cinco dinâmicas²³ sugeridas pelo autor para a explicação do crescimento do emprego rural não-agrícola, ambos os estudos apresentam ênfase nos processos de modernização da agricultura como elementos fundadores e preponderantes em sua composição e características.

No Brasil, a discussão das ocupações rurais não-agrícolas foi introduzida no começo dos anos 90 por Graziano da Silva²⁴ (1996) quando chamou atenção que, enquanto nos anos 60 e 70 um expressivo número de trabalhadores rurais deixaram o campo e foram para a periferia das cidades, nos anos 80 esse fluxo não somente se reduziu substancialmente, como estava ocorrendo uma verdadeira “urbanização do campo brasileiro” com o crescimento das ocupações rurais não-agrícolas.

Uma análise quantitativa de cunho mais genérico foi empreendida pelo mesmo autor em 1995 quando constatou, utilizando os dados das PNADs e dos censos demográficos, o aumento das atividades rurais não-agrícolas.

²³ As mesmas serão motivo de discussão no final deste capítulo.

²⁴ O texto original é de 1993 e foi publicado na *Revista São Paulo em Perspectiva* (7) 3, jul.-set. e depois republicado como capítulo no livro de 1996.

Em 1997, em outro trabalho, relata que o espaço rural já não pode mais ser caracterizado como exclusivamente agrícola, havendo um conjunto de atividades não-agrícolas, como prestação de serviços, comércio e indústria, que têm um peso cada vez maior na dinâmica populacional do espaço rural brasileiro. Esse espaço rural ganhou, por assim dizer, novas funções e novos tipos de ocupações, emergindo um novo inter-relacionamento entre o espaço rural e o urbano o qual permite um entrelaçamento de mercados de trabalho rural para atividades agrícolas e não-agrícolas. Em resumo, a população rural com poucas opções de ocupação agrícola foi buscar outras oportunidades nas pequenas brechas de ocupações informais não-agrícolas.

Com relação ao espaço rural paranaense, Del Grossi (1996), após apresentar algumas das transformações recentes utilizando os dados das PNADs, concluiu que “os ramos não-agrícolas, como comércio e serviços, têm ampliado significativamente sua presença no meio rural paranaense”. Esses estudos apontam tanto para a necessidade de aprofundar-se a discussão com base nas informações de uma série histórica, como também tentar explicar melhor suas principais características, evolução e dinâmicas.

Nosso objetivo na seqüência deste texto é analisar, a partir dos dados da série histórica das PNADs de 1992-98, as principais características e tendências das ocupações rurais - agrícolas, *mas especialmente as não-agrícolas*²⁵ - no contexto do espaço rural paranaense, à luz das mais recentes contribuições teóricas apresentadas no início dessa seção. A partir desta análise tentaremos mostrar que as ocupações rurais não-agrícolas expandem-se muito rapidamente nas regiões rurais do Paraná devido a algumas dinâmicas específicas, e merecem uma melhor consideração na elaboração e implementação de estratégias de desenvolvimento.

²⁵ Em geral, a revisão da literatura mostrou que as pessoas constituem a unidade de análise significativa para o estudo da ocupação ou da ocupação múltipla (*multiple job holding*).

2.2 Nota metodológica: as novas aberturas geográficas

As aberturas geográficas das novas PNADs permitem uma caracterização muito mais apurada e fornecem uma oportunidade ímpar de se entender a profunda alteração das relações campo-cidade nos anos 90.

Ao trabalharem com critérios que buscam associar padrões demográficos tradicionais com os fluxos de atividades econômicas – levando em conta tanto os aspectos específicos de produção de bens e serviços, assim como o deslocamento dos trabalhadores – Cromartie & Swanson (1996) mostram que no contexto norte-americano as regiões censitárias podem ser utilizadas de forma mais precisa para definir as áreas e populações rurais. Assim, propõem cinco níveis de categorias metropolitanas e não metropolitanas do “*continuum rural-urbano*”, quais sejam: (1) núcleo metropolitano: onde 50% ou mais da população do condado ou da região censitária deve estar localizada em área urbanizada; (2) entorno metropolitano: regiões com alto grau de integração econômica e social, sendo que os fluxos de *commuting*²⁶ em direção ao núcleo e a partir dele constituem-se na unidade de medida; (3) adjacências não-metropolitanas: condados ou regiões fisicamente adjacentes às regiões metropolitanas mas que contêm pelo menos 2% de sua força de trabalho empregada, deslocando-se pendularmente para as áreas metropolitanas; (4) não-adjacentes, não-metropolitanas com cidade: condados ou regiões não adjacentes a áreas metropolitanas, mas as quais contêm toda ou parte de uma cidade de dez mil ou mais residentes; (5) não-adjacentes, não-metropolitanas, sem cidades: condados ou regiões não-adjacentes a uma área metropolitana, não contendo qualquer parte de uma cidade de dez mil ou mais residentes incluídos.

As atividades dos residentes (agrícolas ou não-agrícolas) não se constituem em um critério de classificação da proposta acima.

²⁶ Segundo Aldric, Beale & Kassel (1997:26) *commuting* se tornou uma parte integral da vida não-metropolitana, muito dele rumo a outros destinos não-metropolitanos. Trata-se de uma forma de aproveitar as opções de casa e de emprego em comunidades vizinhas, sendo que as taxas de *commuting* são maiores em lugares e cidades muito pequenas. Outro aspecto importante é que o *commuting* não se limita a áreas metropolitanas. Em razão dessa mobilidade, “aumentar os postos de trabalho numa certa comunidade pode resultar no crescimento da procura e obtenção de emprego tanto por parte dos residentes como dos não-residentes nesta comunidade”.

Para esses autores, as grandes cidades expandiram-se além das fronteiras tradicionais para formar regiões urbanas difusas; as atividades econômicas difundem-se em direção aos subúrbios; os avanços nos sistemas de transportes e comunicações aumentaram a integração espacial das economias rurais e urbanas e as economias rurais tornaram-se menos dependentes dos recursos naturais e mais diversificadas.

Dessa forma, a abertura tradicional rural-urbano oriunda do corte metropolitano e não-metropolitano tendo os condados como unidade de análise tornou-se menos promissora. As regiões censitárias fornecem uma delimitação mais precisa tanto em termos territoriais quanto da população em diferentes tipos de áreas do que aquela do *continuum* do nível de condado. Os autores concluem que, para compreender de forma completa o sistema de povoamento dos Estados Unidos, um *continuum* rural-urbano é crucial e que a escolha de unidades geográficas afeta tanto a exatidão do *continuum* como a sua capacidade para implementar o sistema como um conjunto diverso de dados. Destacam que “um sistema de medida baseado em regiões traz à luz a diversidade de padrões de povoamento e população dentro dos territórios não-metropolitanos. As gradações geográficas de um fim ao outro do *continuum* rural-urbano emergem com o uso das regiões censitárias, especialmente o papel das áreas metropolitanas adjacentes como zonas de transição entre tipos de povoamento (Cromartie & Swanson, 1996:37).

Tudo isto se justificaria porque os conceitos básicos para definir o que é rural não foi grandemente alterado no tempo, mas, o tamanho da população, densidade e acessibilidade não está mapeado e analisado em uma escala suficientemente detalhada a qual permita capturar os complexos padrões de povoamento norte-americanos, bem como a crescente complexidade da fronteira urbano-rural na qual se insere a idéia do *continuum*.

Abramovay (1999:22) estudando as noções de ruralidade e suas relações com o desenvolvimento rural destaca, para o caso dos E.U.A., que “a noção de *continuum* rompe com uma das mais caras tradições da sociologia norte-americana, a que enfatiza o valor da pequena comunidade”. Destaca

também que, foi nos anos 60 que Pahl (1966) elaborou a idéia de um *continuum* rural-urbano, assentando-se no pressuposto de que “qualquer tentativa de ligar padrões particulares de relações sociais a um meio geográfico específico é um exercício infrutífero”.

Mathieu (1990) também confirma que o modelo surgiu a partir dos anos 60, período em que o crescimento das cidades toma um ritmo sem precedentes – com o crescimento do emprego, do consumo e níveis de vida – esse modelo de análise baseado no *continuum* tornou-se dominante. Suas origens baseiam-se na idéia da “urbanização dos campos” a partir da observação de um fenômeno de extensão espacial das grandes cidades em relação à concentração da população e do habitat (metropolização); em particular nos Estados Unidos, deduz-se o fim de toda a descontinuidade espacial entre as cidades e os campos, o que conduz à negação do conceito de rural.

A urbanização foi considerada então, como um movimento irreversível, uma verdadeira “lei” do desenvolvimento espacial: é o fim dos “campos”, estabelecendo-se um *continuum* rural-urbano. A noção de rural se apaga arrebatando neste suplantando todas as noções que lhe estariam ligadas, em particular aquela da natureza. Esse modelo privilegia a assimilação, a integração dos campos, dos rurais, e logo dos camponeses, pela difusão da cultura, dos produtos de consumo, das práticas urbanas. O êxodo rural é certamente um processo cuja existência é reconhecida, mas ele é secundário em relação àquele da modernização que torna o espaço mais homogêneo. O termo “urbanização dos campos” significa em um forte sentido assimilação, o fim de uma diferenciação ultrapassada e arcaica (Mathieu, 1990). Esse modelo de análise de “urbanização dos campos” inspira ainda alguns pesquisadores ruralistas, por exemplo, aqueles que consideram que o espaço é um *continuum*, propondo um corte gradual segundo o grau de difusão da modernidade urbana (Mathieu, 1990).

A esse propósito Audirac (1999:9,17) lembra que o *continuum* forma a base típica para os modelos de desenvolvimento urbano-rural – com o urbano num dos extremos do *continuum* e a zona rural e o ermo (zonas completamente rurais) no outro (ver figura 2).

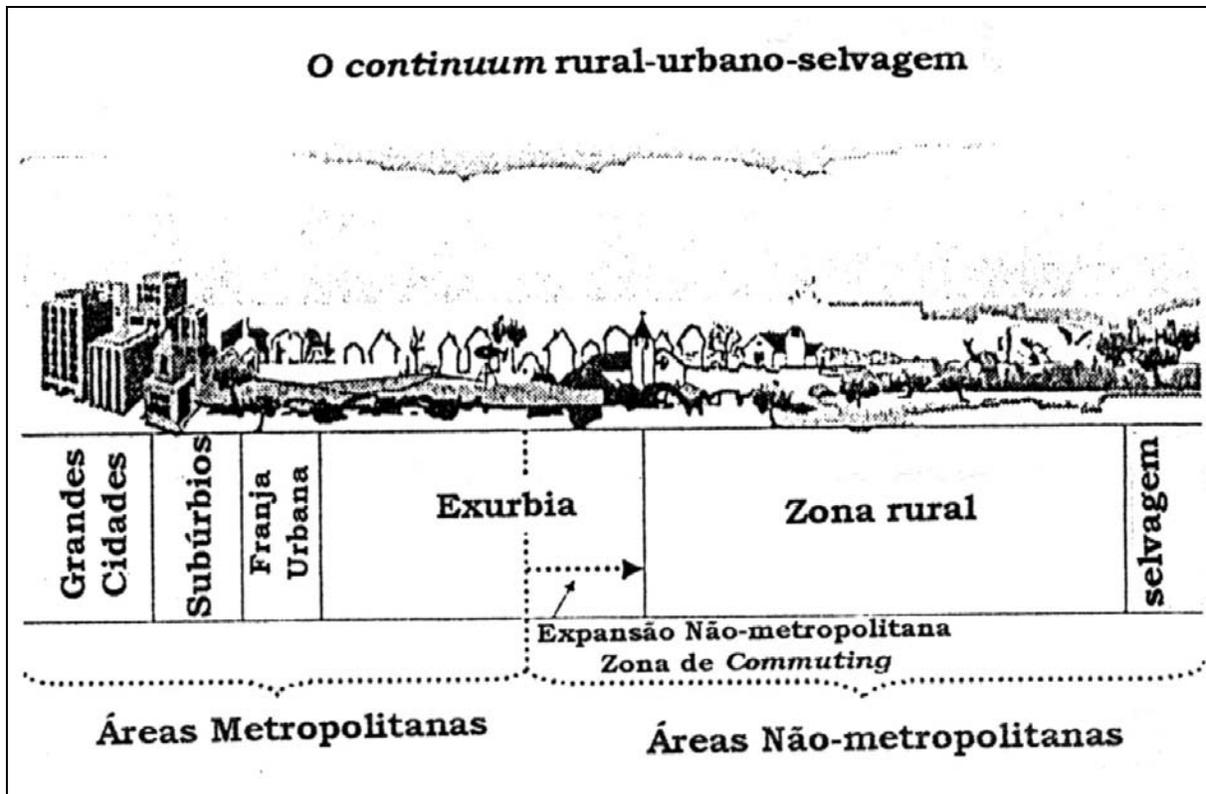


FIGURA 2
Borda da exurbia²⁷: fronteira metropolitana/não-metropolitana
Esquema extraído de Furuseth & Mark (1999:17)

Entre esses dois fins existe um múltiplo de subdivisões de áreas que variam com dada ênfase específica dos autores urbanos e rurais. Em geral, esses modelos são estáticos ou dinâmicos dependendo se eles enfatizam a estrutura (zonas de uso da terra) ou os processos (conversão de uso da terra de rural para urbano ou mudança nos valores da terra) e o comportamento (decisão dos agricultores ou promotores do desenvolvimento, ou preferências dos membros da classe média que vivem em zona semi-rural e trabalham na metrópole). Todavia, como é o caso em todos os modelos, eles simplificam condições altamente complexas e o processo de metropolização sustenta sua suposição. Ainda segundo a autora, a borda da exurbia demarca uma fronteira entre as áreas metropolitanas e não-metropolitanas.

²⁷ Segundo o Dicionário Webster's (1982:271) exurbia refere-se a "uma região semi-rural, em especial, a área residencial próspera situada além dos subúrbios".

Além dessa fronteira, áreas não-metropolitanas - isto é, todos distritos não-adjacentes a áreas estatísticas metropolitanas - incluem “zonas rurais” e áreas de ermo. Em uma parte da área da exurbia existe um processo social e econômico importante: *a zona de commuting*. A zona rural pode conter cidades rurais e pequenas cidades com limitada influência urbana em seu interior, enquanto o ermo compreende terras públicas e federais. Como com o modelo antecedente, as exurbias são separadas da borda suburbana construída pela franja urbana, uma faixa de terra não ainda construída nem provida de serviços públicos, mas irrevogavelmente confiada para futuro uso urbano²⁸. Assim, a escolha das unidades geográficas adequadas para a construção do “*continuum* rural-urbano” pode apresentar efeitos importantes tanto do ponto de vista da precisão da análise como na aplicabilidade do sistema para um conjunto diverso de problemas²⁹.

É necessário também esclarecer que, apesar da desagregação facilitar a obtenção de populações mais homogêneas, ao se levar em conta determinados atributos, um cuidado precisa ser tomado quanto ao limite das desagregações possíveis em cada caso. Assim, pretendemos, na seqüência desse texto, explorar o desdobramento das regiões censitárias em regiões metropolitanas e não-metropolitanas, bem como a desagregação da situação de domicílio nas aberturas que foram introduzidas a partir de 1992 no recorte tradicional urbano/rural para o Brasil.

Graziano da Silva (1999:67) explica que, visando atenuar, entre outras, as distorções decorrentes da não atualização dos perímetros urbanos por parte de muitos municípios, o IBGE introduziu, para efeito da apuração do Censo Demográfico de 1991, outras unidades territoriais além das quatro já tradicionalmente utilizadas (urbana, rural e rural ou urbana isolada).

²⁸ O professor David Goodman comentou em palestra realizada na UNICAMP em 27/10/99 que nos E.U.A. postula-se o fim da zona rural (*countryside*), havendo distinção somente entre o “urbano” e o “selvagem” em função de sua crescente urbanização.

²⁹ Abramovay (1999:23) destaca que “o peso cada vez menor da agricultura na ocupação produtiva é uma das razões pelas quais as mais importantes estatísticas norte-americanas estipulam a separação entre áreas metropolitanas e não-metropolitanas, muito mais que entre urbanas e rurais. Mais que isso: o destino das próprias áreas rurais está diretamente ligado ao tipo de região a que se ligam”.

No caso dos aglomerados rurais, dois critérios foram observados: o tamanho e a densidade dos mesmos. A partir daí definem-se: a) os aglomerados rurais do tipo extensão urbana pelo critério de contigüidade: a distância do núcleo principal ou de outro aglomerado rural de extensão urbana deve ser inferior a um quilômetro, considerada a menor distância efetiva entre as duas áreas urbanizadas ; b) os aglomerados rurais isolados, quando a distância for maior que um quilômetro, que podem ser classificados como: povoados (não vinculados a um único proprietário e que possuem serviços); núcleos (vinculados a um único proprietário, independentemente de possuir serviços); e outros (ausente de serviços e sem vínculos com um único proprietário). Considera-se como áreas urbanas não-urbanizadas aquelas localizadas no interior dos perímetros legalmente definidos como urbanos mas que encontravam-se ocupadas com atividades agropecuárias.

Sinteticamente, os resultados obtidos a partir dos microdados das PNADs, após alguns testes, foram transformados e serão doravante apresentados em quatro aberturas, quais sejam: *a) urbana urbanizada; b) periferia* (composto pelas áreas urbano não-urbanizado e rural extensão do urbano); *c) povoados e outros* (que se compõe das áreas urbano isolado em conjunto com os povoados e outros aglomerados que não têm vínculos com um único proprietário) e *d) rural privado* (que constitui-se na junção dos: núcleos e do “rural exclusive”). A criação da categoria *periferia* representa uma nova proposta de abertura que tem como objetivo captar a extensão propriamente dita das áreas urbanas sobre as rurais, uma das expressões do “*continuum* urbano-rural” . Para a categoria denominada de *povoado* agregaram-se as áreas não vinculadas a um único proprietário e que possuem serviços para atender seus moradores e as áreas urbanas não-urbanizadas ou urbanas isoladas, dada a similaridade das suas funções bem como, os limites da desagregação com um conseqüente comprometimento da representatividade estatística. Finalmente, a categoria *rural privado* é a junção das áreas que possuem um único proprietário (núcleos) independentemente da presença dos serviços e as demais áreas privadas. A idéia de separar o rural privado é tentar reconstruir os espaços considerados predominantemente

agrícolas que são por excelência espaços apropriados privadamente (fazendas, agroindústrias, etc.).

2.3 Evolução da PEA rural e agrícola: Paraná, anos 90

2.3.1 A PEA agrícola e rural

Através da tabela 1, podemos verificar um conjunto de informações que permitirão qualificar a evolução da PEA rural e agrícola no Estado do Paraná durante a década de 90 (série 1992-98). Analisaremos a PEA rural ocupada tanto nas atividades rurais agrícolas como nas não-agrícolas, conforme as situações de domicílio propostas anteriormente.

TABELA 1
População ocupada segundo a área censitária da amostra e ramos de atividades. PEA restrita.
Paraná, 1992-98. (1000 pessoas)

ÁREA CENSITÁRIA/ RAMO DE ATIVIDADE	1992	1993	1995	1996	1997	1998	taxa de crescimento (%) ao ano 1992/98	
TOTAL	3.909	3.968	4.192	4.155	4.109	4.126	0,94	**
Agrícola	1231	1181	1116	1051	995	890	-4,85	***
Não-agrícola	2678	2786	3076	3104	3113	3236	3,13	***
Metropolitano	917	925	1.067	1.106	1.100	1.096	3,61	***
Agrícola	50	48	42	40	29	22	-11,71	***
Não-agrícola	867	877	1026	1066	1071	1074	4,23	***
Não-Metropolitano	2.992	3.043	3.125	3.049	3.009	3.030	0,07	
Agrícola	1181	1134	1075	1011	966	868	-4,61	***
Não-agrícola	1811	1909	2050	2038	2043	2162	2,59	***

FONTE: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, IE/UNICAMP, Julho-2000.

NOTA: ***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

O primeiro fato que merece ser destacado para efeitos de análise é a queda da PEA ocupada em atividades agrícolas independentemente da situação de domicílio (metropolitano, não-metropolitano) e total, e o crescimento simultâneo da população ocupada em atividades não-agrícolas nas distintas áreas censitárias. Adicionalmente, cabe também destacar que a PEA agrícola da região metropolitana é constituída de apenas 22 mil pessoas ou seja, 2,5% do total de pessoas ocupadas em atividades agrícolas.

Numa análise mais específica da tabela 1 focalizando a região não-metropolitana ressaltam-se dois pontos: enquanto as atividades agrícolas

apresentam uma tendência significativa de queda de 4,6% ao ano as atividades não-agrícolas mostram uma tendência de aumento de 2,6% ao ano. No caso da região metropolitana, verificamos uma queda muito forte e confiável nas atividades agrícolas em 11,7% ao ano, e uma tendência significativa de alta no ramo de atividades não-agrícolas de 4,2% ao ano.

Um detalhamento das informações apresentadas anteriormente é mostrado na tabela 1a, com as novas aberturas geográficas mencionadas.

TABELA 1A

População ocupada segundo a área censitária da amostra, nova situação do domicílio e ramos de atividades. PEA restrita. Paraná, 1992-98. (1000 pessoas)

ÁREA CENSITÁRIA/ SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO/ RAMO DE ATIVIDADE	1992	1993	1995	1996	1997	1998	taxa de crescimento (%) ao ano 1992/98	
METROPOLITANO								
Urbana urbanizada	842	841	979	1009	990	995	3,40	***
Agricultura	15	11	11	10	10	7	-8,65	***
Não-agrícola	828	830	968	999	980	988	3,55	***
Periferia	0	0	0	0	0	0	-	
Agricultura	-	-	-	-	-	-	-	
Não-agrícola	-	-	-	-	-	-	-	
Povoados e Outros	24	28	35	46	64	65	19,09	***
Agricultura	1	1	1	0	1	0	-	-
Não-agrícola	23	27	35	46	64	64	19,81	***
Rural Privado	50	55	53	52	46	36	-4,64	*
Agricultura	34	35	30	30	19	14	-12,83	***
Não-agrícola	16	19	23	21	27	22	5,98	**
NÃO-METROPOLITANO								
Urbana urbanizada	1878	1975	2098	2093	2081	2111	1,82	***
Agricultura	229	252	227	245	228	203	-1,83	
Não-agrícola	1649	1722	1872	1848	1853	1908	2,29	***
Periferia	0	0	0	0	0	2	-	
Agricultura	-	-	-	-	-	-	-	
Não-agrícola	-	-	-	-	-	2	-	
Povoados e outros	83	88	88	91	75	96	0,68	
Agricultura	37	33	33	32	23	27	-5,83	***
Não-agrícola	46	55	55	59	52	69	4,47	**
Rural Privado	1031	980	938	865	852	820	-3,73	***
Agricultura	916	848	815	734	715	639	-5,35	***
Não-agrícola	116	132	123	131	137	182	5,37	**

FONTE: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, IE/UNICAMP, Julho-2000.

NOTA: ***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo. “ - ” indica menos de seis observações na amostra.

Uma análise mais genérica da tabela 1a apresentada acima permite captar dois fenômenos: o primeiro é a baixa relevância da abertura geográfica denominada de “periferia” no Paraná, tanto em relação ao corte metropolitano como ao não-metropolitano³⁰; e o segundo, é a queda quase generalizada e significativa da população nas atividades agrícolas.

Destaca-se também que a maior parte da população rural ocupada agrícola encontra-se na região não-metropolitana, mais precisamente na abertura denominada de “rural privado”. Apesar desta questão encontrar-se amplamente discutida, cabe mencionar que no caso paranaense essa redução das ocupações rurais agrícolas associa-se, entre outros aspectos, à continuidade do processo de modernização agrícola, com conseqüentes mudanças nas bases técnicas de produção que descrevemos anteriormente. Isso possibilitou o avanço das etapas da mecanização das colheitas de determinados produtos que absorviam parte da força-de-trabalho existente.

Nesta mesma abertura atesta-se o aumento significativo da população ocupada em atividades não-agrícolas, quer seja para o “rural privado” quer seja para os “povoados e outros”. Em ambos casos, existe uma tendência forte e significativa, mas do ponto de vista do número absoluto de pessoas envolvidas a relevância é do “rural privado”.

Um aspecto adicional da tabela 1a e que chama atenção é a presença de mais de 200 mil pessoas residentes em regiões não-metropolitanas urbanas em 1998 ocupadas em atividades agrícolas. Esse número permanece praticamente inalterado durante o período 1992-98³¹.

Em síntese, constata-se o fenômeno da urbanização da agricultura no Paraná através não somente da presença de PEA agrícola que possui domicílio urbano, mas também e principalmente, pela tendência confiável de

³⁰ Isto pode constituir-se em um tanto “erro” de classificação do IBGE como também um preconceito das pessoas em declarar que habitam a região denominada de “periferia” das cidades paranaenses.

³¹ Segundo Leone (1995:152) “trata-se, em sua maioria de trabalhadores assalariados temporários - os bóias-frias – que não se integram ao mercado de trabalho urbano e ficam na dependência da demanda de mão-de-obra sazonal das atividades agrícolas. Esses trabalhadores residem, principalmente, em pequenos aglomerados onde as redes de infra-estrutura e serviços públicos existem mas não são suficientes para garantir o acesso universal da população”.

crescimento da PEA não-agrícola que possui domicílio rural. Explicando de outra forma, o meio rural paranaense já não pode ser caracterizado como um espaço exclusivamente agrícola, mas a ele se adicionam outras dimensões não estritamente produtivas.

Antes de seguir-se na análise dos dados referentes aos ramos de atividades das pessoas ocupadas apresentar-se-ão as informações da tabela 2, que mostra a situação, tanto da PEA não-ocupada como da população de 10 anos ou mais para as aberturas metropolitano e não-metropolitano.

TABELA 2

População de 10 anos ou mais de idade segundo a área censitária dos domicílios, nova situação dos domicílios e condição de ocupação. Paraná, 1992-1998. (1.000 pessoas)

ÁREA CENSITÁRIA/ SITUAÇÃO DOS DOMICÍLIOS/ RAMOS DE ATIVIDADES	1992	1993	1995	1996	1997	1998	taxa de crescimento (%) ao ano 1992/98	
METROPOLITANO								
População de 10 anos ou mais	1669	1765	1871	1936	1966	2040	3,22	***
População ocupada	917	925	1067	1106	1100	1096	3,61	***
População não-ocupada	752	841	804	830	865	944	2,76	***
Procurando emprego	76	60	79	75	111	140	11,6	***
Aposentados e/ou pensionistas	106	121	134	137	137	151	5,2	***
Outros inativos	570	660	590	618	617	653	1,0	
NÃO-METROPOLITANO								
População de 10 anos ou mais	5053	5115	5244	5306	5311	5429	1,13	***
População ocupada	2992	3043	3125	3049	3009	3030	0,066	
População não-ocupada	2061	2072	2120	2257	2302	2398	2,61	***
Procurando emprego	168	158	200	182	205	225	5,26	***
Aposentados e/ou pensionistas	327	390	403	459	447	506	6,42	***
Outros inativos	1566	1524	1516	1616	1650	1668	1,37	**

FONTES: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, IE/UNICAMP, Julho-2000.

NOTA: ***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Para a situação metropolitana, é possível observar tendências de crescimento significativas tanto para população de 10 anos ou mais, da população ocupada e da não-ocupada. A tendência significativa de crescimento desta última provém da tendência forte e significativa de crescimento apresentada pelo conjunto das pessoas que declararam estar na condição "procurando emprego", mas também da tendência significativa de crescimento do conjunto dos aposentados e/ou pensionistas. No caso da região não-metropolitana

paranaense, com exceção da população ocupada, todos os demais grupos apresentam tendências de aumento significativas. Cabe destacar que a população de 10 anos ou mais apresenta uma tendência significativa de crescimento bem menor, quando comparamos com o mesmo grupo da abertura metropolitana.

Na tabela 2a pode-se apreciar as novas situações de domicílios propostas tanto para a região metropolitana, como para a não-metropolitana.

TABELA 2A
População de 10 anos ou mais de idade segundo a área censitária dos domicílios, nova situação dos domicílios e condição de ocupação. Paraná, 1992 - 1998. (1000 pessoas)

ÁREA CENSITÁRIA/ SITUAÇÃO DOS DOMICÍLIOS/ RAMOS DE ATIVIDADES	1992	1993	1995	1996	1997	1998	taxa de crescimento (%) ao ano 1992/98	
METROPOLITANO – Povoados e Outros								
População de 10 anos ou mais	41	47	63	80	119	121	21,32	***
População ocupada	24	28	35	46	64	65	19,09	***
População não-ocupada	17	19	28	35	55	56	24,30	***
Procurando emprego	2	1	3	5	8	12	-	-
Aposentados e/ou pensionistas	1	1	5	2	3	5	-	-
Outros inativos	14	17	20	29	43	40	20,52	***
METROPOLITANO - Rural privada								
População de 10 anos ou mais	81	86	78	75	72	74	-2,54	***
População ocupada	50	55	53	52	46	36	-4,64	*
População não-ocupada	31	31	25	24	26	37	0,01	
Procurando emprego	1	0	0	2	1	3	-	-
Aposentados e/ou pensionistas	5	5	5	3	4	6	0,29	
Outros inativos	25	26	19	18	20	28	-1,25	
NÃO-METRO - Povoados e outros								
População de 10 anos ou mais	153	162	152	165	157	182	1,76	
População ocupada	83	88	88	91	75	96	0,68	
População não-ocupada	70	74	64	73	81	86	2,93	*
Procurando emprego	10	7	6	5	4	7	-8,43	*
Aposentados e/ou pensionistas	12	14	10	10	18	24	9,13	
Outros inativos	49	53	49	58	59	55	2,49	*
NÃO-METROPOLITANO - Rural Privada								
População de 10 anos ou mais	1459	1386	1325	1303	1278	1275	-2,18	***
População ocupada	1031	980	938	865	852	820	-3,73	***
População não-ocupada	428	405	386	438	425	455	1,19	
Procurando emprego	5	9	13	11	12	19	19,28	***
Aposentados e/ou pensionistas	58	65	81	82	79	103	8,45	***
Outros inativos	365	332	292	345	334	333	-0,83	

FONTE: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, IE/UNICAMP, Julho-2000.

NOTA: ***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

No caso da região metropolitana “rural privada” temos uma forte e significativa tendência de queda da população ocupada, bem como de todo o universo constituído pela “população de 10 anos ou mais”. Essa tendência de queda da população ocupada provavelmente tem origem na tendência de redução significativa do número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas.

No caso da região metropolitana “povoados e outros” a situação é bem distinta: fortes e significativas tendências de crescimento da “população de 10 anos ou mais”, da população ocupada e da população não-ocupada, esta última sendo decorrente da tendência de crescimento significativa do grupo de “outros inativos”.

Em relação à região não-metropolitana “povoados e outros” temos uma situação onde há uma tendência significativa de crescimento da população não-ocupada, em decorrência da tendência confiável de crescimento do grupo de “outros inativos”³².

Mas, nos prenderemos mais a resultados expressos na abertura “não-metropolitana rural privado”. Nela podemos destacar os seguintes aspectos: tendências confiáveis de queda na “população de 10 anos ou mais” e da “população ocupada”. Além disso, verifica-se tendências muito fortes e significativas de crescimento na categoria daqueles que estão “procurando emprego”, assim como no grupo dos “aposentados e pensionistas”. O decréscimo da população de “10 anos ou mais”, no rural privado das regiões metropolitano e não-metropolitano pode ser atribuído, sobretudo, à queda da PEA ocupada em atividades agrícolas nas regiões estritamente rurais.

A explicação que encontramos para as tendências apresentadas tanto pelo grupo “procurando emprego”, como para a “população ocupada” provavelmente relaciona-se com a forte redução ocorrida na PEA agrícola registrada nos anos 90.

³² Este grupo apesar de estar adquirindo importância, ainda permanece pouco estudado no âmbito do Projeto RURBANO. Parece constituir-se por aquilo que tem sido denominado de “migração de retorno”. A forma de obtenção de rendas provém de aluguéis, caderneta de poupança, transferências sociais, etc.

Neste sentido, podemos afirmar que um contingente significativo de pessoas nas regiões rurais não-metropolitanas que, não possuindo alternativas de ocupação quer em atividades agrícolas, quer em não-agrícolas, fica “temporariamente” sem possibilidades de inserção no mercado de trabalho rural paranaense. Esse fato se agrava na medida em que essas pessoas normalmente possuem um baixo grau de escolaridade comparado ao daquelas do setor urbano, diminuindo muito suas chances de reinserção no mercado de trabalho.

Com respeito ao grupo dos “aposentados e/ou pensionistas” é de se supor com base nessas informações que estamos diante de um processo de envelhecimento da população rural paranaense. Esse fato pode ser, de alguma forma, confirmado pela pesquisa recente realizada pelo CEA-FGV (2000), onde constatou que a idade média do responsável pelas explorações agrícolas amostradas na pesquisa atingiu 52 anos. As rendas obtidas de aposentadorias e pensões assumem proporções crescentemente importantes no rural paranaense, principalmente quando se considera a categoria dos pequenos produtores familiares. Isso pode ser atribuído, de alguma maneira, à instituição em 1988, do regime de aposentadorias e de pensões para o trabalhador rural e a extensão dos benefícios da previdência social ao meio rural, apesar de que sua efetiva regulamentação ocorreu, com muitas dificuldades, somente em 1992. Com isso, milhares de pequenos produtores familiares idosos puderam obter acesso a essa importante transferência social. Assim, muitos deles puderam reduzir de forma substancial ou simplesmente voltar suas atividades agrícolas - principalmente naquelas áreas mais desfavorecidas e que oferecem restrições ao aumento da produção e da produtividade - ao nível de subsistência.

Em resumo, pode-se afirmar que existem tendências diferenciadas quando se separa a população em metropolitana e não-metropolitana. Para a região “mais estritamente” rural não-metropolitana paranaense verifica-se crescimento do número de pessoas procurando emprego, bem como de aposentados e pensionistas. Nos “povoados e outros” notamos, para a região metropolitana, uma tendência quase oposta da que ocorre para o “rural privado” das regiões metropolitanas e não-metropolitanas.

2.3.2 Os ramos de atividades principais

Na tabela 3, podemos verificar os principais ramos de atividade da população ocupada em atividades agrícolas e não-agrícolas das regiões metropolitana e não-metropolitana, no período 1992-98, para o Estado do Paraná.

TABELA 3
População ocupada segundo a área censitária dos domicílios e ramos de atividades. Paraná, 1992-98. PEA restrita: Região Metropolitana e Não-Metropolitana. (1000 pessoas)

ÁREA CENSITÁRIA/ RAMOS DE ATIVIDADES	1992	1993	1995	1996	1997	1998	taxa de crescimento (%) ao ano 1992/98	
METROPOLITANO	917	925	1067	1106	1100	1096	3,61	***
Agrícola	50	48	42	40	29	22	-11,71	***
Indústria de transformação	165	152	185	181	183	184	2,81	**
Indústria de construção	84	83	100	106	109	108	5,35	***
Outras atividades industriais	10	17	14	12	13	14	1,18	
Comércio de mercadorias	148	147	174	193	175	182	4,11	***
Prestação de serviços	203	192	234	254	272	249	5,34	***
Serviços auxiliares ativ. econômica	38	52	60	59	60	75	9,36	***
Transporte e comunicação	55	49	58	55	63	62	3,10	**
Social	85	91	106	119	103	115	4,95	***
Administração pública	47	48	57	50	48	52	1,02	
Outras atividades	33	46	38	36	44	35	0,30	
NÃO-METROPOLITANO	2992	3043	3125	3049	3009	3.030	0,066	
Agrícola	1181	1134	1075	1011	966	868	-4,60	***
Indústria de transformação	293	329	332	338	338	361	2,61	***
Indústria de construção	157	171	165	163	182	193	2,68	**
Outras atividades industriais	29	28	34	25	33	30	0,53	
Comércio de mercadorias	365	367	392	396	389	428	2,31	***
Prestação de serviços	467	522	545	513	527	529	1,46	*
Serviços auxiliares ativ. econômica	70	78	86	90	84	89	3,60	***
Transporte e comunicação	89	91	108	99	112	104	3,25	**
Social	185	182	234	253	230	258	6,10	***
Administração pública	117	95	116	121	107	130	2,44	
Outras atividades	39	46	38	41	40	40	-0,65	

FONTE: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, IE/UNICAMP, Julho-2000.

NOTA: ***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Obs. “ – “ indica menos de seis observações na amostra.

Acerca desta tabela dois aspectos devem ser mencionados: o primeiro, diz respeito à tendência significativa de crescimento das pessoas ocupadas na região metropolitana devido ao aumento do número de pessoas ocupadas em ramos de atividades não-agrícolas, já que aquelas ocupadas no

ramo de atividade agrícola mostram uma tendência muito forte e confiável de queda no período 1992-98; o segundo, é a ausência de tendência significativa de crescimento ou decréscimo das pessoas ocupadas na região não-metropolitana, provavelmente em virtude também da tendência de queda significativa do número de pessoas ocupadas no ramo de atividade agrícola. Essa tendência é tão forte e o número pessoas envolvidas é tal que ela é capaz de aniquilar as tendências de aumento significativo dos outros ramos de atividade.

Uma breve apreciação do detalhamento das informações para a região metropolitana do Paraná³³ permite destacar dois pontos: primeiro, fortes e significativas tendências de quedas dos números de pessoas ocupadas no ramo de atividade agrícola tanto na área “urbana urbanizada” (-8,65% ao ano) como no “rural privado” (-12,8% ao ano) da região metropolitana³⁴, e segundo, uma tendência positiva e confiável de crescimento das pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas com domicílio “rural privado” metropolitano, em 5,9% ao ano. O ramo de prestação de serviços³⁵ apresenta tendência confiável e positiva de crescimento da ordem de 8,5% ao ano, mas em 1998 envolvia, aproximadamente, apenas 5 mil pessoas.

Uma análise da tabela 3a poderá fornecer informações adicionais quanto à distribuição da PEA ocupada em atividades agrícolas e não-agrícolas na região não-metropolitana em conformidade com as aberturas propostas no início deste capítulo. Na primeira parte da tabela ou mais precisamente na abertura denominada não-metropolitana “urbana urbanizada” pode-se verificar a presença de um conjunto aproximadamente 200 mil pessoas em 1998 que se ocupavam em ramos de atividades agrícolas, mas que declararam local de domicílio urbano.

³³ Por questão de espaço não apresentaremos a tabela com os dados relativos a esta abertura.

³⁴ A população envolvida em atividades agrícolas da região metropolitana rural privado era aproximadamente 34 mil pessoas em 1992 e caiu para cerca de 14 mil pessoas em 1998.

³⁵ Segundo o manual do entrevistador da PNAD de 1995 o ramo de atividade de *prestação de serviços* compreende: serviços de alojamento e alimentação, serviços de reparação e conservação, serviços pessoais, serviços domiciliares, serviços de diversões, radiodifusão e televisão.

TABELA 3A

População ocupada segundo a área censitária dos domicílios, situação dos domicílios e ramos de atividades.
Paraná, 1992-98. PEA restrita (1000 pessoas): Região Não-Metropolitana.

ÁREA CENSITÁRIA/ SITUAÇÃO DOS DOMICÍLIOS/ RAMOS DE ATIVIDADES	1992	1993	1995	1996	1997	1998	taxa de crescimento (%) ao ano 1992/98	
NÃO-METRO URBANA URBANIZ.	1878	1975	2098	2093	2081	2111	1,82	***
Agrícola	229	252	227	245	228	203	-1,83	
Não-agrícola	1649	1722	1872	1848	1853	1908	2,28	***
Indústria de transformação	263	284	291	295	282	306	1,76	**
Indústria de construção	143	155	150	149	170	170	2,43	**
Outras atividades industriais	25	27	31	22	30	26	0,426	
Comércio de mercadorias	335	342	368	364	366	391	2,27	***
Prestação de serviços	424	469	493	463	471	459	0,93	
Serviços auxiliares ativ. econômica	65	76	84	88	81	82	3,57	**
Transporte e comunicação	84	85	101	90	104	95	2,87	*
Social	160	152	208	224	211	223	6,96	***
Administração pública	111	88	108	113	99	117	1,70	
Outras atividades	39	44	38	39	40	39	-0,867	
NÃO-METRO POV. E OUTROS	83	88	88	91	75	96	0,68	
Agrícola	37	33	33	32	23	27	-5,83	***
Não-agrícola	46	55	55	59	52	69	4,47	**
Indústria de transformação	3	4	7	7	8	8	16,75	***
Indústria de construção	8	10	10	4	7	13	0,688	
Outras atividades industriais	1	1	1	2	2	1	-	-
Comércio de mercadorias	10	9	10	10	5	12	-1,44	
Prestação de serviços	12	21	17	18	18	17	3,05	
Serviços auxiliares ativ. econômica	1	1	1			1	-	-
Transporte e comunicação	2	2	2	5	5	2	-	-
Social	7	5	7	13	4	11	5,53	
Administração pública	3	2	1	1	2	3	-	-
Outras atividades						1	-	-
NÃO-METRO RURAL PRIVADA	1031	980	938	865	852	820	-3,73	***
Agrícola	916	848	815	734	715	639	-5,34	***
Não-agrícola	116	132	123	131	137	182	5,37	**
Indústria de transformação	27	41	34	37	47	46	7,13	**
Indústria de construção	6	6	5	10	5	11	8,25	
Outras atividades industriais	3	1	2		1	3	-	-
Comércio de mercadorias	19	16	14	22	18	24	4,17	
Prestação de serviços	31	32	35	32	38	53	7,02	**
Serviços auxiliares ativ. econômica	3	1	1	2	3	6	-	-
Transporte e comunicação	4	4	5	4	2	6	-	-
Social	19	25	19	16	15	23	-2,27	
Administração pública	3	4	7	7	7	10	-	-
Outras atividades		2		1	1		-	-

FONTE: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, IE/UNICAMP, Julho-2000.

NOTA: ***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Na série 1992-98 evidencia-se que este conjunto permanece praticamente estabilizado, sem apresentar qualquer tendência confiável de queda ou de crescimento. Mas, é no “rural privado” não-metropolitano que revelam-se as maiores transformações. Inicialmente há que se destacar uma tendência de queda significativa das pessoas ocupadas no ramo de atividades agrícolas. De 1992 até 1998 temos uma redução de aproximadamente 277 mil ocupações rurais agrícolas no Paraná somente nesta abertura geográfica.

Contudo, há uma nítida e confiável tendência de crescimento das pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas no rural privado não-metropolitano paranaense da ordem de 5,37% ao ano. Em números absolutos a população do rural privado envolvida em atividades não-agrícolas atingiu, em 1998, 182 mil pessoas, o que representa cerca de 22% em relação ao total.

Os ramos de atividades não-agrícolas mais importantes no corte denominado “rural privado” não-metro, em números absolutos no ano de 1998 eram os seguintes: prestação de serviços, indústria de transformação, comércio de mercadorias, serviços sociais, indústria de construção, administração pública e transporte e comunicação. Dentre estes, apenas dois apresentaram tendências confiáveis de crescimento no período 1992-98: o ramo de atividade de prestação de serviços e o da indústria de transformação.

Sem menosprezar o peso dos outros ramos na composição do total de ocupações não-agrícolas existentes no rural privado, o ramo de atividade “prestação de serviços” constitui-se no mais importante da PEA rural não-agrícola paranaense, com tendências confiáveis de crescimento de 7,0% ao ano. A razão desse crescimento pode ser atribuída à emergência de novos atores sociais no rural paranaense, bem como ao aumento e à diversificação da demanda, o que implica por exemplo um despertar para um maior interesse no consumo dos “produtos” do espaço rural que, em sua essência, são bens não-materiais, posicionais.

O ramo de atividade da indústria de transformação mostra uma significativa e positiva tendência de crescimento ao longo da década de 90 nesta abertura de aproximadamente 7,1% ao ano.

Ressaltar esse ramo industrial torna-se importante antes de qualquer explicação dessa tendência de crescimento. A indústria de transformação pode ser dividida em dois grupos: a) aquelas que fazem parte do sistema de apoio à agricultura, transformando os produtos no campo, a partir do aproveitamento de produtos tipicamente rurais: as indústrias de descaroçamento de algodão, instalações para classificação e acondicionamento, produção de farinha de mandioca e polvilho azedo, aguardente, indústrias caseiras de laticínios, geléias, conservas e outras que podem estar vinculadas a habilidades artesanais; b) aquelas que fazem utilização secundária dos produtos – consequência da atividade do primeiro grupo – aprofundando o processo e, nesse caso, não dependendo da localização de sua planta industrial.

As indústrias do primeiro grupo apresentam como características principais: uma certa flexibilidade, administração e força-de-trabalho principalmente de base familiar e baixo investimento de capital. Esses aspectos fazem com que as mesmas possam inserir-se de forma a procurar ajustar-se num quadro econômico onde a polarização constitui-se uma característica estrutural, experimentando ora uma recuperação, tanto pelo crescimento da indústria alimentar, como pela reabilitação do artesanato tradicional através, principalmente, das atividades de serviços, entre elas o turismo rural, ora períodos de dificuldades de manutenção. No que diz respeito às indústrias do segundo grupo, estas adentraram a década de 90 com transformações profundas em suas estruturas produtivas. Assim, outras informações demonstram a gradativa, mas importante, mudança pela qual esse ramo de atividade industrial atravessa no contexto paranaense.

No que diz respeito ao ramo de atividade denominado de “social”, verifica-se que, no “rural privado”, seu comportamento é de ausência de tendência confiável. A ausência de crescimento desse ramo de atividade está *grosso modo* indicando o abandono relativo das infra-estruturas presentes no espaço rural, bem como a falta de políticas que promovam a construção e ampliação/renovação das mesmas. Talvez isso se deva a uma política de retirada do poder público estadual e municipal dessas atribuições.

Em síntese, pode-se afirmar que a evolução da PEA rural envolvida em atividades não-agrícolas no espaço rural paranaense foi mais importante que a PEA envolvida em atividades agrícolas. Este fato indica que já não é (ou talvez nunca tenha sido) tão simples a distinção das atividades urbanas e rurais. Então, pode-se afirmar, com algum grau de confiabilidade, que o espaço rural paranaense vem permitindo uma gestão multipropósito ou multifuncional, cujo reflexo imediato é o de um aumento de integração econômica e social dos espaços socioeconômicos.

2.3.3 Os setores de atividades principais

Na tabela 4 podem-se verificar os principais setores de atividades das pessoas ocupadas em atividades agrícolas e não-agrícolas, assim como suas respectivas tendências de crescimento na série 1992-98 na abertura não-metro rural privado. Observando a mesma, podemos notar que com relação aos setores de atividades agrícola quatro deles apresentaram tendência de redução significativa no número de pessoas ocupadas. Estes setores são os seguintes: cotonicultura, criação de aves, cultura de milho e cafeicultura. Apenas um dos setores de atividade agrícola mostrou tendência de crescimento significativa e positiva no número de pessoas ocupadas: a cultura de mandioca. Isso pode estar associado ao crescimento dos aposentados e das atividades de subsistência.

Como já se mencionou anteriormente, essa redução da população ocupada em atividades agrícolas encontra-se fortemente relacionada à continuidade do processo de modernização agrícola iniciado no final da década de 60 e início dos anos 70 no agro paranaense. Esse processo aprofundou-se nas décadas de 80 e 90, através da intensificação do processo de modernização, principalmente com maior utilização de insumos modernos e crescimento da mecanização dos tratos culturais, colheita e pós-colheita das culturas perenes e semi-perenes, mas também dos grãos.

Na tabela 4, chama atenção a gritante retração de ocupações no setor da cotonicultura³⁶. Esse fenômeno foi resultado, dentre outros fatores, de um processo crescente de abertura comercial nos anos 90, quando alguns produtos e máquinas passaram a ser importados sistematicamente³⁷. O exemplo paradigmático é o caso da liberação da importação de fibras de algodão de países com subsídios na origem, que teve um grande impacto nas ocupações agrícolas e agravou os problemas sociais existentes no campo.

A previsão de queda do emprego agrícola paranaense foi assinalada por Lourenço (1995:18). O autor, além de atribuir essa queda de emprego a uma tendência de desemprego estrutural, enfatiza que:

“Esse processo foi multiplicado internamente pela deflagração da liberalização econômica em fins de 1989 e início de 1990, via rápida e brusca redução das barreiras tarifárias às compras externas, e atingiu seu ápice com a adoção da ancoragem de parcela substancial da estabilização macroeconômica pós-real na maior abertura à entrada de produtos importados”.

No caso da cafeicultura que usa técnicas “tradicionais”, a simultânea redução da área cultivada e intensificação do processo de mecanização das colheitas causa a redução do emprego e da sazonalidade da força-de-trabalho utilizada³⁸.

³⁶ Takeshi Jr. (2000:6) afirma que dentre as transformações recentes da agricultura paranaense, destaca-se “a intensificação do deslocamento inter-regional da produção agrícola, em direção às regiões que oferecem condições propícias para o desenvolvimento de sistemas mais competitivos”. Menciona, como exemplo, “o expressivo declínio da produção paranaense de algodão (de 853 mil toneladas em 1990 para 109 mil toneladas em 1999), que ocorreu paralelamente à significativa expansão da cultura no Centro-Oeste brasileiro”.

³⁷ Graziano da Silva (1999:86,87) revela que: “No Paraná, as cooperativas têm incentivado os produtores a adotar a colheita mecanizada do algodão, com o intuito de reduzir os custos de produção e aumentar a competitividade do produto brasileiro perante o mercado”.

³⁸ Nesta cultura, os obstáculos tecnológicos da colheita mecanizada vão sendo paulatinamente superados com o objetivo de diminuição dos custos advindos da colheita manual no caso dos cultivos tradicionais. (A esse respeito ver: Gazeta Mercantil: “Dossiê: Café do Brasil, 24/04/98; “Café”, 15-21/09/97, p.18 e Gazeta Mercantil, 03/06/97, p. C-7.). Todavia, a introdução da prática de “plantio adensado” permitiria reverter essa tendência de queda da ocupação da mão-de-obra em alguns locais, mas ainda não é expressiva do ponto de vista quantitativo, pois “o modelo adensado ocupa 49 mil hectares e representa aproximadamente 30% dos 162 mil hectares plantados com café no Paraná” (Gazeta Mercantil, 2000:58).

TABELA 4

Evolução da população ocupada segundo a área censitária, situação de domicílio, ramos e setores de atividades. PEA restrita. Paraná, 1992-98. (1000 pessoas)

ÁREA CENSITÁRIA/ SETOR PRINCIPAL	1992	1993	1995	1996	1997	1998	taxa de crescimento (%) ao ano 1992/98	
NÃO-METROPOLITANO RURAL PRIVADO								
AGRÍCOLA	916	848	815	734	715	639	-5,35	***
cultura de milho	296	285	207	210	144	117	-14,19	***
culturas diversas	84	110	172	129	106	111	3,28	
cultura de soja	95	71	80	84	132	79	2,34	
criação de animais	78	66	112	84	91	92	4,42	
cafeicultura	134	99	62	68	76	85	-7,61	*
cana-de-açúcar	11	14	11	13	9	15	0,18	
cultura de mandioca	18	20	26	27	28	27	8,02	***
cotonicultura	101	47	38	5	4	4	-45,33	***
cultura de fumo	41	31	30	28	28	45	-0,10	
produção de verduras	10	29	7	11	49	20	10,91	
criação de aves	21	20	22	15	10	7	-15,34	***
silvicultura	7	5	5	6	5	9	3,13	
criação de abelhas	1	20	19	21	15	6	31,94	
cultura de trigo	8	19	1	11	4	6	-12,85	
pesca	7	5	9	7	8	6	3,66	
rizicultura	4	3	11	2	2	2	-8,57	
NÃO-AGRÍCOLA	116	132	123	131	137	182	5,37	**
emprego doméstico	19	18	26	24	31	43	13,62	***
construção	6	6	5	10	5	11	8,26	
estabelecimento de ens. público	15	20	13	13	11	19	-3,03	
comércio de alimentos	8	13	3	8	2	11	-10,49	
indústria de alimentos	2	10	5	8	9	12	24,86	*
restaurantes	4	1	4	3	4	2	3,50	
administração municipal	3	3	5	2	5	7	11,90	
assistência técnica de veículos	1	2	2	1	1	2	6,45	
indústria de madeiras	14	16	13	12	15	14	-0,81	
transporte de carga	3	2	2	4	2	4	6,41	
comércio ambulante	3	1	4	5	3	1	-1,48	
alfaiataria	2	8	2	4	1	1	-21,44	*
indústria de metais	2	1	4	1	6	4	22,84	
transporte público	1	1	1	1	1	1	-4,98	
serviços de saúde pública	1	1	3	2	1	1	-1,83	
indústria de transformação	3	5	5	6	8	4	6,58	
organizações esportivas	1	3	2	1	2	2	6,80	

FONTE: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, IE/UNICAMP, Julho-2000.

NOTA: ***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Com relação à importante e significativa redução do aporte de ocupações no setor de criação de aves, o mesmo associa-se à redução do

número de produtores rurais em regime de contrato por parte das grandes empresas agroindustriais ocasionado pela intensificação do processo de produção mediante o uso de novas tecnologias, em especial, o melhoramento genético.

Quanto à diminuição das ocupações no setor de cultura de milho pode-se sugerir que cada vez mais esse setor mostra ascensão dos índices de rendimento físico e sua produção sendo absorvida por um núcleo de produtores crescentemente tecnificados³⁹. Estes estão ocupando o espaço da pequena produção familiar utilizando práticas modernas, em sua essência, poupadoras de mão-de-obra. Apesar disso, enfatiza-se que esse setor de atividades ainda ocupa uma posição de destaque no “ranking” da ocupação absorvendo em 1998, aproximadamente, 18% do total da população ocupada.

Cabe mencionar, ainda, o único setor de atividade agrícola que cresce significativamente na série 1992-98, a mandioca. Tradicionalmente é cultivada em pequena escala e destinada ao autoconsumo *in natura* ou processada. Talvez a resposta para o crescimento da ocupação neste setor esteja ligada ao aumento da demanda por parte do setor de processamento e transformação, quer seja em forma de farinha, polvilho azedo, etc., quer seja o crescimento das atividades de subsistência entre os aposentados rurais.

A interpretação da segunda parte da tabela 4 – aquela referente aos setores de ocupação rural não-agrícola – revela que os seis principais setores eram, em 1998: emprego doméstico, estabelecimento de ensino público, indústria de madeiras, indústria de alimentos, comércio de alimentos e construção.

No que diz respeito à evolução desses setores de atividades no tempo, destacam-se os seguintes aspectos: o setor de emprego doméstico apresentou uma tendência positiva e altamente significativa de 13,6% ao ano no período 1992-98, constituindo-se no setor de atividade rural não-agrícola mais importante.

³⁹ Segundo Takeshi Jr. (2000:5) “o rendimento médio desta cultura progrediu de 2.719 Kg/ha na primeira metade dos anos 90 para 3.356 kg/ha no intervalo 1995/99, sendo a principal responsável pelo aumento da oferta do grão em nível estadual, uma vez que a área ocupada pela cultura não apresentou variações significativas”.

Apresenta-se com uma complexa diferenciação de atividades e seu crescimento origina-se na possibilidade de inserção daquela parte do conjunto de trabalhadores com baixa qualificação profissional, caso freqüente da maioria dos trabalhadores rurais paranaenses⁴⁰.

O setor de “estabelecimento do ensino público” ainda que seja um dos mais importantes na absorção de mão-de-obra no contexto rural paranaense não apresentou uma tendência de crescimento ou decréscimo significativa no período 1992-98. Pode-se justificar tal fato por uma certa permanência da infraestrutura rural não criando novas demandas de ocupações para as pessoas aí residentes, assim como pelos obstáculos crescentes de inserção da mão-de-obra de baixa qualificação no setor de educação formal.

Torna-se cada vez mais aguda a concorrência por postos de trabalho, bem como mais amplo o leque de pessoas escolarizadas procurando emprego e sujeitando-se às condições mais diversas de trabalho. Esse desempenho também pode ser reflexo das políticas administrativas que levam à aglutinação e mesmo ao cerramento de estabelecimentos de ensino público no meio rural paranaense.

A indústria de madeiras é um setor que absorve também uma parte significativa de trabalhadores. Porém, este setor não mostrou tendência confiável de crescimento ou de redução, não sofrendo alterações muito significativas ao longo do período analisado. As razões desse comportamento pode ser derivada do fato deste setor constituir-se em um daqueles que vem absorvendo inovações

⁴⁰ De acordo com o relatório de pesquisa de desemprego da Fundação SEADE (1988, p. B2 e B3), “o trabalho doméstico remunerado, mais do que um setor de atividade de prestação de serviços, constitui-se em uma relação de trabalho que se realiza no âmbito do domicílio, gerando serviços cujo consumidor é a família. É uma relação de trabalho que ainda costuma ter forte conteúdo de relações paternalistas e assistenciais que acabam por interferir nas próprias condições de trabalho. [...] Os serviços domésticos possuem uma dinâmica de geração de empregos específica e diferente daquela observada no assalariamento propriamente capitalista e até mesmo na ocupação de autônomos. As atividades do serviço doméstico remunerado não se dão no âmbito da divisão social do trabalho. Neste caso, a geração de empregos tem relação mais direta com as necessidades e com a renda individual ou familiar”. Além disso, destaca que o serviço doméstico “agrega uma gama diferenciada de funções e que elas são das que menos exigem qualificação formal, sendo a aprendizagem obtida, normalmente, através do processo de socialização da mulher para seus papéis na sociedade”.

tecnológicas, a qual pode promover uma diferenciação do padrão agroindustrial convencional⁴¹.

Finalmente, o setor de indústria de alimentos apresenta uma tendência confiável de crescimento. Uma explicação seria que a agroindústria paranaense passa por “um processo de redefinição, na qual distancia-se da chamada ‘agroindústria extensiva’⁴² e se aproxima mais da indústria alimentar ou de bens de consumo final, cuja lógica extrapola em muito a localização orientada pela produção primária em si” (Besen & Urban, *op. cit.*).

Em síntese, existe uma tendência de redução generalizada das pessoas ocupadas em setores de atividades agrícolas e um simultâneo crescimento das pessoas ocupadas em setores de atividades não-agrícolas.

Porém, o rural privado não-metropolitano possui uma dinâmica própria, regida principalmente pela mão-de-obra que vai pendularmente em direção às zonas urbanas ou busca emprego no próprio meio rural. Não se exclui daí a possibilidade de ocorrência da dinâmica resultante da transformação do rural em áreas de lazer e preservação ambiental engendrada pela população urbana.

⁴¹ Segundo Besen e Urban (2000:2) “os investimentos se concentram em inovações significativas de processos e produtos, a exemplo da industrialização de pisos e revestimentos de madeiras nobres para interiores, perfis e componentes de móveis, painéis de fibra de madeira (MDF), componentes de madeira sólida, etc.”

⁴² Besen e Urban (2000:1) definem “Agroindústria extensiva” como “aquele segmento cuja tônica está no beneficiamento massivo de matérias-primas (esmagamento de soja, beneficiamento de cereais, torrefação e moagem de café, desdobramento de madeira, por exemplo). Uma de suas características importantes é ter a localização das plantas industriais condicionadas pela proximidade da produção física agrícola, configurando-se quase como uma extensão desta, e tendo seu crescimento potencial limitado pela tendência à estagnação das taxas de crescimento da produção primária”.

2.3.4 As posições nas ocupações principais⁴³

Do ponto de vista da posição na ocupação principal, as informações derivadas das aberturas propostas são apresentadas nas tabelas que seguem. Primeiramente, analisam-se as posições na ocupação principal relativas às ocupações agrícolas e, posteriormente, às ocupações não-agrícolas. Na tabela 5 é possível verificar quais são as posições nas ocupações agrícolas mais importantes tanto para a região metropolitana como para a não-metropolitana.

TABELA 5
População ocupada segundo a área censitária, situação dos domicílios, ramos de atividades e posição na ocupação. Paraná, 1992-98. PEA restrita. (1000 pessoas)

ÁREA CENSITÁRIA/ SITUAÇÃO DOS DOMICÍLIOS/ RAMOS DE ATIVIDADES	1992	1993	1995	1996	1997	1998	taxa de crescimento (%) ao ano 1992/98	
METROPOLITANO								
Agrícola	50	48	42	40	29	22	-11,71	***
Empregados	9	10	8	8	8	5	-7,64	***
Conta-própria	15	15	12	10	11	10	-8,03	***
Empregadores	1	1	1	1	2	2	-	-
Não-remunerados	24	22	21	21	9	5	-20,41	***
Não-Agrícola	867	877	1026	1066	1071	1074	4,23	***
Empregados	649	661	731	775	778	792	3,74	***
Conta-própria	162	155	194	208	203	209	5,33	***
Empregadores	37	44	65	58	61	57	7,80	***
Não-remunerados	19	17	36	25	29	16	3,28	
NÃO-METROPOLITANO								
Agrícola	1181	1134	1075	1011	966	868	-4,61	***
Empregados	342	344	330	333	315	307	-1,77	***
Conta-própria	319	297	272	272	273	250	-3,37	***
Empregadores	42	32	43	34	35	21	-6,82	*
Não-remunerados	478	462	430	371	344	290	-7,68	***
Não-agrícola	1811	1909	2050	2038	2043	2162	2,59	***
Empregados	1321	1375	1458	1424	1448	1527	2,03	***
Conta-própria	340	376	397	438	417	431	3,86	***
Empregadores	79	86	120	95	99	116	5,23	***
Não-remunerados	71	71	75	81	80	87	3,31	***

FONTE: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, IE/UNICAMP, Julho-2000.

NOTA: ***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

⁴³ As PNADs definem originalmente oito categorias de posição na ocupação, quais sejam: empregado, trabalhador doméstico, conta-própria, empregador, trabalhador não-remunerado membro da unidade domiciliar, outro trabalhador não-remunerado, trabalhador na produção para o próprio consumo e trabalhador na construção para o próprio uso. Conforme exposto em Del Grossi (1999:12), as informações foram agregadas para efeitos de comparação.

No caso da região metropolitana, as posições nas ocupações agrícolas distribuem-se de forma mais ou menos eqüitativa, mas existe uma certa preponderância da posição na ocupação denominada conta-própria, apesar dos números serem relativamente pequenos nesta abertura. Destaca-se também uma forte tendência de queda principalmente do número de pessoas que declararam, posição na ocupação “não-remunerados”, mas também nos de “conta-própria” e “empregados”.

Quanto à região não-metropolitana, as posições nas ocupações agrícolas mais importantes são, em ordem decrescente, em 1998: os empregados (35,3%), os não-remunerados (33,4%), e os conta-própria (28,8%). Esses dados, de alguma forma, mostram uma heterogeneidade importante nas posições nas ocupações agrícolas no Paraná. A evolução das mesmas aponta para tendências de quedas confiáveis em todas as posições nas ocupações agrícolas.

Fundamentando-se nas informações relativas às posições nas ocupações da região metropolitana “povoados e outros” e “rural privado” é possível fazer algumas afirmações que, de certa forma, corroboram as anteriores. Na área definida como “povoados e outros” da região metropolitana a presença de posições nas ocupações agrícolas é ínfima. Mas, com relação às posições nas ocupações não-agrícolas, em geral, verifica-se uma forte e confiável tendência de crescimento. Essa tendência é “puxada” pelas tendências de crescimento das posições nas ocupações dos empregados e conta-própria.

No “rural privado” da região metropolitana, verificam-se fortes e significativas tendências de quedas nas posições nas ocupações agrícolas de 12,8% ao ano, as quais são impulsadas pelas tendências confiáveis de caídas principalmente na categoria dos não-remunerados e conta-própria, mas também dos empregados. Entretanto, a posição na ocupação não-agrícola, no geral, apresenta tendência confiável de crescimento de 5,9% ao ano. Essa tendência de aumento é devido, principalmente, à tendência confiável de subida da posição na ocupação dos empregados.

Na tabela 5a é possível evidenciar os resultados das posições nas ocupações (agrícolas e não-agrícolas) para as aberturas geográficas propostas na região não-metropolitana do Paraná.

TABELA 5A
População ocupada segundo a área censitária, nova situação dos domicílios, ramos de atividades e posição na ocupação. Paraná, 1992-98. PEA restrita. (1000 pessoas)

ÁREA CENSITÁRIA/ SITUAÇÃO DOS DOMICÍLIOS/ RAMOS DE ATIVIDADES	1992	1993	1995	1996	1997	1998	taxa de crescimento (%) ao ano 1992/98	
NÃO-METROPOLITANO								
Urbana urbanizada								
Agrícola	229	252	227	245	228	203	-1,83	
Empregados	153	174	158	161	158	135	-1,92	
Conta-própria	37	35	31	47	39	42	2,81	
Empregadores	23	17	15	15	16	9	-10,32	***
Não-remunerados	15	27	22	22	14	17	-2,68	
Não-Agrícola	1649	1722	1872	1848	1853	1908	2,29	***
Empregados	1204	1238	1318	1278	1300	1334	1,52	***
Conta-própria	306	338	369	405	388	389	4,22	***
Empregadores	78	82	117	91	93	110	4,65	*
Não-remunerados	61	65	68	73	73	75	3,48	***
Povoados e outros								
Agrícola	37	33	33	32	23	27	-5,83	***
Empregados	24	21	12	16	14	14	-9,09	**
Conta-própria	5	6	9	8	5	6	1,62	
Empregadores	2	1	3	1	2	1	-	-
Não-remunerados	6	5	9	7	2	6	-	-
Não-Agrícola	46	55	55	59	52	69	4,47	**
Empregados	31	36	38	45	34	49	5,36	*
Conta-própria	11	16	12	10	12	14	-0,91	
Empregadores		1	1	2	2	3	-	-
Não-remunerados	4	2	3	2	4	4	-	-
Rural Privada								
Agrícola	916	848	815	734	715	639	-5,35	***
Empregados	165	149	160	156	142	159	-0,75	
Conta-própria	276	256	233	217	229	203	-4,47	***
Empregadores	18	13	25	18	17	11	-3,53	
Não-remunerados	456	431	398	342	327	267	-7,96	***
Não-Agrícola	116	132	123	131	137	182	5,35	**
Empregados	86	101	102	101	114	142	6,47	***
Conta-própria	23	22	16	22	17	29	0,77	
Empregadores	1	3	1	1	4	3	-	-
Não-remunerados	6	5	4	6	2	8	-	-

FONTE: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, IE/UNICAMP, Julho - 2000.

NOTA: ***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Inicialmente, analisam-se os dados da região denominada não-metropolitana “urbana urbanizada”. Nela destaca-se a ausência de tendência confiável (geral) das posições nas ocupações agrícolas. Contudo, detecta-se uma forte e significativa tendência de decréscimo dos empregadores agrícolas, a qual compensa-se, de alguma maneira, pelo crescimento (ainda que não confiável) da posição na ocupação agrícola de conta-própria.

No que diz respeito à situação de domicílio “povoados e outros” verifica-se tanto uma tendência significativa de redução das posições nas ocupações agrícolas, em geral, como uma tendência confiável de crescimento nas posições nas ocupações não-agrícolas. Ambas devem-se às mudanças na posição na ocupação dos empregados: a primeira, derivada de uma tendência confiável de queda e, a segunda, de crescimento.

Nesta tabela pode-se constatar também as informações da abertura “rural privado”. Destaca-se inicialmente, que o rural privado agrícola concentra a maior parte das posições nas ocupações agrícolas. Nota-se também que as principais posições nas ocupações agrícolas do “rural privado” em 1998 eram: os não-remunerados (42%), os conta-próprias (32%) e os empregados (25%). As principais posições nas ocupações não-agrícolas em 1998 eram as seguintes: empregados (78%) e conta-próprias (16%). Ou seja, existe uma distinção importante entre as categorias quando se separa as mesmas. Além disso, as informações disponíveis revelam as evoluções das mesmas. Desta forma, pode-se evidenciar a tendência de queda, geral e bastante significativa, das posições nas ocupações agrícolas. Essa tendência deve-se às tendências de reduções apresentadas pelas posições nas ocupações dos não-remunerados e dos conta-próprias, que em conjunto, pode ser considerado a base da chamada “agricultura familiar”.

Do ponto de vista das posições nas ocupações não-agrícolas temos uma situação exatamente inversa à anterior: tendência de crescimento confiável. Ela pode ser atribuída ao desempenho da posição na ocupação dos empregados, já que a posição na ocupação de conta-própria não apresenta uma tendência de aumento significativa no período 1992-98.

Em resumo, essas informações nos levam a admitir que é no “rural privado” da região não-metropolitana do Estado do Paraná, onde se observam as mudanças mais importantes nas posições nas ocupações como um todo.

2.3.5 As ocupações principais⁴⁴

Na seqüência deste capítulo apresenta-se as principais ocupações das pessoas envolvidas em atividades agrícolas e não-agrícolas no período 1992-98 para as regiões metropolitanas e não-metropolitanas. Em virtude da região metropolitana estar quase totalmente dominada por atividades não-agrícolas apenas faremos um breve comentário sem contudo, apresentar os respectivos dados. As informações sobre a região metropolitana revelam tendências confiáveis de reduções de duas importantes categorias de ocupações agrícolas: a de trabalhador rural (cerca de 16% ao ano) e a de agricultor conta-própria (aproximadamente 8% ao ano).

Nos dados gerais das ocupações na região não-metropolitana⁴⁵ um aspecto é notório: a tendência confiável e quase generalizada de queda das ocupações agrícolas que inclui também a categoria dos empregadores agrícolas. Apenas duas categorias de ocupações mostraram comportamentos diferentes: as ocupações genericamente chamadas de “operador agrícola” e a dos “gerentes e administradores agrícolas”.

A primeira por não apresentar tendências significativas, e a segunda por se expandir fortemente. Algumas das razões dessas mudanças serão comentadas na discussão da tabela 6.

⁴⁴ Para tornar mais apresentáveis e consistentes os resultados das tabulações especiais optamos por proceder uma agregação das ocupações mais similares. Desta forma, as mesmas foram agregadas em 22 novos grupos. Obviamente, esse procedimento admite muitas críticas, sendo que a principal delas é o fato de que ao realizar a junção de algumas ocupações com posições nas ocupações muito diferentes, prejudicamos, de alguma forma, os recortes anteriormente adotados (Ver Anexo Metodológico).

⁴⁵ Por questão de espaço não apresentaremos a tabela com os dados relativos a esta abertura.

Ao se observar a tabela 6 é possível detectar que as principais ocupações do “rural privado” agrícola eram, em 1998, as seguintes: trabalhador rural (61%), agricultor conta-própria (31%) e operador agrícola (3,1%). A agregação dos dados dessas três ocupações mostram que elas, em 1998, representavam cerca de 95% do total.

TABELA 6

Evolução da população ocupada segundo a área censitária, situação de domicílio, ocupações principais agregadas. PEA restrita. Paraná, 1992-98. Não-Metropolitano. (1000 pessoas)

ÁREA CENSITÁRIA/ SETOR PRINCIPAL	1992	1993	1995	1996	1997	1998	taxa de crescimento (%) ao ano 1992/98	
NÃO-METRO RURAL PRIVADO								
Agrícola	916	848	815	734	715	639	-5,35	***
Trabalhador rural	585	556	513	450	439	390	-6,35	***
Agricultor conta-própria	271	250	224	211	221	196	-4,67	***
Diversos	5	2	7	2	1	11	-	-
Operador agrícola	32	20	36	42	27	20	-1,19	
Empregador agrícola	18	13	25	18	17	11	-3,53	
Gerentes e administr. (agrícolas)	3	5	5	5	7	9	12,92	***
Não-agrícola	116	132	123	131	137	182	5,37	**
Outros indústria transformação	17	27	19	21	19	18	-1,78	
Serviços domésticos	19	18	26	24	31	43	13,62	***
Gerentes e administradores	6	5	4	8	5	9	6,22	
Diversos	10	11	17	8	18	18	9,66	*
Comércio não-especificado	7	6	5	9	4	8	0,92	
Serviços de construção civil	8	7	6	9	6	14	4,89	
Serviços pessoais não-domést.	12	12	11	8	12	8	-4,43	
Outros serviços pessoais	5	7	5	4	6	9	5,98	
Motorista	5	2	3	7	8	9	-	-
Professores e outros educação	12	17	7	8	7	14	-5,94	
Empregador não-agrícola	1	3	1	1	3	2	-	-
Outras ocupações técnicas	3	1	3	3	2	4	-	-
Ambulantes em geral	3	1	4	5	4	3	-	-
Ocupações agroindustriais	3	9	5	6	4	13	9,44	

FONTE: Tabulações Especiais do Projeto RURBANO, IE/UNICAMP, Julho-2000.

NOTA: ***, **, * indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Inequivocamente elas constituem-se resultado do processo histórico de povoamento e ocupação das terras, bem como das novas e antigas relações

produtivas⁴⁶ desenvolvidas neste contexto. Todavia, quase todas elas apresentam tendências significativas de quedas ao longo do período 1992/98, sendo que a mais atingida é a ocupação denominada “trabalhador rural”. Essas tendências mostram a existência de um contínuo e importante processo de desagregação e transformação das relações sociais de produção tradicionais neste estado.

Um aspecto importante a ser destacado, ainda na tabela 6, é a tendência significativa de crescimento da ocupação de “dirigente da agricultura”. Este fato indica que talvez esteja ocorrendo uma certa especialização da utilização da mão-de-obra no âmbito da atividade de produção agrícola do rural paranaense.

Uma análise preliminar dos dados mostra que as ocupações rurais não-agrícolas são bastante diversificadas comparativamente às anteriores. Porém, identificam-se as seguintes ocupações como principais, em 1998: “serviços domésticos”, “diversos”, “outros da indústria de transformação” e “professores e outros da educação”. Essas ocupações absorveram, em 1998, um contingente expressivo de mão-de-obra rural: acima de 50% do total da mão-de-obra rural não-agrícola.

Nesta tabela é possível também detectar-se as tendências de crescimento ao longo da série histórica. Como já era de certa forma esperado, mais uma vez a ocupação dos serviços domésticos sobressai em relação às demais absorvendo cerca de 43 mil pessoas ou 24% do total de ocupações em 1998, tendendo a crescer fortemente.

Para Graziano da Silva & Del Grossi (1998) essa liderança exercida pela ocupação de serviços domésticos no *ranking* das ocupações rurais não-agrícolas aponta em direção a três características diferentes, mas associadas:

⁴⁶ Acerca das “novas relações produtivas” destacamos o caso da chamada *terceirização da agricultura* que assume papel de destaque no caso paranaense, conforme destacou Laurenti (2000) em excelente estudo que já foi referido no capítulo 1 do presente trabalho. Apenas com os dados apresentados na tabela 7 evidentemente não é possível apreciar esse aspecto. Mas, com outras tabulações das PNADs, em especial, os *serviços auxiliares na agricultura* pode-se confirmar tendências confiáveis de crescimento da ocupação de “operadores agrícolas” e de “provedores de serviços” nas posições nas ocupações de empregado, conta-própria e empregador. Esses resultados revelam que a modernização das atividades agrícolas, no Paraná, implica aparecimento de um “Novo Rural”, com geração de empregos produtivos.

- a) dificuldade crescente da inserção da mulher no mercado de trabalho agrícola, onde os atributos ligados à resistência física ainda são muito importantes para a força-de-trabalho agrícola não qualificada;
- b) o crescimento das moradias de altas rendas nas zonas rurais, seja como chácara de fim-de-semana, seja como condomínios de alto padrão para as famílias que procuram uma qualidade de vida melhor que a proporcionada pelos grandes aglomerados urbanos;
- c) o crescimento da produção de baixa renda que trabalha em áreas urbanas, mas reside na zona rural em função das facilidades que encontra para conseguir terreno mais barato e a ausência de restrições legais para a autoconstrução.

A ocupação de “diversos” também apresenta uma tendência confiável de crescimento no período 1992-98. Essa ocupação sob esta denominação genérica congrega uma diversidade de ocupações, desde ajudantes diversos, feitores e capatazes, jardineiros, lixeiros, operadores diversos, trocadores de ônibus, conservadores de ferrovias, contínuos, aprendizes e bilheteiros, entre outras. Todavia, possui uma característica muito comum no âmbito das ocupações rurais não-agrícolas: são ocupações que exigem uma baixa qualificação daqueles que as tomam. Na abertura não-metropolitana “urbana urbanizada⁴⁷” pode-se evidenciar quatro aspectos importantes: a ocupação agrícola mais relevante é a de “trabalhador rural”; a presença destacada de pessoas com ocupação de “operador agrícola”; ausência de tendência de queda confiável nas pessoas com ocupações agrícolas, porém, tendência significativa de queda das ocupações das pessoas na categoria de “empregadores agrícolas”.

Em síntese, pode-se afirmar, baseando-se nas informações precedentes, que há diferenças importantes quando separamos a região metro da não-metropolitana do Estado do Paraná para efeitos de análise das transformações operadas no rural e da avaliação das características e evolução da PEA ocupada em atividades agrícolas e não-agrícolas, bem como na tentativa de elucidação das principais dinâmicas encontradas neste estado.

⁴⁷ Por questão de espaço não apresentaremos a tabela com os dados relativos a esta abertura.

2.4 Resumo e Conclusões

O presente capítulo analisou as características e a evolução das ocupações rurais agrícolas, mas *especialmente* as não-agrícolas no contexto paranaense a partir das informações das PNADs da série histórica 1992-98.

No que diz respeito ao comportamento da PEA do “rural privado”, as informações mostram que, em 1998, quase $\frac{1}{4}$ dela ocupou-se em atividades não-agrícolas e que cerca de 90% das pessoas ocupadas nestas atividades encontravam-se na “rural privada” não-metropolitana paranaense. Acrescenta-se o fato que a série histórica das PNADs mostra uma tendência de crescimento significativa de 5,4% ao ano nesta abertura. Enquanto isso, observa-se uma queda significativa da PEA ocupada exclusivamente em atividades agrícolas a uma taxa de 5,4% ao ano. Além da coincidência os mesmos ressaltam a grandeza da queda e do crescimento dessas atividades, respectivamente.

O crescimento da PEA rural ocupada em atividades não-agrícolas é crucial no sentido de que a PEA rural envolvida em atividades agrícolas – pelo menos em parte – pôde migrar para outras atividades ajudando a deter o êxodo rural para as áreas urbanas paranaenses, as quais já se encontram crescentemente congestionadas e evitando, dessa forma, maiores impactos econômicos e sociais.

Esse fluxo da população rural paranaense rumo às ocupações rurais não-agrícolas constitui-se tanto o resultado da crescente retração dos postos de trabalho agrícolas, decorrente da intensificação do processo de modernização dessas atividades o qual provoca a busca desesperada da população rural de novas oportunidades de ocupações, bem como associa-se às maiores dificuldades das pessoas rurais encontrarem ocupações nas áreas urbanas.

Enquanto que no “rural privado” não-metropolitano os quatro ramos de atividades não-agrícolas mais importantes, em 1998, eram os de prestação de serviços, indústria de transformação, comércio de mercadorias e serviços sociais, no “rural privado” metropolitano destacavam-se: prestação de serviços, indústria de transformação e indústria de construção. O ramo de prestação de serviços é de forma inequívoca o mais importante da PEA rural não-agrícola, tanto na região do

“rural privado” não-metropolitano, como na região do “rural privado” metropolitano do estado.

Com relação às atividades não-agrícolas, o detalhamento da análise com a abertura denominada “rural privado” não-metropolitano permite destacar os principais setores, em 1998, como sendo: emprego doméstico, estabelecimento de ensino público, indústria de madeiras, indústria e comércio de alimentos e construção. Quanto às tendências os dados forneceram os seguintes resultados: tendência confiável de crescimento apenas dos setores de emprego doméstico e indústria de alimentos.

Quanto às posições nas ocupações não-agrícolas, ainda que em proporções distintas, as mais importantes, tanto para o “rural privado” metro como para o não-metro são: empregados e trabalhadores por conta-própria. O detalhamento destas informações para as aberturas dos “povoados e outros” das regiões metropolitanas permite destacar os seguintes resultados: tendência geral e significativa de crescimento das posições nas ocupações não-agrícolas assegurada pelas tendências confiáveis de crescimento das posições nas ocupações dos empregados e dos conta-própria.

A abertura “rural privado” da região não-metropolitana paranaense concentra a maioria absoluta do número de posições nas ocupações agrícolas e não-agrícolas do rural privado como um todo. Baseando-se nestas informações é possível afirmar que é no “rural privado” das regiões não-metropolitanas que ocorrem as transformações mais importantes nas posições nas ocupações do contexto paranaense.

Com relação às principais ocupações rurais não-agrícolas do “rural privado” não-metropolitano embora elas sejam diversificadas, destacam-se: serviços domésticos, diversos, outras ocupações da indústria de transformação, professores e outros educação e serviços de construção civil, porém as que apresentaram tendências confiáveis de crescimento são as de serviços domésticos e diversos. Em geral, essas ocupações não exigem maiores níveis de educação formal e treinamento, talvez porque as próprias condições não

permitam, como por exemplo a pobreza da infra-estrutura da escola rural, o seu restrito acesso, com mais forte razão, para as mulheres rurais.

Para além das constatações que as informações existentes permitem, torna-se necessário explicar quais são as razões do crescimento das ocupações rurais não-agrícolas, bem como, explicitar as implicações das condicionantes estruturais do espaço rural paranaense sobre essas atividades.

Resgatando as conclusões de trabalhos apresentados no início deste capítulo, especialmente os resultados da pesquisa de Klein (1992) verifica-se que o autor atribui o crescimento das ocupações rurais não-agrícolas, em dezoito países latino-americanos, por um lado, à própria queda do número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas; e por outro lado, aos próprios benefícios advindos do alargamento dos mercados de bens e de serviços para os setores rurais. Esses dois elementos seriam conseqüência do processo de modernização da agricultura desencadeado nesses países.

Além disso, o autor menciona que no meio rural é comum que uma parte da força-de-trabalho ocupe-se em dois ou mais ramos de atividade durante o ano, em função das próprias contingências das atividades agrícolas que ainda são de grande importância como geradoras de ocupações, bem como à sazonalidade das mesmas. Esse não se constitui num elemento novo e já há algum tempo tem sido documentado por extensa bibliografia.

Mas, o que consiste em um novo fenômeno neste contexto, e que tanto Klein (1992) quanto Bonanno (1989) ressaltam, é a transformação do mercado de trabalho na área rural que surge através do que chamam de novas formas de produção. Elas surgem como conseqüência da flexibilização do mercado de trabalho em geral, sendo uma das suas características a descentralização da produção. Uma das evidências mais claras disso é a presença, em algumas áreas rurais, do trabalho no próprio domicílio, em especial o setor de confecções e de têxteis.

Uma outra questão apontada por Klein é a possibilidade de se atribuir o crescimento das ocupações rurais não-agrícolas ao processo de desenvolvimento da agricultura e de atividades a ela conjugadas (comércio e

serviços). Contudo, admite o autor que nem sempre o crescimento do *emprego* rural não-agrícola está associado somente ao seu desenvolvimento. “Com efeito, é perfeitamente possível pensar que se pode desenvolver a indústria rural a partir de estímulos que nascem de mercados externos e isso gera então, mecanismos de encadeamento para trás” (op. cit., p. 13). Desta forma, não existem motivos para vincularmos o crescimento das ocupações rurais não-agrícolas unicamente ao desenvolvimento da agricultura.

Em outro estudo mais recente, Weller (1997) também enfatiza que o crescimento das atividades não-agrícolas vincula-se diretamente ao desenvolvimento do agro. Embora esclareça que outras atividades possam surgir independentemente desse setor, o estudo de Costa Rica, da Guatemala, de Honduras e do Panamá destaca que a primeira assertiva – a preponderância das características do setor agropecuário na determinação do volume e qualidade das atividades não-agrícolas – impõe-se na dinâmica dessas atividades. Weller listou cinco dinâmicas para explicar o surgimento dessas atividades, a saber: a) dinâmicas vinculadas a atividades econômicas que se ligam diretamente ao agro, bens e serviços que servem como insumos de produção, ou indiretamente para sua comercialização, processamento e transporte; b) dinâmica gerada a partir da demanda originada pela população rural, tanto no que se refere a bens e serviços de consumo, como à provisão de serviços auxiliares para o consumo de bens oriundos da zona urbana; c) dinâmica gerada pela mão-de-obra excedente da agricultura que migra até as zonas urbanas ou busca emprego não-agrícola nas zonas rurais, em parte sem sair da unidade familiar (“setor de refúgio”); d) dinâmica gerada pela demanda de mão-de-obra de atividades não vinculadas à agricultura (artesanato, turismo) as quais são constituídas de bens e de serviços não-agrícolas que podem ser gerados internamente nas propriedades agrícolas; e) dinâmica de emprego rural não-agrícola a qual é originária do serviço público nas zonas rurais (educação, saúde, etc.).

As dinâmicas apontadas por Weller (1997) são similares àquelas levantadas por Klein (1992). Para o caso brasileiro, Graziano da Silva & Del Grossi (1998:19) sugerem mais quatro outras dinâmicas, três das quais consideradas

imobiliárias e que nada têm a ver com o agro, e uma quarta dinâmica estreitamente vinculada às “novas” atividades agrícolas. Elas são, resumidamente, as seguintes:

- demanda da população rural não-agrícola de alta renda por áreas de lazer e segunda residência (casas de campo e de veraneio, chácaras de recreio), bem como de serviços a ela relacionados (caseiros, jardineiros, empregados domésticos, etc.);
- demanda da população urbana de baixa renda por terrenos, para a autoconstrução de suas moradias rurais em áreas situadas nas cercanias das cidades, mas que já possuem uma infra-estrutura mínima de transportes e de serviços públicos, como água, e energia elétrica;
- demanda por terras não-agrícolas por parte de indústrias e empresas prestadoras de serviços que buscam o meio rural como uma alternativa favorável para fugir de externalidades negativas dos grandes centros urbanos (condições de tráfego, poluição, etc);
- as “novas atividades agrícolas” que resultam, em grande parte, dessa busca do rural como áreas de lazer e preservação ambiental pela população dos grandes centros urbanos, como é o caso exemplar dos pesque-pague, das fazendas de caça, da criação de pequenos animais, produção de mudas ornamentais, etc..

Enquanto as três dinâmicas chamadas de imobiliárias possuem características muito específicas, resultam na geração de tipos muito distintos de ocupações rurais não-agrícolas e são tipicamente urbanas, cuja propulsão é fornecida pelo crescimento das cidades da região, ou seja, setores urbanos que encontram-se nas adjacências, a dinâmica das “novas atividades agrícolas” constitui-se essencialmente no acréscimo de serviços de caráter artesanal, contudo exigindo forte especialização e alta tecnologia, tanto a produtos de origem animal como vegetal diferenciados.

A análise das dinâmicas propostas pelos autores supracitados repousa na idéia de que o meio rural vem adquirindo novas funções e “novos” tipos de ocupações como, por exemplo, oferecer lazer, ócio, moradia, atividades de preservação e de conservação ambiental, etc., e que muitas delas estão mais

atreladas a novas demandas de consumo do espaço e serviços rurais e são, em caráter, particularmente intersetoriais.

Neste sentido, no caso paranaense, podemos identificar inicialmente uma distinção clara entre as dinâmicas do rural privado metropolitano e do não-metropolitano. Na região do rural privado metropolitana, pudemos verificar o quanto adquirem importância as demandas chamadas imobiliárias, principalmente aquela vinculada à utilização do entorno da região metropolitana para atividades de lazer e de segunda residência, e os serviços a ela vinculados.

Quanto ao rural privado não-metropolitano detecta-se que ele apresenta-se muito mais heterogêneo. Assim, sua explicação é de maior complexidade e solicita maiores aprofundamentos. O Estado do Paraná ainda constitui-se em um estado tipicamente agrícola e possui, diferentemente dos outros dois estados da região Sul, uma estrutura agrária de caráter bi-modal, ou seja, simultaneamente constata-se a presença de grandes propriedades baseadas no trabalho assalariado e de pequenas propriedades de base familiar, com mercados de trabalhos um tanto distintos. Por isso, seria um tanto quanto apressado descartar completamente as possibilidades da geração de ocupações não-agrícolas a partir das próprias atividades agrícolas como, por exemplo, a indústria de transformação, em especial, as agroindústrias e a dinâmica oriunda da “mão-de-obra sobrando” da pequena produção de base familiar. Essa dinâmica tornou-se relevante na medida em que o *commuting* pôde ser realizado com mais sucesso devido à facilidade dos meios de transporte.

Não podemos, entretanto, restringir a explicação deste fenômeno a estes fatos. Nos últimos anos uma outra dinâmica pode ser apontada como fundamental: a dinâmica derivada das chamadas “novas atividades agrícolas” que no caso paranaense vêm tomando forma sob as atividades de piscicultura de caráter comercial, a de agricultura orgânica, a de produção de flores, ou ainda de programas que visam à criação de animais silvestres, às incipientes, mas

importantes atividades de turismo rural⁴⁸, às reservas de preservação do patrimônio natural⁴⁹, etc.

Em resumo, as novas aberturas geográficas das PNADs permitem caracterizar melhor a relação rural-urbana nos anos 90 no contexto paranaense proporcionando, de alguma forma, a compreensão de suas dinâmicas. As razões do crescimento das atividades não-agrícolas podem estar diretamente vinculadas ao agro, mas também àquelas que não possuem relações estreitas com as atividades agrícolas. Elas estão absorvendo parte da força-de-trabalho rural em atividades de serviços domésticos e pessoais remunerados⁵⁰. Essas ocupações fazem parte da herança da sociedade escravocrata e são segundo Melo (1998:120) “um bolsão de ocupação para a mão-de-obra feminina no Brasil, porque constitui culturalmente o lugar da mulher e a execução dessas tarefas não exige nenhuma qualificação. Essa atividade, por isso, é o refúgio dos trabalhadores com baixa escolaridade e sem treinamento na sociedade”. E, a atual formação dos jovens rurais contribui decisivamente para a sua inserção subalterna neste mercado de trabalho.

Segundo essa mesma autora, o emprego doméstico é o que apresenta uma maior informalidade e precariedade das relações de trabalho nas diferentes categorias de trabalhadores brasileiros, além do que constitui-se num dos subsetores econômicos de pior remuneração dos trabalhadores (Melo, 1998: 131, 135).

Em síntese, a dinâmica que gera o emprego doméstico é o resultado das rendas derivadas de um padrão muito concentrado existente no país e que, de certa maneira, prevalece em outros estados como o Paraná.

⁴⁸ Acerca desse assunto ver: “Colombo descobre o turismo rural”. Jornal O Estado de São Paulo 28/09/1999 ou <http://www.estado.com.br/jornal/suplem/viag/99/09/28/viag024.html> Neste artigo encontra-se relatada a experiência pioneira de 20 agricultores que se inseriram no “Circuito italiano de Turismo Rural” o qual associa a produção orgânica de hortaliças e uvas com as potencialidades turísticas do município permitindo agregar renda e gerar ocupações.

⁴⁹ Para maiores informações consultar a Revista Globo Rural de Janeiro de 1999, p.26. “De volta ao Brasil”. Entre outros questões vale a pena destacar a experiência promissora da criação destas reservas por meio do repasse do chamado “ICMS ecológico” diretamente aos donos das reservas com objetivo de facilitar novas adesões.

⁵⁰ Segundo Melo (1998:120) as trabalhadoras domésticas definem-se “como pessoas que servem a um indivíduo ou família dentro de casa”.

3. Ocupação e renda nas famílias agrícolas e rurais: Paraná, 1992-98

3.1 Introdução

A ênfase nas atividades essencialmente agrícolas conduziu a uma certa deformação na visão das sociedades rurais, ignorando-se as mudanças aí ocorridas, bem como os impactos econômicos, sociais e culturais sobre as mesmas. Todavia, nas últimas décadas a pesquisa social rural tem atravessado um período muito profícuo, no qual os estudos mostram tanto a perda gradativa do papel da agricultura como sustentáculo econômico e social, como a emergência das novas atividades, funções e ocupações rurais. Neste sentido, verifica-se uma reorganização dos processos de produção e de trabalho rural tornando nebulosas as antigas fronteiras entre os setores e tendo, como conseqüência, maior intensificação das interrelações. A ruptura entre a agricultura e a sociedade rural manifesta-se também na reconfiguração das instituições sociais, culturais e econômicas. O processo de reestruturação atinge distintos grupos sociais da população rural de forma que eles experimentam diferentemente esta transformação social rural.

Como bem enfatizou Bokemeier (1997:3) “o debate da reestruturação rural é estendido pela redefinição das famílias e dos grupos domésticos”. Assim, lembra esta autora: “descobrir novamente famílias e grupos domésticos é importante porque, nesse período de reestruturação econômica, social e cultural, as famílias são organizações críticas e estratégicas através dos quais os indivíduos moldam-se e adaptam-se às transformações sociais” (*op., cit., p.3*). Em primeira e última instância, o processo de reestruturação rural associa-se a mudanças na composição e estrutura das famílias e grupos domésticos e o estudo da pluriatividade é de particular importância em sua análise e compreensão.

Ao referenciar o trabalho de Ruth Gasson (1983), Fuller (1984:213) ilustra a necessária mudança de enfoque tomando a família como unidade de análise desta forma: “estruturas familiares, parentes do grupo doméstico e papéis desempenhados diferem, se o foco de atenção está concentrado na exploração agrícola, no responsável ou na família”.

A importância de se considerar a família como unidade de análise repousa no fato de que a economia da família e a da exploração agrícola nem sempre coincidem e a lógica da mudança (econômica) por trás da exploração agrícola não pode estar divorciada daquela de mudança (social) da família (Reis, Hespanha, Pires & Jacinto, 1990).

Segundo o ponto de vista de Brun (1989), “para compreender a evolução das unidades de produção agrícola, seu estatuto e sua capacidade de se reproduzir, não se pode contentar com uma simples referência à família. Aquela não é somente uma maneira de qualificar a exploração agrícola ou mesmo de definir um conjunto de restrições às quais está submetida. Na medida em que as decisões relativas à exploração agrícola são tomadas no quadro de unidade maior, a família, a análise deve se deslocar da exploração rumo à família e ela supõe uma explicação maior das lógicas que aí se afrontam e se desenvolvem”. Para o autor, dois fenômenos gerais atravessam toda a sociedade: o abalamento da família enquanto instituição e o desemprego endêmico, bem como um fenômeno mais especificamente agrícola, a ausência de novos mercados. Por isso, a família torna-se um lugar de funcionamento distinto, e ela encontra-se submetida às forças de *demolição – reconstrução* sobre os quais ainda pouco se conhece, e de fato, os velhos esquemas não funcionam mais e ela se impõe como unidade de análise.

A família constitui a unidade básica da reprodução social. Ela é a referência que permite ocultar a falta de análise dessa questão.

Como menciona Bokemeier (1997:4) “famílias e grupos domésticos não são simplesmente unidades físicas ou estatísticas de coabitação que são examinadas para propósitos comparativos. Antes, elas estão mudando o conjunto das relações sociais que estabelecem obrigações mútuas miradas a ajudar seus membros a sobreviver. (...) Ao mesmo tempo, as famílias constroem suas vidas dentro e através das restrições de sua estrutura familiar, bem como as restrições do seu contexto social. Assim, as famílias não estão somente conectadas e influenciadas por outros contextos sociais, elas também incluem essas estruturas” (op. cit., p.9).

Feitas essas considerações de cunho mais teórico, definimos o objetivo deste capítulo como sendo de caracterizar e analisar a evolução das ocupações e das rendas, bem como a relevância dos cortes metropolitano e não-metropolitano e as subseqüentes aberturas apresentadas no capítulo 2 deste estudo em alguns tipos de famílias⁵¹ presentes no contexto do espaço rural paranaense, através de tabulações especiais realizadas a partir dos microdados das Pesquisas Nacionais de Amostra de Domicílios (PNAD's) que abrangem o período de 1992 até 1998.

3.2 As ocupações nas famílias agrícolas e rurais

Na tabela 7, pode-se verificar a distribuição dos tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio no Paraná, em 1998. Na tabela 7 pode-se constatar a existência de aproximadamente 2,6 milhões de famílias extensas no Paraná, em 1998. Na abertura geográfica denominada metropolitana encontram-se aproximadamente 713 mil famílias extensas ou 27,5% em relação ao total, sendo que cerca de 643 mil famílias ou 90% delas declararam domicílio urbano, 45 mil famílias ou 6,3% declararam residir nos povoados e apenas 26 mil famílias ou 3,6% do total declararam local de domicílio “rural privado”.

Na abertura não-metropolitana verifica-se a existência de aproximadamente 1,8 milhões de famílias extensas ou 72% do total, sendo que quase um milhão e quatrocentas mil famílias declararam domicílio urbano (74%), 422 mil famílias ou 22,5% declararam domicílio “rural privado” e apenas 60 mil famílias (3,2%) declararam domicílio “povoado e outros”. É ínfima a quantidade de famílias residentes na “periferia” (0,1%).

A população relativa ao total do rural privado indica a presença de 448 mil famílias e representa 17,3% do total de famílias.

⁵¹ Para uma explicação detalhada acerca da construção da tipologia das famílias utilizadas neste capítulo pode-se conferir o artigo de Del Grossi & Graziano da Silva (1998), bem como o Anexo Metodológico desta tese.

Uma análise agregada das 4 categorias censitárias permite fazer as seguintes constatações: as famílias empregadoras (total) são constituídas de cerca de 9 mil famílias agrícolas e 23 mil famílias pluriativas. Do total das 9 mil famílias empregadoras agrícolas, 7 mil famílias (78%) são empregadoras com até dois empregados e 2 mil famílias (22%) são empregadoras com mais de dois empregados.

As duas mil famílias empregadoras com mais de dois empregados agrícolas declararam domicílio exclusivamente urbano. Enquanto isso, as famílias empregadoras com até dois empregados agrícolas não mostram uma concentração tão nítida: do total de 7 mil famílias agrícolas, 4 mil famílias (57%) declararam domicílio rural privado, 2 mil famílias (28%) declararam domicílio urbano e mil famílias (14%) declararam domicílio “povoados e outros”. Em relação às famílias empregadoras com mais de dois empregados pluriativas a grande maioria delas declararam local de domicílio “urbano urbanizado” e na totalidade combinam atividades agrícolas com não-agrícolas. A conclusão a que se chega é que grande parte das famílias empregadoras com mais de dois empregados agrícolas e pluriativas paranaenses possuem domicílio urbano não-metropolitano.

No que diz respeito às famílias empregadoras com até dois empregados pluriativas verifica-se que, do total de 14 mil famílias, 8 mil famílias (57%) declararam domicílio urbano urbanizado com ampla predominância para a região não-metropolitana. Mas, é possível também atestar a existência de cerca de 6 mil famílias (42%) que declararam local de domicílio rural privado não-metropolitano. A pluriatividade neste grupo de famílias é nitidamente de tipo agrícola – não-agrícola (92%).

As famílias conta-própria agrícola são, em 1998, um conjunto de 183 mil famílias. Estas famílias declararam domicílio majoritariamente rural privado não-metropolitano, ou seja, 154 mil famílias (84%). Entretanto, existe um grupo de aproximadamente 18 mil famílias conta-própria agrícolas (10%) que declarou como domicílio o urbano não-metropolitano.

TABELA 7

Distribuição dos tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio: Paraná, 1998 (1000 famílias)

Situações de domicílios/Tipos de famílias	Metropolitano					Não-Metropolitano					Total Geral	Índice 1* (%)	Índice 2** (%)
	1	2	3	4	Total	1	2	3	4	Total			
Empreg. com + 2 empr.	30	0	1	0	31	56	0	2	2	61	92	94	92
Agrícola	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2	2	100	100
Pluriativo	1	0	0	0	1	7	0	0	1	7	8	92	92
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	1	0	0	0	1	7	0	0	1	7	8	92	92
Não-agrícola	29	0	1	0	30	48	0	2	2	52	82	94	92
<i>Não-agrícola + Não-agríc.</i>	29	0	1	0	30	47	0	2	2	51	81	94	92
<i>Não-agrícola+Trab.Dom</i>	1	0	0	0	1	1	0	0	0	1	1	100	100
Empreg. com até 2 empr.	16	0	2	1	18	47	0	2	11	60	78	80	78
Agrícola	0	0	0	1	1	2	0	1	4	7	7	25	27
Pluriativo	1	0	0	0	1	7	0	0	6	14	14	57	54
<i>Agrícola+Agrícola</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	1	0	0	0	1	7	0	0	5	12	13	62	60
Não-agrícola	15	0	2	0	17	38	0	1	1	40	57	93	95
<i>Não-agrícola + Não-agríc.</i>	15	0	1	0	17	36	0	1	1	38	55	94	95
<i>Não-agrícola+Trab.Dom.</i>	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2	2	88	100
Empregadora Total	46	0	2	1	49	104	0	4	14	121	171	88	85
Agrícola	0	0	0	1	1	4	0	1	4	9	9	42	43
Pluriativo	2	0	0	0	2	14	0	0	7	21	23	70	68
<i>Agrícola+Agrícola</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	2	0	0	0	2	14	0	0	6	20	21	74	72
Não-agrícola	44	0	2	1	47	86	0	3	3	92	139	94	93
<i>Não-agrícola + Não-agríc.</i>	44	0	2	1	46	83	0	3	3	89	136	94	93
<i>Não-agrícola+Trab.Dom</i>	1	0	0	0	1	2	0	0	0	2	3	92	100
Conta-Própria	156	0	15	9	180	367	0	15	210	592	772	68	62
Agrícola	1	0	0	5	6	18	0	4	154	177	183	10	10
Pluriativo	1	0	0	1	2	27	0	4	42	73	74	38	37
<i>Agrícola+Agrícola</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	10	10	10	0	0
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	1	0	0	1	2	23	0	3	27	53	55	44	43
<i>Agrícola+Trab. Dom..</i>	0	0	0	0	0	2	0	1	4	7	7	33	33
<i>Agríc.+não-agríc.+Trab.Dom</i>	0	0	0	0	0	1	0	0	1	2	2	67	67
Não-agrícola	153	0	15	4	173	322	0	7	13	343	515	92	94
<i>Não-agrícola + não-agríc.</i>	141	0	13	4	157	298	0	7	11	316	473	93	94
<i>Não-agrícola+Trab.Dom</i>	13	0	2	1	15	25	0	0	2	27	43	88	91
Empregados	368	0	21	11	400	754	2	32	169	957	1357	83	79
Agrícola	0	0	0	2	2	67	0	5	81	153	155	43	44
Pluriativo	1	0	0	2	3	29	0	3	27	60	62	48	49
<i>Agrícola+Agrícola</i>	0	0	0	0	0	0	0	1	5	6	6	0	0
<i>Agrícola+não-agrícola</i>	0	0	0	1	1	15	0	2	11	28	29	52	53
<i>Agrícola+Trab. Dom..</i>	0	0	0	1	1	9	0	1	11	20	21	45	45
<i>Agríc.+não-agríc.+Trab.Dom</i>	1	0	0	0	1	5	0	0	1	6	6	90	90
Não-agrícola	367	0	21	8	395	658	2	24	60	744	1139	90	89
<i>Não-agrícola + não-agríc.</i>	314	0	16	6	335	539	1	20	44	605	940	91	89
<i>Não-agrícola+Trab.Dom</i>	53	0	5	2	60	118	1	4	16	139	199	86	85
Não-ocupado	73	0	6	4	84	165	0	7	30	203	286	83	81
TOTAL GERAL	643	0	45	26	713	1389	2	60	422	1873	2586	79	74

FONTE: Tabulações especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, Maio de 2000.

NOTA: Índice 1* = urbanização total; Índice 2* = urbanização não-metropolitana

Aberturas geográficas: 1= urbanizada; 2=periferia; 3=povoados e outros e 4=rural privado.

No que diz respeito às famílias conta-própria pluriativas, do total de 74 mil famílias, 42 mil famílias (57%) declararam domicílio rural privado não-metropolitano e cerca de 27 mil famílias (36%) declararam o urbano não-metropolitano como local de domicílio. Ou seja, a agricultura familiar concentra-se no rural privado. As famílias conta-própria pluriativas “agrícola-agrícola”, que somam 10 mil famílias aproximadamente, declararam local de domicílio 100% rural privado não-metropolitano. Mas, as famílias pluriativas “agrícolas-não-agrícolas” que totalizam 55 mil famílias, ou seja, 74% do total de famílias de conta-própria pluriativas, declararam principalmente dois locais de domicílio: uma certa predominância do rural privado não-metropolitano e o urbano não-metropolitano. Um fato que ainda deve ser mencionado é a presença de um grupo de 13 mil famílias conta-própria não-agrícolas no rural privado não-metropolitano. Contabilizando-se as famílias conta-própria agrícolas e pluriativas e aquelas não agrícolas do rural privado (metropolitano e não-metropolitano) chega-se a uma soma aproximada de 219 mil famílias.

No último tipo de família apresentado na tabela 7, aquele dos “empregados”, é possível verificar a presença de cerca de 155 mil famílias que exercem atividades exclusivamente agrícolas. Deste total, 81 mil famílias (52%) declararam local de domicílio rural privado não-metropolitano e 67 mil famílias (43%) declararam domicílio urbano não-metropolitano. Quanto ao grupo das famílias de empregados pluriativos, que constituem 62 mil famílias, elas se dividem assim: 29 mil famílias (47%) declararam domicílio urbano e 27 mil famílias (43,5%) rural privado, ambas não-metropolitano. A pluriatividade agrícola-agrícola possui uma baixa expressão neste tipo de famílias, representando menos de 10% em relação ao número total de famílias pluriativas. A pluriatividade agrícola-não agrícola envolve 29 mil famílias ou representa 47% do total de famílias pluriativas e a outra, a agrícola – trabalho doméstico envolve 21 mil famílias (34%). O conjunto representa cerca de 50 mil famílias ou 80% do conjunto das famílias pluriativas e o local de domicílio das mesmas é, principalmente, o urbano e o rural privado não-metropolitano. Destaca-se também a existência de um grupo de 60 mil famílias que declararam local de domicílio rural privado não-metropolitano e

que exercem atividades exclusivamente não-agrícolas. Neste grupo é possível verificar a existência de um subgrupo de mais de ¼ delas que combina atividades não-agrícolas e trabalho doméstico e que residiam no “rural privado” não-metropolitano. Na tabela 7 também é possível verificar os índices de urbanização total e o da urbanização não-metropolitano para os diferentes tipos de famílias⁵².

Para o caso das famílias empregadoras com mais de dois empregados agrícola e pluriativa destacam-se os fortíssimos índices de urbanização tanto para o total, como para aquelas não-metropolitanas. Porém, há que se salientar que as famílias pluriativas apresentam índices um pouco menores. Em relação às famílias empregadoras com até dois empregados, a comparação entre as famílias agrícolas e pluriativas mostra que os maiores índices de urbanização (total e não-metro) pertencem às famílias pluriativas (57% e 54%, respectivamente). Contudo, são bem menores que os índices das famílias empregadoras com mais de dois empregados.

Quando se realiza a junção das duas categorias (empregadoras com mais de 2 empregados e até dois empregados) verificam-se índices de urbanização total e não-metropolitano ao redor de 42% para as famílias agrícolas e de aproximadamente 70% e 68% para as famílias pluriativas (urbanização total e não-metro, respectivamente).

No caso das famílias denominadas conta-própria agrícolas e pluriativas os índices mostram-se mais baixos: os índices de urbanização total e não-metropolitano são de aproximadamente 10% para as famílias agrícolas e de aproximadamente 37% para as famílias conta-própria pluriativas. Finalmente, no grupo de famílias chamado de “empregados” agrícolas e pluriativas os índices apresentam-se bem semelhantes: os de urbanização total e não-metropolitano são da ordem de 43% para as famílias de empregados agrícolas e de 48% para as famílias de empregados pluriativas. Assim, pode-se afirmar que as famílias exclusivamente agrícolas residem em áreas menos urbanizadas.

⁵² Esses índices constituem-se respectivamente: 1) relação entre o número total de famílias com domicílio urbano dividido pelo número total de famílias; 2) relação entre o número total de famílias que residem em áreas urbanizadas da região não-metropolitana dividido pelo número total de famílias desta abertura geográfica.

TABELA 8

Distribuição dos tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio: Paraná, 1992-98
(1000 famílias)

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	1992	1993	1995	1996	1997	1998	taxa de crescimento (% ao ano) 1992/98 ^a	
TOTAL GERAL								
Empreg. com mais de 2 empregados	59	73	92	78	92	92	6,9	***
Agrícola	3	5	1	2	4	2	-	-
Pluriativo	4	3	9	5	5	8	13,4	*
Não-agrícola	51	66	82	71	82	82	7,1	***
Empreg. com até 2 empregados	84	71	103	88	82	78	0,4	
Agrícola	20	14	21	13	16	7	-10,3	*
Pluriativo	21	13	18	16	15	14	-3,4	
Não-agrícola	43	44	64	59	51	57	4,8	*
Empregadora total	143	144	195	166	173	171	3,5	*
Agrícola	23	19	22	15	20	9	-9,7	*
Pluriativo	25	16	27	21	20	23	0,4	
Não-agrícola	95	109	146	130	133	139	6,1	***
Conta-própria	710	728	743	794	784	772	1,7	***
Agrícola	239	227	195	194	199	183	-4,1	***
Pluriativo	83	92	85	95	86	74	-1,4	
Não-agrícola	388	408	464	506	500	515	5,2	***
Empregados	1125	1178	1194	1226	1275	1357	2,7	***
Agrícola	161	157	152	156	153	155	-0,7	*
Pluriativo	63	68	75	76	73	62	0,7	
Não-agrícola	901	952	966	994	1049	1139	3,4	***
Não-ocupado	213	195	224	269	274	286	6,5	***
TOTAL	2191	2244	2356	2455	2507	2586	2,8	***

FONTE: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, Maio 2000.

NOTA: a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Com relação à evolução do número de famílias nos diferentes tipos, pode-se verificar a tabela 8 (total geral), a qual mostra uma tendência de queda generalizada do número de famílias agrícolas. A que mostrou maior tendência de queda é aquela apresentada pelo total das famílias empregadoras com até dois empregados (10,3% ao ano). Porém, o que mais chama atenção é a tendência muito significativa de queda das famílias conta-própria agrícolas de 4,1% ao ano, posto que elas constituem um dos grupos de maior representação no contexto paranaense.

Um segundo aspecto que merece atenção é o de que, exceto no grupo das famílias empregadoras com mais de dois empregados, – a qual mostra uma tendência positiva e significativa de crescimento das famílias pluriativas de 13,4% ao ano – as demais não apresentaram tendências significativas, quer sejam positivas ou negativas.

Na tabela 8a mostra-se uma abertura da tabela 8. Através dela é possível verificar quais são as tendências mais importantes nas áreas metropolitana e não-metropolitana. Vale dizer que a quantidade de famílias dos tipos agrícola e pluriativa na área metropolitana é expressivamente menor quando comparada à da região não-metropolitana. Além disso, é possível verificar nesta abertura que as famílias de conta-própria agrícola e empregados agrícolas apresentam tendências significativas de quedas, bem como as famílias conta-própria pluriativas.

Para o caso da região não-metropolitana, pode-se verificar tendências de quedas significativas para as famílias agrícolas de conta-própria e de empregadoras (total). Provavelmente a tendência de queda das empregadoras totais agrícolas deve-se à tendência significativa de redução das famílias empregadoras com até dois empregados agrícolas. Como as famílias de empregados agrícolas não apresentam tendência significativa de queda nesta abertura, pode-se atribuir a caída no total geral deste grupo à sua tendência de redução significativa na área metropolitana. Um aspecto adicional que deve ser salientado é a tendência de aumento do número de famílias empregadoras com mais de dois empregados pluriativas na área não-metropolitana (total)⁵³.

⁵³ Ruth Gasson (1998:495) chama atenção que as explorações agrícolas muito grandes tendem a ser pluriativas, não necessariamente por causa das qualificações dos seus operadores, mas porque elas têm aproveitado a oportunidade para diversificar o uso dos recursos ou investir em alguns negócios relacionados à propriedade.

TABELA 8A
Distribuição dos tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio: Paraná, 1992-98
Metropolitano e Não-Metropolitano (1000 famílias)

SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	1992	1993	1995	1996	1997	1998	taxa de crescimento (% ao ano) 1992/98 ^a	
METROPOLITANO								
Empreg. com + de 2 empreg.	22	24	35	31	32	31	6,6	**
Não-agrícola	21	23	34	31	31	30	6,9	**
Empreg. com até 2 empeg.	10	14	21	18	22	18	10,8	***
Não-agrícola	9	13	20	18	19	17	10,7	**
Empregadora Total	32	37	55	49	53	49	8,1	***
Não-agrícola	30	36	54	49	51	47	8,2	**
Conta-Própria	149	146	171	180	177	180	4,0	***
Agrícola	9	10	7	6	7	6	-7,9	**
Pluriativo	7	5	5	6	4	2	-15,5	***
Não-agrícola	133	130	158	169	166	173	5,2	***
Empregados	325	351	350	369	390	400	3,2	***
Agrícola	5	4	3	3	4	2	-10,9	**
Pluriativo	4	3	3	3	4	3	-2,0	
Não-agrícola	315	344	344	363	382	395	3,4	***
Não-ocupado na semana	55	61	58	65	68	84	5,7	***
TOTAL	561	595	635	664	688	713	4,0	***
NÃO-METROPOLITANO								
Empreg. com + de 2 empreg.	37	50	57	47	60	61	7,0	**
Agrícola	3	5	1	2	4	2	-	-
Pluriativo	3	3	9	5	5	7	14,1	*
Não-agrícola	31	42	48	39	50	52	7,2	**
Empreg. com até 2 empreg.	74	57	82	70	60	60	-1,8	
Agrícola	19	14	21	13	15	7	-10,8	*
Pluriativo	21	13	18	16	13	14	-4,4	
Não-agrícola	34	31	44	42	32	40	2,6	
Empregadora Total	111	107	140	117	120	121	1,8	
Agrícola	22	18	21	15	19	9	-10,0	*
Pluriativo	24	16	26	21	18	21	-0,4	
Não-agrícola	65	73	92	81	82	92	5,0	***
Conta-própria	561	582	572	614	608	592	1,1	*
Agrícola	230	217	187	188	192	177	-4,0	***
Pluriativo	76	87	80	89	82	73	-0,6	
Não-agrícola	255	278	306	337	334	343	5,1	***
Empregados	801	827	844	857	885	957	2,5	***
Agrícola	156	153	149	153	149	153	-0,4	
Pluriativo	59	65	72	73	69	60	0,9	
Não-agrícola	586	608	623	631	668	744	3,4	***
Não-ocupado	157	134	166	203	206	203	6,8	***
TOTAL	1630	1649	1721	1791	1819	1873	2,4	***

FONTE: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, Maio 2000.

NOTA: a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

TABELA 8B

Distribuição dos tipos de famílias extensas segundo o local de domicílio: Paraná, 1992-98.
 Não-Metropolitano urbano urbanizado e rural privado (1000 famílias)

SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	1992	1993	1995	1996	1997	1998	taxa de crescimento (% ao ano) 1992/98 ^a	
NÃO-METRO URBANIZADA								
Empreg com + de 2 empreg.	36	48	55	42	55	56	5,8	*
Agrícola	2	5	1	1	3	2	-	-
Pluriativo	3	2	7	4	4	7	-	-
Não-agrícola	31	41	47	38	49	48	6,1	**
Empreg. com até 2 empreg.	55	40	57	54	42	47	-1,1	
Agrícola	10	7	5	3	4	2	-	-
Pluriativo	12	5	10	10	7	7	-2,2	
Não-agrícola	33	28	42	41	30	38	2,5	
Empregadora total	91	88	112	96	97	104	2,1	
Agrícola	12	12	5	4	7	4	-17,0	***
Pluriativo	15	7	17	13	11	14	2,6	
Não-agrícola	64	69	90	79	79	86	4,4	**
Conta-própria	283	312	331	380	369	367	4,7	***
Agrícola	14	13	13	20	15	18	5,4	*
Pluriativo	31	37	29	39	36	27	-1,4	
Não-agrícola	238	261	289	321	318	322	5,4	***
Empregados	640	669	684	681	719	754	2,3	***
Agrícola	62	63	62	61	66	67	0,9	
Pluriativo	34	44	52	44	43	29	-1,6	
Não-agrícola	544	562	569	577	611	658	2,7	***
Não-ocupado	129	109	141	176	171	165	7,0	***
TOTAL	1143	1178	1268	1333	1357	1389	3,5	***
NÃO-METRO RURAL PRIV.								
Empreg com + de 2 empreg.	1	2	2	4	4	2	-	-
Agrícola	1	0	0	2	1	0	-	-
Pluriativo	1	1	2	1	2	1	-	-
Não-agrícola	0	1	1	1	1	2	-	-
Empreg. com até 2 empreg.	18	15	22	15	15	11	-5,2	
Agrícola	10	7	14	9	10	4	-7,2	
Pluriativo	7	6	7	5	4	6	-5,3	
Não-agrícola	1	2	1	0	1	1	-	-
Empregadora total	19	17	24	18	19	14	-2,5	
Agrícola	10	7	14	11	11	4	-6,6	
Pluriativo	8	7	9	7	6	7	-3,1	
Não-agrícola	1	3	1	1	2	3	-	-
Conta-própria	264	252	223	218	226	210	-3,6	***
Agrícola	214	202	168	166	174	154	-4,9	***
Pluriativo	41	43	48	42	43	42	0,1	
Não-agrícola	9	6	6	10	8	13	7,0	
Empregados	136	133	133	146	139	169	2,9	*
Agrícola	84	82	80	85	74	81	-1,0	
Pluriativo	21	19	19	26	24	27	5,5	**
Não-agrícola	31	32	34	36	41	60	9,3	***
Não-ocupado	22	18	22	24	25	30	6,3	***
TOTAL	441	420	402	407	409	422	-0,8	

FONTE: Tabulações Especiais do Projeto Urbano, NEA-IE/Unicamp, Maio 2000.

NOTA: a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Ao observarmos a tabela 8b podem-se identificar as novas aberturas geográficas e as respectivas evoluções segundo os tipos de famílias. Na abertura denominada não-metropolitano urbanizada duas tendências importantes devem ser enfatizadas: de um lado, a forte tendência de queda das famílias empregadoras total agrícolas, e de outro lado, uma tendência de crescimento significativa das famílias de “conta-própria” agrícolas. Esta é, como veremos mais adiante, a única abertura onde se constata uma tendência de crescimento destas famílias. Adicionalmente, as informações expostas na tabela também revelam que o número de famílias da categoria dos empregados agrícolas, nesta abertura, praticamente mantém-se inalterado.

Na abertura chamada genericamente de rural privado não-metropolitano é possível atestar um conjunto de fatos muito relevantes, já que aí ainda se concentra o grosso das famílias de nosso interesse. Nesta abertura geográfica nota-se uma tendência de queda generalizada das famílias de conta-própria agrícolas. Nesta mesma abertura espacial as famílias de empregados destacam-se por um crescimento importante: esse aumento é devido, principalmente, ao crescimento das famílias pluriativas, mas também das famílias não-agrícolas⁵⁴. Esse grupo é um dos poucos que apresenta crescimento significativo e, portanto, desempenho importante do ponto de vista do fenômeno da pluriatividade para ser analisado. Ou seja, é no rural privado não-metropolitano paranaense que ocorrem as transformações que chamam mais atenção.

Um comentário adicional pode ser feito à situação de domicílio denominada de não-metropolitano povoado e outros⁵⁵, ou seja, as áreas que possuem a característica de não estarem vinculadas a um único proprietário, podendo oferecer serviços ou não: nesta abertura verifica-se uma tendência significativa de queda da categoria dos empregados agrícolas em aproximadamente 6,5% ao ano.

⁵⁴ Apesar da impossibilidade de comparação direta entre as pesquisas, pode-se afirmar que esses resultados estão em consonância com aqueles apresentados no “apêndice” desta tese em relação a muitos aspectos, entre eles a presença de empregados com domicílio rural e atividades exclusivamente não-agrícolas.

⁵⁵ Por questão de espaço deixamos de apresentar essa tabela.

TABELA 9

Distribuição dos tipos de famílias extensas com algum membro aposentado, pensionista ou procurando emprego, segundo o local de domicílio e os tipos de famílias: Paraná, 1992:98. (1.000 famílias)

SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO/ TIPO DE FAMÍLIA	1992	1993	1995	1996	1997	1998	taxa de crescimento (% ao ano) 1992/98 ^a	
METROPOLITANO TOTAL	561	595	635	664	688	713	4,0	***
Com pensionistas e/ou aposentados	107	133	153	156	150	155	5,6	***
Com pens., apos. e procurando emprego	17	13	13	18	28	26	10,9	*
Com procurando emprego	50	42	54	51	70	99	11,3	***
Só com ocupados	387	407	415	439	440	434	2,1	***
NÃO-METROPOLITANO TOTAL	1.630	1.649	1.721	1.791	1.819	1.873	2,4	***
Com pensionistas e/ou aposentados	352	382	426	474	456	526	6,3	***
Com pens., apos. e procurando emprego	37	40	41	46	50	48	5,2	***
Com procurando emprego	113	100	128	120	138	155	6,0	***
Só com ocupados	1.129	1.127	1.126	1.151	1.174	1.144	0,5	*
TOTAL GERAL	2.191	2.244	2.356	2.455	2.507	2.586	2,8	***
Com pensionistas e/ou aposentados	459	515	579	630	606	680	6,2	***
Com pens., apos. e procurando emprego	54	53	53	64	78	75	6,9	***
Com procurando emprego	163	143	182	171	209	254	7,8	***
Só com ocupados	1.515	1.534	1.541	1.590	1.614	1.577	0,9	***
NÃO-METRO URBANIZADA	1.143	1.178	1.268	1.333	1.357	1.389	3,5	***
Com pensionistas e/ou aposentados	257	277	303	349	326	380	6,2	***
Com pens., apos. e procurando emprego	33	36	37	43	47	45	5,9	***
Com procurando emprego	104	91	116	107	126	136	5,4	***
Só com ocupados	749	774	812	834	857	828	2,0	***
NÃO-METRO POV. E OUTROS	46	51	51	51	53	60	3,1	***
Com pensionistas e/ou aposentados	11	13	13	10	18	19	7,9	*
Com pens., apos. e procurando emprego	2	2	0	2	1	1	-	-
Com procurando emprego	5	4	5	4	4	6	0,7	
Só com ocupados	29	32	33	35	31	34	2,0	*
NÃO-METRO RURAL PRIVADO	441	420	402	407	409	422	-0,8	
Com pensionistas e/ou aposentados	85	92	110	114	112	126	6,5	***
Com pens., apos. e procurando emprego	2	2	3	1	3	2	-	-
Com procurando emprego	4	6	7	10	9	13	19,1	***
Só com ocupados	350	321	282	282	285	280	-3,5	***

FONTE: Tabulações Especiais do Projeto Urbano, NEA-IE/Unicamp, Junho 2000.

NOTA: a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%

A tabela 9 apresenta informações que permitem detectar aspectos da desocupação, em especial no contexto rural. Inicialmente é preciso apontar que, independentemente dos tipos de aberturas, todos os grupos de famílias mostram tendências de crescimento positivas e significativas. Assim, existem aspectos que necessitam ser salientados: a) as famílias com todos os membros ocupados da região não-metropolitana do rural privado mostrou uma tendência confiável de crescimento; b) de forma inversa, as famílias procurando emprego mostram

tendências confiáveis de crescimento muito fortes, chamando atenção a taxa extremamente alta na região metropolitana do estado.

Essa mesma tendência pode também ser constatada para a abertura não-metropolitana e urbanizada, porém, com tendência menos acentuada das famílias com pelo menos um membro procurando emprego.

Na abertura denominada “não-metropolitano, povoados e outros” destaca-se a tendência confiável de aumento muito forte e positivo das famílias com pelo menos um membro pensionista e/ou aposentado.

No caso da região não-metropolitana rural privado os dados disponíveis atestam uma situação muito complexa: a) a segunda mais forte tendência de crescimento confiável de famílias com pelo menos um membro pensionista e/ou aposentado; b) uma tendência confiável e muito forte de crescimento de famílias com pelo menos um membro procurando emprego; e c) uma tendência declinante e significativa de famílias com todos os membros ocupados. Essas tendências evidenciam, de forma inequívoca, que o rural paranaense caminha para uma situação dramática nos anos 90 por se tornar crescentemente um local de moradia de aposentados, desempregados e outros inativos.

Na tabela 10 observamos os tipos de famílias não-ocupadas segundo dois locais de domicílios no Paraná, entre 1992/98.

TABELA 10

Distribuição dos tipos de famílias extensas não-ocupadas na semana de referência, segundo o local de domicílio: Paraná, 1992/98. Não-metropolitano povoados e outros e rural privado (1000 famílias)

SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	1992	1993	1995	1996	1997	1998	taxa de crescimento (% ao ano) 1992/98 ^a	
NÃO-METRO POV. E OUTROS	7	7	2	4	9	7	-	-
Só pens. e/ou aposentados	4	6	2	4	8	4	-	-
Pens., apos. e procur. emprego	1	1	0	0	0	1	-	-
Só procurando emprego	1	1	1	0	1	2	-	-
outros não ocupados	1	0	0	0	1	1	-	-
NÃO-METRO RURAL PRIVADO	22	18	22	24	25	30	6,3	***
Só pens. e/ou aposentados	16	14	18	19	18	27	7,7	***
Pens., apos. e procur. emprego	1	1	1	0	1	1	-	-
Só procurando emprego	2	0	2	2	2	1	-	-
outros não-ocupados	3	3	1	2	4	2	-	-

FONTE: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, Maio 2000.

NOTA: a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Na abertura genericamente chamada de não-metropolitano, povoado e outros não se verificam tendências significativas nem de crescimento nem de decréscimo. Mas, na abertura não-metropolitano rural privado já é possível atestar uma forte e significativa tendência de crescimento de aproximadamente 6,3% ao ano, cujo impulso é determinado pela tendência de crescimento do grupo dos pensionistas e/ou aposentados. Em 1998, ao considerar-se somente o rural privado não-metropolitano, elas totalizavam 27 mil famílias ou 90% do conjunto geral de famílias não-ocupadas. Estas 30 mil famílias não-ocupadas representavam cerca de 7% do total de famílias extensas pertencentes a esta abertura no Estado do Paraná, naquele ano.

São famílias cujas rendas são oriundas principalmente de transferências sociais (aposentadorias e pensões rurais). A existência delas não implica, na maioria das vezes, uma completa ausência das atividades agrícolas.

Mas, pode significar uma forte marginalização do aposentado em relação ao filho que assume a direção da exploração agrícola, além do que, também, uma certa perda de poder sobre a administração da renda da produção e inclusive da renda da aposentadoria, que pode passar a ser administrada pelo

filho que assume a exploração⁵⁶. Logo, o aposentado, no meio rural, não se constitui num “inativo” no sentido estrito, mas a sua inserção no processo produtivo pode ocorrer de forma bastante diferenciada, dependendo da região, dos tipos de cultivos, etc.

O próprio Mendras (1986) refere-se a esta questão mencionando que: “receber uma aposentadoria e não ser mais proprietário, é transformar o pai patriarcal em velho desocupado, e implica mudar a estrutura da família (...). A noção mesma de exploração familiar encontra-se contradita. (...) Os grupos domésticos são reduzidos ao mínimo, mas os parentes tecem ligações estreitas entre eles, porque a um casal de base estão ligados dois casais de avós e os casais de irmãos e irmãs (...). Por um curioso retorno das coisas, a estrutura da família indivisa é recriada por um parentesco ligando os grupos domésticos que podem estar afastados um dos outros, mas se reúnem em certas épocas do ano. Existe uma exploração “familiar” no laço das redes, mas ela não possui coincidência completa entre família e exploração”.

Com relação às famílias de trabalhadores rurais sem-terra, verifica-se no Paraná que este grupo é formado de aproximadamente 290 mil famílias em 1998. Este grupo resulta da junção dos seguintes subgrupos: famílias urbanas agrícolas e pluriativas da região metropolitana, famílias agrícolas, pluriativas e não-agrícolas do rural privado metropolitano, famílias urbanas agrícolas e pluriativas da região não-metropolitana, famílias agrícolas e pluriativas dos povoados e outros não-metropolitano, e famílias agrícolas, pluriativas e não-agrícolas do rural privado não-metropolitano. Além disso, adicionou-se cerca de 4 mil famílias desocupadas de trabalhadores do rural privado não-metropolitano. Esta seria uma estimativa do grupo de famílias as quais poderiam ser beneficiadas com lotes de terra num programa estadual de reforma agrária⁵⁷.

⁵⁶ Esta é uma explicação bastante válida para a França. No caso do Brasil, obviamente essas rendas possuem outras implicações. Delgado & Cardoso Jr. (2000) destacam que o aposentado na Região Sul utiliza uma parte importante deste recurso para viabilizar investimentos na exploração agrícola, basicamente para impulsionar uma agricultura de subsistência.

⁵⁷ Obviamente que este número encontra-se subestimado. Ao mesmo poderíamos agregar as famílias de conta-própria com pouca terra ou com terra insuficiente ao pleno desenvolvimento de atividades produtivas agrícolas e não-agrícolas. A tentativa de melhorar esta estimativa, constitui-se em questão relevante a ser desenvolvida na Fase III do Projeto Rurbano.

3.2.1 Evolução das pessoas ativas das famílias

Na tabela 11 observa-se a evolução das pessoas ativas das famílias no período 1992-98 para o Estado do Paraná.

Numa análise mais geral da tabela 11 é possível constatar um número total aproximado de 4 milhões e 100 mil pessoas ativas no Estado do Paraná em 1998, sendo que cerca de 3 milhões delas ou 74% encontravam-se na região não-metropolitana e pouco mais de 1 milhão, ou 26%, encontravam-se concentradas na região metropolitana.

Ao observar-se o número total de pessoas ativas envolvidas em atividades estritamente agrícolas pode-se destacar tendências significativas de quedas em quase todos os tipos de famílias. Com relação à abertura denominada de não-metropolitana é possível verificar que, em 1998, nela se concentrava a maior parte das pessoas ativas das famílias agrícolas e pluriativas.

No caso das famílias empregadoras (total), conta-própria e empregados agrícolas as proporções são, respectivamente: 86%, 97% e 98%. Para as famílias pluriativas as proporções são as seguintes: 97%, 99% e 95%. Portanto, um número absoluto e proporcional muito pequeno de pessoas ativas das famílias agrícolas e pluriativas encontravam-se na região metropolitana.

No que se refere à evolução propriamente dita das pessoas ativas nos diferentes tipos de famílias na região não-metropolitana destaca-se alguns aspectos. Para as famílias de conta-própria atesta-se uma queda acentuada principalmente no número de pessoas ativas agrícolas, mas também no número de pessoas ativas pluriativas.

TABELA 11

Evolução das pessoas ativas (conceito restrito ou usual) das famílias extensas por local de domicílio e tipo de ocupação de seus membros: Paraná, 1992/98. Região Metropolitana e Não-Metropolitana (1000 famílias)

SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	1992	1993	1995	1996	1997	1998	taxa de crescimento (% ao ano) 1992/98 ^a	
METROPOLITANO								
Empreg. com + de 2 empr.	45	47	71	64	65	64	7,0	**
Agricultora	1	0	0	0	0	0	-	-
Pluriativo	1	0	0	0	0	2	-	-
Não-agrícola	43	46	71	64	65	62	7,2	**
Empreg. com até 2 empreg.	20	27	39	33	47	36	11,0	***
Agricultora	3	1	1	0	1	1	-	-
Pluriativo	1	1	2	1	5	1	-	-
Não-agrícola	17	25	37	32	41	33	12,0	***
Empregadora Total	65	73	111	97	112	99	8,4	***
Agricultora	4	1	1	0	1	2	-	-
Pluriativo	2	1	2	1	5	3	-	-
Não-agrícola	60	71	108	96	105	95	8,8	***
Conta-Própria	308	295	365	381	345	345	2,9	*
Agricultora	23	26	22	17	13	11	-12,5	***
Pluriativo	20	20	15	19	11	4	-20,0	**
Não-agrícola	265	248	328	345	322	330	5,0	***
Empregados	530	543	578	616	630	639	3,4	***
Agricultora	7	7	5	6	5	2	-14,2	**
Pluriativo	11	8	9	10	9	8	-2,5	
Não-agrícola	512	529	564	600	615	630	3,7	***
TOTAL	903	911	1054	1093	1087	1084	3,7	***
NÃO-METROPOLITANO								
Empreg. com + de 2 empreg.	76	92	131	87	112	135	7,4	*
Agricultora	4	5	1	3	5	2	-	-
Pluriativo	8	6	25	13	14	22	17,8	*
Não-agrícola	64	81	106	71	93	111	6,7	*
Empreg. com até 2 empreg.	152	122	172	142	125	115	-2,8	
Agricultora	39	25	39	22	26	10	-14,0	*
Pluriativo	46	36	50	38	31	33	-4,9	*
Não-agrícola	67	61	82	82	68	72	2,1	
Empregadora Total	228	214	303	229	237	250	1,6	
Agricultora	42	30	40	25	31	12	-12,9	*
Pluriativo	55	42	74	50	45	55	0,3	
Não-agrícola	131	142	188	153	160	183	4,6	**
Conta-própria	1365	1385	1361	1348	1304	1241	-1,5	***
Agricultora	595	565	487	440	446	389	-6,6	***
Pluriativo	249	267	250	254	234	203	-3,0	**
Não-agrícola	522	552	625	654	624	649	3,7	***
Empregados	1361	1415	1435	1456	1447	1527	1,5	***
Agricultora	266	246	248	254	224	245	-1,5	
Pluriativo	156	183	185	192	183	149	-0,1	
Não-agrícola	940	986	1002	1010	1041	1132	2,5	***
TOTAL	2955	3014	3099	3033	2988	3018	0,2	
TOTAL GERAL	3858	3925	4152	4126	4075	4102	1,1	**

FONTE: Tabulações Especiais do Projeto Urbano, NEA-IE/Unicamp, Maio 2000.

NOTA: a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

No caso das empregadoras verifica-se uma queda geral no número das pessoas ativas nas famílias empregadoras total agrícolas (-12,9% ao ano), o que pode ser atribuído à tendência de queda do número de pessoas ativas das famílias empregadoras agrícolas com até dois empregados (-14% ao ano); uma forte tendência de crescimento do número de pessoas ativas nas famílias empregadoras com mais de dois empregados pluriativas de 17,8% ao ano, mas uma tendência de decréscimo (-4,9% ao ano) no caso das empregadoras com até dois empregados e pluriativas. Quanto às famílias denominadas “empregados” nelas não se observaram tendências significativas nem de crescimento nem de decréscimo, tanto para as agrícolas como para as pluriativas. Para a abertura metropolitana o que chama atenção são as fortes e significativas tendências de queda das pessoas ativas tanto no grupo das famílias de conta-própria agrícolas e pluriativas, como no das famílias de empregados agrícolas.

Na tabela 11a apresenta-se a evolução do número de pessoas ativas das famílias na abertura não-metropolitana urbanizada. Três pontos merecem ser destacados: a) no grupo das famílias de empregados agrícolas e pluriativos uma ausência de tendências significativas; b) uma tendência de decréscimo muito alta e significativa das pessoas ativas no grupo das famílias “empregadoras (total) agrícolas”; c) uma forte e significativa tendência de crescimento das pessoas ativas nas famílias empregadoras com mais de dois empregados pluriativas.

TABELA 11A

Evolução das pessoas ativas (conceito restrito) das famílias extensas por local de domicílio e tipo de ocupação de seus membros: Paraná, 1992/98 Região Não-Metropolitana urbanizada (1000 famílias)

SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO/ TIPO DE FAMÍLIA	1992	1993	1995	1996	1997	1998	taxa de crescimento (% ao ano) 1992/98 ^a	
NÃO-METRO URBANIZADA								
Empreg. com + de 2 empr.	75	89	124	78	101	126	6,1	*
Agrícola	3	5	1	1	4	2	-	-
Pluriativo	7	6	19	9	9	20	15,2	*
Não-agrícola	64	78	104	68	88	103	5,6	*
Empreg. com até 2 empr.	104	77	109	105	88	89	-0,4	
Agrícola	12	7	6	3	4	2	-	-
Pluriativo	25	12	25	21	19	18	-0,2	
Não-agrícola	66	58	79	81	65	68	1,7	
Empregadora total	178	167	233	183	189	214	2,8	
Agrícola	15	12	6	4	8	5	-17,0	**
Pluriativo	33	18	43	30	28	38	5,2	
Não-agrícola	130	137	183	149	153	171	3,9	*
Conta-Própria	597	647	698	749	709	705	2,9	***
Agrícola	20	24	22	27	20	24	1,2	
Pluriativo	88	111	82	96	93	68	-3,9	
Não-agrícola	489	513	593	627	596	614	4,1	***
Empregados	1072	1140	1149	1147	1168	1180	1,3	***
Agrícola	99	103	88	98	97	96	-0,7	
Pluriativo	93	117	132	117	110	77	-2,1	
Não-agrícola	880	919	928	931	960	1006	1,8	***
TOTAL	1848	1954	2079	2079	2065	2099	2,0	***

FONTE: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, Maio 2000.

NOTA: a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Finalmente, na tabela 11b podemos verificar os resultados das aberturas da região não-metropolitana denominadas “povoados e outros” e “rural privado”. No primeiro caso, o que merece ser destacado são as tendências apresentadas no grupo das famílias de empregados: a) primeiramente, o decréscimo significativo do número de pessoas ativas das agrícolas, e b) secundariamente, o crescimento confiável das pessoas ativas envolvidas em atividades não-agrícolas.

TABELA 11B

Evolução das pessoas ativas (conceito restrito) das famílias extensas por local de domicílio e tipo de ocupação de seus membros: Paraná, 1992/98 Região Não-Metropolitana povoados e outros e rural privado (1000 famílias)

SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	1992	1993	1995	1996	1997	1998	taxa de crescimento (% ao ano) 1992/98 ^a	
NÃO-METRO POV. E OUTROS								
Empreg. com + de 2 empreg.	0	0	0	2	1	6		
Empreg. com até 2 empreg.	3	3	9	4	8	3	5,7	
Agrícola	0	0	4	1	2	2	-	-
Pluriativo	3	2	2	2	4	0	-	-
Não-agrícola	0	1	3	1	2	1	-	-
Empregadora Total	3	3	9	5	8	9	19,9	***
Agrícola	0	0	4	1	2	2	-	-
Pluriativo	3	2	2	2	4	0	-	-
Não-agrícola	0	1	3	3	3	7	-	-
Conta-própria	35	42	39	39	26	30	-4,6	
Agrícola	3	4	11	4	2	6	-	-
Pluriativo	14	15	8	25	8	11	-4,5	
Não-agrícola	18	23	21	10	15	14	-6,8	
Empregados	44	43	39	47	41	57	2,9	
Agrícola	16	17	10	10	11	11	-8,4	***
Pluriativo	9	5	3	9	5	7	-0,5	
Não-agrícola	18	21	26	28	24	39	10,7	***
TOTAL	82	88	88	91	75	96	0,9	
NÃO-METRO RURAL PRIVADO								
Empreg. com + de 2 empreg.	2	3	7	7	11	4	-	-
Empreg. com até 2 empreg.	45	42	53	33	29	23	-9,9	**
Agrícola	27	18	30	19	20	6	-15,1	*
Pluriativo	18	21	23	15	8	15	-8,8	
Não-agrícola	1	2	1	0	1	2	-	-
Empregadora Total	46	44	61	40	40	27	-6,9	*
Agrícola	27	18	30	21	22	6	-14,5	
Pluriativo	19	22	29	18	14	16	-5,2	
Não-agrícola	1	5	2	1	4	5	-	-
Conta-própria	733	695	624	559	570	506	-5,8	***
Agrícola	572	537	454	410	425	360	-7,0	***
Pluriativo	147	142	160	133	133	125	-2,4	*
Não-agrícola	15	16	11	16	12	21	2,5	
Empregados	246	233	247	263	239	288	2,1	*
Agrícola	151	126	149	146	115	139	-1,3	
Pluriativo	53	61	50	65	67	64	3,2	
Não-agrícola	42	46	48	51	56	84	9,7	***
TOTAL	1025	972	932	862	849	820	-3,6	***

FONTE: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, Maio 2000.

NOTA: a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Essas informações podem indicar que tanto as facilidades de transporte quanto a infra-estrutura existentes nesses locais, ainda que precárias em muitas circunstâncias, influem positivamente para que as famílias aí residentes

exercçam efetivamente as atividades não-agrícolas e abandonem definitivamente as atividades agrícolas.

Para a situação de domicílio “rural privado” atesta-se a presença de várias tendências importantes. No caso da categoria dos empregados é possível detectar uma tendência de crescimento significativa das pessoas ativas em atividades não-agrícolas. Para as famílias conta-própria observam-se tendências significativas de declínio do número de pessoas ativas tanto no grupo das agrícolas, como no grupo das pluriativas, sendo que nas primeiras ele é mais acentuado. Estas famílias são as mais prejudicadas, pois além de apresentarem uma tendência de redução significativa dos membros da família envolvidos em atividades agrícolas, não vêem crescer significativamente o número de pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas.

Um comentário adicional deve ser feito com relação ao grupo das famílias empregadoras com até dois empregados. Verifica-se uma tendência significativa geral de decréscimo no número de pessoas ativas neste grupo, o qual se deve à tendência significativa de queda apresentada pelas pessoas ativas envolvidas em atividades exclusivamente agrícolas.

Então, pode-se afirmar que a tendência geral de redução do número de pessoas ativas de 3,6% ao ano, constitui-se uma consequência da queda do número de pessoas ativas das famílias envolvidas em atividades agrícolas no período 1992-98. Essa redução não alcançou maior magnitude provavelmente porque houve uma tendência importante de crescimento de pessoas ativas ocupadas em atividades não-agrícolas. Na seqüência do capítulo apresenta-se uma rápida discussão sobre a evolução do número médio de pessoas ativas nas distintas aberturas geográficas.

3.2.2 Evolução do número médio de pessoas ativas

Examinando os dados referentes ao “total geral” da tabela 12 verifica-se uma tendência significativa de redução geral no número médio de pessoas ocupadas nas famílias da ordem de 1,7% ao ano.

TABELA 12

Evolução do número médio de pessoas ativas por família extensa segundo o local de domicílio e o tipo de família: Paraná, 1992-98. Não-Metropolitano e Total Geral (1000 famílias)

SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	1992	1993	1995	1996	1997	1998	taxa de crescimento (% ao ano) 1992/98 ^a	
NÃO-METROPOLITANO								
Empreg. com mais de 2 empregados	2,1	1,9	2,3	1,9	1,9	2,2	0,3	
Pluriativo	2,5	2,2	2,9	2,6	2,7	2,9	3,2	*
Não-agrícola	2,1	1,9	2,2	1,8	1,8	2,1	-0,5	
Empregadora com até 2 empregados	2,0	2,1	2,1	2,0	2,1	1,9	-1,0	
Agrícola	2,0	1,8	1,9	1,8	1,8	1,5	-3,6	**
Pluriativo	2,2	2,8	2,8	2,4	2,4	2,4	-0,5	
Empregadora Total	2,1	2,0	2,2	2,0	2,0	2,1	-0,2	
Agrícola	1,9	1,6	1,9	1,7	1,7	1,4	-3,1	*
Pluriativo	2,3	2,7	2,8	2,4	2,5	2,6	0,6	
Não-agrícola	2,0	2,0	2,0	1,9	1,9	2,0	-0,3	
Conta-Própria	2,4	2,4	2,4	2,2	2,1	2,1	-2,5	***
Agrícola	2,6	2,6	2,6	2,3	2,3	2,2	-2,7	***
Pluriativo	3,3	3,1	3,1	2,9	2,9	2,8	-2,4	***
Não-agrícola	2,0	2,0	2,0	1,9	1,9	1,9	-1,3	***
Empregados	1,7	1,7	1,7	1,7	1,6	1,6	-0,9	**
Agrícola	1,7	1,6	1,7	1,7	1,5	1,6	-1,0	
Pluriativo	2,6	2,8	2,6	2,6	2,7	2,5	-1,0	*
Não-agrícola	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6	1,5	-0,8	***
TOTAL	1,8	1,8	1,8	1,7	1,6	1,6	-2,1	***
TOTAL GERAL								
Empreg. com mais de 2 empregados	2,1	1,9	2,2	1,9	1,9	2,2	0,4	
Pluriativo	2,4	2,2	2,9	2,6	2,7	2,8	3,5	**
Não-agrícola	2,1	1,9	2,1	1,9	1,9	2,1	-0,1	
Empregadora com até 2 empregados	2,0	2,1	2,0	2,0	2,1	1,9	-0,7	
Agrícola	2,1	1,8	1,9	1,7	1,7	1,5	-3,6	***
Pluriativo	2,2	2,9	2,8	2,4	2,5	2,4	-0,6	
Não-agrícola	1,9	2,0	1,9	1,9	2,1	1,9	-0,0	
Empregadora Total	2,0	2,0	2,1	2,0	2,0	2,0	-0,1	
Agrícola	2,0	1,6	1,9	1,7	1,6	1,5	-3,2	*
Pluriativo	2,2	2,7	2,8	2,4	2,5	2,5	0,5	
Não-agrícola	2,0	2,0	2,0	1,9	2,0	2,0	-0,1	
Conta-Própria	2,4	2,3	2,3	2,2	2,1	2,1	-2,2	***
Agrícola	2,6	2,6	2,6	2,4	2,3	2,2	-2,8	***
Pluriativo	3,2	3,1	3,1	2,9	2,9	2,8	-2,4	***
Não-agrícola	2,0	2,0	2,1	2,0	1,9	1,9	-0,9	*
Empregados	1,7	1,7	1,7	1,7	1,6	1,6	-0,6	*
Agrícola	1,7	1,6	1,7	1,7	1,5	1,6	-1,0	
Pluriativo	2,6	2,8	2,6	2,6	2,6	2,5	-1,0	*
Não-agrícola	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6	1,5	-0,4	
TOTAL	1,8	1,7	1,8	1,7	1,6	1,6	-1,7	***

FONTE: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, Maio 2000.

NOTA: a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Essa redução provém, principalmente, da tendência significativa e quase geral de queda no número médio de pessoas ativas das famílias agrícolas. Examinando o grupo de famílias conta-própria se detecta tendências de quedas significativas no número médio de pessoas ativas tanto nas famílias agrícolas como nas famílias pluriativas.

Na categoria dos empregados também se verifica uma tendência de queda significativa, porém bem menos acentuada: ela pode ser atribuída à tendência confiável de queda das famílias pluriativas empregadas, já que as famílias agrícolas deste grupo não mostraram essa tendência.

Com relação às famílias empregadoras observa-se apenas uma tendência de queda significativa no número médio de pessoas ativas no grupo das agrícolas, devido principalmente à forte e significativa queda apresentada pelo grupo das famílias empregadoras com até dois empregados agrícolas. O único grupo que mostra tendência significativa de crescimento no número médio de pessoas ativas por famílias é aquele referente às famílias empregadoras com mais de dois empregados e pluriativas.

Na abertura não-metropolitano total as tendências são praticamente as mesmas apresentadas anteriormente, exceto o fato da tendência de queda no total ser mais acentuada. Não apresentamos as informações referentes à abertura metro total porque os testes não mostraram tendências significativas em nenhum tipo de família.

TABELA 12A

Evolução do número médio de pessoas ativas por família extensa segundo o local de domicílio e o tipo de família: Paraná, 1992-98. Região Não-Metro urbanizada e rural privado (1000 famílias)

SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	1992	1993	1995	1996	1997	1998	taxa de crescimento (% ao ano) 1992/98 ^a	
NÃO-METRO URBANIZADA								
Empreg. com mais de 2 empregados	2,1	1,9	2,3	1,9	1,8	2,2	0,2	
Agrícola	1,5	1,1	1,0	1,0	1,2	1,3	-	-
Pluriativo	2,6	2,5	2,7	2,5	2,5	3,0	1,4	
Empregadora com até 2 empregados	1,9	1,9	1,9	2,0	2,1	1,9	0,7	
Agrícola	1,2	1,0	1,3	1,0	1,0	1,3	-	-
Pluriativo	2,1	2,3	2,5	2,2	2,7	2,4	2,0	
Empregadora Total	2,0	1,9	2,1	1,9	2,0	2,1	0,7	
Agrícola	1,3	1,0	1,2	1,0	1,1	1,3	0,1	
Pluriativo	2,2	2,4	2,6	2,3	2,6	2,7	2,5	*
Conta-Própria	2,1	2,1	2,1	2,0	1,9	1,9	-1,7	***
Agrícola	1,5	1,8	1,7	1,3	1,3	1,3	-3,9	*
Pluriativo	2,8	3,0	2,8	2,4	2,6	2,5	-2,5	**
Não-agrícola	2,1	2,0	2,1	2,0	1,9	1,9	-1,2	**
Empregados	1,7	1,7	1,7	1,7	1,6	1,6	-1,0	**
Agrícola	1,6	1,6	1,4	1,6	1,5	1,4	-1,5	
Pluriativo	2,7	2,7	2,5	2,7	2,6	2,7	-0,5	
Não-agrícola	1,6	1,6	1,6	1,6	1,6	1,5	-0,8	**
TOTAL	1,6	1,7	1,6	1,6	1,5	1,5	-1,4	***
NÃO-METRO RURAL PRIVADO								
Empreg. com mais de 2 empregados	1,5	1,7	3,3	1,8	2,6	1,5	-	-
Agrícola	1,0			1,3	1,5		-	-
Pluriativo	2,0	1,0	3,3	3,0	3,0	2,0	-	-
Não-agrícola		2,0	3,0	1,0	3,0	1,3	-	-
Empregadora com até 2 empregados	2,5	2,8	2,4	2,3	2,0	2,1	-4,9	***
Agrícola	2,8	2,6	2,2	2,1	2,0	1,5	-8,5	***
Pluriativo	2,4	3,4	3,1	2,7	2,0	2,4	-3,6	
Não-agrícola	1,0	1,3	1,0		1,0	2,0	-	-
Empregadora Total	2,5	2,7	2,5	2,2	2,1	2,0	-4,5	***
Agrícola	2,7	2,6	2,2	1,9	1,9	1,5	-8,4	***
Pluriativo	2,4	3,2	3,1	2,7	2,3	2,4	-2,2	
Não-agrícola	1,0	1,6	2,0	1,0	2,3	1,6	-	-
Conta-Própria	2,8	2,8	2,8	2,6	2,5	2,4	-2,3	***
Agrícola	2,7	2,7	2,7	2,5	2,4	2,3	-2,2	***
Pluriativo	3,5	3,3	3,3	3,2	3,1	3,0	-2,5	***
Não-agrícola	1,6	2,5	1,7	1,6	1,5	1,6	-4,2	
Empregados	1,8	1,7	1,9	1,8	1,7	1,7	-0,7	
Agrícola	1,8	1,5	1,9	1,7	1,6	1,7	-0,3	
Pluriativo	2,5	3,2	2,6	2,5	2,8	2,4	-2,1	
Não-agrícola	1,3	1,4	1,4	1,4	1,4	1,4	0,3	
TOTAL	2,3	2,3	2,3	2,1	2,1	1,9	-2,8	***

FONTE: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, Maio 2000.

NOTA: a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Com respeito à abertura denominada de não-metropolitana urbanizada (tabela 12a) vale a pena destacar os seguintes aspectos: a) uma tendência de redução geral e significativa do número médio de pessoas ativas nas famílias de conta-própria devido, principalmente, à queda do número médio de pessoas ativas nas famílias agrícolas e pluriativas; b) uma tendência de aumento do número médio de pessoas ativas da categoria “empregadora total” e pluriativa, todavia sem podermos qualificar precisamente a que pode ser atribuído este fato, pois as aberturas não permitem fazê-lo.

No que tange à abertura não-metropolitana rural privado, as informações constantes da tabela revelam: a) tendência significativa de queda no número médio de pessoas ativas nas famílias conta-própria, que pode ser atribuída à queda do número médio de pessoas ativas nas famílias agrícolas e pluriativas; b) tendência geral e significativa de queda do número médio de pessoas ativas nas famílias “empregadoras – total” e especialmente nas agrícolas, o que é devido à queda do número médio de pessoas ativas nas famílias empregadoras com até dois empregados e sobretudo, às famílias agrícolas desta categoria.

Se levarmos em consideração o ano de 1998 observa-se que, de forma geral, são as famílias rurais conta-próprias as que possuem o maior número médio de pessoas ativas. A única exceção diz respeito às famílias empregadoras com até dois empregados e não-agrícolas onde o número médio de pessoas ativas é maior quando se compara com as famílias conta-própria. As famílias conta-própria possuem, em média, 2,5 membros ativos na família, enquanto as famílias dos empregados apresentavam apenas a média de 1,7 pessoas ativas na família. Enfatiza-se também que as famílias pluriativas (rurais ou urbanas) não-metropolitanas apresentam quase sempre maior número médio de pessoas ativas na composição familiar. Quando se leva em conta as distintas situações de domicílio retratadas na tabela 12a torna-se possível fazer algumas inferências adicionais. Na abertura não-metropolitano rural privado constata-se, quase sempre, um número médio de pessoas ativas mais alto em relação à abertura não-metropolitano urbanizada.

TABELA 12B

Evolução do número médio de pessoas ativas por família extensa segundo o local de domicílio e o tipo de família: Paraná, 1992-98. Região Não-Metropolitana povoados e outros (1000 famílias)

SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	1992	1993	1995	1996	1997	1998	taxa de crescimento (% ao ano) 1992/98 ^a	
NÃO-METRO POV. E OUTROS								
Empregadora com até 2 empreg.	2,0	1,7	2,3	2,0	2,2	1,7	-	
Agrícola			1,8	1,0	3,0	1,5	-	-
Pluriativo	2,0	2,0	4,0	3,0	2,0		-	-
Não-agrícola		1,0	2,5	2,0	2,0	2,0	-	-
Empregadora Total	2,0	1,7	2,3	1,8	2,0	2,0	1,0	
Agrícola			1,8	1,0	3,0	1,5	-	-
Pluriativo	2,0	2,0	4,0	3,0	2,0		-	-
Não-agrícola		1,0	2,5	1,7	1,7	2,2	-	-
Conta-Própria	2,4	2,4	2,2	2,5	2,0	2,0	-3,0	*
Agrícola	1,5	3,5	1,9	2,0	1,0	1,3	-	-
Pluriativo	4,0	2,4	3,5	3,2	2,8	2,8	-2,3	
Não-agrícola	2,1	2,2	2,0	1,7	2,0	1,9	-2,1	
Empregados	1,8	1,8	1,5	1,6	1,5	1,8	-1,5	
Agrícola	1,7	2,1	1,6	1,3	1,3	2,1	-2,0	
Pluriativo	2,3	2,2	2,5	2,5	3,0	2,4	2,7	*
Não-agrícola	1,8	1,5	1,4	1,5	1,5	1,6	-1,0	
TOTAL	1,8	1,7	1,7	1,8	1,4	1,6	-2,1	

FONTE: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, Maio 2000.

NOTA: a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

As informações referentes às famílias residentes na abertura geográfica denominada não-metropolitano “povoados e outros” estão contidas na tabela 12b. Nela pode-se apontar duas características importantes: a) a tendência confiável de decréscimo do número médio de pessoas ativas das famílias de conta-própria; b) a tendência significativa de crescimento do número médio de pessoas ativas nas famílias de empregados pluriativas, da ordem de 2,7 % ao ano.

3.3 A evolução das rendas nas famílias agrícolas e rurais

As formas tradicionais de classificação das explorações rurais preocupadas unicamente com a geração de renda familiar a partir da produção agrícola estão cada vez mais sendo questionadas. Alguns autores (Davis, Mack & Kirke, 1997:57) enfatizam a necessidade de inclusão de temas mais amplos como a *utilização dos recursos e a reestruturação rural* demonstrando importantes implicações para o estudo das famílias e de suas rendas. No contexto europeu, Hill (1999:345) destaca que “crescem as ações com o objetivo de sustentar as rendas a partir de intervenção por causa dos problemas das famílias agrícolas, bem como por causa da ligação assumida entre renda na exploração agrícola e outros temas políticos como: a *viabilidade* da economia e a conservação do *ambiente rural*”. Ainda enfatiza que para que se considere que exista o problema de renda entre as famílias três aspectos interrelacionados precisam estar presentes: pobreza, comparabilidade e instabilidade.

Entretanto, estatísticas confiáveis acerca das rendas dos agricultores e de suas famílias não estão facilmente disponíveis. Apesar das limitações para utilização dos dados das Pesquisas Nacionais de Amostras de Domicílios do IBGE apontados por Graziano da Silva & Del Grossi (1999), elas representam ainda a mais atualizada e abrangente base de dados do país para a análise de duas importantes variáveis: ocupação e rendimento das pessoas e famílias. Assim, o objetivo dessa seção é analisar a evolução das rendas em alguns tipos de famílias presentes no espaço rural paranaense através de tabulações especiais realizadas a partir das informações das PNAD's do período 1992/98.

Antes, porém, de analisar os dados da pesquisa referentes às rendas das famílias, procederemos a algumas considerações as quais julgamos imprescindíveis em se tratando desta variável. Uma das questões mais importantes diz respeito à subestima de valores, mais precisamente das rendas maiores⁵⁸. Além desse problema nesta pesquisa, constata-se outro: os resultados apresentam uma certa distorção que se refere a todas as declarações de rendas que não possuem a característica de serem mensais e fixas.

⁵⁸ A esse respeito ver o curto, mas muito interessante artigo de Hoffmann, R. (1988).

Isso ocorre devido ao fato de que essa pesquisa solicita a informação de rendimento recebido no último mês, para o caso de rendimentos fixos – assalariados – e quando estes são variáveis procede-se uma estimativa da renda mensal. Desta forma, solicita-se o valor médio da remuneração bruta (para os empregados) ou de sua retirada (no caso dele se enquadrar na categoria de conta-própria ou de empregador). Essa “retirada de ganho” consiste na seguinte operação: destaca-se do rendimento bruto as despesas realizadas no empreendimento como, por exemplo, o pagamento de empregados, matéria-prima, energia elétrica, etc. Neste sentido, o declarante se obriga a fazer uma série de operações aritméticas além, é claro, de estimativas de custos de produção realizados durante o processo de produção agrícola – que necessariamente precisariam ser atualizados monetariamente – a fim de poder oferecer uma resposta que possa constituir-se numa aproximação mais realista dos dados esperados na pesquisa.

Em se tratando das rendas agrícolas tudo isso torna-se muito mais complexo mesmo para os produtores que possuem um sistema contábil atualizado, que não são em grande número no Brasil. Isto porque existe uma variação de preços e de custos que ocorrem de forma sazonal.

Atrelado a isso, o fato da pesquisa ser realizada na última semana de setembro, período em que os produtores agrícolas da região centro-sul estão iniciando um novo ciclo de produção agrícola implica relatar uma produção que já ocorreu em todas as suas etapas.

Uma análise dos rendimentos do trabalho principal foi realizada por Del Grossi (1999:112) utilizando os dados das PNADs de 1981, 1992 e 1995 para o Brasil. Para o ano de 1995 o autor mostrou que “as rendas advindas das atividades não-agrícolas tendem a ser quase 50% maior que as agrícolas”. Além disso, ressaltou também que: “a renda média dos empregados agrícolas com registro em carteira é maior que a dos conta-própria também agrícolas”. Neste sentido, sugere que a renda das famílias de conta-própria estejam subestimadas nas PNADs. A explicação para esse fato poderia ser dada destacando-se a questão da existência de uma parcela dos produtos da economia da pequena

produção familiar, as quais são destinados ao autoconsumo, mas que não são declaradas como parte da renda obtida nos dados das PNADs.

Esse fato se agrava na medida em que existe entrave de se estabelecer uma retirada média mensal de produtos sazonais. A mensuração dessa subdeclaração de renda ainda não foi obtida e exige pesquisas subseqüentes. Graziano da Silva (1999:18) também encontrou, ao analisar os dados das PNADs de 1990, que “no caso brasileiro as rendas não-agrícolas são substancialmente maiores que as rendas agrícolas dentro da mesma região do país”. Além disso, faz duas constatações importantes: a primeira é que a renda média das pessoas ocupadas em atividades agropecuárias no meio rural só era superior à renda média das pessoas empregadas em serviços pessoais na Região Centro-Oeste; para todo o restante do país e para todos os demais ramos de atividades, as pessoas ocupadas no meio rural em ramos de atividades não-agrícolas tinham renda média maior do que a dos que trabalhavam em atividades agropecuárias, em 1990, sendo que para o conjunto do país, na média, as rendas rurais não-agrícolas superam em quase um terço a renda *per capita* das atividades agropecuárias, indicando que as rendas provenientes das atividades não-agrícolas eram as que faziam aumentar a renda média das pessoas residentes no meio rural brasileiro. A segunda constatação é a de que para o mesmo ramo de atividade a renda média das pessoas com domicílio urbano é sempre maior que a renda média das pessoas com domicílio rural. Dentre as pessoas que trabalham em atividades agropecuárias, aquelas que moram nas cidades ganham em média quase três vezes mais que as que moram no campo. Assim, conclui que “as rendas médias das atividades não-agrícolas das pessoas que moram no campo estão mais próximas das rendas dos seus pares urbanos que as das pessoas ocupadas em atividades agropecuárias”.

Assim, pode-se argumentar que as rendas agrícolas desempenhavam o papel de rebaixar a renda média das pessoas residentes no espaço rural brasileiro em 1990. Além disso, muitas explicações podem ser exploradas para justificar as diferenças apontadas anteriormente, merecendo destaque inclusive a provável subestima das rendas agrícolas dos empregadores

rurais e conta-próprias na pesquisa da PNAD, quando confrontadas com os rendimentos provenientes do trabalho essencialmente assalariado.

Frente a estas condições, as possibilidades de inserção em múltiplas atividades ou, para ser mais preciso, a pluriatividade em ocupações não-agrícolas torna-se essencial para as famílias rurais na medida em que propicia uma elevação e estabilização das rendas no contexto rural. Assim, Ruth Gasson (1988) estabeleceu que os agricultores em tempo parcial obtiveram resultados que as políticas europeias almejavam, mas não conseguiam: simultaneamente, aumentar e estabilizar a renda do ponto de vista do mercado de trabalho. Com estas considerações de caráter mais genérico, passaremos a analisar as tabelas referentes às rendas das famílias rurais paranaenses.

3.3.1 Evolução das rendas médias familiares

A tabela 13 mostra as rendas médias das famílias, segundo o local de domicílio e os tipos de famílias previamente estabelecidos. Observa-se que a renda média das famílias alcançou o valor de R\$ 918,00, em 1998. Os dados também permitem efetuar preliminarmente uma comparação entre as rendas médias obtidas das aberturas metropolitana e não-metropolitana no Estado do Paraná. Essas informações demonstram a existência de uma grande diferença entre os locais e os tipos de famílias que foram consideradas.

Nota-se, assim, que a renda média das famílias residentes na região não-metropolitana, que atingiu o valor de R\$ 773,00, é apenas 59% da renda média total das famílias da região metropolitana, que alcançou o valor de R\$ 1.307,00 em 1998.

Tabela 13
Evolução da renda média das famílias extensas segundo o local de domicílio: Paraná, 1992/98
Região Metropolitana e Não-Metropolitana (R\$ set., 1998)

SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO/ TIPO DE FAMÍLIA	1992	1993	1995	1996	1997	1998	taxa de crescimento (% ao ano) 1992/98 ^a	taxa de crescimento (% ao ano) 1995/98 ^a		
METROPOLITANO	879	1101	1484	1440	1434	1307	7,2	**	-3,7	**
Empreg. com + de 2 empreg.	2504	4150	5063	4638	5458	4570	9,5	**	-1,4	
Agrícola	4038	3574	4866	,	5158	9200	-	-	-	-
Pluriativo	,	,	,	,	,	10765	-	-	-	-
Não-agrícola	2482	4157	5064	4638	5460	4411	9,1	*	-2,5	
Empreg. com até 2 empreg.	1709	3440	2356	2754	3090	3002	5,7		8,8	*
Agrícola	704	528	1466	538	768	450	-	-	-	-
Pluriativo	674	2880	1557	3703	5139	5047	-	-	-	-
Não-agrícola	1828	3512	2389	2773	3013	3019	4,6		8,2	**
Empregadora total	2229	3893	4027	3942	4491	3982	8,1	*	1,0	
Agrícola	1536	2051	2599	538	2231	3359	-	-	-	-
Pluriativo	674	2880	1557	3703	5139	7909	-	-	-	-
Não-agrícola	2270	3928	4060	3962	4510	3900	7,6	*	0,1	
Conta-própria	952	1044	1477	1379	1502	1408	7,6	***	-0,6	
Agrícola	339	569	441	1075	829	361	6,2		-8,2	
Pluriativo	841	893	1125	1256	1300	2110	14,1	***	21,2	*
Não-agrícola	1001	1087	1537	1393	1537	1435	7,0	***	-1,1	
Empregados	784	920	1205	1222	1146	1093	6,0	**	-3,5	**
Agrícola	206	190	239	275	198	258	3,6		-1,1	
Pluriativo	856	592	1973	791	666	737	-1,0		-26,8	*
Não-agrícola	792	932	1207	1234	1161	1099	6,0	**	-3,3	*
Não-ocupado	540	587	807	959	576	613	2,6		-12,5	
NÃO-METROPOLITANO	534	668	794	819	752	773	5,6	**	-1,6	
Empreg. com + de 2 empreg.	1753	2749	3426	3602	2878	2925	7,2	*	-6,8	*
Agrícola	1074	2522	389	3767	2623	2310	-	-	-	-
Pluriativo	4696	13787	4822	3388	3627	5020	-10,2		1,9	
Não-agrícola	1489	2008	3242	3615	2826	2641	10,8	*	-8,3	
Empreg. com até 2 empreg.	974	1676	1570	2112	2020	1703	8,9	*	2,0	
Agrícola	983	1486	1063	1576	1834	1286	5,3		7,5	
Pluriativo	887	1615	1366	1535	2375	1860	11,7	**	14,6	
Não-agrícola	1025	1788	1892	2482	1981	1725	8,1	*	-4,9	
Empregadora total	1234	2177	2325	2707	2444	2320	9,1	**	-1,1	
Agrícola	995	1745	1045	1927	2006	1505	6,8		12,0	
Pluriativo	1418	3955	2436	1953	2746	3045	5,0		10,6	
Não-agrícola	1246	1916	2597	3031	2488	2239	10,2	*	-6,2	
Conta-própria	486	670	781	781	744	772	6,6	**	-0,8	
Agrícola	244	541	391	376	421	354	2,3		-1,9	
Pluriativo	615	743	805	818	720	818	3,3	*	-0,8	
Não-agrícola	663	747	1011	994	935	974	6,6	***	-1,7	
Empregados	534	543	654	707	642	678	4,4	***	0,1	
Agrícola	244	251	298	290	283	301	3,4	***	0,0	
Pluriativo	459	432	629	605	526	517	3,4		-7,0	***
Não-agrícola	619	628	742	820	733	769	4,1	***	0,0	
Não-ocupado	210	254	304	342	298	309	6,3	***	-0,8	
TOTAL GERAL	621	783	980	987	939	918	6,4	**	-2,4	**

FONTE: Tabulações Especiais do projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, Junho 2000.

NOTA: excluídas as famílias sem declaração de renda e tipos com 6 ou menos observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, *, significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Ao compararmos os mesmos grupos de famílias, as disparidades ainda persistem: as famílias de conta-própria com domicílio não-metropolitano, em 1998, apresentavam renda média de R\$ 772,00, enquanto aquelas com domicílio metropolitano mostravam auferir uma renda média de R\$ 1.408,00, ou seja, as famílias de conta-própria da região metropolitana declararam possuir renda acima de 50% em relação àquelas da área não-metropolitana paranaense.

Uma comparação das rendas médias declaradas pelos diferentes tipos de famílias no ano de 1998, aponta para os seguintes aspectos: a) a renda média das famílias conta-própria agrícolas e de empregados agrícolas da área não-metropolitana representa cerca de 39% e 33% respectivamente da renda média familiar geral; b) a renda média das famílias de conta-própria agrícolas da região não-metropolitana é muito semelhante às rendas das famílias da região metropolitana, mas as rendas médias das famílias de empregados agrícolas da região não-metropolitana são superiores às rendas médias do mesmo grupo da região metropolitana. A tabela 13 também apresenta a evolução das rendas médias das famílias extensas para as duas aberturas consideradas no período 1992-98 no estado.

As diferenças de tendências entre a série 1992-98 e 1995-98 que são verificadas no “total geral” da tabela 13 revela o efeito do deflator frente ao Plano Collor e o Plano Real. Por isso, na seqüência deste texto optamos por simplesmente abandonar a utilização e análise, nas tabelas que apresentaremos no seguimento deste capítulo, da tendência relativa a série composta pelos anos 1992-98, e optarmos pela série dos anos de 1995-98 a fim de não incorrer em erros graves.

Assim, dois pontos merecem ser destacados: 1) para a região não-metropolitana como um todo, pode-se afirmar que a renda média permanece estagnada; 2) tanto para a região metropolitana, como para a não-metropolitana verificam-se tendências de quedas confiáveis no grupo das famílias de empregados e pluriativas, sendo elas mais fortes na primeira região.

As informações contidas na tabela 13a possibilitam a comparação das rendas médias obtidas entre as duas aberturas geográficas.

TABELA 13A

Evolução da renda média das famílias extensas segundo o local de domicílio: Paraná, 1992/98
(R\$ set., 1998) Região Não-Metropolitana urbanizada e rural privado

SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	1995	1996	1997	1998	taxa de crescimento (% ao ano) 1995/98 ^a	
NÃO-METRO URBANIZADA	916	951	845	881	-2,3	
Empregadora com + de 2 empregados	3449	3869	2880	2828	-8,5	
Agrícola	389	10768	3296	2310	-	-
Pluriativo	5451	4094	3383	3768	-	-
Não-agrícola	3242	3738	2815	2711	-7,9	
Empregadora com até 2 empregados	1788	2337	2062	1737	-2,1	
Agrícola	1309	1307	1827	1099	-	-
Pluriativo	1426	1927	2856	1898	13,3	
Não-agrícola	1921	2505	1938	1740	-5,4	
Empregadora total	2605	3003	2526	2329	-5,0	
Agrícola	1207	2883	2440	1705	9,1	
Pluriativo	2974	2468	3054	2833	0,7	
Não-agrícola	2625	3093	2468	2275	-6,3	
Conta-própria	1015	1001	930	994	-1,4	
Agrícola	497	522	567	566	4,8	**
Pluriativo	1153	1031	878	1303	2,1	
Não-agrícola	1024	1024	953	991	-1,7	
Empregados	724	793	708	750	-0,1	
Agrícola	284	314	290	287	-0,5	
Pluriativo	704	677	558	551	-8,9	**
Não-agrícola	774	853	763	805	0,1	
Não-ocupado na semana	321	367	324	333	-0,1	
NÃO-METRO RURAL PRIV.	431	425	457	432	0,8	
Empregadora com + de 2 empregados	2725	1366	3055	5906	-	-
Agrícola	,	1435	940	,	-	-
Pluriativo	2725	1623	4358	18785	-	-
Não-agrícola	,	646	3868	1613	-	-
Empregadora com até 2 empregados	954	1298	1704	1583	19,6	*
Agrícola	890	1547	1702	1548	19,2	
Pluriativo	1122	882	1437	1813	21,3	*
Não-agrícola	486	,	3339	654	-	-
Empregadora total	1087	1311	1974	2406	32,2	***
Agrícola	890	1528	1621	1548	18,7	
Pluriativo	1442	1017	2167	3511	40,8	*
Não-agrícola	486	646	3692	1229	-	-
Conta-Própria	440	415	434	384	-3,6	
Agrícola	383	360	411	329	-3,2	
Pluriativo	593	641	520	534	-5,1	
Não-agrícola	808	383	483	549	-8,9	
Empregados	340	369	350	380	2,8	
Agrícola	309	283	285	289	-1,9	
Pluriativo	443	498	476	503	3,4	
Não-agrícola	357	483	398	447	4,9	
Não-ocupado	196	175	164	199	-0,2	

FONTE: Tabulações Especiais do projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, Junho 2000.

NOTA: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos com menos de 5 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, *, significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

As mesmas permitem destacar a ocorrência de uma forte diferença entre as situações de domicílio e os tipos de famílias. Desta forma, é possível

verificar que a renda média total das famílias residentes no rural privado (R\$ 432,00) é menos da metade da renda média total das famílias residentes na região não-metropolitana urbanizada (R\$ 881,00), no ano de 1998. Nos mesmos grupos de famílias, as diferenças ainda prevalecem: as famílias conta-própria com domicílio rural privado auferem uma renda média de R\$ 384,00, enquanto as suas pares com domicílio urbano declararam possuir uma renda média de aproximadamente R\$ 994,00, ou seja, as famílias de conta-própria urbanas tinham uma renda média de duas vezes e meia superior em relação às famílias rurais⁵⁹.

Uma comparação das rendas médias declaradas pelos diferentes tipos de famílias em 1998, aponta para os seguintes aspectos: a) a renda média das famílias de conta-própria agrícolas e dos empregados representa cerca de 36% e 32%, respectivamente, da renda média familiar total para as famílias com domicílio não-metro rural privado e, aproximadamente 62% e 31% para aquelas que possuem domicílio não-metropolitano urbanizado; b) as rendas médias das famílias de conta-própria agrícola do rural privado não-metro são um pouco inferiores às rendas médias das famílias não-ocupadas da abertura geográfica não-metropolitano urbanizado; c) as famílias empregadoras agrícolas com mais de dois empregados e urbanas possuíam uma renda média inferior à renda média das famílias pluriativas; d) as famílias empregadoras urbanas e pluriativas com até dois empregados apresentam uma renda média muito superior (73%) às rendas das famílias agrícolas, com tendências confiáveis de aumento.

As informações contidas na tabela 13a revelam também a evolução das rendas médias das famílias extensas, segundo o local de domicílio no período 1995-98. Inicialmente constatamos para o conjunto de famílias não-metropolitanas

⁵⁹ Em palestra proferida pelo Professor Hoffmann na reunião do Projeto RURBANO de 23/03/99 ele destacou que ao analisar os dados de renda média familiar das PNADs para o Brasil verificou uma estabilidade relativa da renda média rural nos últimos anos e uma estagnação das rendas entre os anos de 1995 a 1997. Numa comparação entre a situação de domicílio rural e urbano, o crescimento da renda é muito menor no rural do que no urbano. Destacou que a renda para o urbano é aproximadamente 2,5 vezes a renda rural. Portanto, constatou uma desigualdade na distribuição de renda, sendo que em 1993 essa desigualdade aumenta brutalmente. Em 1995 ela foi extremamente baixa. Esse mesmo autor, em outro trabalho (1998), destaca que a recuperação apresentada nos anos seguintes (1993 a 1995) pode ser atribuída ao deflator utilizado (INPC restrito), o qual não teria captado adequadamente a inflação no período de criação do Plano Real.

do rural privado, uma ausência de tendência de crescimento significativo das rendas médias familiares no período testado.

Esse fato geral pode estar sendo determinado principalmente pela tendência mostrada pelos dados do grupo de famílias de conta-própria e empregados, dado que, nos outros grupos de famílias, onde os resultados são passíveis de análise, constatamos tendências positivas e significativas de crescimento das rendas médias familiares. Mesmo as famílias conta-própria agrícolas com domicílio não-metropolitano urbanizado mostram tendência significativa de crescimento na renda média de 4,8% ao ano. Em síntese, no conjunto das famílias analisadas e para as aberturas especificadas, verifica-se que apenas as rendas médias das famílias conta-própria e de empregados não apresentaram uma tendência significativa de crescimento no rural privado e no período 1995-98.

Vale a pena apontar, ainda, um ponto complementar: uma forte e significativa tendência de crescimento das rendas médias das famílias “empregadoras total”, no rural privado da abertura não-metropolitana, sendo que isso pode ser o resultado da tendência significativa de crescimento das rendas médias das famílias empregadoras com até dois empregados pluriativas no período 1995-1998. A tabela 14 apresenta os resultados da tabulação referente às composições das rendas médias familiares segundo os locais de domicílio e os tipos de famílias no Estado do Paraná em 1998.

Ao se observar os dados do total geral da tabela 14, nota-se que a participação relativa das rendas agrícolas é de apenas 7,4%, enquanto aquela relativa às aposentadorias e pensões atingiu 12,4% em 1998.

Comparando-se as situações de domicílio metro e não-metropolitano, verifica-se que as famílias de conta-própria agrícolas da região não-metropolitano mostram uma proporção mais elevada de aposentadorias e pensões na composição das suas rendas (23,7%), em relação as suas congêneres da região metropolitana paranaense (10,9%), ocorrendo uma situação semelhante para o caso das famílias de “empregados”, ainda que em proporções um pouco distintas.

TABELA 14
Composição das rendas médias das famílias extensas: Paraná, 1998.
Regiões Metropolitana e Não-Metropolitana Total.

SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	AGRÍCOLA (%)	NÃO- AGRÍCOLA (%)	APOS/ PENS. (%)	OUTRAS RENDAS (%)	1998 (R\$)	RENDA RELATIVA
METROPOLITANO	1,3	81,4	11,6	5,8	1.307	142
Empreg. com mais de 2 empreg.	4,2	85,6	3,7	6,5	4.570	497
Agrícola	87,0	0,0	0,0	13,0	9.200	1001
Pluriativo	60,4	19,2	19,5	0,9	10.765	1172
Não-agrícola	0,0	90,3	3,0	6,7	4.411	480
Empregadora com até 2 empreg.	4,5	87,7	2,3	5,5	3.002	327
Agrícola	100,0	0,0	0,0	0,0	450	49
Pluriativo	79,2	15,9	4,9	0,0	5.047	549
Não-agrícola	0,0	92,0	2,1	5,9	3.019	329
Empregadora total	4,3	86,2	3,3	6,3	3.982	433
Agrícola	88,1	0,0	0,0	11,9	3.359	366
Pluriativo	66,4	18,1	14,9	0,6	7.909	861
Não-agrícola	0,0	90,8	2,8	6,4	3.900	425
Conta-Própria	1,0	86,3	9,1	3,7	1.408	153
Agrícola	88,7	0,0	10,9	0,4	361	39
Pluriativo	14,4	46,0	30,4	9,3	2.110	230
Não-agrícola	0,0	87,7	8,7	3,6	1.435	156
Empregados	0,3	86,0	9,3	4,4	1.093	119
Agrícola	92,8	0,0	7,2	0,0	258	28
Pluriativo	36,8	58,4	4,8	0,0	737	80
Não-agrícola	0,0	86,2	9,3	4,5	1.099	120
Não-ocupado	0,0	0,0	73,9	26,1	613	67
NÃO-METROPOLITANO	11,2	71,5	12,9	4,4	773	84
Empreg. com mais de 2 empreg.	10,4	80,3	2,3	7,0	2.925	318
Agrícola	98,1	0,0	1,9	0,0	2.310	251
Pluriativo	37,8	43,2	1,0	18,0	5.020	546
Não-agrícola	0,0	93,2	2,7	4,2	2.641	287
Empregadora com até 2 empreg.	20,0	67,9	8,9	3,2	1.703	185
Agrícola	87,1	0,0	9,8	3,2	1.286	140
Pluriativo	53,9	36,5	6,4	3,1	1.860	202
Não-agrícola	0,0	87,2	9,6	3,3	1.725	188
Empregadora Total	13,9	75,8	4,7	5,6	2.320	253
Agrícola	90,7	0,0	7,2	2,1	1.505	164
Pluriativo	44,0	40,7	3,1	12,3	3.045	331
Não-agrícola	0,0	91,1	5,0	3,9	2.239	244
Conta-Própria	15,0	70,0	11,9	3,0	772	84
Agrícola	71,9	0,0	23,7	4,4	354	39
Pluriativo	41,4	44,0	13,0	1,6	818	89
Não-agrícola	0,0	87,4	9,6	3,1	974	106
Empregados	8,5	77,5	10,5	3,5	678	74
Agrícola	85,8	0,0	12,8	1,4	301	33
Pluriativo	51,1	42,3	5,0	1,6	517	56
Não-agrícola	0,0	85,6	10,6	3,8	769	84
Não-ocupado	0,0	0,0	82,7	17,3	309	34
TOTAL GERAL	7,4	75,3	12,4	4,9	918	100

FONTES: Tabulações Especiais do projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, Junho 2000.

NOTA: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos com 6 ou menos observações.

Nas famílias empregadoras o peso das aposentadorias e pensões situa-se num patamar bem inferior, principalmente naquelas famílias empregadoras com mais de dois empregados agrícolas, quer sejam da região metro ou não-metropolitana. Ainda assim, vale dizer que nas famílias empregadoras com até dois empregados agrícolas da região não-metropolitana a proporção das rendas médias de aposentadorias e pensões chega a quase 10%.

Uma outra questão que é digna de destaque é a distribuição de “outras rendas” nos tipos de famílias: em geral, não atinge 7%. Mas, existem casos onde a proporção pode ser maior, como no caso das famílias de não-ocupados e empregadoras total e com mais de 2 empregados pluriativas da região não-metropolitana e das agrícolas da região metropolitana.

Na tabela 14a pode-se verificar as informações da composição das rendas médias das famílias extensas do Paraná no ano de 1998 relativas às aberturas geográficas da área não-metropolitana, especialmente o urbano urbanizado e o rural privado. Comparando-se as situações de domicílio nota-se que: 1) a proporção de aposentadorias e pensões na composição das rendas médias é maior na região não-metropolitano rural privado do que na urbanizada; 2) nas famílias conta-própria rurais é que as aposentadorias e pensões se mostram em maior proporção.

Entretanto, quando comparamos estas com as famílias conta-própria agrícolas verificamos que são as que declararam domicílio urbano que apresentam maior proporção de rendas de aposentadorias e pensões. Destaca-se ainda que em ambos os casos a proporção atinge uma grande fatia das rendas médias: no caso das urbanas a proporção é superior a 30% e no rural ultrapassa os 22%.

A porcentagem de “outras rendas” na composição das rendas médias das famílias, geralmente, não atinge 5%, exceto para as famílias conta-própria agrícolas com domicílio urbano, as famílias empregadoras total e com mais de dois empregados pluriativas do rural privado não-metropolitano e as famílias de não-ocupados, tanto com domicílio urbano quanto rural.

TABELA 14A:
Composição das rendas médias das famílias extensas: Paraná, 1998.
Regiões Não-Metropolitana urbanizada e rural privado.

SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	AGRÍCOLA (%)	NÃO-AGRÍCOLA (%)	APOS/PENS. (%)	OUTRAS RENDAS (%)	1998 (R\$)	RENDA RELATIVA 1998
NÃO-METRO URBANIZADA	5,0	78,1	12,7	4,3	881	96
Empr. com mais de 2 empreg.	8,8	85,0	2,5	3,7	2.828	308
Agrícola	98,1	0,0	1,9	0,0	2.310	251
Pluriativo	36,9	59,7	1,4	2,0	3.768	410
Não-agrícola	0,0	93,1	2,8	4,1	2.711	295
Empregadora com até 2 empr.	8,6	77,9	9,8	3,7	1.737	189
Agrícola	100,0	0,0	0,0	0,0	1.099	120
Pluriativo	37,9	45,7	10,8	5,6	1.898	207
Não-agrícola	0,0	86,7	9,9	3,4	1.740	189
Empregadora Total	8,7	82,6	5,0	3,7	2.329	254
Agrícola	98,7	0,0	1,3	0,0	1.705	186
Pluriativo	37,2	55,0	4,6	3,2	2.833	308
Não-agrícola	0,0	90,9	5,2	3,9	2.275	248
Conta-Própria	4,9	81,4	10,5	3,3	994	108
Agrícola	57,4	0,0	30,4	12,2	566	62
Pluriativo	36,4	49,3	12,2	2,1	1.303	142
Não-agrícola	0,0	87,2	9,7	3,1	991	108
Empregados	3,9	81,7	10,6	3,8	750	82
Agrícola	80,1	0,0	18,2	1,7	287	31
Pluriativo	41,8	50,8	5,0	2,4	551	60
Não-agrícola	0,0	85,6	10,5	3,9	805	88
Não-ocupado	0,0	0,0	81,5	18,5	333	36
NÃO-METRO RURAL PRIV.	52,5	26,7	15,4	5,4	432	47
Empr. com mais de 2 empreg.	31,7	24,2	0,0	44,0	5.906	643
Pluriativo	39,9	6,8	0,0	53,2	18.785	2045
Não-agrícola	0,0	91,7	0,0	8,3	1.613	176
Empr. com até 2 empregados	73,3	19,9	5,1	1,7	1.583	172
Agrícola	81,7	0,0	13,5	4,8	1.548	169
Pluriativo	74,3	24,9	0,8	0,0	1.813	197
Não-agrícola	0,0	100,0	0,0	0,0	654,00	71
Empregadora Total	53,9	22,0	2,7	21,5	2.406	262
Agrícola	81,7	0,0	13,5	4,8	1.548	169
Pluriativo	55,9	15,2	0,4	28,5	3.511	382
Não-agrícola	0,0	93,5	0,0	6,5	1.229	134
Conta-Própria	61,5	17,8	18,7	1,9	384	42
Agrícola	74,8	0,0	22,3	2,9	329	36
Pluriativo	51,5	34,6	13,6	0,3	534	58
Não-agrícola	0,0	89,8	9,8	0,3	549	60
Empregados	45,9	42,3	10,2	1,6	380	41
Agrícola	88,8	0,0	9,9	1,3	289	32
Pluriativo	61,2	33,6	4,8	0,3	503	55
Não-agrícola	0,0	84,3	13,3	2,5	447	49
Não-ocupado na semana	0,0	0,0	91,9	8,1	199	22

FONTE: Tabulações Especiais do projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, Junho 2000.

NOTA: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos com 6 ou menos observações.

Esse resultado está de acordo com a literatura internacional, a qual aponta que “outras fontes de renda são muito menos importantes” na composição da renda média familiar rural (Mackinnon, Bryden, Bell, Fuller & Spearman, 1991:63). Para estes autores, como para nós, as três fontes principais de renda são: agrícolas, não-agrícolas e, mais recentemente, as transferências sociais. A proporção das rendas não-agrícolas na composição das rendas médias das famílias pluriativas rurais varia desde $\frac{1}{4}$ no grupo das famílias empregadoras com até dois empregados indo até mais de $\frac{1}{3}$ nas famílias conta-própria e empregados. Esse resultado também mostra-se de acordo com outras pesquisas que foram realizadas em contextos socioeconômicos, diferentes, em especial, Teixeira (1998).

Em relação às rendas não-agrícolas rurais verifica-se que elas alcançam percentuais um pouco superiores nas famílias de conta-própria não-agrícolas quando comparadas com as famílias de empregados também não-agrícolas. Em geral, ambos são bastante altos, mostrando que para essas categorias as outras fontes de renda são menos importantes.

A tabela 15 apresenta uma comparação das tendências de crescimento das fontes das rendas das famílias no Paraná para o período 1995-98. Detecta-se nela uma tendência de redução do total das rendas fortemente determinada pela tendência de queda apresentada pela fonte de renda agrícola.

Pode-se verificar também na tabela que tanto as famílias de conta-própria como de empregados apresentam tendências significativas de quedas na fonte de renda agrícola total (geral) e na abertura não-metropolitano (total) no período 1995-98.

TABELA 15

Tendências de crescimento das principais fontes das rendas das famílias extensas, segundo os tipos de atividades que exerciam (% ao ano). Região Não-Metropolitana e Total Geral. Paraná, 1995-98.

SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	AGRÍCOLA tendência de crescimento (% ao ano) 1995/98 ^a	NÃO-AGRIC. tendência de crescimento (% ao ano) 1995/98 ^a	APOS/PENS tendência de crescimento (% ao ano) 1995/98 ^a	OUTRAS tendência de crescimento (% ao ano) 1995/98 ^a	TOTAL tendência de crescimento (% ao ano) 1995/98 ^a				
NAO-METROPOLITANO	-8,3	*	-1,9	9,5	*	-3,1	-1,6		
Empreg. com mais de 2 empr	-3,8		-7,7	*	-21,5	12,2	-6,8	*	
Pluriativa	-8,7	*	7,4		-7,3	55,2	1,9		
Agrícola	-	-	-8,0		-21,7	-3,5	-8,3		
Empreg. com até 2 empreg.	-2,6		1,9		29,2	-6,8	2,0		
Agrícola	6,6		-	-	19,9	2,3	7,5		
Pluriativo	7,9	*	25,7		10,3	14,6	14,6		
Não-agrícola	-	-	-6,5		39,5	-12,3	-4,9		
Empregadora Total	-3,7		-1,5		3,4	9,5	-1,1		
Agrícola	12,1		-	-	12,4	-2,8	12,0		
Pluriativo	1,3		18,0		2,5	52,7	10,6		
Não-agrícola	-	-	-6,6		1,8	-6,0	-6,2		
Conta-Própria	-9,3	*	0,3		11,8	-10,4	**	-0,8	
Agrícola	-5,5		-	-	9,7	20,5	*	-1,9	
Pluriativo	-7,5	***	5,5		23,3	-35,5	*	-0,8	
Não-agrícola	-	-	-2,3	**	10,4	-12,7	**	-1,7	
Empregados	-4,8	**	-0,8		12,3	*	7,7	*	0,1
Agrícola	0,1		-	-	-1,5	4,3		0,0	
Pluriativo	1,6		-14,5	***	-1,4	-17,1	***	-7,0	***
Não-agrícola	-	-	-1,6		13,9	**	7,8	*	0,0
Não-ocupado na semana	-	-	-	-	3,8	-14,7		-0,8	
TOTAL GERAL	-7,8	*	-2,6	***	4,0	-3,9	*	-2,4	**
Empreg. com mais de 2 empr.	6,2		-6,0	*	-13,4	*	0,5	-5,2	**
Agrícola	14,9		-	-	-	-	-	-	-
Pluriativo	-4,6		7,3		37,2	52,4	4,1		
Não-agrícola	-	-	-5,8		-16,4	***	-8,0	-6,4	*
Empregadora com até 2 empr	-1,0		4,5		27,8	5,5	4,6		
Agrícola	5,0		-	-	17,1	-4,0	5,6		
Pluriativo	12,7	**	27,5		10,1	11,6	*	17,9	
Não-agrícola	-	-	-1,6		35,9	3,4	-0,1		
Empregadora Total	1,5		-0,9		1,9	4,0	-0,3		
Agrícola	13,7		-	-	9,8	14,2	13,8		
Pluriativo	6,2	**	19,4		16,1	46,7	13,9		
Não-agrícola	-	-	-3,9		-1,4	-4,6	-3,9		
Conta-Própria	-9,8	*	0,2		7,1	-9,6	**	-0,8	
Agrícola	-5,6		-	-	9,1	17,3	-2,1		
Pluriativo	-7,5	*	4,7	*	25,4	-25,2	*	-0,3	
Não-agrícola	-	-	-1,7	*	3,8	-11,7	***	-1,6	
Empregados	-5,9	***	-2,1		5,8	*	6,3	-1,4	
Agrícola	0,2		-	-	-2,1	4,4	0,0		
Pluriativo	-1,4		-15,6	***	-2,5	-19,7	***	-9,0	***
Não-agrícola	-	-	-2,7		5,9	6,1	-1,7		
Não-ocupado na semana	-	-	-	-	-2,4	-13,9	-5,4		

FONTE: Tabulações Especiais do projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, Junho 2000.

NOTA: exclusiva as famílias sem declaração de renda e tipos de famílias com menos de 5 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

TABELA 15A

Tendências de crescimento das principais fontes das rendas das famílias extensas, segundo os tipos de atividades que exerciam. Regiões Não-metropolitana urbanizada e rural privado. Paraná, 1995-98.

SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	AGRICOLA		NÃO-AGRIC		APOS./PENS.		OUTRAS		TOTAL	
	tendência de crescimento (% ao ano) 1995/98 ^a	*	tendência de crescimento (% ao ano) 1995/98 ^a	*	tendência de crescimento (% ao ano) 1995/98 ^a	*	tendência de crescimento (% ao ano) 1995/98 ^a	*	tendência de crescimento (% ao ano) 1995/98 ^a	*
NÃO-METRO URBANIZADA	-8,8	*	-3,1		10,2	*	-6,8		-2,3	
Empreg. com mais de 2 empr.	-3,2		-8,5		-20,6		-10,6		-8,5	
Agrícola	73,4		-	-	-	-	-	-	-	-
Pluriativo	-19,9		-0,3		-	-	-29,2		-	-
Não-agrícola	-	-	-7,6		-20,2		-4,9		-7,9	
Empregadora com até 2 empr.	-9,6		-3,0		37,3		-10,3		-2,1	
Agrícola	5,5		-	-	-	-	-	-	-	-
Pluriativo	-4,1		29,3		37,5		22,1		13,3	
Não-agrícola	-	-	-7,2		42,8		-11,2		-5,4	
Empregadora Total	-5,0		-5,2		3,9		-9,5		-5,0	
Agrícola	13,0		-	-	-	-	-	-	9,1	
Pluriativo	-10,4		13,6		14,6		-8,7		0,7	
Não-agrícola	-	-	-6,8		3,7		-6,5		-6,3	
Conta-Própria	-6,3		-1,7		12,0		-13,6	**	-1,4	
Agrícola	0,2		-	-	15,1		6,9		4,8	**
Pluriativo	-3,0		6,9		32,9	*	-39,3		2,1	
Não-agrícola	-	-	-2,2	*	9,7		-11,9	*	-1,7	
Empregados	-10,4	**	-1,2		14,2	**	9,4	*	-0,1	
Agrícola	-2,6		-	-	8,0		55,7	*	-0,5	
Pluriativo	-2,6	**	-13,6	*	-3,0		-9,4		-8,9	**
Não-agrícola	-	-	-1,5		14,4	**	9,0	*	0,1	
Não-ocupado na semana	-	-	-	-	4,7	*	-13,6		-0,1	
NÃO-METRO RURAL PRIV.	-6,9		16,5	***	6,4		34,6	*	0,8	
Empreg. com mais de 2 empr.	-7,0		-	-	-	-	246,9		-	-
Pluriativo	54,4		-	-	-	-	-	-	-	-
Empregadora com até 2 empr.	16,2		53,3	**	-1,3		31,3		19,6	*
Agrícola	15,9		-	-	39,7		121,2		19,2	
Pluriativo	26,8	*	18,2	*	-40,1		-	-	21,3	*
Empregadora Total	14,3	**	91,3	**	-6,9		204,6		32,2	***
Agrícola	15,3		-	-	40,7		126,6		18,7	
Pluriativo	29,3		36,9	**	-42,6	*	221,8		40,8	*
Não-agrícola	-	-	87,6		-	-	-	-	-	-
Conta-Própria	-8,3		4,2		10,5		0,4		-3,6	
Agrícola	-6,4		-	-	9,0		24,0	*	-3,2	
Pluriativo	-11,0	**	1,4		13,6		-36,1	*	-5,1	
Não-agrícola	-	-	-9,2		83,6	*	-	-	-8,9	
Empregados	-4,1	***	13,7	**	3,2		-3,8		2,8	
Agrícola	-1,2		-	-	-6,2		-11,4		-1,9	
Pluriativo	5,9		1,1		4,5		-26,7		3,4	
Não-agrícola	-	-	3,6		10,8		19,5		4,9	
Não-ocupado na semana	-	-	-	-	2,4		-15,4		-0,2	

FONTE: Tabulações Especiais do projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, Junho 2000.

NOTA: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de famílias com menos de 5 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados.

Para a abertura rural privado não-metropolitano, na tabela 15A, pode-se verificar: a) uma tendência significativa de crescimento das rendas totais das famílias empregadoras provavelmente devido à tendência apresentada pelas

empregadoras com até dois empregados; b) ausência de tendências gerais tanto nas famílias conta-própria como na de empregados. No caso das famílias de empregados pode-se atestar a existência de uma tendência de crescimento das fontes de rendas não-agrícolas, como também de queda das fontes de rendas agrícolas. No caso da abertura não-metropolitano urbanizada destaca-se uma tendência de crescimento da renda total das famílias conta-própria agrícolas, cujo impulso provavelmente provém da tendência de crescimento das fontes de rendas de aposentadorias e pensões, ainda que não confiáveis.

Nas tabelas 16 e 16a podemos observar as informações sobre uma contagem do número de famílias com renda positiva e suas respectivas tendências para o período 1995-98.

De início, pode-se verificar que tanto para a região metro, não-metro como para “total” o número de famílias com renda positiva mostra tendência de crescimento de aproximadamente 2,7% ao ano. Essa tendência de crescimento é impulsionada pelo aumento do número de famílias com renda positiva da categoria “empregados” tanto no total, como nas regiões metropolitana e não-metropolitana em cerca de 4,2% ao ano. Outro ponto que precisa ser mencionado são as tendências de quedas dos números de famílias empregadoras com até dois empregados com renda positiva no total geral e na abertura não-metro, sendo de respectivamente de -8,9% ao ano e de -10,3% ao ano. Essas quedas podem ser atribuídas às tendências de reduções das proporções dos números de famílias empregadoras com até dois empregados com rendas positivas agrícolas, do número de famílias agrícolas com rendas positivas oriundas das aposentadorias e pensões, além, é claro, da diminuição do número de famílias pluriativas com rendas positivas oriundas de aposentadorias e pensões. No que diz respeito às famílias de conta-própria os dados revelam que, no geral, não há tendências importantes, independentemente da abertura. Contudo, verifica-se uma forte e geral tendência de queda do número de famílias conta-própria com outras rendas, sendo esta tendência puxada pela tendência de redução do número de famílias conta-própria pluriativas com renda positiva originária de “outras rendas”.

TABELA 16

Número de famílias extensas com renda positiva, segundo o tipo de atividade: Paraná, 1995 a 1998 Regiões Metropolitana, Não-Metropolitana e Total Geral (1000 famílias)

SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	AGRÍCOLA (% a.a.) 1995/98 ^a	NÃO-AGRIC. (% a.a.) 1995/98 ^a	APOS/PENS. (% a.a.) 1995/98 ^a	OUTRAS (% a.a.) 1995/98 ^a	TOTAL (% a.a.) 1995/98 ^a
METROPOLITANO	-11,3	2,5 **	1,6	5,0 ***	2,7 **
Empregadora total	36,3	-4,4 *	2,6	-3,6	-4,2 *
Pluriativo	78,6 *	74,7 *	-	32,4 **	-
Não-agrícola	-	-5,1 **	1,7	-4,6	-5,1 **
Conta-própria	-17,0 **	0,6	-2,4	-1,4	0,4
Agrícola	-5,7	-	-34,4 *	-27,6 **	-5,3
Pluriativo	-39,7 **	-29,0 **	-48,4 *	-39,7 *	-29,5 **
Não-agrícola	-	1,3	1,3	1,0	1,4
Empregados	-10,6	4,3 ***	0,3	8,3 ***	4,2 ***
Agrícola	-14,8	-	-27,8 **	-	-14,3
Pluriativo	-7,3 ***	2,7	-12,5	-	-3,2
Não-agrícola	-	4,3 ***	0,8	8,8 ***	4,4 ***
Não-ocupado na semana	-	-	6,6 *	11,2 ***	6,7 *
NÃO-METROPOLITANO	-2,7 *	3,7 ***	5,8 **	-10,0 **	2,7 ***
Empreg. com + de 2 empr.	5,5	5,2	-8,5	-2,3	5,1
Pluriativo	-1,5	9,7	-17,0	19,2	1,2
Não-agrícola	-	4,5	-7,9	-6,3	4,7
Empreg. com até 2 empr.	-18,5 ***	-4,8	-11,2	-19,8	-10,3 **
Agrícola	-27,1 *	-	-10,6 *	-37,8	-27,1 *
Pluriativo	-11,1	-5,5 *	-20,9 **	-26,6	-10,7 *
Não-agrícola	-	-4,6	-7,1	-14,8	-4,7
Empregadora total	-13,3 **	0,1	-10,2	-10,9	-3,6
Agrícola	-21,7	-	-9,3	-38,9	-21,7
Pluriativo	-8,3	-0,6	-20,2 ***	-5,3	-7,1
Não-agrícola	-	0,3	-7,5	-9,9	0,3
Conta-própria	-2,6	2,7	5,1	-17,4 ***	0,8
Agrícola	-1,9	-	4,0	-6,6	-1,8
Pluriativo	-4,2	-1,4	-2,7	-33,8 ***	-4,2
Não-agrícola	-	3,5 *	8,6	-18,0 ***	3,5 *
Empregados	-1,0 *	4,9 **	7,3 **	-6,2	4,2 **
Agrícola	0,9	-	-1,6	-11,8 *	0,6
Pluriativo	-5,5 *	-7,6 **	-8,6	-33,2 ***	-5,8 *
Não-agrícola	-	6,1 **	10,9 **	-3,9	6,1 **
Não-ocupado	-	-	7,1 *	-4,0	5,9
TOTAL GERAL	-3,0 *	3,3 ***	4,8 **	-5,3 *	2,7 ***
Empreg. com + de 2 empregados	7,5	1,5	-5,3	-5,0	1,6
Pluriativo	0,8	11,9	-7,7	24,9	3,2
Não-agrícola	-	0,7	-5,3	-8,6	0,7
Empreg. com até 2 empregados	-17,3 ***	-4,5	-7,9	-14,1	-8,9 ***
Agrícola	-25,9 *	-	-11,5	-39,2	-25,9 *
Pluriativo	-9,6 *	-4,1 *	-18,9 **	-27,9	-9,1 **
Não-agrícola	-	-4,6	-1,4	-7,4 *	-4,7
Empregadora total	-11,9 *	-1,3	-6,8	-8,8	-3,8
Agrícola	-20,3	-	-10,0	-33,4	-20,3
Pluriativo	-6,5	1,1	-16,8 ***	-3,1	-5,3
Não-agrícola	-	-1,6	-3,8	-8,2	-1,6
Conta-própria	-3,1	2,1	3,6	-13,2 **	0,7
Agrícola	-2,0	-	2,7	-7,9	-2,0
Pluriativo	-5,7	-2,8	-5,3	-34,1 ***	-5,4
Não-agrícola	-	2,7	6,1 *	-11,7 *	2,8
Empregados	-1,3 **	4,7 ***	5,3 ***	-1,4	4,2 ***
Agrícola	0,7	-	-2,0	-12,5 *	0,3
Pluriativo	-5,6 *	-7,2 **	-9,1	-34,2 ***	-5,7 *
Não-agrícola	-	5,4 ***	7,4 **	0,8	5,5 ***
Não-ocupado	-	-	7,0 **	0,9	6,1 *

FONTE: Tabulações Especiais do projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, Junho 2000.

NOTA: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de famílias com menos de 5 observações.

a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

TABELA 16A

Número de famílias extensas com renda positiva, segundo o tipo de atividade: Paraná, 1995 a 1998. Regiões Não-Metropolitana urbanizada, povoados e outros e rural privado.

SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	AGRÍCOLA (% a.a.) 1995/98 ^a	NÃO-AGRÍCOLA (% a.a.) 1995/98 ^a	APOS/PENS. (% a.a.) 1995/98 ^a	OUTRAS (% a.a.) 1995/98 ^a	TOTAL (% a.a.) 1995/98 ^a
NÃO-METRO URBANIZADA	-3,6 *	2,9 ***	6,1 *	-10,7 **	3,0 ***
Empreg. com + de 2 empreg.	14,2	2,4	-8,2	-8,1	3,8
Agrícola	67,0 *	-	-	-	-
Pluriativo	4,1	5,2	-	34,9	-
Empreg. com até 2 empregados	-14,9 ***	-5,8	-12,9	-18,6 *	-7,4
Agrícola	-21,2	-	-	-	-
Pluriativo	-13,2	-8,5	-17,1	-13,3	-12,3
Empregadora Total	-5,1	-1,6	-10,9	-13,0	-1,8
Agrícola	-3,0	-	-	-	-3,0
Pluriativo	-6,8	-2,8	-12,5	7,0	-4,9
Conta-Própria	-0,5	2,8	7,1	-18,4 **	2,8
Agrícola	7,1	-	6,9	-15,6	7,1
Pluriativo	-4,5	-2,6	0,3	-26,6 **	-4,3
Não-agrícola	-	3,3	7,8	-17,9 ***	3,3
Empregados	-4,4 *	3,6 **	8,0 ***	-6,9	3,6 **
Agrícola	2,9	-	0,1	17,3	2,7
Pluriativo	-15,4 **	-16,5 **	-18,4	-42,0 ***	-15,9 **
Não-agrícola	-	5,1 ***	10,8 ***	-5,8	5,1 ***
Não-ocupado	-	-	5,4	-5,1	4,3
NÃO-METRO POV. E OUTROS	-3,0	4,4	17,4 **	9,6	4,4 **
Empregadora Total	-10,8	27,7 *	-	-	-
Não-agrícola	-	34,6 **	-	-	-
Conta-Própria	-6,1	-4,7	1,2	-	-7,1
Agrícola	-8,1	-	-17,0	-	-
Pluriativo	5,8	14,4	38,8	-	-
Empregados	2,2	7,1	14,2	-0,7	5,4
Agrícola	-5,0	-	-29,9	-	-5,0
Pluriativo	25,6	19,6	-	-	-
Não-agrícola	-	6,4	29,2	2,2	6,4
Não-ocupado	-	-	49,3	40,5	55,8 *
NÃO-METRO RURAL PRIVADO	-2,3 **	11,7 *	3,5 *	-9,3	1,3
Empr. com + de 2 empregados	-28,1	-	-	34,9 **	-
Pluriativo	-26,5 **	-	-	-	-
Empreg. com até 2 empregados	-21,7 ***	4,3	-13,0	-32,6	-19,0 ***
Agrícola	-31,7 *	-	-2,2	-19,3	-31,7 *
Pluriativo	-10,0	-1,2	-27,7	-	-10,0
Empregadora Total	-22,3 ***	19,5 ***	-16,9	-11,5	-15,7 ***
Agrícola	-32,2 *	-	-2,2	-18,1	-32,2 *
Pluriativo	-12,3	5,0	-36,9 **	-26,5	-12,3
Não-agrícola	-	84,8 ***	-	-	-
Conta-Própria	-2,9	3,9	3,0	-17,7	-1,8
Agrícola	-2,5	-	4,6	-7,6	-2,4
Pluriativo	-4,4	-0,6	-8,0 **	-51,3 ***	-4,2
Não-agrícola	-	21,7 *	66,0 ***	-	21,7 *
Empregados	2,2	16,3 **	2,6	-3,1	6,7
Agrícola	-0,3	-	-0,6	-18,5 *	-0,8
Pluriativo	11,9 *	11,0 *	15,0	-27,7	11,6 *
Não-agrícola	-	18,7 *	1,4	43,5 *	19,0 *
Não-ocupado	-	-	10,8	1,9	9,3 *

FONTE: Tabulações Especiais do projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, Junho 2000.

NOTA: exclusive as famílias sem declaração de renda e tipos de famílias com menos de 5 observações. a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, * significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

Na tabela 16a apresenta-se o detalhamento das informações anteriores com as aberturas da região não-metropolitana. Constata-se tanto na abertura não-metro urbanizada, como na povoado e outros uma tendência geral de crescimento do número de famílias com renda positiva. Entretanto, para a abertura geográfica não-metro rural privado não se pode repetir essa afirmação.

Nesta abertura existem algumas tendências relevantes: a) queda no número total de famílias empregadoras (total) com renda positiva provavelmente ocasionada pela tendência de redução do número geral de famílias empregadoras com até dois empregados e com rendas positivas, em especial, daquelas consideradas agrícolas; b) tendência de crescimento do número de famílias com renda total positiva na categoria conta-própria não-agrícola, impulsionada pelas tendências de crescimento dos números de famílias com proporções de rendas oriundas de fontes não-agrícolas e de aposentadorias e pensões; c) tendência positiva e significativa de crescimento do número de famílias com renda positiva de “empregados” não-agrícolas, cuja propulsão provém da tendência apresentada pelo aumento do número de famílias com rendas positivas não-agrícolas; d) tendência positiva e significativa do número total de famílias de empregados e pluriativas com renda positiva cuja origem são as tendências confiáveis de crescimento do número de famílias com renda positiva nas fontes agrícolas e não-agrícolas; e) fortes e positivas tendências de crescimento do número de famílias não-ocupadas que apresentam renda positiva, fato este que ocorre também na abertura não-metro povoado e outros. Pode-se inferir, portanto, que as famílias rurais paranaenses dependem cada vez menos das rendas agrícolas.

3.3.2 A evolução das rendas “per capita”

Na seqüência deste texto analisaremos as informações presentes na tabela 17 a qual mostra a evolução da renda “*per capita*” para o Estado do Paraná no período 1995-98, segundo os locais de domicílio e os tipos de famílias. Essa é uma variável que reflete, de alguma forma, a capacidade monetária das pessoas adquirirem bens e serviços, ou seja, torna-se um bom indicador de “bem-estar” e, por conseqüência, de desenvolvimento rural.

Para obtê-las considerou-se, diferentemente das rendas médias, a variação do número de pessoas nas famílias. Esse fato altera de forma muito significativa o grupo de famílias denominadas de “conta-própria”, as quais são mais numerosas, conforme enfatizaram Del Grossi & Graziano da Silva (1999).

Além disso, tem reflexo também sobre a renda obtida pelas famílias empregadoras porque elas são significativamente maiores que as rendas auferidas pelas famílias conta-própria.

Uma análise desta tabela nos indica que a renda média *per capita* das famílias paranaenses passou de R\$160,00 em setembro de 1992 para R\$ 256,00 em setembro de 1998, acumulando um aumento no período de cinco anos de aproximadamente 60%. Porém, a taxa referente ao período 1995-98 não mostrou tendência significativa de crescimento.

As informações apresentadas na tabela também nos permitem afirmar que quase nenhum dos tipos de famílias apresentaram tendências significativas de aumento de renda *per capita* no decorrer do quinquênio 1995-98, independentemente do local de domicílio. As duas exceções relevantes referem-se ao aumento na renda *per capita* de 28,7% ao ano no período para as famílias conta-própria pluriativas metropolitanas, e de 18,8% ao ano no período para as famílias de empregadores com até dois empregados agrícolas não-metropolitanas.

Na tabela 17a evidencia-se também que apenas dois tipos de famílias lograram tendências de crescimento significativo da renda *per capita* no decorrer do período 1995-98: a) na região não-metropolitana rural privado verifica-se uma tendência geral e significativa de crescimento oriunda do crescimento das rendas das famílias empregadoras (total) impulsionadas pela tendência de subida das rendas *per capita* famílias empregadoras com até dois empregados e pluriativas; b) na região não-metropolitana urbanizada as famílias conta-própria agrícolas.

O grupo das famílias de conta-própria do rural privado não-metropolitano apresenta o quadro mais problemático com relação à renda *per capita*, pois não revela nenhuma tendência de evolução positiva e ao mesmo tempo significativa de sua renda. Finalmente, há que ressaltar que tanto no grupo

das famílias de empregados, com nas de conta-próprias, as rendas *per capita* não-agrícolas (em números absolutos) foram sempre maiores do que as rendas *per capita* das famílias em que todos os seus membros estão envolvidos em atividades agrícolas.

TABELA 17
Evolução das rendas *per capita* segundo os tipos de famílias extensas: Paraná, 1995-98
(R\$ de setembro de 1998) Regiões Metropolitana e Não-Metropolitana.

SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	1995	1996	1997	1998	taxa de crescimento (% ao ano) 1995/98 ^a	
METROPOLITANO	407	400	402	371	-2,7	*
Empreg. com + de 2 empregados	1285	1231	1400	1208	-0,6	
Agrícola	1622	,	1289	4600	-	-
Pluriativa	,	,	,	2691	-	-
Não-agrícola	1283	1231	1401	1162	-1,7	
Empreg. com até 2 empregados	643	787	829	836	8,8	*
Agrícola	419	107	307	128	-	-
Pluriativa	389	1851	1223	1262	-	-
Não-agrícola	652	792	808	843	8,2	*
Empregadora total	1050	1074	1173	1073	1,5	
Agrícola	779	107	743	1122	-	-
Pluriativa	389	1851	1223	1976	-	-
Não-agrícola	1057	1079	1177	1049	0,6	
Conta-própria	369	348	388	363	0,6	
Agrícola	122	278	286	91	-8,1	
Pluriativa	242	251	301	527	28,7	**
Não-agrícola	385	354	393	370	-0,1	
Empregados	325	333	317	304	-2,5	*
Agrícola	63	80	67	69	0,9	
Pluriativa	366	166	131	180	-21,1	
Não-agrícola	327	337	321	306	-2,4	
Não-ocupado	379	455	248	260	-15,9	
NÃO-METROPOLITANO	209	221	205	215	0,1	
Empreg. com + de 2 empregados	861	1011	763	746	-6,9	
Agrícola	55	1159	655	630	-	-
Pluriativa	1119	741	879	1181	3,4	
Não-agrícola	833	1042	760	681	-8,8	
Empreg. com até 2 empregados	425	559	518	471	2,4	
Agrícola	275	494	515	353	8,2	
Pluriativa	317	372	564	489	18,8	*
Não-agrícola	561	646	502	486	-6,6	
Empregadora total	610	733	637	616	-1,1	
Agrícola	264	602	548	413	13,2	
Pluriativa	565	462	656	767	13,5	
Não-agrícola	713	828	653	600	-7,3	
Conta-própria	190	196	189	201	1,4	
Agrícola	96	94	107	99	2,2	
Pluriativa	166	186	157	170	-1,0	
Não-agrícola	256	257	246	258	-0,2	
Empregados	167	184	168	182	1,6	
Agrícola	71	74	73	75	1,1	
Pluriativa	127	131	105	109	-6,6	*
Não-agrícola	199	220	200	214	1,3	
Não ocupado	132	150	137	139	0,5	
TOTAL GERAL	260	269	258	256	-0,9	

FONTE: Tabulações Especiais do projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, Junho 2000.

NOTA: exclusiva as famílias sem declaração de renda e tipos com menos de 5 observações. a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, *, significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

TABELA 17A

Evolução das rendas *per capita* segundo os tipos de famílias extensas: Paraná, 1995-98
(R\$ de setembro de 1998) Regiões Não-Metropolitana urbanizada e rural privado.

SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	1995	1996	1997	1998	taxa de crescimento (% ao ano) 1995/98 ^a	
NÃO-METRO URBANIZADA	247	264	236	251	-0,7	
Empreg. com mais de 2 empreg.	874	1080	786	723	-8,5	
Agrícola	55	10768	1029	630	-	-
Pluriativa	1329	930	845	863	-	-
Não-agrícola	833	1050	767	703	-7,9	
Empreg. com até 2 empregados	513	607	511	482	-3,5	
Agrícola	387	502	532	330	-	-
Pluriativa	345	444	595	497	14,8	
Não-agrícola	574	653	489	486	-7,5	
Empregadora total	702	804	660	618	-5,6	
Agrícola	319	1235	731	487	7,7	
Pluriativa	722	567	678	692	0,5	
Não-agrícola	721	835	652	610	-7,2	
Conta-própria	253	260	243	265	0,7	
Agrícola	161	170	197	212	10,2	***
Pluriativa	238	252	197	296	4,2	
Não-agrícola	259	265	251	264	0,1	
Empregados	188	208	189	205	1,7	
Agrícola	72	75	75	72	0,2	
Pluriativa	141	147	112	119	-7,5	
Não-agrícola	207	229	209	225	1,6	
Não-ocupado na semana	141	165	147	151	0,9	
NÃO-METRO RURAL PRIVADO	104	107	114	112	3,1	*
Empreg. com + de 2 empregados	545	341	591	1817	-	-
Agrícola	,	358	156	,	-	-
Pluriativa	545	324	968	6261	-	-
Não-agrícola	,	323	773	484	-	-
Empreg. com até 2 empregados	230	370	481	434	24,0	*
Agrícola	225	464	474	422	21,0	
Pluriativa	249	233	410	480	28,8	**
Não-agrícola	121	,	1113	218	-	-
Empregadora total	258	364	510	673	37,8	***
Agrícola	225	443	422	422	20,2	
Pluriativa	313	254	577	948	51,3	*
Não-agrícola	121	323	852	384	-	-
Conta-própria	102	99	104	95	-1,5	
Agrícola	92	87	101	89	0,4	
Pluriativa	122	140	110	105	-6,6	
Não-agrícola	206	103	127	128	-11,5	
Empregados	81	94	85	95	3,8	
Agrícola	72	74	73	71	-0,4	
Pluriativa	90	109	96	105	3,4	
Não-agrícola	99	129	101	125	4,6	
Não-ocupado	83	66	77	102	8,2	

FONTE: Tabulações Especiais do projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, Junho 2000.

NOTA: exclusiva as famílias sem declaração de renda e tipos com menos de 5 observações. a) estimativa do coeficiente de uma regressão log-linear contra o tempo. Neste caso, o teste t indica a existência ou não de uma tendência nos dados. ***, **, *, significam respectivamente 5%, 10% e 20%.

3.3.3 A relação entre renda e área entre as famílias

Os resultados do cruzamento destas duas variáveis revestem-se de considerável importância posto que nos fornecem o grau de utilização de tecnologia pelas famílias na condução das atividades agrícolas, e também possibilitam uma caracterização melhor das unidades familiares de produção no contexto paranaense. A tabela 18 permite verificar as informações sobre a composição da renda das famílias “empregadoras totais”, segundo a tipologia considerada.

TABELA 18

Composição da renda segundo os tipos de famílias e grupos de área : famílias de empregadores com empregados permanentes. Paraná, 1998. Região Metropolitana Total.

SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO/ GRUPOS DE ÁREA	AGRIC. (%)	NÃO-AGRÍC. (%)	APOSENS. (%)	OUTRAS (%)	RENDA MÉDIA (R\$)
METROPOLITANO TOTAL	72	14	11	3	5959
Agrícolas	88	0	0	12	3359
de 2 a menos de 10 ha	100	0	0	0	700
de 10 a menos de 100 ha	100	0	0	0	200
de 100 ha e mais	87	0	0	13	9200
Pluriativos	66	18	15	1	7909
de 10 a menos de 100 ha	82	10	8	0	6100
de 100 ha e mais	63	20	16	1	8510
NÃO-METROPOLITANO TOTAL	61	19	5	15	2334
Agrícolas	90	0	8	2	1513
de 2 a menos de 10 ha	36	0	64	0	675
de 10 a menos de 100 ha	93	0	4	3	1938
de 100 ha e mais	97	0	3	0	1190
Pluriativos	51	25	4	20	2867
de 2 a menos de 10 ha	86	9	6	0	1150
de 10 a menos de 100 ha	53	34	8	4	2000
de 100 ha e mais	46	18	0	35	5808
TOTAL	63	18	6	13	2632
Agrícolas	90	0	6	4	1677
de 2 a menos de 10 ha	48	0	52	0	679
de 10 a menos de 100 ha	93	0	4	3	1839
de 100 ha e mais	93	0	2	6	1952
Pluriativos	54	24	6	16	3259
de 2 a menos de 10 ha	86	9	6	0	1150
de 10 a menos de 100 ha	56	32	8	4	2128
de 100 ha e mais	51	19	5	26	6355

FONTE: Tabulações especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, Junho de 2000.

NOTA: Excluídas as famílias sem declaração de área e renda, bem como aqueles tipos com menos de 5 observações.

Inicialmente é preciso destacar que não dispomos de informações bastante precisas para estas famílias no domicílio rural. Contudo, como já foi explicitado em outra parte do texto, a maior parte das famílias empregadoras com mais de dois empregados no Paraná declararam possuir residência urbana.

Assim, estes dados podem oferecer uma boa aproximação dos fatos, apesar de sabermos que os valores apresentados nesta e nas outras tabelas subsequentes diferem um pouco das informações anteriores, porque consideraram-se apenas os informantes que declararam os respectivos dados de área e renda que possuíam quando da realização da pesquisa.

Além disso, as áreas informadas nas PNADs são aproximações de área total dos vários estabelecimentos da família diferente dos Censos Agropecuários, que informam apenas a área do estabelecimento e costumam ser informações de menor freqüência, posto que estes quesitos são dirigidos apenas às categorias de empregadores e dos conta-própria.

Ao observar-se a tabela 18 é possível detectar que: a) as rendas médias deste grupo de famílias crescem à medida em que aumentam os estratos de área no total geral, quer elas sejam agrícolas ou pluriativas, mas esse fato não se repete para as famílias agrícolas das aberturas não-metro e metro; b) as rendas médias das famílias pluriativas são bem maiores que as das famílias empregadoras totais agrícolas; c) o peso relativo das aposentadorias e pensões na composição das rendas dessas famílias quase sempre é pequeno, exceto as famílias agrícolas em áreas “de 2 a menos de 10 hectares” da região não-metropolitana e do total e as famílias pluriativas da região metropolitana; d) no grupo das famílias empregadoras pluriativas (total e não-metropolitana) o peso relativo das rendas não-agrícolas diminui com o aumento do estrato de área e, simultaneamente, cresce muito a participação de outras rendas na composição da renda familiar; e) o peso relativo da renda agrícola aumenta com o tamanho da área para as famílias agrícolas da região não-metropolitana e do “total”.

Na tabela 18a apresenta-se as informações relativas às famílias empregadoras com até dois empregados permanentes.

TABELA 18A

Composição da renda segundo os tipos de famílias e grupos de área: famílias de empregadores com até dois empregados permanentes. Paraná, 1998. Regiões Metropolitana e Não-Metropolitana

SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO/ GRUPOS DE ÁREA	AGRIC. (%)	NÃO-AGRÍC. (%)	APOSENS. (%)	OUTRAS (%)	RENDA MÉDIA (R\$)
METROPOLITANO	81	15	5	0	2746
Agrícolas	100	0	0	0	450
de 2 a menos de 10 ha	100	0	0	0	700
de 10 a menos de 100 ha	100	0	0	0	200
Pluriativos	79	16	5	0	5047
de 10 a menos de 100 ha	82	10	8	0	6100
de 100 ha e mais	75	25	0	0	4000
NÃO-METROPOLITANO	65	23	8	4	1689
Agrícolas	86	0	11	4	1275
de 2 a menos de 10 ha	36	0	64	0	675
de 10 a menos de 100 ha	87	0	6	7	1660
de 100 ha e mais	97	0	3	0	1190
Pluriativos	57	33	7	4	1932
de 2 a menos de 10 ha	70	0	30	0	440
de 10 a menos de 100 ha	53	34	8	4	2000
de 100 ha e mais	70	28	2	0	2139
TOTAL	66	23	8	3	1751
Agrícolas	86	0	11	3	1210
de 2 a menos de 10 ha	48	0	52	0	679
de 10 a menos de 100 ha	88	0	6	7	1520
de 100 ha e mais	97	0	3	0	1190
Pluriativos	59	31	7	3	2080
de 2 a menos de 10 ha	70	0	30	0	440
de 10 a menos de 100 ha	56	32	8	4	2128
de 100 ha e mais	71	28	2	0	2369

FONTE: Tabulações especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, Junho de 2000.

NOTA: Excluídas as famílias sem declaração de área e renda, bem como aqueles tipos com menos de 5 observações.

Através dela pode-se destacar os seguintes pontos: a) não existe uma correspondência clara entre o crescimento de estratos de área e as rendas das famílias, exceto para as famílias pluriativas do total e da região não-metropolitana; b) a renda média total das famílias empregadoras com até dois empregados e pluriativas é sempre maior que a renda média total das famílias

agrícolas e; c) o peso relativo das aposentadorias e pensões é geralmente baixo, mas alcança valores altos e muito altos, respectivamente, para as famílias pluriativas e agrícolas da abertura não-metro e do total cujo grupo de área é “de 2 a menos de 10 hectares”.

TABELA 18B

Composição da renda segundo os tipos de famílias e grupos de área: famílias de empregadores com mais de dois empregados permanentes. Paraná, 1998. Regiões Metropolitana e Não-Metropolitana Total.

SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO/ GRUPOS DE ÁREA	AGRICOLA (%)	NÃO-AGRÍC. (%)	APOSENS. (%)	OUTRAS (%)	RENDA MÉDIA (R\$)
METROPOLITANO	68	13	14	5	10245
Agrícolas	87	0	0	13	9200
de 100 ha e mais	87	0	0	13	9200
Pluriativas	79	19	20	1	10765
de 100 ha e mais	60	19	20	1	10765
NÃO-METROPOLITANO	56	12	0	32	5236
Agrícolas	98	0	2	0	2310
de 10 a menos de 100 ha	98	0	2	0	2310
Pluriativas	44	15	0	42	8161
de 2 a menos de 10 ha	89	11	0	0	1860
de 100 ha e mais	40	15	0	45	11312
TOTAL	59	12	4	24	6109
Agrícolas	94	0	1	5	3158
de 10 a menos de 100 ha	98	0	2	0	2310
de 100 ha e mais	87	0	0	13	9200
Pluriativas	48	16	5	31	8733
de 2 a menos de 10 ha	89	11	0	0	1860
de 100 ha e mais	46	16	6	32	11150

FONTE: Tabulações especiais do Projeto Rurbano, NEA-IE/Unicamp, Junho de 2000.

NOTA: Excluídas as famílias sem declaração de área e renda, bem como aqueles tipos com menos de 5 observações.

A tabela 18b mostra a composição das rendas segundo os estratos de áreas nas famílias empregadoras com mais de dois empregados permanentes. Uma constatação de aspecto mais geral diz respeito ao fato de que as rendas médias dessas famílias serem muito superiores quando se compara com as das

famílias conta-própria ou empregadoras com até dois empregados permanentes. Além disso, enfatiza-se mais dois pontos: a) as aposentadorias e pensões apresentam muito baixa participação, exceto no caso das famílias pluriativas metropolitanas; b) onde é possível averiguar, as rendas médias crescem com o aumento dos estratos de área total.

A tabela 19 mostra a composição da renda das famílias conta-própria e pode ser compreendida como um detalhamento da composição da renda dos pequenos produtores familiares do Estado do Paraná.

Analisando-se esta tabela, podemos fazer as seguintes constatações: a) as rendas médias das famílias conta-própria agrícolas e pluriativas crescem de forma simultânea à progressão da área total possuída pela família, exceto no caso das famílias agrícolas da região metropolitana; b) as rendas médias das famílias conta-própria pluriativas são sempre maiores que as suas correspondentes agrícolas, independentemente de estratos de área ou da situação de domicílio; c) na composição das rendas das famílias conta-própria agrícolas (total) e com domicílio não-metro existe um peso relativo maior das aposentadorias e pensões quando comparadas às famílias pluriativas.

Constata-se também, que neste grupo de famílias, nos dois menores estratos de área total (“menos de 2 hectares” e “de 2 a menos de 10 hectares”) a proporção das rendas oriundas de aposentadorias e de pensões varia de um mínimo de 11% até o percentual máximo de 55% da renda familiar; já entre as famílias pluriativas, as proporções apresentam-se bem menores: de um mínimo de 4% até um máximo de 22%.

TABELA 19

Composição da renda segundo os tipos de famílias e grupos de área: famílias de conta-própria. Paraná, 1998. Regiões Metropolitana e Não-Metropolitana.

SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO/ GRUPOS DE ÁREA	AGRÍCOLA (%)	NÃO-AGRÍC. (%)	APOSENS. (%)	OUTRAS (%)	RENDA MÉDIA (R\$)
METROPOLITANO	51	10	31	8	662
Agrícolas	89	0	11	0	361
de 2 a menos de 10 ha	78	0	21	1	418
de 10 a menos de 100 ha	97	0	3	0	326
Pluriativos	22	17	47	14	1926
menos de 2 ha.	0	100	0	0	370
de 2 a menos de 10 ha	34	66	0	0	760
de 10 a menos de 100 ha	80	20	0	0	1380
de 100 ha e mais	8	0	71	22	6370
NÃO-METROPOLITANO	64	13	20	3	437
Agrícolas	72	0	24	4	353
menos de 2 ha.	45	0	55	0	227
de 2 a menos de 10 ha	66	0	32	3	253
de 10 a menos de 100 ha	76	0	21	3	403
de 100 ha e mais	75	0	11	13	1022
Pluriativos	53	32	13	2	699
menos de 2 ha.	49	34	17	0	487
de 2 a menos de 10 ha	40	36	22	2	602
de 10 a menos de 100 ha	54	35	10	2	642
de 100 ha e mais	77	19	4	0	2157
TOTAL	64	13	20	3	444
Agrícolas	72	0	24	4	353
menos de 2 ha.	45	0	55	0	227
de 2 a menos de 10 ha	67	0	31	2	258
de 10 a menos de 100 ha	76	0	20	3	400
de 100 ha e mais	75	0	11	13	1022
Pluriativos	51	32	15	2	728
menos de 2 ha.	47	37	16	0	481
de 2 a menos de 10 ha	39	37	21	2	606
de 10 a menos de 100 ha	54	35	9	2	650
de 100 ha e mais	63	15	17	4	2484

FONTE: Tabulações especiais do Projeto Urbano, NEA-IE/Unicamp, Junho de 2000.

NOTA: Exclusivo as famílias sem declaração de área e renda, bem como aqueles tipos com menos de 5 observações.

Desconsiderando a abertura geográfica denominada metropolitano total, verifica-se que a proporção originária de aposentadorias e pensões nas famílias conta-própria agrícolas chega a atingir, em alguns casos, altas proporções

(mais da metade) da renda familiar. Isso possui uma implicação importante em termos de políticas públicas: torna-se visível que estas transferências sociais na forma de aposentadorias e pensões representam uma parcela de recursos nada desprezível na manutenção do tecido social, podendo funcionar como instrumento capaz de ajudar a minimizar o processo de exclusão social.

Com relação ao efeito da urbanização, e conseqüentemente das aberturas preconizadas no capítulo 2 e também utilizadas neste, detecta-se que as rendas médias familiares são sempre maiores na região metropolitana comparando-se com a não-metropolitana. As diferenças extremas de rendas médias nos três grupos de famílias analisadas também pode estar revelando que o padrão tecnológico é muito heterogêneo entre as mesmas e provavelmente nas regiões paranaenses.

3.4 Resumo e conclusões

A análise das informações apresentadas ao longo deste capítulo 3 permite-nos extrair algumas conclusões sobre a questão das ocupações e das rendas das famílias no contexto socioeconômico paranaense. Com referência à caracterização geral das famílias, observa-se uma baixa presença de famílias rurais e também das agrícolas nas regiões metropolitanas, bem como, uma ínfima quantidade de famílias residentes na abertura “periferia” em 1998.

Os dados sobre a quantidade de famílias que declararam domicílios rurais privados indicam que elas representam cerca de 17,3% do total de famílias extensas paranaenses.

Dos quatro tipos de famílias criados, as famílias de empregadores agrícolas e pluriativas totalizaram 32 mil, sendo que das 9 mil famílias agrícolas, a maioria esmagadora constitui-se de empregadoras com até dois empregados. As duas mil famílias empregadoras com mais de dois empregados agrícolas possuem domicílio exclusivamente urbano não-metropolitano, mas o mesmo não ocorre para aquelas com até dois empregados agrícolas.

As famílias conta-própria agrícola, pluriativas e não-agrícolas do rural privado eram, em 1998, um conjunto bastante expressivo no contexto paranaense,

ou seja, 274 mil famílias. As famílias conta-própria pluriativas somavam cerca de 74 mil famílias (27%), sendo que uma pequena proporção delas (14%) combinavam atividades “agrícolas - agrícolas” e “agrícola - trabalho doméstico” (menos de 10%). Além disso, é relevante mencionar a presença de um grupo de 13 mil famílias conta-própria não-agrícolas no rural privado não-metropolitano.

O grupo de famílias de empregados também ocupa um lugar de destaque. Existe um contingente expressivo de famílias de empregados que exercem atividades agrícolas, mas que residem nas regiões estritamente urbanas não-metropolitanas. A pluriatividade “agrícola-agrícola” também mostra-se com baixa expressão, comparando-se com a “agrícola-não-agrícola” e “agrícola-trabalho doméstico”. Neste grupo detecta-se também a existência de um conjunto de famílias residentes no rural privado não-metropolitano, mas que exerce atividades exclusivamente não-agrícolas.

Com relação aos índices de urbanização total e não-metropolitano encontram-se posições diferenciadas para os tipos de famílias: enquanto as famílias empregadoras com mais de dois empregados agrícolas e pluriativas apresentam elevados índices, as empregadoras com até dois empregados revelam índices mais fortes para as famílias pluriativas. No caso das famílias conta-própria agrícola os índices são muito distintos, sendo elas agrícolas ou pluriativas. No grupo das famílias de empregados os índices são muito elevados e semelhantes, quer sejam agrícolas ou pluriativas.

Com respeito às principais tendências é preciso apontar aquela de queda generalizada das famílias agrícolas, em especial para as famílias conta-própria agrícolas no estado no período 1992-98. Com exceção do grupo das famílias empregadoras com mais de dois empregados, as demais famílias pluriativas não mostram tendências significativas de crescimento. Praticamente as mesmas tendências são confirmadas nas aberturas metropolitano e não-metropolitano.

Nas aberturas geográficas não-metropolitano urbanizada e rural privado, as tendências resumem-se em, respectivamente: crescimento significativo das famílias de conta-própria agrícolas; queda das famílias de conta-própria

agrícolas e de aumento das famílias de empregados, devido à subida do grupo de famílias pluriativas mas, especialmente, ao crescimento do número de famílias não-agrícolas.

Quanto às famílias não-ocupadas, detecta-se uma forte e significativa tendência de crescimento provocada pela tendência de crescimento no grupo de famílias aposentadas e/ou pensionistas. Vale a pena ressaltar também dois outros aspectos: a) forte e significativa tendência de crescimento na abertura “não-metropolitano povoado e outros” de famílias com pelo menos um membro aposentado e/ou pensionista; b) na abertura rural privado não-metropolitano verifica-se simultaneamente tendências de crescimento de famílias com pelo menos um membro aposentado e/ou pensionista e de membros procurando emprego, bem como de tendências de declínio das famílias cujos membros encontram-se ocupados. Estas informações são reveladoras dos alarmantes problemas a serem enfrentados no rural paranaense.

No que diz respeito à evolução das pessoas ativas nas famílias, constata-se tanto uma tendência de queda quase generalizada em todos os grupos, bem como a presença de um número absoluto e percentual diminuto de pessoas ativas nas famílias agrícolas e pluriativas na região metropolitana. No grupo específico das famílias conta-própria agrícolas, mas também nas famílias pluriativas, evidenciam-se tendências significativas de quedas na região não-metropolitana. Propensão de declínio significativa também foi observada nas famílias empregadoras (total), que pode ser atribuída à tendência de redução do número de pessoas ativas nas famílias empregadoras agrícolas com até dois empregados. Adicionalmente percebe-se tendência de crescimento do número de pessoas ativas nas famílias empregadoras com mais de dois empregados e pluriativas.

Na situação de domicílio não-metropolitano rural privado, detecta-se uma tendência de crescimento do número de pessoas ativas em atividades não-agrícolas, mas também de queda acentuada no número de pessoas ativas nas famílias conta-própria agrícolas e, menos bruscas, mas igualmente importante, nas famílias pluriativas. Para as famílias empregadoras com até dois empregados

constata-se a tendência de queda no número de pessoas ativas, ocasionada pela fortíssima tendência de redução do número de pessoas ativas nas famílias agrícolas deste grupo. Os dados permitiram ainda evidenciar tendência de redução significativa no número de pessoas ativas total no período 1992-98 provocada pela diminuição do número de pessoas ativas nas famílias agrícolas.

As informações disponíveis sobre o número médio de pessoas ativas por família mostram uma generalizada diminuição no número médio nos grupos de famílias conta-própria e empregadoras com até dois empregados agrícolas onde os resultados encontram-se disponíveis. No entanto, nota-se que o grupo de famílias denominado conta-própria constitui-se naquele onde existe o maior número médio de pessoas ativas, sugerindo que a existência de pelo menos um membro ocupado por conta-própria pode oferecer maiores chances de inserção de outros membros no “negócio familiar”.

A redução das pessoas ocupadas nestas famílias rurais paranaenses pode ser atribuído, entre outros elementos às mudanças do contexto econômico e social, em destaque, à crise agrícola, com o aumento das taxas de desocupação, bem como à precarização das ocupações já existentes; ao súbito crescimento do número de pessoas aposentadas e pensionistas, bem como o envelhecimento da população rural; ao aumento da individualização no seio das famílias rurais extensas, tornando-se cada vez mais mononucleares; à redução da taxa de natalidade e à migração de caráter pendular dos jovens no espaço rural⁶⁰.

Baseando-se nas informações oferecidas pelas tabulações especiais das rendas das famílias, pode-se verificar que a renda média total das famílias com domicílio rural privado constitui-se, em menos da metade, da renda média das famílias com domicílio não-metropolitano urbanizada no ano de 1998. Além disso, verifica-se que as rendas médias das famílias de conta-própria agrícolas do rural privado não-metropolitano são um pouco inferiores às rendas médias das famílias não-ocupadas da abertura não-metropolitano urbanizada.

Para o conjunto de famílias do rural privado não-metropolitano nota-se uma ausência de tendência de crescimento no período analisado. Essa

⁶⁰ Esse aspecto é mencionado desta forma por Carneiro (1999:102).

ausência pode ser explicada com base no fato de que os grupos de famílias conta-própria e de empregados não apresentarem tendências significativas no período 1995-98. No grupo das famílias empregadoras destaca-se a tendência significativa de crescimento das rendas médias das famílias empregadoras com até dois empregados e pluriativas, no período 1995-98.

Quanto à composição das rendas médias, verificou-se que as famílias conta-própria agrícolas da região não-metropolitana mostram uma proporção mais elevada de aposentadorias e de pensões na composição de suas rendas. Contudo, quando se atenta para a abertura não-metropolitano rural privado e urbana-urbanizada, as famílias conta-própria agrícolas da região urbana urbanizada apresentam maior proporção deste tipo de rendas. Mas, como, em números absolutos e percentuais, as famílias de conta-própria agrícolas do rural privado são mais expressivas, a importância dessas transferências adquire maior significado.

A proporção de rendas oriundas de fontes não-agrícolas na composição das rendas médias das famílias pluriativas rurais oscila desde 25% nas famílias empregadoras com até dois empregados até para além de 33% nas famílias conta-própria e de empregados. Ao procedermos a uma análise comparativa das tendências de composição das rendas médias das famílias no período 1995-1998, detecta-se uma queda nas rendas totais, fortemente vinculada à tendência de redução da fonte de renda agrícola. Na abertura rural privado não-metropolitana nota-se uma tendência de crescimento das rendas totais das famílias empregadoras derivada da tendência de aumento das rendas que se vê nas famílias empregadoras com até dois empregados. Percebe-se, ainda, uma ausência de tendências gerais nas famílias conta-própria e “empregados” no período 1995-98. Os dados relativos às famílias de empregados permitiram ainda evidenciar tendências de crescimento das fontes de rendas não-agrícolas e de quedas daquelas de origem agrícola.

A contagem do número de famílias com renda positiva na região metropolitana e não-metropolitana no período 1995-98 mostra: a) tendência geral e significativa de crescimento no grupo de famílias de empregados,

independentemente da abertura; b) no caso das famílias conta-própria os dados não apresentam tendências importantes.

Nas aberturas rural privado não-metropolitana verifica-se: a) uma redução do número total de famílias empregadoras com renda positiva, provavelmente ocasionada pela diminuição do número de famílias com renda positiva no grupo das famílias empregadoras com até dois empregados agrícolas; b) tendência de crescimento do número de famílias com renda total positiva e não-agrícola; c) tendência confiável e de aumento do número de famílias com renda total positiva na categoria conta-própria não-agrícola; d) tendências significativas, fortes e positivas de crescimento do número de famílias não-ocupadas que apresentavam renda total positiva.

Numa avaliação preliminar da evolução das rendas *per capita* das famílias na abertura não-metropolitana não se têm evidências de tendências significativas e de crescimento, exceto para as famílias empregadoras com até dois empregados e pluriativas no período 1995-98. A única tendência significativa de queda da renda “per capita” se deu para as famílias de empregados pluriativas. Para o quadriênio 1995-98 a abertura não-metropolitano rural privado apresenta tendência de crescimento significativo puxada pela tendência apresentada pelas famílias empregadoras total, mais precisamente, as empregadoras com até dois empregados e pluriativas. Constatamos também, uma forte e confiável tendência de crescimento das rendas *per capita* das famílias de conta-própria agrícolas na abertura não-metropolitana urbanizada.

Finalmente, a relação entre a renda e os grupos de área total mostrou, no caso das famílias conta-própria, o seguinte: crescimento das rendas médias agrícolas e pluriativas com a progressão nos grupos de área total; b) na composição das rendas das famílias conta-própria agrícolas (total) e não-metropolitano existe um peso relativo maior das aposentadorias e pensões. A proporção originária de aposentadorias e pensões nas famílias conta-própria agrícolas chega a atingir mais da metade da renda média familiar. Para os outros grupos de famílias preferimos não fazer afirmações mais contundentes, dado que existem poucas informações disponíveis sobre as mesmas na amostra.

Em síntese, três questões nos parecem fundamentais acerca do estudo das rendas nas famílias paranaenses: a) a crescente importância social e econômica das aposentadorias e pensões para aquele segmento denominado genericamente de pequenos produtores familiares agrícolas; b) uma quase ausência de tendência de crescimento das rendas médias para o conjunto das famílias rurais mais genericamente, fato este que pode estar sendo determinado pelas informações mostradas pelo grupo de famílias conta-própria, mas também dos empregados; c) as evidências de renda mostram a existência de uma crescente e importante heterogeneidade no conjunto das famílias rurais paranaenses, a qual necessita ser melhor compreendida.

Em resumo, a agricultura moderna não vem permitindo a absorção suficiente da população rural e por isso, pode-se entender que uma grande parte da “agricultura familiar” vai se tornando rapidamente desnecessária sob a ótica da produção, restringindo cada vez mais os postos de trabalho disponíveis.

Essa questão se agrava num contexto de crise econômica e social. A par disso, verifica-se também o crescimento das famílias de aposentados e de pensionistas, bem como das famílias de empregados em atividades não-agrícolas colocando em questão o conceito de “agricultura familiar”. Emerge uma lógica paradoxal onde a estratégia “familiar” seria de manter a residência rural e um gênero de vida, mas não depender das atividades agrícolas no sentido estrito.

As famílias passam, então, por um mecanismo de “afrouxamento” das ligações e restrições que formam a sua unidade, com um aumento paradoxal do individualismo em seu seio. Nas palavras de Baptista (1994:22) “a análise da relação família/exploração na agricultura familiar resvala, assim, da dimensão econômica para a sociológica”. Mas, esta é uma questão que tentaremos aprofundar em outra oportunidade.

4. As políticas estaduais de desenvolvimento agrícola e rural

4.1 Introdução

O objetivo deste capítulo é resgatar e discutir rapidamente os principais programas de desenvolvimento agrícola e rural no Paraná, a partir da década de 70, mas em especial nas décadas de 80 e 90, procurando encontrar as noções, concepções e conceitos predominantes, bem como os resultados obtidos em termos de redução das desigualdades sociais e distribuição de renda, na geração de ocupação e renda e participação da população.

No final dos anos 70 e início dos anos 80 constata-se uma forte guinada na perspectiva de desenvolvimento no Paraná. Já no princípio dos anos 70 começa a tornar-se mais evidente a segunda grande mudança na base econômica a que nos referimos no primeiro capítulo. Esse “novo Paraná” assume características mais urbanas que rurais⁶¹, muito mais industrializado do que agrícola, fonte de emigrantes para as novas fronteiras agrícolas e não mais foco de atração para os migrantes de outras regiões.

Os efeitos do processo de modernização da agricultura, que já se encontrava em andamento, associado com a quase total erradicação da cultura cafeeira no Paraná após a geada de 1975 aceleraram a formação de um enorme contingente de pessoas sem perspectivas de ocupação imediata.

Com a crise do ciclo expansivo da economia no final dos anos 70, alguns segmentos sociais que estavam sofrendo as conseqüências desse processo começam a organizar movimentos com o objetivo de recuperar o espaço de trabalho. Esses movimentos que ocorreram no meio rural paranaense no final da década de 70 avolumaram-se no início e meados dos anos 80 e podem ser divididos em dois: por um lado, aqueles cujas reivindicações assumiam caráter

⁶¹ Pode-se afirmar que o processo de urbanização ocorrido no Paraná não é um resultado do crescimento econômico dos outros setores da sua economia, mas decorre em grande medida, tanto da liberação de mão-de-obra agrícola que trabalhava na cultura do café (e que ficou em grande parte desocupada após a grande geada de 1975) como do processo de modernização da agricultura nesse estado. Essa população se dirige para os centros urbanos, se ocupa de forma sazonal em atividades agrícolas e sobrevive em condições muito precárias.

eminentemente trabalhistas, e por outro lado aqueles que pressionavam pelo acesso à terra.

Vários setores do governo do estado, principalmente a partir de 1983, apresentaram como resposta a esses movimentos, a retomada da agricultura tradicional como forma de atenuar o ritmo do êxodo agrícola e rural. Então, “a *principal proposta do Governo para viabilizar a permanência dos agricultores que conquistaram o acesso à terra e minimizar a expulsão do campo, se consolida no retorno da agricultura tradicional*” (Raggio, 1985:123).

Cabe lembrar que essa proposta - retorno à agricultura tradicional, como forma de conter a desocupação rural por meio de adoção de formas de produção que demandassem trabalho ao invés de capital - contou com o apoio das organizações sindicais e associativas dos agricultores.

Essa proposta foi criticada por Raggio (1985:127) argumentando que: “a reprodução de segmentos sociais que tenham como objetivo somente a reprodução das condições de vida *deverá ser assegurada em outras bases*”, sugerindo ainda que “o Estado deverá estar concretamente presente para assegurar ou complementar suas condições de sobrevivência”. Todavia, a autora ao propor uma política rural a esses segmentos restringe-se a aplicação do Estatuto da Terra e da Consolidação das Leis do Trabalho, questões que não deixam de ser importantes, mas que sozinhas já não permitem mais equacionar adequadamente a questão agrária dos anos 90. Em resumo, perdura o viés agrícola como proposição de desenvolvimento rural no Paraná.

Magalhães (1994:15) aponta que: “*os efeitos negativos do estilo de desenvolvimento que se impusera desde o início dos anos 70 haviam mudado a agenda política da maioria da sociedade paranaense*”. A elaboração e a aplicação das políticas transformam-se em resposta a essas forças. Assim, ganha destaque a resolução dos problemas gerados pelo fracasso dos modelos de desenvolvimento econômico elaborados e aplicados principalmente nos anos 60 e 70. Nos anos 80 e 90, as disparidades sociais e econômicas do desenvolvimento, em geral, acentuaram-se, sobretudo nos espaços rurais. Dentre os problemas, o maior deles é o da pobreza rural: ele colocou em evidência e atualidade o tema do

desenvolvimento rural no Paraná. Antes, porém, da análise das principais políticas de desenvolvimento agrícola e rural paranaenses realiza-se uma rápida incursão sobre estas duas noções.

4.2 A evolução da noção de desenvolvimento agrícola e rural

Estabeleceu-se, por algumas décadas, uma confusão entre as noções de desenvolvimento agrícola e rural, principalmente nos países subdesenvolvidos. Neles, o desenvolvimento rural reduziu-se ao fomento das atividades agrícolas e da própria agricultura, enquanto que em outros países a agricultura constitui-se somente uma parte dele, uma atividade a mais, que associa-se a outras atividades industriais, comerciais, artesanais, serviços, etc.

O objetivo desta seção é mostrar porque estas noções foram, por tanto tempo, confundidas, bem como enfatizar que a questão da pobreza rural é o resultado do fracasso dos modelos de desenvolvimento elaborados e aplicados supostamente para resolvê-la. Neste sentido, realiza-se uma revisão, sem a pretensão de ser exaustiva, das principais correntes teóricas do desenvolvimento dentro de uma perspectiva histórica.

No período imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial surgiram algumas noções importantes de desenvolvimento. Três delas merecem ser destacadas. A primeira, vinculada à macroeconomia keynesiana, trata o *desenvolvimento como mero crescimento da economia*. Esta noção de desenvolvimento associa-se a indicadores, quais sejam: renda *per capita*, taxa de crescimento e produto interno bruto (PIB), produto nacional bruto (PNB)⁶², à modernização dos meios de produção e aos investimentos de capitais de “know-how”. Através da definição de um dado limite a estes indicadores (econômicos), pode-se estabelecer o conceito de “desenvolvido” e por exclusão de “não-desenvolvido”.

⁶² “A produção é medida com a ajuda do que se chama Produto Nacional Bruto (PNB). O PNB compreende todos os bens e todos os serviços que são produzidos durante um ano num país. Os bens são avaliados em unidade monetária com base no seu valor de mercado. O que não tem valor de mercado não é contado no PNB (o trabalho das empregadas domésticas, os prejuízos à natureza, etc.). O PNB corresponde mais ou menos à renda nacional”. (Strahm, 1991:15).

As teorias do crescimento exerceram forte influência sobre as análises e as políticas de desenvolvimento. A ênfase na inversão e, conseqüentemente, sua escassez nos países “subdesenvolvidos”, acaba por se constituir em problema básico destes países, e assim pode explicar o nível de subdesenvolvimento e a demora no processo de desenvolvimento.

Além disso, nessas teorias, o Estado assume papel central na política econômica através do estímulo às inversões privadas e públicas, além da manutenção de elevados níveis de gastos públicos.

Estas teorias abordam ainda o problema do subdesenvolvimento como um processo de aperfeiçoamento de formas tradicionais primitivas de atividade do sistema econômico chegando até formas mais modernas e perfeitas existentes nos países desenvolvidos. Assim, de forma dedutiva, o objetivo do desenvolvimento é o de alcançar o mesmo tipo de sistema econômico, social e político existente nos países desenvolvidos.

Uma segunda corrente teórica constitui-se, de certo modo, uma continuidade dessa visão, pois considera a noção de *desenvolvimento como etapas sucessoras do crescimento econômico*. Diversos autores, observando objetivamente as características das economias subdesenvolvidas colocaram em relevo algumas delas as quais serviram de base para a interpretação do subdesenvolvimento, como também, de suporte para a estratégia de desenvolvimento. Estes autores possibilitaram a formação de um corpo de teorias parciais do subdesenvolvimento juntamente com alguns esforços de generalização como a teoria do dualismo sociológico de Boeke e as abordagens de Rostow⁶³ e Germani, as quais “concebem o desenvolvimento como uma seqüência de etapas históricas que são, em geral, as mesmas observáveis na evolução dos países atualmente desenvolvidos.

Essas teorias representaram um avanço em relação à noção do desenvolvimento como mero crescimento, pois adiciona à sua análise

⁶³ Segundo Boudon & Bourricaud (1993:136) as teorias de Rostow, denominadas de “teorias da decolagem”, apresentadas em “As etapas do crescimento” são abertamente evolucionistas. As etapas do crescimento seriam: 1) a da sociedade tradicional; 2) condições prévias de decolagem; 3) a decolagem; 4) a do caminho até a maturação; e 5) a sociedade do consumo de massas.

características das economias subdesenvolvidas. Contudo, as explicações do tipo “sucessão de etapas” mostram-se sem capacidade analítica para explicar como se dá a passagem de uma etapa para outra e incapazes para se tornarem guias na elaboração de propostas de políticas de desenvolvimento agrícola.

Durante os anos 50 e 60 a economia do desenvolvimento foi também muito influenciada pela idéia de que os países subdesenvolvidos constituir-se-iam de economias em que existia um excedente generalizado de mão-de-obra.

O modelo da economia dual de Lewis (1954) centrava-se em como a transferência de mão-de-obra do setor de autoabastecimento ao setor capitalista facilitava a expansão do capital através da reinversão das utilidades.

Esta preocupação com a ‘mão-de-obra excedente’ parece haver alentado, com freqüência, a negligência sobre o setor agrícola assim como uma tendência a supor, com muita rapidez, que um excedente pode e deve ser extraído da agricultura. No entanto, não se atentam para os difíceis requisitos que se devem cumprir se a agricultura tiver que desempenhar um papel positivo para facilitar o crescimento global. Pressupondo que a proporção da agricultura na economia reduzia-se, muitos economistas menosprezaram a necessidade de inversão no setor agrícola no curto prazo.

Essa despreocupação com relação ao papel desempenhado pela agricultura no desenvolvimento econômico acentuou-se primeiro, pela formulação de Raúl Prebisch e Hans Singer da “hipótese da redução cíclica” a qual postulava que existe uma tendência cíclica para as condições de comércio com o propósito de indispor-se com os países que exportam produtos primários e importam manufaturas. Prebisch e outros pesquisadores da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) apoiaram então a idéia de que se desse prioridade para as importações de artigos manufaturados em relação às exportações agrícolas, assumindo desta forma, que a agricultura tivesse um menor papel no desenvolvimento como um todo.

E o segundo, pela disseminação das idéias contidas no livro de Albert Hirshman “*The Strategy of Economic Development*” (1958). O autor introduziu o conceito de *conexões* como uma ferramenta para investigar como,

durante a trajetória de desenvolvimento, a inversão em um tipo de atividade econômica induzia a inversão subsequente em outras atividades geradoras de rendas. Este autor também argumentava que as inversões do governo deveriam concentrar-se em atividades nas quais os efeitos resultantes dessas conexões fossem maiores e apontava a superioridade esmagadora da manufatura, conduzindo à conclusão de que a inversão na indústria conduziria a um maior e mais rápido crescimento econômico do que na agricultura (Eicher & Staatz, 1991:14).

Vários artigos foram utilizados para incitar os economistas a visualizar a agricultura como uma força positiva potencial no desenvolvimento, bem como ajudaram a estimular o debate sobre a interdependência do crescimento agrícola e industrial. Este fato teve como consequência um aumento considerável no interesse na aferição empírica das transferências intersetoriais durante o transcorrer do desenvolvimento. Durante os anos 60, o trabalho de pesquisa dos economistas neoclássicos insistiu não apenas na interrelação da indústria com a agricultura e o papel potencial que a mesma poderia desempenhar no desenvolvimento econômico, mas também enfatizou a questão da compreensão do processo de crescimento agrícola em si mesmo. Essa necessidade foi destacada posteriormente através de algumas experiências de desenvolvimento agrícola realizadas nas décadas de 50 e início dos anos 60.

Uma terceira corrente de pensamento foi a “teoria da reestruturação ou da dependência”. O conceito aí subjacente de desenvolvimento é de um processo de transformação social, referindo-se a um processo deliberado que busca, como finalidade última, a igualação de oportunidades sociais, políticas e econômicas, tanto no plano nacional como relativamente a sociedades que desfrutem padrões mais altos de bem-estar material.

A definição de desenvolvimento poderia ser entendida como a supressão da pobreza absoluta, a satisfação das necessidades essenciais, a liberação da dependência e a modificação da repartição do poder.

Contudo, estes autores propõem uma estratégia de desenvolvimento igual ao da corrente ortodoxa, a industrialização. A concepção dessa

industrialização orienta-se ao interior, isto é, uma *estratégia de substituição de importações*. Em conseqüência, necessita-se de inversão na produção de bens industriais que substituam os importados e o abandono da inversão no setor agrícola.

Os esforços de desenvolvimento agrícola dos anos 50 destacavam tanto a transferência de tecnologia agrícola como a promoção do modelo norte americano de extensão agrícola.

Esses esforços tiveram como fundamento o que Hayami & Ruttan (1988:59) denominaram de “*modelo de difusão*” do desenvolvimento agrícola. Para esses autores “o modelo de difusão do desenvolvimento agrícola forneceu a base intelectual mais importante para uma grande parte do trabalho de pesquisa e extensão em uso nas propriedades rurais e na economia de produção, desde o advento, na última metade do século 19, da economia agrícola, como uma disciplina separada, ligando ciências agrárias à economia”.

Destacam ainda, que “o problema do crescimento econômico, tanto da empresa individual como do setor agrícola, foi integrado dentro do contexto da realocação dos insumos, com o objetivo de aumentar a sua produtividade, através do melhoramento da eficiência na alocação destes insumos”.

Os sociólogos rurais (principalmente os norte-americanos) deram uma contribuição adicional à difusão de tecnologia e ao progresso da difusão. Pautados nos pressupostos da Teoria dos Sistemas Sociais de Talcott Parsons concebiam a sociologia rural como uma disciplina particular que deve fundamentar intervenções no meio rural, visando adequá-lo ou integrá-lo ao meio urbano.

“Dessa formulação equivocada deriva-se a grande ênfase que os sociólogos rurais norte-americanos dão aos serviços de extensão rural, como instrumento de vulgarização que devem servir aos processos de difusão de tecnologias, mas sobretudo, à formação de novos sistemas de valores, comportamentos e atitudes no meio rural, objetivando sua adequação ao universo moderno e racional – (...) – único, necessário e positivo para o desenvolvimento econômico e social” (Jones, 1999:17).

Everett Rogers foi um dos maiores expoentes dessa formulação através do livro “*Diffusion of innovations*” (1962). Os modelos desenvolvidos por Rogers procuravam enfatizar a relação entre as taxas de difusão de uma determinada tecnologia de acordo com as características da personalidade e os níveis de instrução dos agricultores. O entendimento do processo de difusão permitiu uma maior eficiência do serviço de extensão agrícola e ajudou a consolidar a confiança dos administradores rurais e dos elaboradores de políticas na validade do modelo. A ampla receptividade do modelo nos anos 50, conjugado com a observação das diferenças de produtividade agrícola entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, bem como a hipótese de uma alocação “ineficiente” de recursos entre os agricultores tradicionais os quais eram considerados “irracionais”, teve como consequência um viés muito favorável à extensão rural quanto à escolha da estratégia de desenvolvimento agrícola. Desta forma, tinha-se a expectativa da transformação dos agricultores tradicionais em agricultores modernos que respondessem com maior racionalidade às oportunidades técnicas disponíveis e realocassem os recursos de forma mais eficiente. De acordo com este modelo acima apresentado, o desenvolvimento possuía uma relação estreita com a dinâmica do processo de inovação, o qual se realiza através da difusão de conhecimentos que provocam alteração de caráter psicológico.

De forma semelhante ao modelo de difusão de inovações, a tentativa do chamado ‘desenvolvimento comunitário’ nos anos 50 e final do anos 60 também tinha por hipótese a crença de que os agricultores eram pessoas com baixo poder de decisão e que necessitavam ajuda externa para implementar projetos de desenvolvimento, bem como supunha que o mesmo poderia ser atingido através da transferência de tecnologias agrícolas.

Logo, notou-se as dificuldades e as falhas nos numerosos programas de extensão agrícola, bem como dos projetos de desenvolvimento comunitário em alcançarem o objetivo de aumentar rapidamente a produção agrícola e resolverem o problema básico de alimentação de muitos países. Foram detectados através da avaliação dois problemas básicos: primeiramente, que em diversos países

estudados existiam barreiras estruturais importantes que impediam o desenvolvimento rural, tais como a concentração da renda, da terra e do poder. O segundo elemento importante foi a constatação do interesse em inovar dos pequenos agricultores e consumidores dos países subdesenvolvidos, colocando fim na idéia predominante de que “os agricultores estão ligados à tradição”. Os resultados desses estudos apontaram para o fato de que se os agricultores não respondiam aos esforços da extensão agrícola, talvez se devesse a que os extensionistas tinham poucas inovações proveitosas para estender. Segundo Röling (1985:274) “alguns observadores concluíram que deveriam ser as oportunidades e não a resistência das pessoas os obstáculos do progresso, embora o fascínio a respeito da “resistência” persista em torno da promoção geral da mudança e da crença nas oportunidades sem limites (quando desejadas)”.

Esta questão foi reforçada no livro “iconoclasta” - como muito bem ressaltaram Hayami & Ruttan (1988) – de Theodore W. Schultz denominado “*Transforming Traditional Agriculture*” (1964). Nele o autor entende o desenvolvimento como a passagem de uma agricultura do tipo tradicional para uma agricultura moderna. Além disso, explica que o setor agrícola em um grande número de países pobres é relativamente eficiente no uso de “fatores de produção” à sua disposição. Com base em estudos de antropologia econômica realizados nas comunidades agrícolas de Panajachel (Guatemala) e Senapur (Índia) termina por formular a hipótese “*pobre, porém eficiente*”: ou seja, “*a comunidade é pobre porque os fatores de que depende sua economia não são capazes de produzir mais, nas circunstâncias existentes*”.

Schultz (1964) mostra que o aspecto crucial da agricultura tradicional é a baixa taxa de retorno do investimento nos fatores agrícolas do tipo que os agricultores vêm empregando ancestralmente (rotinas há muito estabelecidas). Neste sentido, a mudança deste tipo de agricultura requer a substituição dos fatores tradicionais por um conjunto de outros fatores mais proveitosos. A realização de tal empresa ocorreria através do investimento, tanto em capital humano como material. No final de sua obra irá ressaltar que a variável chave na explicação das diferenças da produção agrícola é o agente humano, isto é, “as

diferenças no nível de capacidade adquirida do pessoal”. Ou seja, o “capital humano” é a fonte principal do crescimento econômico oriundo da agricultura. Em síntese, Schultz (1964) afirmava que os agricultores pobres dos países subdesenvolvidos não eram irracionais e fatalistas (como pretendia Rogers) mas eram agentes econômicos que consideravam a relação custo/benefício na adoção de novas técnicas agrícolas. Assim, a causa da pobreza dos agricultores no campo é atribuída tanto à falta de novas tecnologias disponíveis e adequadas aos agricultores dos países subdesenvolvidos, quanto à ausência de investimentos em “*capital humano*” para poder criar, adaptar e utilizar as mesmas. Assim, o trabalho de Schultz proporcionou um redirecionamento importante da extensão agrícola em direção à inversão na pesquisa agrícola e no “*capital humano*”. O modelo de insumos de altos resultados substituiu o modelo de desenvolvimento comunitário de difusão como o modelo de desenvolvimento agrícola dominante.

Segundo Hayami & Ruttan (1988:61) “o entusiasmo, com que o modelo de ‘insumos modernos’ foi aceito e traduzido numa doutrina econômica, é devido, em grande parte ao sucesso em desenvolver variedades modernas de cereais de alta produtividade, apropriadas aos trópicos”. O aparecimento destas novas variedades teve impactos muito fortes tanto na teoria como na prática do desenvolvimento agrícola. Mellor (1966) observou que estas tecnologias para grãos e fertilizantes possuíam alta divisibilidade e se encaixavam em uma escala neutra, de tal forma que os pequenos agricultores poderiam facilmente adotá-las. Destacava assim, que uma produção agrícola fundamentada em variedades de alto rendimento forneceria a chance de dispor de emprego produtivo para a força de trabalho rural que aumentava rapidamente, enquanto que ao mesmo tempo produzia os bens de consumo necessários ao abastecimento da força de trabalho industrial emergente. Desta forma, acreditava-se que as variedades de alto rendimento possibilitariam atingir os objetivos de emprego e de produção. Em suma, advogava a busca de um certo equilíbrio entre o “*fundamentalismo industrial*” – o qual tende a ignorar o setor agrícola dominante centrado-se na tarefa de desenvolver o setor não-agrícola da economia - e o “*fundamentalismo agrícola*”- que se baseia somente na explosão populacional, o estado da nutrição

humana, e a necessidade de alimentar um número crescente de pessoas famintas conduzindo a uma ênfase maior na produção e na produtividade agrícola.

Assim, foi se desenhando uma nova estratégia visando o crescimento do setor agrícola, denominada de “revolução verde⁶⁴”.

Todavia, o arrebatamento inicial que ela provocara foi moderando-se na medida em que o tempo passava e obtinham-se dados mais concretos sobre seus efeitos, ou seja quando confrontada com as diversas críticas. Apesar de existir um quase consenso da sua importância no aumento da produção e da produtividade de diversos produtos, o mesmo não ocorria quando se relacionava à distribuição dos benefícios que dela se obtinham.

No início e meados dos anos 70 vários autores argumentavam que “com frequência as novas variedades beneficiavam principalmente aos abastados e grandes agricultores em áreas ecologicamente favorecidas, enquanto que muitas vezes empobreciam os pequenos agricultores e arrendatários de terras, em especial aqueles das zonas montanhosas, ao provocar os baixos preços dos grãos e o desalojo de terras quando os fazendeiros viram que resultava mais proveitoso que eles semeassem as terras através de meios mecânicos” (Eicher & Staats, 1991:18).

Estes e outros fatos (o crescimento da pobreza no meio rural, os impactos sobre o meio ambiente, entre outros) viriam a proporcionar modificações no enfoque de desenvolvimento a partir dos anos 70.

Assim, torna-se cada vez mais evidente a distinção feita entre o *crescimento econômico* e *desenvolvimento*, posto que muitos países apresentavam taxas importantes de crescimento e simultaneamente verificava-se um grande aumento dos problemas sociais.

Estas constatações refletiram-se de tal forma no meio acadêmico proporcionando uma rotação na teoria conservadora da modernização em direção ao denominado enfoque do *Estado de Bem-Estar* onde dar-se-ia menos

⁶⁴ Segundo Hayami & Ruttan (1988:86) “o uso da expressão “revolução verde”, para descrever a tecnologia das novas cultivares de cereais de alta produtividade, representa uma nota interessante na história da difusão internacional de tecnologia. A expressão foi sugerida, em primeiro lugar, pelo administrador da USAID, William Gaud, em 1968. Mais tarde, a expressão tornou-se amplamente usada em artigos da imprensa e na literatura popular.”

importância à questão do crescimento e muito mais à questão das desigualdades; a satisfação das necessidades básicas e da geração de emprego, produzindo uma mudança na dimensão da *economia do desenvolvimento*, nos objetivos e nos indicadores do mesmo.

No que diz respeito às mudanças na dimensão, a economia do desenvolvimento converte-se em uma área *multidisciplinar* e quanto aos objetivos, aumenta a relevância com relação à distribuição de renda e não somente com o aumento do PIB. Em resumo, emergiu nos anos 70 a tese do “*crescimento com equidade*”, porém, sem a capacidade de elaboração de um corpo teórico com uma visão global, de longo prazo e que fosse aceito de forma comum.

4.2.1 A emergência da noção de desenvolvimento rural: os anos 70

Esta mudança de enfoque da *economia do desenvolvimento* no início dos anos 70 fez com que a agricultura tivesse um papel de maior destaque nos programas de desenvolvimento, considerando-se como uma causa importante dessa transformação a presença da pobreza e a baixa produtividade da agricultura nos países subdesenvolvidos.

Reconhecer que a agricultura tem esse papel demandou um entendimento muito mais minucioso das economias rurais do que aquele que o simples modelo de dois setores havia fornecido.

Assim, no final da década de 60 e início dos anos 70, ocorreu uma pesquisa detalhada da produção e da comercialização, dos mecanismos de decisão dos agricultores, do emprego rural não-agrícola, estabelecendo-se a complexidade dos sistemas agrícolas.

O *modelo de inovação induzida* de Hayami & Ruttan (1988)⁶⁵ e o das *inter-relações recíprocas entre desenvolvimento agrícola com o crescimento e a expansão de outros setores não-agrícolas* de Johnston & Kilby (1977)⁶⁶ constituíram-se em contribuições importantes nos anos 70.

Ao longo das décadas de 60 e 70 os economistas empreenderam também um grande esforço em pesquisar cada vez mais os fatores que influenciavam as decisões dos agricultores relacionadas à adoção de novas variedades de cultivos e novas práticas agrícolas. Este trabalho teve como efeito o desenvolvimento da *Investigação sobre Sistemas Agrícolas*.

Segundo Røling (1985:281) “um passo importante no desenvolvimento dos sistemas de conhecimento na extensão foi o desenvolvimento do Programa Internacional para Sistemas de Conhecimentos Agrícolas na Universidade de Illinois, Urbana. Cientistas de vários campos (educação, sociologia rural, extensão e economia) reuniram-se para formular um programa para o ensino e pesquisa internacional, financiado pela USAID.

⁶⁵ O ponto essencial desse modelo é a orientação ou caminho tecnológico no sentido de poupar a utilização de fatores escassos. Direciona-se no sentido de liberar obstáculos à produção agrícola colocados por fatores com uma oferta relativamente inelástica. Três características devem ser destacadas na formulação do modelo: desenvolvimento de tecnologia compatível com as condições ambientais e econômicas; o setor público deve possuir um comportamento inovativo no processo de mudança técnica e, finalmente, a importância do processo histórico de desenvolvimento econômico, o qual refletirá as forças econômicas que estimulam mudanças técnicas e institucionais. Os pontos críticos do modelo situam-se nos casos de distorção de alocação de fatores (p. ex., alta concentração de terra) e também na existência de um sistema efetivo de comunicação de informações (de mercado ou não) entre produtores, instituições públicas de pesquisa, firmas privadas e mercados de fatores e de produtos. O modelo de inovações induzidas de Hayami & Ruttan trouxe um grande aporte ao considerar o progresso técnico como uma variável endógena ao desenvolvimento, diferentemente dos modelos de crescimento dos anos 50 que a consideravam como exógena. Porém, ao tentar explicar as mudanças ocorridas no setor como sendo originárias de pressões que partem de dentro para fora da agricultura, os autores isolam aquelas pressões daquelas que ocorrem nos demais setores da economia e de pressões de setores localizados no exterior.

⁶⁶ Estes autores concentraram-se nos fatores que afetam as taxas de transferência de mão-de-obra entre os setores e o nível e composição dos fluxos intersetoriais de bens. (Johnston & Kilby, 1977).

Esta investigação em Sistemas Agrícolas tenta incorporar as limitações e os objetivos dos agricultores no processo de investigação agrícola ao torná-los participantes, protagonistas na identificação e na análise dos problemas, nas experimentações agrônômicas junto às explorações agrícolas e na difusão (vulgarização) ou extensão dos resultados.

Eicher & Staatz (1991:32), resumindo a investigação na década de 70, constataram que os seus resultados microeconômicos contribuíram para a acumulação de conhecimentos dos comportamentos dos agricultores, de suas práticas, das limitações na expansão da produção agrícola e não-agrícola da renda e do emprego; as relações entre a pesquisa agrícola e as instituições complementares, bem como a complexidade e a natureza do processo de desenvolvimento agrícola em condições específicas. Estes autores verificaram, porém, simultaneamente pouca atenção à investigação de caráter macroeconômico (por exemplo, as políticas alimentares e o papel da agricultura na transformação estrutural dos países subdesenvolvidos).

Paralelamente, os anos 70 foram marcados pelo debate crítico, tanto por parte dos economistas radicais, quanto pelos clássicos e neoclássicos acerca do desenvolvimento econômico dos anos 50 e 60. Esse debate uniu-se às reações dos efeitos desastrosos da “revolução verde” e dos programas orientados ao crescimento agrícola levando os economistas, políticos dos países subdesenvolvidos e grandes agências de ajuda internacional a darem prioridade aos problemas relativos ao emprego, renda e necessidades básicas. O novo enfoque seria um “*enfoque integrado*” para uma “*mudança planificada*”. Surgiria assim, o desenvolvimento rural como modelo de desenvolvimento e disciplina acadêmica.

Essa mudança de enfoque no desenvolvimento econômico tinha como conseqüência um papel mais destacado para a agricultura nos programas de desenvolvimento. Delgado (1994:29) enfatiza que “o enfoque do Desenvolvimento Rural Integrado (DRI), se apoia em uma relação estreita entre as condições técnicas e econômicas da produção (nível de projetos), a política

econômica (planificação macroeconômica), as estruturas de poder e valores sociológicos e o marco administrativo e institucional”.

Por isso, o DRI tenta combinar em um mesmo projeto os elementos que propiciem a elevação da produção agrícola (serviços de apoio à produção e à transformação agrícola) e que paralelamente, melhorem os serviços sociais diversos e básicos.

Estes projetos mostraram-se capazes de expandir alguns serviços sociais com muito maior rapidez do que a expansão das atividades econômicas produtivas, e em geral, apresentaram-se muito complexos e difíceis de serem implementados e gerenciados. Seus custos administrativos normalmente eram bastante elevados, tornando-os difíceis de serem estendidos a áreas maiores. Estudos de avaliação destes programas revelaram que, na maioria das vezes, a deficiente capacidade destes projetos em elevar a produção devia-se tanto ao desconhecimento das possibilidades técnicas locais, quanto às restrições impostas pela estrutura agrária e por instituições locais.

Tal estratégia teve seu apogeu e sua decadência na década dos 90. Em meados da mesma, surge um outro enfoque denominado de *necessidades básicas*, que foi promovido por Paul Streeten e por outros economistas do Banco Mundial e popularizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Este enfoque insiste em que os projetos de desenvolvimento priorizem em seus objetivos o aumento do nível de bem-estar dos pobres diretamente por meio de projetos de melhoria da nutrição, da educação, da moradia, e da saúde, e não do aumento das taxas de crescimento. Suas limitações tornaram-se logo evidentes: ainda que as inversões em projetos deste tipo pudessem contribuir de forma importante para elevar o bem-estar da população pobre e mesmo aumentar a taxa de crescimento econômico, quando as rendas iniciais são muito baixas torna-se necessário investir também em atividades produtivas, na estruturação da base econômica a fim de financiar estes investimentos.

Assim, no início da década de 80 verifica-se um renascimento da necessidade de se priorizar o *crescimento* e a seqüência dos diferentes tipos de atividades de desenvolvimento, reconhecendo-se a impossibilidade de obter-se

um padrão de vida decente aos pobres do campo quando simplesmente se procede a distribuição dos bens disponíveis.

Uma das lições mais importantes deixadas nas décadas de 60 e 70 é a de que o desenvolvimento rural necessita de instituições locais fortes e indivíduos capacitados, e do reconhecimento de que é preciso transcender os enfoques atuais buscando um caráter interdisciplinar para a solução dos problemas.

4.2.2 Anos 80 e 90: neoclassicismo, desenvolvimento local e sustentabilidade

No final dos anos 70 e começo dos anos 80 ressurgiu o questionamento das bases teóricas de desenvolvimento tal como havia sido concebido desde a Segunda Guerra Mundial. A proposta de uma *Nova Revolução Verde* contempla um papel mais decisivo para os governos no financiamento e realização de infra-estrutura rural, da investigação agrária e do fornecimento dos meios de produção e de educação, em contraposição à estratégia da primeira *Revolução Verde* que considerava o mercado como único mecanismo para as mudanças socioeconômicas.

Desta forma, realizou-se um conjunto de intervenções externas, que se centralizaram nas agências estatais as quais procuravam introduzir novos modelos para a produção agrícola, novas ligações entre as explorações agrícolas, mercado e agências de mercado, além de inovações tecnológicas - substituição dos saberes, conhecimentos e técnicas “tradicionais” existentes - , formas renovadas de socialização, treinamento técnico e econômico e novos modelos de papéis e identidades para os agricultores e suas esposas. Esses programas de intervenção externa caracterizavam-se, então, por um enfoque do tipo “*top down*” nos quais as comunidades rurais não eram efetivamente protagonistas. Assim, o meio rural prosseguiu mostrando suas disparidades no nível de desenvolvimento, sua sociedade desarticulada, como conseqüência do êxodo agrícola e rural, mas também apresentando uma importante diversificação da situação socioeconômica. As potencialidades de desenvolvimento do espaço rural estavam estreitamente

vinculadas e condicionadas pela introdução de fatores externos. As transformações, visando obter a elevação das condições de vida, apoiavam-se no desenvolvimento de infra-estruturas físicas e financiamentos de uma parte das empresas presentes neste espaço. Muitas dessas melhoras estruturais eram compatíveis somente com projetos de grande escala, marginalizando um grupo importante de residentes rurais os quais não podiam incorporá-las. Nesse contexto, o desenvolvimento agrícola era sinônimo de desenvolvimento rural.

Com o advento de profundas transformações na economia mundial, principalmente na década de 80, e com o aparecimento dos tempos de crise, torna-se mais importante privilegiar o plano local em relação ao nacional. Assim, o local se apropria, de alguma forma, do processo de desenvolvimento para torná-lo tanto um conceito como uma prática global. Ou seja, torna-se uma prática eficaz ou uma reação a esta crise. Em consequência, uma variedade de soluções locais aponta para processos de negociação e o “desenvolvimento local” passa crescentemente a constituir-se em um processo de construção social.

Algumas vezes referido como abordagem “*bottom-up*” “de baixo para cima” ou “participativa”, as principais características do desenvolvimento rural local são três, segundo Ray (1997:345): primeiro, coloca a atividade de desenvolvimento dentro de uma estrutura territorial (rural) antes do que setorial (agricultura). Segundo, a atividade econômica é reestruturada tanto para maximizar a retenção de benefícios dentro do território local como para valorizar e explorar os recursos locais – físicos e humanos. Terceiro, o desenvolvimento é contextualizado por dar enfoque às necessidades, capacidades e às perspectivas da população local. Assim, o modelo de desenvolvimento assume uma dimensão ética por enfatizar o princípio e o processo de participação local no planejamento e na implementação de medidas e adota discursos de caráter cultural, ambiental e de comunidade na intervenção do desenvolvimento rural. A questão do meio ambiente passa a tomar parte da retórica política, apesar de ter sofrido, na década precedente, popularização em função do movimento ambiental. Foi a partir dos anos 80 que definitivamente começou a ser utilizado o conceito de “*sustentabilidade*” e a questão ambiental foi paulatinamente sendo incorporada

aos programas de desenvolvimento em geral. Desta forma, emerge um clima favorável para se introduzir a questão ambiental nos estudos sócio-econômicos e de planificação do desenvolvimento como um todo⁶⁷.

Em síntese, essa breve revisão dos delineamentos econômicos do desenvolvimento rural permite afirmar que este originou-se da necessidade de equacionar um dos problemas mais graves gerados pelo desenvolvimento agrícola: o crescimento da pobreza rural. Nos anos 80 esse tema ganha atualidade em decorrência das crescentes disparidades no nível de desenvolvimento entre as regiões urbanas e rurais nos países desenvolvidos, porém, a sua representação, sua medida e transcendência são expressivamente maiores para os países subdesenvolvidos.

Ainda necessitamos, todavia, de uma teoria de longo prazo que permita sustentar as estratégias que venham a ser gestadas nos anos vindouros. O crescimento agrícola não assegurará mais o desenvolvimento rural simplesmente porque a vida rural não possui mais fundamento diretamente produtivo nem muito menos agrícola.

Na próxima seção deste capítulo descreveremos as principais políticas de desenvolvimento agrícola e rural elaboradas e implementadas no Estado do Paraná, destacando os principais resultados alcançados, bem como os novos desafios a serem enfrentados pelas políticas de desenvolvimento.

4.3 As políticas de desenvolvimento agrícola e rural dos 70 e 80

Antes de procedermos à análise específica dos programas que foram gestados e implementados nas décadas de 80 e 90 é preciso explicitar que as idéias de desenvolvimento rural sempre estiveram presentes na vida social e

⁶⁷ Segundo Wilkinson (1997:7) “o princípio da sustentabilidade envolve conceitos alternativos de tempo e de espaço produtivo, cuja internalização como custo tem implicações radicais para a organização da atividade produtiva. A literatura sobre esta questão é ampla e crescentemente operacional a medida que define medidas regulatórias que podem levar tanto à internalização dos custos da atividade produtiva quanto à definição de novas noções de formas aceitáveis de atividade econômica”. (...) “A internalização dos custos sociais totais em relação a sistemas de produção específicos é tanto mais polêmica quanto difícil de aprender em termos da sua operacionalização. Numa abordagem neoclássica, em princípio a proposição é inaceitável uma vez que sempre haveria uma tendência ao equilíbrio e à reabsorção de pessoas e recursos dentro do sistema econômico”.

política paranaense. A rápida pesquisa bibliográfica empreendida mostra que nos discursos dos governantes já se encontravam presentes estas preocupações; entretanto, com um forte viés agrícola. Um artigo originalmente publicado no início da década de 70 e republicado em 1996 de autoria do ex-governador do Paraná pode comprovar isso. Nele o autor realiza uma breve, reflexão sobre a questão da energia elétrica e a questão do desenvolvimento⁶⁸.

Ele destaca o seguinte: *“Com o apoio e aprovação do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) o estado conseguiu propor um programa estadual de eletrificação rural. A energia elétrica seria instrumento de melhoria das condições de vida e incentivo à elevação dos padrões de produtividade das atividades agropecuárias”* (Parigot de Souza, 1996:84).

Posto que este programa implicaria um custo relativamente elevado, os proprietários rurais deveriam participar de forma a custear as extensões às suas propriedades com investimentos em rede interna e na aquisição de equipamentos e aparelhos que lhes possibilitassem a aquisição de energia elétrica. Desta forma, Parigot de Souza (1996:84) destaca que *“a eletrificação rural precisaria estar inserida num contexto geral de uma política que defina um conjunto orgânico de medidas que materializem estímulos eficazes à melhoria do bem-estar social e produtividade do homem dedicado às atividades agropecuárias”*.

Afigura-se, ademais, que será extremamente útil à própria eficácia dos investimentos em eletrificação rural a crescente coordenação das atividades do governo federal e estadual, na formulação e execução da política de desenvolvimento rural do estado” (Idem, op. cit., p.84).

⁶⁸ Cabe destacar, que “o programa de eletrificação rural no Paraná começou em 1967. O projeto piloto da Copel (Companhia Paranaense de Energia Elétrica) foi implantado no município de Campo Mourão, no Noroeste do Estado. (...) A partir de 1976, com a criação do Departamento de Eletrificação Rural da Eletrobrás, passaram a ser executados programas de financiamento, ampliando o número de ligações elétricas. No início dos anos 90, através de programas com recursos próprios ou com o apoio do Banco Mundial, a Copel alcançou um índice de atendimento rural de 50%”. (Jornal “O Estado do Paraná, 14/04/2000, p. 8, Economia).

Entretanto, essa preocupação limita-se aos meios de “assegurar a proporção mais elevada possível de uso da energia elétrica para a *modernização dos processos produtivos da agropecuária*, a fim de que ela *não se limite à iluminação e outras formas de melhoria do nível de conforto das populações*”.(idem, op. cit., p.84).

Vale a pena chamar atenção, com relação a este aspecto, a reflexão sobre como as políticas públicas não só não estimulam o crescimento das atividades não-agrícolas, mas também colocam restrições se as mesmas não estiverem estritamente vinculadas às atividades agrícolas⁶⁹. Provavelmente, essas restrições podem ser atribuídas aos viéses urbano e agrícola com que as políticas são implementadas tanto no Brasil como no Estado do Paraná. Isso implica não se propor políticas não-agrícolas para o desenvolvimento rural chegando-se ao extremo de se enunciar o “retorno” às atividades tradicionais quando se constata a impossibilidade de criar emprego e gerar uma melhor distribuição de renda a partir da agricultura moderna.

Na seqüência deste capítulo faremos uma breve análise dos programas especiais implementados pelo governo estadual no meio rural paranaense durante as décadas de 80 e de 90. Baseando-se nos resultados e nas análises já disponíveis discutiremos três programas: O programa PRORURAL, o programa PARANÁ-RURAL e o programa PARANÁ-12 MESES, com ênfase especial na subcomponente de combate à pobreza - Vilas Rurais⁷⁰.

Ao final do presente capítulo apresentaremos tanto uma conclusão geral referentes aos programas de desenvolvimento agrícola e rural desenvolvidos no Paraná, como também alguns desafios e perspectivas que se colocam àqueles que se interessam na questão da formulação de políticas de desenvolvimento rural.

⁶⁹ Com relação a esse aspecto ver Graziano da Silva (1999), especialmente capítulo 5 (p.126).

⁷⁰ Evidentemente que existem outros programas importantes. Mas, estes programas não possuem resultados ou análises previamente sistematizados e apenas serão comentados brevemente no decorrer deste capítulo.

4.3.1 PRORURAL: prosseguimento da diferenciação social

No início da década de 80 vamos assistir o surgimento de um programa de desenvolvimento “rural” especificamente: trata-se de um projeto destinado ao atendimento de pequenos agricultores paranaenses denominado de “PRORURAL”. Constituíam-se em um programa de intervenção governamental estadual com enfoque nos moldes já há muito tempo conhecido de “Projetos de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRIs).

Pode-se afirmar que a estratégia de desenvolvimento dos PDRI's e, em particular, daquele implantado no contexto do rural paranaense, compõe-se da abordagem desenvolvida pelo Banco Mundial. São propostas que se difundiram no início dos anos 70 nos países da América Latina, Ásia e África, recebendo orientações distintas, em conformidade com as realidades socioeconômicas e as vontades políticas dos governantes.

Em países como o Brasil, este tipo de política foi desenvolvida em algumas partes da Região Nordeste. Elas se assemelham muito entre si, tanto pelo momento de seu surgimento, como pelo conteúdo de suas proposições. A esse respeito é necessário dizer que “no fim de 1973, o presidente do Banco Mundial, McNamara definiu as principais linhas do Segundo Plano Quinquenal do Banco, que deveriam ser orientadas prioritariamente para a pobreza rural”. Ele propôs que o Banco, em suas recomendações econômicas aos governos, desse particular atenção às políticas setoriais e financeiras que mais afetassem a pobreza rural” (Wilkinson, 1986:37). Segundo Röling (1985:278) “*o pobre não só foi descoberto, como também tornou-se moda e uma causa para o levantamento de fundos*”.

Neste sentido, o Banco Mundial estabeleceu contatos com o Governo Brasileiro a fim de aumentar a proporção de seus empréstimos destinados a projetos que tivessem como objetivo beneficiar os segmentos da população de baixa renda.

Wilkinson (1986:38) destaca que a maioria da literatura do Banco Mundial caracteriza-se por um pragmatismo, “ficando claro que o foco central da política do Banco não é a pobreza rural em si, mas o estímulo à modernização do

setor de produção de alimentos, baseado essencialmente, mas não exclusivamente, na pequena produção”.

É possível afirmar que houve uma redescoberta da importância dos pequenos agricultores independentes como fornecedores de matérias-primas e como potenciais consumidores de insumos agro-industriais. Este é o significado que deve ser dado aos projetos de desenvolvimento rural integrado. Eles repousam, ou assentam-se em pressupostos de que é necessário, para o próprio desenvolvimento capitalista do país, a ampliação do mercado interno por intermédio de estímulo à camada de pequenos produtores rurais para que participem dos processos de modernização da agricultura. O ponto crucial consiste na necessidade de incremento da produção e da produtividade com base numa utilização cada vez maior de insumos de origem industrial. Tudo isso concretiza-se através dos mecanismos de pesquisa e extensão rural governamentais, bem como por meio de um sistema oficial de crédito rural subsidiado.

Assim, Muzilli & Shiki (1987:231) afirmam que o PRORURAL significou, de imediato, o reconhecimento da seletividade da política de modernização agrícola em pelo menos três aspectos:

- discriminação de regiões de recursos naturais não-favoráveis à tecnologia baseada na motomecanização e de solos não muito férteis do Centro-Sul;
- discriminação e marginalização de uma determinada categoria de agricultores, aqueles sem-terra ou com pouca terra, provocando o êxodo rural e o inchamento das cidades;
- discriminação dos produtos alimentares básicos de consumo da população, como o arroz e o feijão, gerando uma séria crise de produção e de abastecimento alimentar e privilegiando a produção de soja, matéria-prima altamente demandada no mercado internacional.

Foi nessa perspectiva que no início dos anos 80 o governo do Estado do Paraná propôs a criação do programa denominado PRORURAL cujas principais características estão resumidas no quadro 1.

QUADRO 1
Síntese das principais características do programa “PRORURAL”.

Ano de criação do programa	1981
Fontes dos Investimentos	BID (40%), Governo Federal (14,2%) e Governo Estadual (41%)
Número estimado de famílias beneficiadas	50.000 pequenos produtores rurais
Área de abrangência	61 municípios na Região Leste do estado, 33% da área do total do mesmo, ou 65.020 km ²
Objetivos pretendidos	Solucionar a questão da pobreza rural e aumentar os índices de produção e produtividade dos alimentos básicos
Investimentos aplicados	Aproximadamente US\$ 200,00 milhões

FONTES: IPARDES (1992), Raggio (1987).

Um fato que merece ser destacado na metodologia de pesquisa utilizada no PRORURAL é a adoção do “enfoque sistêmico”. O programa constituiu-se em um marco da aplicação desta abordagem. Para o Instituto de Pesquisa Agronômica do Paraná (IAPAR), “o PRORURAL teve como desafio orientar a pesquisa para um público com limitações de capital e de terra”. Isso provocou o que se denominou de “Reformulação da Pesquisa em 1985”. Entretanto, observaram-se limitações importantes nesta abordagem, as quais incluem, entre outros aspectos, os seguintes: um nível de participação da população rural que pode ser considerado ainda baixo; uma pequena articulação entre a pesquisa e a extensão; e pouca consideração dada ao ambiente externo à exploração agrícola, incluindo o setor não-agrícola (IAPAR, 1997:7).

Contudo, há que se reconhecer que esse enfoque permitiu novas perspectivas com o modelo tradicional de pesquisa e extensão ao reconhecer a capacidade de inovação dos agricultores.

As informações contidas no relatório de Avaliação de Impacto Regional (IPARDES, 1992) apontam que são priorizados investimentos para as instituições de estímulo à produção agropecuária. O principal instrumento de aplicação do programa foi a política de crédito. Para postular a utilização do crédito, os produtores rurais deveriam atender a várias exigências, entre elas, a de administrar diretamente suas unidades produtivas e das mesmas extrair a maior

parte de sua renda. Isto permitiu privilegiar tanto aquelas famílias rurais com condições de pagamento, como aquelas que não exercessem atividades externas à exploração agrícola. Além disso, o relatório de avaliação mostra que tanto as ações de cunho produtivo como aquelas de apoio à comercialização não atingiram preferencialmente o público alvo do programa, os produtores rurais mais empobrecidos. O programa também apresentou limitações claras à tentativa de reverter o quadro de carências sociais (Idem, op. cit., p.244), apesar de contribuir para o aumento geral dos níveis de educação e de saúde.

Uma síntese conclusiva dos resultados do programa foi apresentada por Raggio (1987:6) destacando apropriadamente que o programa comportou-se muito mais como “instrumento de integração da categoria dos pequenos e médios agricultores ao movimento geral da economia e da sociedade (...) realizando, de modo secundário e limitado, sua proposta social. (...) Na prática significou uma exclusão de uma massa considerável de produtores mais pobres que necessitavam de crédito para transformar sua condição de produção e, por outro, favoreceu os agricultores mais abastados, aos quais se destina a maior parte dos recursos de crédito e de tecnologia, por serem considerados os únicos capazes de realizar uma produção com rentabilidade”. Adicionalmente, tanto a autora como o próprio relatório de avaliação do programa declaram que o programa contribuiu para que essa grande massa de agricultores tivesse acesso a alguns serviços essenciais, quais sejam: os serviços de saúde, de saneamento, de educação, assim como de expansão da infra-estrutura de apoio à produção, por exemplo, estradas. Considerando-se estes últimos aspectos pode-se afirmar que o programa, em certa medida, contribuiu para uma política de *urbanização do rural*, apesar de não ser esse, infelizmente, o seu objetivo principal. A urbanização do rural, entendida como uma universalização dos serviços, se apresenta como uma medida fundamental na proposição de políticas de desenvolvimento, mas até agora bastante desconsiderada pelos gestores.

4.3.2 PARANÁ-RURAL: Desenvolvimento local ou internalização de impactos?

A conjuntura na qual surge este novo programa é de uma crise política no governo paranaense a partir de 1985 e que se acentuou com a ascensão do novo governo estadual em 1987. Nesta época o governo estadual passa a exercer uma forte pressão sobre as organizações de pesquisa e, especialmente, sobre a de extensão, pois argumentava-se que estas organizações desviaram-se de suas “missões” de geração e difusão de tecnologia, para crescentemente enveredarem-se pelo caminho da organização social e política dos agricultores mais pobres. É neste cenário brevemente retratado que emerge o segundo programa de “desenvolvimento rural” baseando-se em uma “nova” perspectiva de modernização.

Indispensável se faz mencionar que a redefinição dos parâmetros da estratégia de política pública de desenvolvimento possui estreita relação com a noção mais geral de desenvolvimento que veio a ganhar destaque na segunda metade da década de 80. Nesta estratégia a questão ambiental tem legitimidade assegurada na noção de desenvolvimento tanto que culminou com a criação, em 1987, por parte do Banco Mundial, de um Departamento Ambiental em seu interior, o qual permitiu a gestação de projetos e a conseqüente dotação de recursos, por meio de empréstimos a vários países subdesenvolvidos.

Pode-se afirmar que esse “novo” estilo de desenvolvimento se pautaria também numa perspectiva neoclássica. Segundo Azevedo da Silva (1995:131) “a noção de externalidade aplicada aos custos ambientais sugere que a degradação ecológica é resultado de uma imperfeição do mercado por onde a alocação de recursos se afasta de uma situação ótima. Corrigidas as imperfeições, as forças de mercado, então, teriam um poder regulador, induzindo os agentes privados a eliminarem as externalidades”.

Em síntese, a idéia chave contida na concepção do programa sustenta que o desenvolvimento rural pode ser obtido mediante um aproveitamento racional dos recursos naturais, entre eles o manejo e a conservação dos solos. Assim, termina por se constituir essencialmente em uma

“aposta” de caráter técnico para o desenvolvimento rural do Paraná quando postula a incorporação da natureza na racionalidade do desenvolvimento como um todo. Apresenta-se, portanto, frágil em sua concepção original – a perspectiva estritamente técnica – de proposição de transformações no campo.

No caso paranaense pode-se afirmar, que os antecedentes da idéia deste programa foram obtidos de um outro programa denominado de PMISA – Programa de Manejo Integrado de Solos e Água. O PMISA não se mostrou um instrumento eficiente para promover mudanças significativas nos sistemas de produção e os resultados comprovaram que não existiu uma diversificação importante das estratégias técnicas adotadas (Azevedo da Silva, 1995:82). Como conseqüência “quase” natural, o programa PARANÁ-RURAL constituir-se-á numa reformulação da proposta de intervenção do PMISA.

Desta forma, após um longo processo de negociação entre o governo do Estado do Paraná, inicialmente com o BIRD e o BID (o qual foi iniciado no final de 1986 com o término do PRORURAL) o governo firmou um contrato de empréstimo com o BIRD em 1989. O programa foi implementado entre o período de fevereiro de 1989 e março de 1997.

O PARANÁ-RURAL, a exemplo do programa anterior, tinha como objetivo contribuir na redução das disparidades sociais e regionais, através principalmente da conservação dos solos e do meio ambiente, aumento da produção e da produtividade de produtos de abastecimento interno e o fomento de novas atividades de produção que pudessem aumentar a renda do produtor. Nos subprojetos produtivos incluíam-se “ações nas áreas de irrigação e drenagem, produção animal e fruticultura” (Raggio, 1987:5).

De uma forma um tanto quanto distinta do programa apresentado anteriormente, o PARANÁ-RURAL não pretendia atingir uma região específica, mas produtores de todas as regiões do Estado (ver quadro 2). Visando tanto esta questão, como a de racionalização das aplicações dos recursos, as microrregiões foram agrupadas em 8 mesorregiões, as quais seguiam critérios de maximização da homogeneidade das características agropecuárias.

QUADRO 2
Síntese das principais características do programa “PARANÁ RURAL”

Ano de criação do programa	1989
Fontes dos Investimentos	Banco Mundial (42%) e Governo Estadual (58%)
Número estimado de produtores rurais previsto	Aproximadamente 160.000 produtores rurais – pequenos, médios e grandes produtores, com <i>fonte de renda exclusiva da agricultura</i> .
Número de produtores rurais beneficiados	Aproximadamente 210.000 produtores rurais
Número estimado de microbacias previstas	2.100 microbacias hidrográficas
Número estimado de microbacias atendidas	2.433 microbacias hidrográficas
Área de abrangência	Oito mesorregiões do Estado do Paraná, num total de 7,1 milhões de hectares.
Objetivos pretendidos	Contribuir na redução das disparidades sociais e regionais, através principalmente da conservação dos solos e do meio ambiente, aumento da produção e da produtividade agrícola e a renda do produtor rural.
Obras de apoio e fomento da produção agropecuária	42 terminais ferroviárias e rodoviários de carga e descarga de calcário e 6.550 empreendimentos comunitários (máquinas, abastecedores, elevadores de água), 980.000 quilos de sementes de adubo verde e 83,3 milhões de mudas de árvores nativas e exóticas.
Técnicos envolvidos	1.600 técnicos da EMATER, cooperativas, prefeituras, etc.
Investimentos aplicados	Aproximadamente US\$ 149.134 mil

FONTE: IPARDES, 1993 e http://www.pr.gov.br/pr12meses/pr_rural.html

Na subsequência do programa realizou-se outro agrupamento, o que possibilitou reduzir um pouco mais as mesorregiões, resultando em sete. *A posteriori*, esse universo foi ainda mais reduzido, possibilitando chegar a três grandes grupos, os quais foram denominadas de: Alta, Média e Baixa Prioridades⁷¹.

De certa maneira, essa metodologia adotada pelo PARANÁ-RURAL constitui-se uma inovação, pois antecipa uma mudança fundamental nas

⁷¹ Resumidamente, a região de Alta Prioridade reúne solos de elevado potencial agrícola requerendo cuidados quanto à conservação e corresponde às áreas mais produtivas e rentáveis do Paraná. Na de Média Prioridade predominam solos mais arenosos e muito suscetíveis a processos erosivos. E, finalmente, na macrorregião definida como de Baixa Prioridade nota-se a forte presença de relevo acidentado sendo que em termos econômicos o setor primário é pouco relevante contribuindo com apenas 11,5% do valor bruto da produção comercializada (IPARDES, 1993).

premissas do desenvolvimento: deixa de lado uma abordagem de caráter setorial (agrícola) e vai em direção a uma outra que, em essência é mais territorial (rural).

A *grosso modo* é possível dizer que esta metodologia permite avaliar a realidade de um modo mais complexo do que a abordagem setorial: ela permite que os atores sejam percebidos de forma sistêmica no espaço social. Mas, tem que se ressaltar que “os critérios expostos para a organização territorial, especialmente na divisão pelas três grandes regiões, sugerem um certo *determinismo geográfico*, onde se afere um papel dominante da natureza sobre a conformação espacial da sociedade” (Azevedo da Silva, 1995:101).

Em 1993, o IPARDES apresenta um documento de avaliação do Programa intitulado “Avaliação da estratégia global do PARANÁ-RURAL” em que revela os principais aspectos do desenvolvimento do Programa no Estado. Deste documento ressaltamos, de forma muito resumida, alguns pontos que julgamos relevantes para efeitos da discussão que vem sendo conduzida.

Inicialmente o relatório de pesquisa destaca que o “quadro obtido através da pesquisa com os produtores não é generalizável para o conjunto de produtores e microbacias que são atendidos atualmente pelo programa” (idem, op., cit., p.97) e que a escolha dos produtores não foi aleatória, privilegiando-se entre os pequenos produtores, aqueles situados em estratos de áreas maiores, 20 a 50 hectares, pois se trata de um segmento de produtores expressivo do quadro fundiário trabalhado pelo programa.

Além disso, aproximadamente $\frac{1}{4}$ dos questionários teve de ser substituído, pelo fato dos produtores não serem localizados ou mesmo a recusa dos produtores em responder aos formulários de pesquisa, ou ainda por eles terem vendido ou subdividido suas propriedades (idem, op. cit., p.66). Um importante aspecto metodológico que não se destaca de forma explícita é que toda a pesquisa de campo foi empreendida através da EMATER, o que pôde criar, de alguma forma, um viés nas informações obtidas.

Partindo da hipótese de que a adoção das práticas é relevante entre produtores proprietários e que apresentam certo grau de tecnificação, elaborou-se uma matriz de análise fatorial. A análise fatorial permitiu verificar em que estrato

de área e em que prioridade se encontravam os produtores com mais alto índice de adesão ao programa. Foi possível perceber que a adoção das práticas pelos produtores rurais deveu-se, em muito, ao alto grau de adoção verificado entre os produtores da Alta Prioridade, principalmente no segmento médio (idem, op. cit., p.98). Na região considerada de Alta Prioridade do programa, os produtores com estrato de área de 10 a menos de 20 hectares e de 20 a menos de 50 hectares apresentaram a carga fatorial mais elevada, indicando os maiores índices de adoção do conjunto de práticas. Na Média Prioridade, os produtores situados nos estratos de área de 20 a menos de 50 hectares e de 50 a menos de 100 hectares correspondem àqueles com maior peso na adoção de práticas. Assim, pôde-se caracterizar os produtores dos estratos médios pertencentes à Alta Prioridade como os principais beneficiados pelas ações do programa (idem, op. cit., p. 87 e 88). Entretanto, o relatório também destaca “que o nível de participação dos produtores está muito aquém do desejável, principalmente nas regiões consideradas como de Média e Baixa Prioridade pelo programa”. Adicionalmente o relatório aponta que os resultados obtidos junto aos produtores rurais permitem afirmar que, “em alguma medida, vem se avançando no sentido de se alterar a forma como os produtores trabalham a terra” (idem, op. cit., p.97).

Quanto às comissões que foram criadas pelo programa, estas não se traduziram em instrumentos eficientes de gerenciamento do programa e o critério de área máxima adotado pelo programa na região de Baixa Prioridade elimina um importante contingente de produtores, situado no estrato de 50 a 100 hectares que, embora disponha de um estoque de terras maior, quando comparado a produtores de outras prioridades, não dispõe de terras com as mesmas condições de aptidão agrícola, diferenciando-se portanto da condição de pequeno e médio produtor das demais prioridades” (idem, op. cit., p.102).

A esse respeito, Azevedo da Silva (1995:115,116) destaca que: “o estabelecimento de um conceito único de pequeno produtor desloca indiretamente os recursos para a região de alta prioridade, onde os agricultores, em geral, são mais capitalizados”. Além disso, os beneficiários individuais do programa devem possuir fonte de renda exclusiva da agricultura. O autor ainda ressalta que

“quando incorpora-se a questão da posse da terra, verifica-se que os critérios não só são inadequados por sua generalidade, como insuficientes porque simplificam a realidade socioeconômica dos agricultores. O programa não dispõe de nenhum critério para tratar diferencialmente os que não são proprietários”.

Azevedo da Silva (1995) os resultados obtidos em seu estudo de caso realizado no município de Santana do Itararé – PR, atesta que o programa não obteve êxito quando se tratava de democratizar e descentralizar as decisões, sendo que muitos deles manifestaram uma relativa indiferença com relação a isso. Apesar deles reconhecerem a importância do programa e manifestarem-lhe apoio, reclamam que seu empobrecimento é crescente, mesmo quando houve melhoria das condições naturais. A percepção dos agricultores em relação ao programa é de que ele não se constitui em um mecanismo eficaz de mudança de sua inserção no espaço econômico, ou seja, não o consideram como uma política de desenvolvimento social, mas sobretudo como uma intervenção na base técnica.

O ponto comum existente entre os produtores que mais aderiram às práticas recomendadas pelo programa era o fato deles serem “culturalmente mais esclarecidos”, e, secundariamente, possuírem um “nível econômico melhor”. Segundo Azevedo da Silva (1995:189), “culturalmente mais esclarecidos (...) são aqueles que compreendem a importância do manejo conservacionista e que se conscientizam de que o seu futuro está condicionado ao uso adequado dos recursos naturais”. Esse resultado obtido pelo autor - quando da entrevista realizada com os extensionistas responsáveis pela execução do programa - está plenamente consistente com a teoria de difusão de inovações⁷².

⁷² A esse propósito Røling (1985:276) destaca que: “A tradição de pesquisa em difusão de inovações tem tido um grande impacto na prática de extensão. A este respeito, pode-se considerar um exemplo bastante eficiente de ciência da extensão na prática atual, entretanto, uma grande parte desse impacto pode ser explicado pelo fato da pesquisa da difusão revelar o que os extensionistas têm feito durante todo o tempo: *visitas aos agricultores progressistas (isto é, aqueles com mais escolaridade, mais expostos aos meios de comunicação de massa, maior liderança de opinião, maior acesso a recursos, etc.)*. Além do mais, informa aos extensionistas que o que eles estão fazendo é exatamente o que deveriam fazer: afinal de contas, as novas idéias dos agricultores progressistas propagam-se aos outros. Isto foi, portanto, considerado perfeitamente legítimo para os extensionistas, limitar suas atividades a uma pequena categoria de agricultores progressistas: os outros poderão eventualmente, ser atingidos indiretamente por processos de difusão autônomos. ‘A difusão trabalha enquanto você dorme’, como a corrosão”.

Baseando-se nas informações da avaliação empreendida pelo IPARDES, bem como de informações complementares obtidas com produtores e técnicos que participaram do programa, Fleischfresser (1999:191) concluiu que o mesmo atingiu seus objetivos e que “estão se comprovando os pressupostos de uma gestão pautada em acordos ou arranjos institucionais, com a participação de múltiplos agentes locais”. A autora, ao explicar o “sucesso” do mesmo, utiliza a abordagem de redes, ou como ela mesma expõe “*policy networks*”. Assim, afirma que à luz destes princípios a modelagem ou o *design* desta política pública assume características novas.

Considera também adequada a hipótese de que há políticas que tendem a trazer benefícios aos segmentos de produtores familiares, relevantes do ponto de vista social e produtivo. O que, segundo ela, poderá contribuir para “*atenuar o movimento de diferenciação social, próprio da evolução do sistema econômico e do processo de incorporação diferenciada de inovações técnicas*” (idem, op. cit., p.193).

Para tentar explicar a razão pela qual as regiões mais dinâmicas apresentaram um melhor desenvolvimento do programa ressalta que elas “dispõem do que vem sendo considerado como *capital social*”⁷³, e que o mesmo foi reconhecido e, estrategicamente, congregado a participar do Programa, em prol da criação de um entorno favorável à incorporação de práticas mais produtivas e menos danosas ao meio ambiente” (idem, op. cit., p.198).

Em nossa compreensão a autora buscou explicar o “sucesso” do programa argumentando que o mesmo foi obtido através do reforço mútuo das estratégias dos atores sob a parcerias locais, mais especificamente por meio de uma parceria criada pela iniciativa dos poderes públicos – locais ou não – que completam uma iniciativa privada rara ou enfraquecida (Kolosy, 1997:6).

⁷³ Segundo Durston (1999:5) “o termo capital social faz referência às normas, instituições e organizações que promovem a confiança e a cooperação entre as pessoas, nas comunidades e na sociedade em conjunto. Naquelas formulações do paradigma do capital social (e do neoinstitucionalismo econômico em que estas em parte se baseiam) que se concentram em suas manifestações coletivas, se coloca que as relações estáveis de confiança e de cooperação podem reduzir os custos de transação, produzir bens públicos e facilitar a constituição de atores sociais ou inclusive de sociedades civis saudáveis”.

Contudo, a abordagem em rede permanece uma zona vaga da economia. Ainda que sua existência seja reconhecida, muitas das noções equivocadas prevalecem em seu mecanismo. O impacto dessa abordagem sobre os sistemas econômicos e sociais merece pesquisas mais amplas. A abordagem em rede parece *constituir-se muito mais um método que uma teoria*. Assim, mais que um conceito, a abordagem em rede e o desenvolvimento rural local são processos de aprendizagens organizacionais, *práxis coletivas*⁷⁴.

A idéia de rede expande-se na tentativa de fugir de certos constrangimentos, tratando-se de uma reação ao estreitamento das análises, visões mais determinadas da sociedade, do tipo marxista, por exemplo. Trata-se de uma análise que coloca o Estado como centro e grande re-equilibrador. É preciso lembrar, entretanto, que as políticas públicas não são somente resultado da ação do Estado, mas pertencem ao conjunto dos atores sociais envolvidos. Essa abordagem também constitui-se numa tentativa de tomar a teoria do desenvolvimento além das abordagens “endógenos/exógenos” e explorar o “terceiro caminho”, reconhecendo o mundo real da “interação entre as forças locais e externas no controle do processo de desenvolvimento (Ray, 1997). Pelos motivos expostos acima pensamos que a argumentação utilizada pela autora para explicar o suposto sucesso do programa é bastante equivocada, pois não permite esclarecer a quem e como o programa beneficiou, além de apagar tanto os conflitos institucionais como aqueles existentes entre os atores sociais envolvidos na elaboração e implementação.

Em síntese, a análise deste Programa mostra que a concepção de desenvolvimento rural nele presente é ampla, mas a forma de implementá-lo termina por reduzi-lo a uma “melhor utilização dos recursos naturais”. Apesar de ultrapassar numericamente as metas previstas, em termos de produtores envolvidos e de microbacias hidrográficas atendidas, de cobrir cerca de 50% das áreas do estado aptas para o desenvolvimento das atividades agropecuárias e um conjunto de obras de apoio à produção agropecuária, este programa com soluções de caráter eminentemente técnico apresenta fortes limitações à

⁷⁴ Ver os artigos de Brunet (1997:2) e Kolosy (1997:7).

elaboração de alternativas visando a promoção do bem-estar social e econômico, principalmente das camadas sociais que vivem em um processo crescente de exclusão social no meio rural paranaense.

Neste grupo estão os pequenos proprietários que já não vivem exclusivamente da renda obtida da agricultura, os arrendatários, os parceiros e meeiros, e outros segmentos subalternos, os quais não são favorecidos sem uma ação efetiva do Estado assegurando formas e mecanismos de regulação que transbordem a questão de subsídios, os quais por si só não permitem enfrentar o principal desafio do desenvolvimento rural, qual seja, uma divisão mais eqüitativa dos benefícios produzidos pela sociedade paranaense.

Sendo assim, os programas desenvolvidos durante a década de 80 apresentaram abordagens que aparentemente eram diferenciadas, mas com resultados similares no que diz respeito à questão da redução do processo de diferenciação social no campo paranaense. A primeira delas baseou-se nos modelos clássicos dos PDRIs e permitiu acentuar as disparidades sociais, ainda que promovesse indiretamente uma tímida política de “urbanização” da região rural alvo. O segundo programa, apesar de extrapolar as metas pretendidas, em termos de produtores rurais envolvidos, microbacias atendidas, e área abrangida, e de certa maneira procurar uma metodologia inovadora não consegue atingir as famílias mais empobrecidas do meio rural paranaense, tornando-se um grande programa de fomento da agropecuária, bem como seguindo o modelo clássico de difusão de inovações, todavia contendo um forte e particular viés ambiental, que permitiu internalizar os custos da exploração dos recursos naturais conforme propunham as instituições estaduais e os organismos financiadores internacionais.

Na próxima parte deste capítulo trataremos de analisar o programa que surge nos anos 90 no Paraná, por meio dos documentos e estudos que apresentam resultados e análises de pesquisas realizadas. Cabe salientar que dada a abrangência e as audaciosas metas do programa PARANÁ 12 MESES, nos restringiremos a analisar apenas a parte referente ao “desenvolvimento da área social” e a subcomponente denominada “combate à pobreza no meio rural” – subprograma de Vilas Rurais.

4.4 Anos 90: Uma nova geração de política rural?

Antes de mencionar as novas políticas que emergiram nos anos 90, cabe destacar que existiam outros programas desenvolvidos simultaneamente ao destacado anteriormente. Dentre outros, citam-se: Programa de Revitalização da Cafeicultura, o de Fomento à Fruticultura, o de Produção Animal, e o de Sericicultura e de Abastecimento Alimentar. Mas, um deles merece uma especial menção: O programa denominado “Panela Cheia”. Consistia no fornecimento de crédito rural com o pagamento calculado na base de eqüivalência em produto. Apesar de sua importância, Lourenço (1995:27) reclamou da inexistência ou a não disponibilidade de um levantamento criterioso dos resultados do programa que envolveu um volume de recursos da ordem de R\$ 180 milhões.

O programa Paraná 12 meses

Seguindo uma certa tradição e/ou a experiência adquirida em outros projetos o Governo do Estado do Paraná contraiu, pela terceira vez, empréstimo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) para a realização do programa denominado Paraná 12 Meses⁷⁵. O mesmo está direcionado a “reduzir a situação de pobreza do meio rural, bem como aperfeiçoar o manejo e a conservação dos solos”. Segundo consta nos diversos documentos consultados o projeto tem como meta *“alcançar o desenvolvimento rural e não apenas o apoio financeiro de ações isoladas”*. O mesmo foi elaborado após um diagnóstico da situação do rural paranaense. No quadro 3 apresenta-se um resumo do programa.

⁷⁵ Segundo informações contidas na home-page do governo do Estado do Paraná, o programa adquiriu este nome pois o mesmo “tem como objetivo maior contribuir para que a renda provinda da agropecuária familiar rural, que é sazonal, ou seja, está restrita a determinadas épocas do ano, tenha um incremento e que seja possível obtê-la durante todos os meses do ano. A preparação deste público (capacitação e profissionalização) atinge não apenas atividades agropecuárias como também atividades de prestação de serviços ao meio urbano, para acompanhar uma tendência mundial”. (<http://www.pr.gov.br/celepar/seab/pr12meses>).

QUADRO 3
 Síntese das principais características do programa “PARANÁ 12 MESES”, Componente
 Desenvolvimento da Área Social, Combate a pobreza no meio rural, Vilas Rurais.

Ano de criação do programa	1995-96
Fontes dos Investimentos	Banco Mundial- BIRD (50,5%) e Governo Estadual (40,5%)
Número estimado de famílias a serem beneficiadas	60.000 famílias de trabalhadores rurais volantes no seu subprograma de “Vilas Rurais” no período 1995-98
Área de abrangência – Vilas Rurais	Todo o território paranaense, mas em especial, as Regiões do Norte Novo, Norte Pioneiro e Noroeste do estado.
Objetivos gerais pretendidos pelo Programa PARANÁ –12 MESES	Aliviar a situação de pobreza do meio rural numa ação sustentável, apoiada na modernização tecnológica, na geração de novos empregos, na proteção ao meio ambiente e na melhoria das condições de habitação e saneamento básico da família rural. Alcançar o desenvolvimento rural e não apenas o apoio financeiro de ações isoladas.
Investimento total do programa Paraná 12 Meses	Aproximadamente US\$ 353,5 milhões
Investimentos a serem aplicados no subprograma	Cerca de US\$ 216 milhões (61% do total)

FONTE: Governo do Paraná, 1995, 1996 e 1997.

Para alcançar tal objetivo o programa propõe a utilização de alguns elementos norteadores, quais sejam:

- 1) **Participação**, pautando-se em um diálogo permanente, garantindo uma relação de horizontalidade, onde o beneficiário é o protagonista principal do seu próprio desenvolvimento e não objeto passivo de ações paternalistas/assistencialistas. Além disso, ela ocorrerá em todas as etapas do programa;
- 2) **Descentralização**, seguindo a orientação em que as propostas dos beneficiários serão construídas e implementadas a partir do contexto local (comunidades, microbacias, grupos) e de baixo para cima (*bottom-up*);
- 3) **Sustentabilidade**, onde os investimentos deverão ser sustentáveis sob o ponto de vista ambiental, econômico, financeiro e social;

- 4) **Parceria**, a qual é realizada pela busca ao planejamento da ação integrada em apoio ao desenvolvimento com base na interdisciplinaridade e complementariedade das instituições, a interdependência política e administrativa visando o aumento da abrangência com qualidade; e finalmente;
- 5) **Mecanismos de execução simples**, buscando a utilização de instrumentos simples, funcionais e acessíveis aos beneficiários, executores e gerentes, compatíveis com a natureza do projeto.

Na estrutura do programa Paraná 12 Meses pode-se verificar a existência de vários componentes, dentre eles: Desenvolvimento da área social, da área produtiva, da área institucional e da área tecnológica. No componente denominado desenvolvimento da área social há o subcomponente chamado “combate à pobreza no meio rural”, o qual tem como público meta os produtores mais pobres e “visa propiciar instrumentos que possam melhorar as condições de vida nas famílias, o acesso aos serviços básicos e a geração de renda, fundamentados na organização comunitária e na capacitação profissional para atividades na agricultura ou fora dela” (idem, op. cit., p.14).

O programa apresenta, como objetivo geral, o desenvolvimento de ações as quais permitam aliviar a situação de pobreza⁷⁶ rural no estado de modo sustentável, apoiado na modernização tecnológica, na geração de novos empregos, na proteção ao meio ambiente e na melhoria das condições de habitação e saneamento básico da família rural (Governo do Paraná, 1997:14).

Em outro documento menos recente destaca-se que este subcomponente de combate à pobreza no meio rural não tem intenção de inverter uma tendência histórica apresentada no estado, “mas criar facilidades para prolongar a permanência desses produtores no campo, agregando-os e buscando orientá-los a descobrir ‘nichos’ de mercado, que por suas características *não interessam à grande produção tecnificada*, bem como melhorar sua qualidade de

⁷⁶ Pobreza refere-se a “pessoas, famílias ou grupos de pessoas cujos recursos (material, cultural e social) são tão limitados que termina por excluí-los de um estilo de vida mínimo aceitável (Schucksmith & Chapman, 1998:228).

vida quanto à infra-estrutura da propriedade e com acesso aos serviços sociais” (Governo do Paraná, 1996:56). Como se percebe, o projeto prevê a consecução de vários objetivos específicos.

Em resumo, eles visam atender tanto os pequenos produtores rurais empobrecidos do estado em determinadas zonas consideradas prioritárias, através do desenvolvimento de várias ações (habitação, saúde, geração de ocupação e de renda, organização comunitária e cidadania, recuperação dos solos via manejo adequado dos mesmos, etc.) quanto os trabalhadores rurais volantes através da implantação do programa de construção de moradias nas “Vilas Rurais” tendo como objetivo a melhoria imediata das condições de vida destas famílias.

Por sua concepção singular e nível de abrangência, bem como pelo fato dele ter se tornado uma das principais ferramentas de consecução da política no meio rural paranaense, consumindo cerca de 61% dos investimentos previstos (quadro 3), centraremos nossa análise nos resultados do programa de Vilas Rurais⁷⁷.

⁷⁷ Fleischfresser (1999:197) destaca numa nota de rodapé que “os técnicos que estão participando do Projeto de Avaliação do Paraná 12 meses, realizado pelo IPARDES, constataram que o número de produtores cadastrados para receber os benefícios desse programa é proporcionalmente menor nas regiões menos dinâmicas”. As explicações fornecidas pelo coordenador da avaliação do Projeto, e com as quais a autora encontra-se de acordo são as seguintes: 1) que os técnicos da EMATER, atuando nessas regiões, dispõem de um diagnóstico mais completo da MBH (Microbacia Hidrográfica), 2) além disso, “existe melhor entrosamento ou parceria com as prefeituras locais, as quais detêm condições para mobilizar e organizar os produtores em torno de objetivos conservacionistas/produzidos”. Discordamos desta explicação apresentada e argumentamos que seja mais provável que os extensionistas estejam atendendo no programa de combate à pobreza os agricultores que sempre atenderam. Neste sentido, o argumento de Röling (1985:280) pode fornecer uma explicação mais adequada: “Torna-se óbvio que as agências de pesquisa/extensão que foram eficientes em servir uma certa clientela sejam fortemente influenciadas por essa clientela. Essas relações tornam difícil direcionar tais agências a outra clientela. A velha clientela poderá protestar, enquanto a nova poderá não formar um “grupo” eficiente efetivo, capaz de fazer reivindicações e de exercer controle sobre as agências”.

4.4.2 O programa de Vilas Rurais: uma política não-agrícola com viés agrícola

A preocupação crescente com a geração de ocupações e de renda, bem como de novas formas de desenvolvimento recoloca a necessidade de conhecimento de situações “chamadas de intermediárias”, bem como “a intervenção através de novas concepções de políticas públicas, em especial aquelas denominadas de políticas não-agrícolas” (Graziano da Silva, 1999). Apenas algumas dessas políticas recentes têm levado em consideração a questão da interação entre o rural e o urbano, considerando num só corpo os processos de industrialização e urbanização, e o desenvolvimento agrícola e rural. Gilberto Freyre (1957, 1982), denominou de “rurbanização”, utilizando-se da noção de “rurbano”⁷⁸. Essa teoria e/ou política, fundada no final da década de 50, vislumbra e antecipa alguns dos graves problemas que emergem da sociedade atual. Se naquela época esta idéia parecia conservadora, pois se contrapunha à proposta de reformas estruturais como a de reforma agrária, atualmente pode ser colocada como uma alternativa ao agravamento das questões sociais e econômicas, particularmente a profunda crise agrícola que impõe transformações profundas no modo de produzir e de viver no espaço rural, sobretudo com o aumento das articulações entre o rural e o urbano⁷⁹.

⁷⁸ Segundo o Dicionário de Ciências Sociais (1987:1090) (...) “no espaço rurbano os ingredientes do ruralismo e da urbanização estão muito misturados, gerando claramente situações de ambigüidade sociocultural (...) o rurbano pode ser considerado como uma “totalidade de vida, muito mais do que um simples e pitoresco ponto de enlace entre o rural e urbano”(…). “O rurbano é, portanto, o espaço social e econômico criado pelo ponto de encontro entre a cidade e o campo, segundo o tipo de elementos estruturais predominantes na relação concreta entre elementos e termos”.

⁷⁹ Gilberto Freyre (1982) defende a idéia de que a solução de determinados problemas bastante complexos pedem abordagens interdisciplinares e sustenta a proposta de que a construção de obras de infra-estrutura como estradas de rodagem, de ferro, portos, aeroportos, linhas de canalização e de tráfego – constituem-se em obras de Engenharia Física com repercussões psicossocioculturais capazes de beneficiarem tais interrelações, sobretudo de concorrerem para uma mais saudável articulação entre as atividades urbanas e rurais, por conseguinte rurbanizantes nos seus efeitos gerais. Sem se referir a Ignácio Rangel ou Celso Furtado essa última idéia se assemelha àquela exposta por eles ao propor uma solução para a questão agrária baseada nos investimentos de infra-estrutura (D1) para dinamizar o mercado interno. Partindo desse conceito Freyre define rurbanização como um processo de desenvolvimento social e econômico que combina valores de vida rurais e urbanos, ou seja, uma situação mista, dinâmica e profundamente conjugal. Finalmente, cita várias vezes o atual governador do Paraná, Jaime Lerner o qual estaria colocando em prática esta noção de rurbanização.

Tentaremos empreender aqui um esforço no sentido de tentar contribuir no entendimento das situações intermediárias, em especial as vilas rurais e assim ajudar no preenchimento de uma lacuna importante de pesquisa. As políticas de desenvolvimento rural destacam quase sempre dois objetivos: combate à pobreza e melhoria do bem-estar rural. O programa de vilas rurais não foge a essa regra.

É relevante realizar inicialmente uma distinção de caráter conceitual, entre pobreza e exclusão social. Schucksmith & Chapman (1998:229) destacam que isto representa uma mudança tripla de perspectiva: (a) a mudança de foco em renda ou dispêndios para a da desvantagem multidimensional; b) a mudança de uma conta estática de estados de desvantagens para uma análise dinâmica do processo; (c) a mudança de foco do indivíduo ou do grupo doméstico para reconhecer a importância do contexto local. Assim, esclarecem que “pobreza e privação denotam o resultado, ... e empobrecimento e exclusão social referem-se a processos dinâmicos.” Citando um estudo realizado na Irlanda, Schucksmith & Chapman (1998) sugerem que exclusão social deveria ser definida em termos de falha de um ou mais dos quatro seguintes sistemas: (1) o sistema democrático e legal, o qual promove integração cívica (cidadania); (2) o mercado de trabalho, o qual promove a integração econômica; (3) o sistema de bem-estar, promovendo a integração social (acesso aos serviços sociais); (4) o sistema família e comunidade, o qual promove integração interpessoal⁸⁰.

Contudo, a distinção conceitual com a pobreza não é clara. Isso é possível porque paradigmas muito diferentes sustentam as duas noções: enquanto a noção de pobreza se baseia em temas de distribuição, a noção de exclusão social centraliza-se no tema relacional (inadequada participação social, falta de integração social, “impotência”). Exclusão, como nós temos verificado, é

⁸⁰ A integração cívica significa ser um igual, cidadão habilitado em um sistema democrático, com um sentido de aproximação para os elaboradores e centros de força política. Integração econômica significa ter uma ocupação, possuir uma função econômica valorizada e estando capaz de construir seu caminho. Integração social significa ser capaz de ter acesso a serviços sociais fornecidos pelo estado, sem estigma. Integração interpessoal significa possuir família e amigos, vizinhos e redes sociais para fornecer cuidado e companheirismo e suporte moral quando necessário. Os autores reconhecem a importância de um quinto sistema, adicional ou complementar, o qual deve ser introduzido: a questão do acesso à moradia.

um conceito muito mais amplo do que pobreza, e o conceito de exclusão social pode não estar baseado em pobreza. Famílias pobres podem estar enfrentando muitas formas de exclusão e, deste modo, o conhecimento da pobreza rural é um ponto de partida. Tudo isso conduz-nos a empreender uma articulação das noções de pobreza e de exclusão social com as políticas de desenvolvimento rural. As informações e os dados que servem de base para a análise dos resultados obtidos pelo programa de Vilas Rurais procedem de três fontes distintas, sendo também diverso o valor informativo: trabalhos próprios de investigação nos locais de implantação do programa de vilas rurais; análise e avaliação da bibliografia disponível, bem como, informações coletadas na imprensa sobre o assunto.

Dado o caráter inequivocamente desigual da base empírica, as idéias expostas na seqüência desse texto merecem, sem dúvida, um processo de aprofundamento e melhor demonstração, as quais estão muito além dos objetivos propostos neste trabalho.

4.4.3 A fundamentação do programa de Vilas Rurais

Antes de apresentarmos as análises dos resultados relativos ao estudo, entendemos ser relevante destacar brevemente e de forma geral as bases que fundamentaram a elaboração do programa de vilas rurais⁸¹, mais propriamente esse “tipo de assentamento intermediário”. É preciso dizer que a concepção original deste programa baseia-se largamente nas idéias pioneiras de Ignácio Rangel. Discutindo o caráter do desenvolvimento do capitalismo no campo, coloca em evidência a questão da superprodução e superpopulação. Rangel preocupa-se em recriar a ocupação da família em tempo integral, ou seja, com a questão do trabalho⁸². A primeira versão do projeto de vilas rurais remonta

⁸¹ Conforme as Normas Operacionais do Programa (1995:2) uma vila rural “é uma área geográfica destinada a trabalhadores rurais volantes e seus familiares, com objetivo de garantir a melhoria da qualidade de vida. *As vilas rurais constituem pólos de trabalho e produção agrícola e não-agrícola*, com infra-estrutura de habitação, energia elétrica, abastecimento de água e os correspondentes serviços de educação, saúde, assistência e extensão rural, assistência social, intermediação de mão-de-obra, qualificação profissional, geração de emprego e renda, asseguradas as condições para organização comunitária e para o trabalho”.

⁸² Para uma melhor apreciação destas idéias ver Rangel (1962). Conforme informações obtidas com o professor José Graziano da Silva as mesmas foram apresentadas em um seminário realizado na cidade de Curitiba no início da década de 80.

à experiência da implantação da chamada comunidade “rurbana” que foi realizada na localidade chamada de Campo de Santana – localidade de Tatuquara, ao Sul de Curitiba em 1979.

A idéia básica exposta no projeto previa que os moradores poderiam trabalhar em fazendas vizinhas, mas desenvolveriam culturas de subsistência em seus lotes, comercializando o excedente.

A renda obtida do empreendimento forneceria condições de, em curto prazo, ressarcir os investimentos realizados. O empreendimento se tornaria auto-financeável. O governo compraria as terras pagando os preços reais, repassando-as às famílias (Freyre, 1982:128). Neste projeto inicial foram assentadas 60 famílias em lotes individuais de 5 mil metros quadrados, e elas se dedicariam ao cultivo de hortigranjeiros, ao que o então prefeito de Curitiba Jaime Lerner chamaria e repetiria muitas vezes, de “Reforma Agrária Viável”. Não se têm informações facilmente disponíveis sobre a avaliação dessa experiência pioneira, seja ela positiva ou negativa.

A segunda experiência documentada foi denominada de “Agrovila de Terra Boa”. Ela foi levada a cabo na região noroeste do Estado, no município de Terra Boa, a uma hora do município de Maringá. O projeto foi uma iniciativa da Prefeitura Municipal com o apoio do governo estadual. Já existe há dez anos e tem 15 famílias. Segundo documento de avaliação do Governo do Estado (1996:26) “a situação econômica dos parceiros é estável e ainda que não se possa dizer que é confortável, sua condição de vida é muito superior à dos bóias-frias ou pequenos produtores de subsistência”. Porém, o relatório não faz uma apreciação mais profunda no que diz respeito a questões importantes como, por exemplo, a formas de ocupação da mão-de-obra e à permanência dos beneficiários no projeto.

Uma reportagem publicada na Revista Globo Rural do mês de outubro de 1995 leva a crer que o projeto foi bem sucedido. O mesmo foi iniciado em 1989 alojando 60 famílias em pequenos lotes. A geração de ocupação e renda na área foi obtida através de cultivo de frutas (uvas finas) bem como de hortaliças. Com a ajuda da prefeitura instalou-se uma pequena indústria processadora com

capacidade de produzir um milhão de vidros de molhos e conservas todo o ano. Estas famílias fornecem quase 40% da matéria-prima utilizada na fábrica e o restante provém de uma rede que engloba outros 60 pequenos agricultores. Além disso, as famílias realizaram cursos técnicos e ocupam parte do tempo com trabalho externo.

Em 1995, com a mudança na direção do governo estadual e a proposição de novas diretrizes, cria-se o “Programa de Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador Rural” – “Subprograma Vilas Rurais” (IPARDES, 1995). Neste como em outros documentos, traçam-se os caminhos para a operacionalização do programa do governo Jaime Lerner⁸³.

Em artigo recente o governador enfatiza que o programa destina-se aos trabalhadores e suas famílias assegurando um sentido maior de vida com maior dignidade, cidadania e qualidade. Finaliza o artigo enfatizando que: “A vila rural, se bem sucedida, poderá ser um exemplo da associação de assentamentos humanos e atividades econômicas visando assegurar terra, trabalho e moradia à comunidade” (Lerner, 1996:14). Contudo, a implementação do programa e o seu desempenho apresentam-se com sérios problemas os quais serão analisados na seqüência desse texto.

4.4.4 Resultados de avaliações do programa

4.4.4.1 Avaliação “*ex-ante*” do programa Vilas Rurais

Constitui-se exigência contratual entre o Governo do Paraná e o BIRD a realização de um processo de avaliação do programa que é realizado em três etapas. Assim, um ano após o início do programa o Governo do Estado do Paraná procedeu a uma avaliação preliminar do mesmo. O levantamento de informações visando a caracterização socioeconômica dos beneficiários foi realizado junto às vilas rurais em implantação nos municípios de Toledo, Apucarana, Tibagi, Pitanga e Manoel Ribas. Quanto às formas de ocupação, a

⁸³ O referido programa estabeleceu como meta o assentamento de 60 mil famílias nos quatro primeiros anos de governo (ver informações do quadro 3). Até o presente momento o mesmo apresenta os seguintes números: um total de 14.794 famílias a serem beneficiadas, e de 378 vilas rurais (instaladas e em processo de instalação). Para obter informações mais detalhadas ver: <http://www.pr.gov.br/vilasrurais>.

pesquisa realizada constatou a existência de formas de ocupação agrícola de caráter precário e irregular. As mesmas são intermediadas por terceiros ocorrendo prestação de serviços a empregadores individuais (Governo do Estado, 1996:13).

Além disso, apurou-se a presença de pluriatividade tanto através de uma série menor de atividades agrícolas e não-agrícolas (domésticas e serventes) de baixa qualificação, como também por meio “da tendência confirmada no envolvimento de membros das famílias – companheira e filhos adolescentes – na geração da renda familiar”.

O relatório de avaliação ao realizar o agrupamento das informações acerca das ocupações dos membros das famílias por município e também do conjunto de municípios declara que para o público selecionado existe *uma clara predominância das atividades agrícolas*, contudo, nesta contagem, considera de forma equivocada, as ocupações de “chacareiros” (caseiros) e jardineiros como agrícolas. A exceção é do município de Manoel Ribas, onde “*surpreendentemente prevalecem amplamente*” as ocupações não-agrícolas de pedreiros, serventes, serviços gerais, etc, para os homens trabalhadores e de diaristas, domésticas, varredoras de rua, etc. para as mulheres ocupadas. O mesmo documento aponta que o conjunto dos beneficiários do programa pode ser distribuído em três grupos bem distintos:

- 1) um grupo constituído pelos trabalhadores rurais temporários vinculados de forma estreita, às atividades agrícolas, os chamados “bóias-frias”. Eles se ocupam em jornadas de trabalho agrícola nos momentos de maior necessidade dos produtores rurais, contratados diretamente ou por meio de intermediários, “os gatos”, e que são afetados pela questão da desocupação, em várias épocas do ano, principalmente pelo caráter sazonal deste trabalho. Dadas estas circunstâncias os mesmos se vêem na circunstância ora de assumir ocupações urbanas não-agrícolas de baixa qualificação e remuneração (construção civil e limpeza de logradouros públicos), ora de migrar para outros municípios do estado, ou mesmo para outras regiões do país;

- 2) um grupo apresenta-se como contratados diretamente pelos produtores rurais na base de empreita – sendo denominados de empreiteiros – podendo também desenvolver atividades produtivas em pequenas áreas marginais às cidades;
- 3) um grupo composto de trabalhadores mais qualificados, com ocupações mais duradouras, por exemplo, os jardineiros, “chacareiros” (caseiros) e outras ocupações.

Este relatório conclui chamando atenção para a grande fragilidade econômica, social, cultural e produtiva das vilas rurais em processo de implantação. Propõe como saída a promoção de ações que signifiquem a elevação de renda das famílias através de indução de produção para o mercado superando uma “tradição arraigada” de produção de alimentos visando apenas o autoconsumo com pouco excedente. Para isso, destaca a necessidade de orientar melhor essas famílias utilizando como mecanismo a assistência técnica, “*num processo de indução e convencimento*”, de uso melhor e mais acentuado de insumos modernos e apoios à comercialização dos mesmos.

4.4.4.2 Outros resultados de avaliação das Vilas Rurais

Os resultados apresentados na seqüência desse capítulo acerca das nove vilas rurais descritas nesse texto foram assim obtidos: as oito primeiras através do relatório da FAPEAGRO (1997), e a última é fruto de levantamento de dados realizado pelo autor.

Inicialmente, cabe ressaltar que a abordagem utilizada no primeiro caso constitui-se na avaliação participativa do impacto socioeconômico partindo da visão dos próprios envolvidos no programa, e foi desenvolvida baseando-se na metodologia de trabalho denominada de Diagnóstico Participativo⁸⁴. A avaliação participativa foi realizada em oito diferentes vilas rurais no Estado do Paraná, compreendendo os municípios localizados nas regiões Norte, Oeste, Centro e Centro-Sul, onde buscou-se trabalhar com grupos de homens e mulheres (separadamente) em todas as vilas, e com jovens em quatro delas. No último caso

⁸⁴ Essa metodologia de trabalho origina-se, principalmente no trabalho de Chambers (1994).

apresentado, a Vila Rural Santa Rosa, utilizou-se de questionário estruturado para coleta de dados.

Vila Rural Novos Caminhos

Esta vila rural localiza-se no município de Manoel Ribas, possui uma área de 14,3 hectares onde estão assentadas 18 famílias. Quanto à vivência comunitária, destaca-se a ausência completa de organizações quer sejam formais ou informais, assim como a inexistência de trabalho comunitário. Observou-se uma concorrência entre os viliiros pelas oportunidades de trabalho, que são poucas. Nela não foram identificadas lideranças entre os moradores, tampouco conflitos graves entre as famílias.

No que se refere ao uso agrícola das terras e áreas comuns observou-se que os extensionistas da EMATER no primeiro ano, direcionaram o que seria plantado tanto nos lotes individuais como nos comunitários, o que gerou uma certa insatisfação entre os moradores. As áreas individuais foram cultivadas com pequenas hortas, frutíferas e cultivos de subsistência.

A geração de renda agrícola e não-agrícola é oriunda do trabalho rural (fixo ou diário), trabalho urbano, aposentadoria, serviços domésticos (costureira), intermediação na contratação de mão-de-obra, pequena industrialização de produtos agrícolas (venda de vassouras), e da comercialização do excedente da produção do lote. Apesar disso, existem muitas dificuldades dada à baixa oferta de trabalho na região, restringindo-se no caso dos “bóias-frias”, ao arranque de feijão, principalmente na dobra do milho e manutenção dos pastos. A falta de outras oportunidades de trabalho tem levado alguns moradores a pensar em mudar da vila.

No que toca à questão da infra-estrutura, não há escola e nem posto de saúde na vila. Porém, ela localiza-se a apenas três quilômetros da cidade. Não há estrutura de lazer na vila e nem centro comunitário onde os moradores possam se reunir.

Vila Rural Sapopema

A vila rural Sapopema localiza-se no município de Bituruna com área total de vinte e sete hectares onde estão assentadas vinte e uma famílias. A exemplo do que acontece na primeira vila rural destacada, existem nela sérios problemas quanto à vivência comunitária. Apesar de existir uma associação em fase de formação, os moradores não se entendem entre si, havendo muita discordância entre os próprios diretores. Além disso, a atividade comunitária é muito baixa, existindo poucas pessoas preocupadas com essa questão. Como conseqüência, os vileiros dão pouca importância à área comunitária.

Quanto ao uso agrícola das terras e áreas comuns, ressalta-se a forte interferência dos técnicos da EMATER na “orientação” das atividades. Os lotes são cultivados com culturas de subsistência e hortaliças, basicamente para o consumo familiar.

No que se refere à geração de renda ela é oriunda, em sua maior parte, do trabalho externo dos chefes de família, os quais têm diversas ocupações: carpinteiro, trabalho em serraria e extração de erva-mate. Praticamente só as mulheres trabalham nos lotes, mas não conseguem comercializar o excedente, não sendo relatada a venda de produtos como fonte de renda para as famílias da comunidade. Além disso, uma opção de renda tem sido a confecção de encostos para poltronas de automóveis realizadas com pequenas esferas de madeira trazidas por um comerciante do município de Bituruna, conhecido como a “fábrica de bolinhas”, tendo inclusive participação de algumas crianças na atividade. Esta atividade é bem considerada pelas famílias, apesar da baixa remuneração e do pagamento atrasar, muitas vezes.

Finalmente, com relação à infra-estrutura a vila rural é beneficiada pela presença de uma escola rural e um posto de saúde. A proximidade da escola foi um fator determinante para que algumas famílias decidissem ir morar na vila. Quanto ao atendimento de saúde os vileiros consideram como bom. A vila é servida também pelo comércio do distrito e pelo serviço de transporte até a sede do município. Como nas demais vilas, esta também não possui área de lazer, centro social onde as famílias possam se reunir, tampouco iluminação pública.

Vila Rural Félix Lerner

Esta vila rural localiza-se no município de Toledo, possui uma área aproximada de quatorze hectares e abriga dezoito famílias. A vivência comunitária nessa vila aparenta ser melhor, em relação às duas anteriores. A mesma possui associação de moradores sendo que alguns projetos já foram encaminhados. Observa-se entre os moradores um maior entrosamento. O número de conflitos é menor, mas existe competição entre os mesmos devido à rejeição por parte de alguns moradores que sobressaem-se em relação aos demais por terem mais “capricho” e iniciativa.

Com relação ao uso agrícola das terras e áreas comuns observa-se que os moradores ocupam os lotes com culturas e criações de subsistência. Quanto ao uso da área comum, conforme *sugestão* da EMATER e a contragosto dos moradores (cujo projeto era construir um campo de futebol, um centro comunitário e uma área de lazer) uma parte foi utilizada para a plantação de cana-de-açúcar (0,04 ha) e na outra parte cultivou-se aveia e triticale (0,06 ha), a primeira visando a produção de açúcar mascavo, e a segunda para adubação verde e alimentação das aves. A cana-de-açúcar produzida foi comercializada com um produtor vizinho à vila e o milho que foi cultivado após a utilização da aveia e do triticale estava em vias de comercialização. Porém, não se sabia o montante de dinheiro arrecadado com a venda dos produtos, nem qual seria o seu exato destino.

Quanto à geração de renda esta é obtida pela comercialização dos excedentes produzidos (cuja produção, na sua maior parte, é realizada pelas mulheres) mas, além disso, a renda também origina-se de outras atividades externas, das quais destacam-se: trabalho fixo, sazonal (com predominância do urbano, mas também há rural). Observa-se também que cerca de 80% dos vilienses dependem dos filhos para o sustento da casa.

No que se refere à infra-estrutura a vila rural utiliza a já existente em um conjunto habitacional vizinho. Dessa forma, a estrutura de lazer, transporte, educação, iluminação e telefone são de uso comum. Esta vila é dotada, ainda, de luz elétrica e água encanada para consumo doméstico. Para o atendimento à

saúde os moradores buscam atendimento em um posto de saúde de um bairro próximo.

Vila Rural Esperança

Esta vila rural localiza-se no município de Itaipulândia, possui uma área de 9,7 hectares e aloja 15 famílias. Devido às interferências na escolha de representantes para a Comissão Municipal, sem consultar previamente a comunidade, além da própria falta de “espírito comunitário” entre os moradores, existem aí sérias dificuldades de organização comunitária.

Com respeito às áreas comunitárias esta é inexistente posto que é uma área de preservação permanente. As atividades produtivas dos moradores é de subsistência com a presença de algumas árvores frutíferas. Além disso, todos eles desenvolvem criação de galinhas e alguns criam também suínos e bovinos.

A geração de renda é realizada através do trabalho fixo (olaria, marcenaria, fábrica de conservas) e temporário (trabalho volante, construção civil). É difícil a geração de renda através da comercialização de excedentes, pois o mercado consumidor é bastante limitado.

Quanto à infra-estrutura a vila não a possui. A única informação disponível é que o serviço de educação é oferecido através de uma escola que se encontra próxima.

Vila Rural Nova Califórnia

Nesta vila rural, localizada no município de Califórnia, e de 12 hectares, estão alojadas 20 famílias. Diferentemente das outras vilas, nesta existe uma associação formal a qual tentou obter recursos para a manutenção e reparo da bomba do poço artesianos. Entretanto, existe uma forte rejeição, por parte de um grupo de viliões, em relação a alguns membros da atual diretoria da associação. Aparentemente não existem conflitos entre os viliões e, apesar das dificuldades, existem pessoas empenhadas em desenvolver uma melhor vivência comunitária.

Nesta vila não existe área comum para a produção. A produção agrícola é considerada como, quase totalmente, de subsistência, com exceção de um morador que produz olerícolas. Eles também exercem atividades de criação animal (aves, suínos, bovinos e eqüinos). A criação de suínos (como imposição) e a inadequação dos cursos ofertados pela EMATER gerou insatisfação entre os moradores.

A renda se origina principalmente do trabalho com olerícolas, café e ainda a roçada de pasto em propriedades vizinhas. A renda obtida através da produção agrícola do lote resume-se à venda eventual de excedentes da produção de subsistência.

As condições infra-estruturais são melhores do que as das demais: a vila possui um centro comunitário, uma quadra de bocha e sistema de abastecimento de água. Ela encontra-se próxima a uma comunidade já existente e usufruem de igreja, salão de festas, campo de futebol e escola primária. A escola secundária e a infra-estrutura de saúde situam-se a 8 quilômetros da vila.

Vila rural Nova Ucrânia

Nesta vila rural, localizada no município de Apucarana, estão instaladas 65 famílias numa área de 46 hectares. Todas estas famílias participaram da construção das casas. Além disso, em 1996, foi fundada uma associação. Na eleição da associação ficaram evidentes dois aspectos importantes: a) a interferência dos extensionistas da EMATER no processo de escolha dos representantes; b) a divisão existente entre os próprios moradores das vilas. Desse processo eletivo ficaram seqüelas importantes para a vila, como por exemplo a dificuldade da associação em se viabilizar financeiramente. Atualmente existem graves conflitos na vila motivados pelo alcoolismo e fofocas, brigas entre casais, vandalismo e roubos.

Como decorrência desse problema, até o momento, a área comunitária da vila não está sendo utilizada. Quanto ao uso agrícola dos lotes individuais a EMATER propôs que 40% da área fosse destinada para cultivos de

subsistência e 60% para cultivos de renda. Além desses cultivos de subsistência verificou-se a criação de aves, suínos e bovinos.

No que diz respeito à geração de renda a mesma é diversificada. Apesar disso, pode-se identificar quatro fontes principais entre os vileiros: serviços eventuais, urbanos e rurais (domésticas, corte de cana e colheita de café); parceiros e arrendatários; trabalhadores permanentes (pedreiros, costureiras, funcionários de um curtume e serviço público). Além disso, destaca-se a existência de um produtor de leite; um olericultor e feirante; uma senhora que produz temperos e uma família que produz vassouras. Existe também a comercialização dos excedentes produzidos nos lotes.

Esta vila rural está bem servida em termos de infra-estrutura: possui posto de saúde, telefone público, serviço de transporte coletivo, escola próxima, transporte escolar e armazém comunitário, o qual vem sendo utilizado como centro comunitário.

Vila rural Tarsilo Ferreira Messias

Esta vila rural localiza-se no município de Pitanga, abriga 20 famílias e possui uma área de 16,5 hectares. A maioria das famílias é originária da favela da Vila Santa Isabel. Apesar de se conhecerem antes de virem morar na vila, isso não foi condição suficiente para que não houvesse conflitos na vila. Neste sentido, foram constatados vários problemas relativos à invasão e depredação do centro comunitário, alcoolismo, invasão dos lotes, problemas no uso comum de alguns implementos, etc. Até a única tentativa de criação de uma associação fracassou. Além disso, a implantação de um projeto de sericicultura, o qual vinha sendo conduzido por três famílias, encontra-se em dificuldades.

Quanto ao uso das áreas comuns, esta é de preservação permanente e a princípio não deveria ser utilizada, mas foi invadida por alguns vileiros. As áreas dos lotes individuais vêm sendo exploradas com cultivos de subsistência, hortaliças e frutíferas. A definição sobre o que e onde plantar partiu dos próprios moradores (ao contrário de outras vilas) e o Estado forneceu apoio técnico e insumos. A criação de suínos na vila não é permitida.

A geração de renda é de origem diversa: trabalho volante (limpeza de pastagens, colheita de feijão, trabalho nas plantações de erva-mate); venda dos excedentes produzidos nos lotes; vendas de salgadinhos e sorvete, sericicultura e aposentadorias.

Quanto aos aspectos infra-estruturais constata-se a sua deficiência. Não existem estruturas de lazer, telefone, creche, tampouco, linha regular de transporte à cidade e o transporte escolar serve apenas para as crianças que cursam da primeira até a quarta série. Entretanto, a vila rural dispõe de um centro comunitário recém inaugurado e é dotada de água gratuita. Contudo, não há infraestrutura de irrigação.

Vila Rural Lary Calixto Razzolini

Esta vila rural localiza-se no município de Peabiru, possui uma área de 20,5 hectares e abriga 34 famílias. Não se observaram problemas de convivência entre os moradores, porém eles sugeriram que as casas poderiam ser construídas de tal modo a proporcionar maior privacidade entre as famílias. Eles conseguiram implementar uma associação informal, que adquiriu um triturador, com recursos destinados às famílias.

Quanto ao uso das terras constatou-se que esta possui área de cultivo comum. Os lotes individuais são explorados com cultivos de subsistência, frutíferas diversas, mas não há cultivo de hortaliças devido à falta de água para irrigação. Existe também criação de galinhas, bem como, de suínos e de bovinos, resultado da pressão dos moradores que relaxaram as “normas”.

A renda origina-se principalmente do trabalho temporário cuja ocupação principal é de “bóia-fria” nas plantações de cana-de-açúcar, algodão e soja. Além disso, várias mulheres trabalham de domésticas, outros trabalham de forma esporádica na prefeitura, e alguns fazem cestas. Existe também a venda do excedente de produção agrícola, a qual é realizada em Peabiru ou na própria vila. Observa-se, porém, que os vileiros sentem-se enganados com relação à vila, com frustração de expectativa, pois, conforme os seus relatos, houve promessas de água para a irrigação e que, assim, não mais teriam de trabalhar de “bóia-fria”.

Com relação à infra-estrutura constatou-se que a vila é dotada de telefone público e barracão para triturador, contudo não há estrutura de lazer nem centro comunitário. O posto de saúde, o centro social e a creche estão localizados na cidade há dois quilômetros da vila. Não há transporte escolar e nem coletivo. Assim, percebe-se uma certa ausência de infra-estrutura na vila.

Vila Rural Santa Rosa⁸⁵

A vila rural Santa Rosa localiza-se no município de Tibagi, possui uma área de 19,5 hectares e foi concluída em 1996 para abrigar 24 famílias, mas em 1998 nela moravam somente 22 famílias já que duas delas desistiram.

A maioria das famílias selecionadas para trabalhar nesta vila rural são originárias da zona rural, contudo, existe uma parte da população que era constituída de moradores de origem urbana, ou seja, antigos favelados.

Grande parte dessas famílias tinha como ocupação anterior a de empregados rurais temporários, de empregado rural permanente e, em menor proporção, de arrendatários e de proprietários.

Cerca de 75% das famílias já exerceram anteriormente atividade como produtor rural, sendo que a maioria tinha a posição na ocupação denominada empregado. Além disso, essas famílias não possuíam qualquer tipo de experiência associativa. Uma associação de moradores foi criada sem uma prévia discussão com as famílias participantes. Isso se agravou na medida em que, entre as famílias, já existiam sérias divergências em termos de convivência comunitária.

A maior parte das pessoas que compõem as famílias são do sexo masculino e jovens. O nível de escolaridade de grande parte delas é baixo, pois a grande maioria declarou possuir “primeira a quarta série do primeiro grau incompleto” e em adição uma alta porcentagem de pessoas analfabetas.

As fontes de rendimento dessas famílias são variadas, mas em geral obtêm sua renda de trabalhos temporários e se auto qualificam como diaristas e mensalistas. Essas famílias deslocam-se, muitas vezes, a grandes distâncias

⁸⁵ O presente relato é baseado em informações obtidas através de questionário estruturado.

envolvendo-se em trabalhos temporários de roçada de pastos, catação de feijão, pedreiro, carpintaria e construção de cercas. O entorno da vila rural não permite muita ocupação para esta mão-de-obra.

No que se refere aos aspectos produtivos as famílias combinam uma atividade agrícola de subsistência (milho, feijão, mandioca, verduras, batata-doce, abóbora, etc.) com a criação de aves. Os moradores receberam – somente na fase inicial do projeto – orientação do agrônomo da EMATER para o desenvolvimento das atividades agrícolas baseando-se em cursos para a implantação de horta caseira, pomar, cultura de feijão e milho, criação de galinhas, etc. No momento estão abandonados à própria sorte.

Apesar de existir um certo grau de satisfação entre os atuais moradores - provavelmente derivado das condições de vida muito precárias que antecederam sua instalação na vila - constatamos vários problemas: as estradas de acesso apresentam-se em mau estado de conservação; uma quase ausência de infra-estrutura básica - igreja e escola localizam-se em comunidade próxima e o posto de saúde na cidade; problemas estruturais em algumas das casas, como por exemplo, infiltração, telhas quebradas, qualidade do material, etc., dificuldade de comercialização dos produtos e, o que consideramos o principal dos problemas, falta de emprego na região, sendo que os poucos postos de trabalho são agrícolas e geralmente estão distantes do local de domicílio das famílias.

A implantação da vila rural partiu dos interesses do poder local e a compra da área, segundo alguns informantes, foi um processo bastante conturbado que envolveu gastos superiores àqueles previamente planejados. Essa questão é bastante freqüente no processo de aquisição de áreas para implantação desses assentamentos humanos no Paraná.

4.4.4.3 Resultados preliminares da avaliação “*ex-post*” do programa

Em artigo recente apresentado por Zanchet (2000) é possível evidenciar alguns resultados mais recentes da primeira etapa da pesquisa de avaliação *ex-post* do programa de Vilas Rurais do Estado do Paraná. Duas variáveis chaves são destacadas nos resultados: ocupação e renda das famílias

beneficiadas pelo programa. Em relação ao primeiro aspecto as famílias foram contabilizadas nas seguintes categorias: agrícolas, pluriativas, não-agrícolas, inativas e desempregadas. As informações obtidas estão sintetizadas na tabela 20.

TABELA 20
Tipos de famílias encontradas na avaliação do programa Vilas Rurais

TIPOS DE FAMÍLIAS	PERCENTUAL
Agrícolas	56,2
Pluriativas	24,6
Não-agrícolas	16,1
Inativas e desempregadas	3,1
Total	100,0

FONTE: Zanchet (2000) http://www.ipardes.gov.br/coluna_2000-06-04.html

Através da mesma é possível evidenciar a clara predominância das famílias cujos membros estão exclusivamente envolvidos em atividades agrícolas. Apesar disso, pode-se atestar que a pluriatividade é um fenômeno importante e atinge cerca de ¼ das famílias pesquisadas.

Vale a pena também dizer que a ocupação no lote apresenta-se como atividade, na sua maior parte, feminina: 4,9% das mulheres trabalham apenas no lote, contra 1,6% dos homens; e cerca de 17,6% do total de moradoras declararam dedicar-se aos trabalhos domésticos.

No que diz respeito às rendas familiares temos que: 65% das famílias beneficiadas pelo programa “situam-se nas faixas de renda entre R\$ 130,00 e R\$ 390,00, ou seja, a renda familiar predominante é de até três salários mínimos”. Provavelmente, este resultado encontrado deve-se à predominância das rendas das famílias agrícolas que exercem o efeito de puxar o resultado geral para baixo. Além disso, quanto à distribuição da renda familiar *per capita*, “verifica-se que 41,5% dos moradores recebem menos de US\$ 30/mês e 42,2% recebem menos de US\$60/mês”. Assim, a autora conclui que “83,7% da população moradora nas Vilas encontra-se na condição de pobreza, e que parcela

*significativa é extremamente pobre*⁸⁶. De acordo com esses resultados preliminares é possível afirmar que o programa não se apresenta capaz de superar as condições que colocam estas famílias na condição de pobreza e conseqüentemente de exclusão social provavelmente porque não estimula a emergência de atividades não-agrícolas.

4.4.5 Considerações finais: qual é o futuro do programa?

A partir das descrições dos resultados do programa apresentados anteriormente enunciamos as nossas hipóteses principais de trabalho e que servirão como guia para a análise. O quadro de condições para o desenvolvimento rural, em particular, aquele relativo à redução da desigualdade e de mobilização de recursos ociosos, pode ser assim proposto:

- a) a obtenção de um desenvolvimento que suponha a melhoria efetiva dos grupos menos favorecidos e permita reduzir as distâncias sociais requer previamente uma mudança na relação de forças existentes no mercado de trabalho, em particular, que promovam a emergência de novas ocupações;
- b) sem um fortalecimento real da posição negociadora dos trabalhadores, bem como a formação de uma elite identificada com a comunidade (capaz de articular os interesses fundamentais desta, ou seja, a sua capacidade de participação social, econômica e política, promovendo a sua integração cívica (cidadania) e interpessoal, o programa somente contribui para aliviar as tensões sociais, porém não diminui a assimetria social da população⁸⁷;
- c) que na posição social de seus membros surjam zonas de comportamento autônomo, que permitam inovações no estilo de vida e sistemas de produção; e finalmente,

⁸⁶ O artigo, que constitui-se em uma primeira versão dos resultados da pesquisa de avaliação *ex-post*, não deixa claro se estas rendas calculadas são médias, nem qual a metodologia para a realização da operação, como por exemplo, se foi levado em consideração a questão da renda originária da produção de autoconsumo obtida pelas famílias.

⁸⁷ Para isso “o papel da extensão é, não somente “entregar” tecnologia, mas muito mais que isso, desenvolver recursos humanos a fim de autorizar pessoas a exercer demanda efetiva para serviços apropriados. Essa função da extensão inclui mobilização, organização, treinamento e gerenciamento de sistema, em acréscimo às inovações técnicas” (Röling, 1985:280).

d) que seja edificado e/ou restaurado um sistema de bem-estar, promovendo a integração social (acesso a serviços sociais) e que adicionalmente, a questão da melhoria e construção de novas moradias tenha um peso muito destacado.

A tabela 21 revela as principais características e problemas das vilas rurais descritas anteriormente.

TABELA 21
Resumo das principais características das Vilas Rurais descritas

Nome da Vila Rural	Localização: Município	Área (ha)	Nº de fam.	Fontes de renda		Infra-estrutura			Principais problemas relatados
				agrícola.	não-agrícola	escola	posto saúde	centro comunit.	
Novos Caminhos	Manoel Ribas	14,3	18	X		não	não	não	poucas oportunidades de trabalho, organização social.
Sapopema	Bituruna	27	21	X	X	sim	sim	não	organização social, oportunidades de trabalho.
Félix Lerner	Toledo	14	18	X	X	sim	não	não	oportunidades de trabalho, qualificação profissional, infra-estrutura, moradia.
Esperança	Itaipulândia	9,7	15	X	X	não	não	não	organização social, oportunidades de trabalho, moradia, infra-estrutura.
Nova Califórnia	Califórnia	12	20	X		sim	não	sim	oportunidades de trabalho, qualificação profissional, distância do centro urbano.
Nova Ucrânia	Apucarana	46	65	X	X	sim	sim	não	oportunidades de trabalho, organização social, qualificação profissional.
Tarsilio F. Messias	Pitanga	16,5	20	X		não	não	sim	oportunidades de trabalho, organização social.
Lary C. Razzolini	Peabiru	20,5	34	X		não	não	não	oportunidades de trabalho, e infra-estrutura, qualificação profissional.
Santa Rosa	Tibagi	19,5	24	X		sim	não	sim	oportunidades de trabalho e certo abandono.

FONTE: COHAPAR (1998), FAPEAGRO (1997) e Pesquisa de campo (1998).

No contexto paranaense os benefícios gerados pelo programa referem-se principalmente à melhoria das condições gerais de vida desde o momento da mudança para as vilas rurais, com destaque para: moradia, produção e acesso aos serviços básicos. A moradia é a mais destacada. Intimamente associada a esta, encontram-se a elevação de três aspectos: segurança, alimentação e saúde.

O segundo aspecto refere-se principalmente, à produção de alimentos de subsistência⁸⁸ e o terceiro diz respeito a uma melhoria no saneamento básico e acesso aos serviços. Tudo isso conduz a um aumento da qualidade de vida e conseqüentemente da auto-estima das famílias. Contudo, a falta de infra-estrutura e a desocupação surgem como os problemas mais importantes nas vilas rurais. Tudo isso se acentua com os graves problemas oriundos das frágeis ou inexistentes formas de organizações sociais da população envolvida, como também da ausência de participação efetiva das famílias. De forma adicional, temos a “ineficiência” demonstrada pelo serviço de extensão rural em desenvolver um trabalho com os moradores.

Essa debilidade pode ser atribuída tanto ao processo de formação profissional, que prioriza um “olhar” para o espaço rural como *locus* exclusivo da produção agrícola (viés agrícola) e de caráter empresarial, como também pela impossibilidade intrínseca deste sistema organizacional atender esse público diferenciado⁸⁹. A situação torna-se mais grave pela forma de implementação do programa que prioriza uma descentralização que propicia o surgimento de situações onde o poder local envolve-se em situações extremamente embaraçosas na gestão do empreendimento das obras e do dinheiro público.

⁸⁸ A esse respeito é interessante destacar algumas das conclusões do estudo da FAO (1996) sobre o desenvolvimento da agricultura urbana: chama-se a atenção para o fato de que “a agricultura urbana não se constitui uma solução universal a todos os problemas de segurança alimentar, sendo muito mais uma técnica de sobrevivência para os pobres urbanos em tempos de crise econômica e para realçar os suprimentos alimentares já existentes. A mais importante conclusão do relatório, no que se refere ao assunto que vem sendo discutido até aqui, é que “a agricultura urbana faz mudar pouco os padrões de distribuição de renda existentes”.

⁸⁹ É muito esclarecedor novamente mencionar Røling (1985:280) ao explicar que: “Não era mais possível assumir que tais agências pudessem ser reprogramadas facilmente para categorias diferentes de usuários. Em vez disso, pesquisa, extensão e usuários parecem fechados dentro de sistemas sociais ligados através da adaptação e do controle mútuo; conduzidos à convergência de interesses e à exclusão de outras categorias de potenciais beneficiários”.

Com base nas hipóteses de trabalho apresentadas, argumentamos que o marco de condições para o desenvolvimento do programa – especialmente, redução da desigualdade social e de mobilização de recursos – não se efetiva, apesar das boas iniciativas recentes tomadas no sentido de redimensionar o programa (EMATER, 1999a e 1999b).

Não se constata uma mudança significativa na relação de forças existentes no mercado de trabalho, apesar dos esforços localizados para tornar essa questão uma realidade, nem tampouco um fortalecimento da posição negociadora dos trabalhadores, ou seja um investimento em canais efetivos de participação social. Essas duas questões conjugam-se e se constituem em “impedimento” da emergência de inovações no estilo de vida e sistemas de produção⁹⁰. A estas somam-se dificuldades para que se identifique e se promova o desenvolvimento humano, particularmente o desenvolvimento institucional local com o fortalecimento e/ou criação de organizações de base que representem e defendam os interesses deste público.

Neste sentido, há que se reformular o programa, reformulações estas que precisam dos “reparos” necessários sugeridos por Graziano da Silva⁹¹ – tanto a ampliação de escala (tabela 22) já que ela pode redefinir o caráter agrícola porque gera ocupações tipicamente urbanas. Ou seja, urge engendrar um conjunto de políticas não-agrícolas no sentido de desenvolver atividades não-agrícolas no meio rural. Outro ponto consiste na busca da requalificação profissional dos beneficiários – para que o programa possa tornar-se uma política pública que efetivamente atenda às necessidades da população envolvida e não simplesmente um programa intitulado de “Reforma Agrária Viável”, mas que na sua essência é apenas um amortecedor dos efeitos das crises econômicas e, conseqüentemente, dos eventuais e futuros conflitos sociais no campo.

⁹⁰ Neste aspecto apresenta-se a fala de um morador publicada na edição especial da Gazeta Mercantil (1998:67), onde se evidencia a dificuldade de re-inserção de uma família com um membro aposentado: “Na prefeitura, disseram que eu era aposentado e não poderia morar aqui, lugar para quem não tem renda. Escrevi, então, ao governador e contei a situação”. Além disso, em conversa pessoal com os moradores da Vila Rural Santa Rosa constatamos a pouca preocupação dos extensionistas em relação a idéias promissoras, como por exemplo a criação de pequenos animais, em especial, codornas.

⁹¹ Ver Gazeta Mercantil de 13/03/98.

TABELA 22

Estratos de números de famílias residentes em “Vilas Rurais” do Paraná.

Estratos de famílias	Frequência	Percentual	Percentual acumulado
12 até 29 famílias residentes	61	31,9	31,9
30 até 50 famílias residentes	94	49,2	81,2
51 até 89 famílias residentes	33	17,3	98,4
90 até 106 famílias residentes	3	1,6	100,00
Total	191	100,0	-

FONTE: Tabulações de dados publicados pela COHAPAR (1998).

No entanto, há que se reconhecer a importância de tais programas como forma de “desprivatizar” o espaço rural (Graziano da Silva, 1999:109) e criar, sobretudo, áreas de moradia para uma parcela importante de trabalhadores rurais impedindo o generalizado esvaziamento do campo.

4.5 Resumo e conclusões: desafios das políticas rurais

Esta breve retrospectiva histórica e analítica das políticas de desenvolvimento rural no Paraná nos permite destacar algumas conclusões e apresentar os novos desafios a serem enfrentados pelas políticas. Iniciamos, então, com algumas questões que julgamos relevantes. No final dos anos 70 e início dos anos 80 já era possível evidenciar as conseqüências no campo econômico e social oriundas do modelo de desenvolvimento que se impôs nas décadas anteriores⁹². Essa constatação fez com que os governos estaduais buscassem soluções através da elaboração e aplicação de novas políticas.

A primeira forma de intervenção governamental mais concatenada denominou-se PRORURAL. Ela enquadrou-se na perspectiva mais geral dos Programas de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRIs) impulsionadas pelo Banco Mundial através de concessão de empréstimos aos países

⁹² A questão é que o modelo de desenvolvimento pelo qual o Paraná optou foi para promover desenvolvimento agrícola, sem necessariamente levar a um desenvolvimento rural. Em especial, porque promoveu a substituição de culturas intensivas em mão-de-obra por cultivos de grãos, altamente mecanizados nas suas fases de produção e com preços decrescentes.

subdesenvolvidos. Ainda que tivesse uma preocupação inicial em solucionar a questão do empobrecimento dos agricultores de uma região previamente determinada - apesar de uma abordagem, desde o início, bastante ambígua - os resultados de avaliação mostraram que o programa terminou por discriminar e excluí-los, favorecendo os agricultores mais afortunados. O mesmo conseguiu atingi-los somente de forma muito tangencial, por meio da extensão dos serviços de educação, saúde e com referência às estradas. Com isso, deu-se prosseguimento e, com alguma certeza, pode-se afirmar que ajudou a cristalizar o movimento, já em curso, de diferenciação social e conseqüentemente de exclusão social dos mesmos.

A segunda forma de intervenção governamental também buscava a redução das disparidades sociais e regionais, através essencialmente da conservação dos solos e da preservação do meio ambiente tentando atingir, diferentemente do programa anterior, produtores rurais de todo o estado. Ainda que se pautando em uma metodologia de caráter inovador - antecipando-se na transformação do enfoque de desenvolvimento, ou seja, assumindo um caráter territorial - pode-se afirmar que ela estava atrelada a um certo determinismo de caráter geográfico atribuindo um papel muito forte à natureza na conformação da sociedade. Do nosso ponto de vista, não se pode afirmar que o mesmo seja considerado uma política de desenvolvimento social. O programa mostrou-se bastante inócuo em atingir os agricultores mais pobres. Baseou-se numa perspectiva estritamente de caráter técnico atingindo principalmente a camada dos agricultores mais progressistas, mais escolarizados, mais expostos aos meios de comunicação de massa, com maior liderança de opinião e de melhor nível econômico, ou seja, seguindo a tradição da “difusão de inovações” que sempre teve um grande impacto na prática de extensão⁹³.

⁹³ Fundando-se no exposto anteriormente esse programa pode ser considerado como uma etapa superior da modernização conservadora da agropecuária paranaense. Confirma-se a pressuposição de Graziano da Silva (1997) que: 1) as trajetórias tecnológicas resultantes da preocupação ecológica podem ser derivadas de antigas práticas agronômicas que vierem a ser revitalizadas com novas técnicas de menor uso de insumos externos; 2) as trajetórias de restrições ambientais tornam as políticas públicas mais seletivas que as velhas políticas de crédito rural e preços mínimos. Completa afirmando apropriadamente que: “*É um erro pensar que as políticas ambientais sejam democráticas por si mesmas*”.

Seguindo a tradição de políticas para o campo paranaense por meio de empréstimos internacionais (Banco Mundial), nos anos 90 emerge uma nova geração de políticas, com enfoque diferenciado, visando explicitamente o combate à pobreza e à melhoria do bem-estar no rural paranaense. Com base nas informações disponíveis, é possível declarar que, mais uma vez, as agências de extensão rural foram eficientes em promover os “agricultores aos quais sempre atenderam”. Mais especificamente, com relação ao programa denominado de Vilas Rurais, ainda que os resultados obtidos sejam de caráter parcial, é possível fazer algumas afirmações.

Quantitativamente o programa não atingiu, até o momento, os seus ambiciosos propósitos: segundo os dados apresentados o mesmo cumpriu cerca de apenas 25% da meta inicialmente proposta. Qualitativamente, verifica-se que o programa ajudou a melhorar a qualidade, principalmente da moradia, da alimentação e da segurança das famílias, tendo um reflexo direto sobre o seu nível de auto-estima. Todavia, não tem conseguido transformar a relação de forças existentes nos mercados de trabalho locais através da integração econômica das famílias. Uma das principais razões para isso é que o programa possui um “viés agrícola”. O programa, em sua essência, tem por modelo uma “colônia de fazenda” externa a ela e não uma “vila rural” propriamente dita.

O próprio Governo do Estado do Paraná reconheceu que o programa apresenta fortes limitações, tanto que o Secretário de Estado de Habitação, Rafael Dely, afirmou que o programa foi uma forma encontrada pelo Governo do Paraná para tentar segurar as pessoas no campo por mais uma geração, tempo que seria suficiente ao menos em teoria, para que as cidades criassem infra-estrutura para receber mais moradores. Assim, o projeto não tem nada de reforma agrária. “É um plano de habitação, um apoio ao “bóia-fria” que trabalha no campo e dorme na periferia dos centros urbanos” (Revista Globo Rural, agosto 2000).

Ou seja, necessita-se acoplar ao programa de habitação representado pela Vila Rural outras políticas rurais não-agrícolas visando desenvolver essas atividades e criar novas formas de geração de renda e emprego para essa população. Além disso, ele não proporcionou condições para

que ocorresse um fortalecimento ou mesmo emergência de organizações sociais a partir das necessidades das famílias envolvidas, ou seja, não criou caminhos para a promoção da integração cívica (cidadania). A idéia de descentralização e de participação cai num vazio que é a inexistência de organizações locais fortes, permitindo a usurpação dos recursos governamentais através dos mecanismos usuais utilizados por aqueles que estão situados numa melhor posição social.

Como tanto a infra-estrutura quanto as redes sociais mostraram-se deficientes e extremamente frágeis, pode-se também declarar que a integração social e interpessoal viram-se claramente prejudicadas.

Acrescenta-se a tudo isso uma certa “incapacidade” e “ineficiência” dos serviços de extensão rural e dos extensionistas em desenvolver um trabalho efetivo com os moradores com vistas a criar condições que permitissem inovações nos estilos de vida e nos sistemas de produção. Esse problema repousa tanto nas fraquezas presentes no processo de formação profissional dos extensionistas cuja “prática se orienta por um bom senso ou por ideologias nem sempre submetidas à reflexão crítica” (Neves, 1998:148), quanto na impossibilidade de tais agências serem reprogramadas para atendimento de categorias especiais de usuários.

Essa é a dimensão institucional, que vem constituindo-se em um obstáculo e não num apoio para alavancar mudanças “institucionais que permitam apoiar a construção de condições que reconheçam as formas de organização dos agricultores qualificados como marginalizados ou fadados à exclusão social” (Neves, 1998:149). O que queremos dizer é que uma mudança de enfoque precisa ser acompanhada também de uma mudança de caráter institucional⁹⁴. Em síntese, este programa parece constituir-se muito mais como um amortecedor dos efeitos das crises econômicas e um mecanismo de contenção de eventuais conflitos sociais no campo paranaense.

⁹⁴ Essa mudança pressupõe o fortalecimento e/ou a criação de organizações de base que representem e defendam os interesses dos novos atores sociais que estão emergindo no campo, especialmente os que de forma mais rara são ouvidos e se fazem ouvir por não possuírem nenhuma forma de organização institucionalizada. Graziano da Silva (2000:13) chama atenção para a necessidade que temos de construir uma nova institucionalidade se quisermos assegurar que eles se expressem. Neste sentido, considera necessário a reformulação das instituições de ensino, pesquisa e extensão através da modificação dos conteúdos, métodos e objetivos dessas instituições, de seus programas e métodos de ação.

Como programa de desenvolvimento rural, precisa sofrer sérias modificações, levando-se em conta o que apropriadamente declara Etxezarreta (1991:44,45) para o caso da Espanha: a diferenciação social entre os agricultores aumentou e a dualidade entre uma agricultura “produtiva” e uma agricultura “social” se reforçou. A tendência ao abandono do meio rural, dos desequilíbrios regionais e interregionais e da pauperização de uma parte do mundo rural tornou-se real e aparece como um dos resultados inconvenientes do futuro. (...) “O desenvolvimento rural não será produzido pela dinâmica econômica do mercado, ele é uma opção social. Um assunto para a escolha da consciência social, uma opção por algumas razões não diretamente produtivas. O processo de desenvolvimento não é o resultado das forças onnipresentes. Se as perspectivas de desenvolvimento rural são medíocres, torna-se urgente debater para quem ele se dirige, quem paga e como fazer para conseguir”.

Desta forma, a consecução de políticas públicas frente ao quadro de mudanças presentes neste final de século não poderá ser encarada de forma tão simplificada como no passado, pois “o meio rural se encontra hoje diante de um equilíbrio frágil entre as funções que lhe são exigidas” (Delgado, 1992:11).

Essas políticas dependem, portanto, da construção de incentivos culturais e políticos inovadores, novas dinâmicas, principalmente no que se refere à incorporação dos atores sociais. Essa incorporação poderá ser objetivada através do estímulo da participação das populações locais no processo de desenvolvimento. Em última instância, ela refere-se *a um processo de construção de uma arena pública*⁹⁵, fundada em um “processo de democratização da riqueza, mas também no controle da população que em outros tempos fora estigmatizada e

⁹⁵ A participação das populações locais no processo de desenvolvimento coloca-se como uma das questões chave, pois as políticas públicas para alcançar sua efetividade dependem do investimento na produção do consenso. Consequentemente, cresce a importância atribuída às relações de poder que operam nas unidades sociais básicas do povoado e da municipalidade, bem como da compreensão dos modos locais de gestão, das trocas socialmente construídas nos espaços de micropoderes, *loci* onde as políticas públicas são objetivadas ou “os espaços de negociação”. Torna-se importante também o entendimento das formas de mediação para compreensão de um Estado objetivado na periferia e alterado por esta forma de inserção. Por isso, expressões comuns à Ciência Política, como arena de decisão, emprestam amplitude para a compreensão do mercado e da racionalidade econômica. (Neves, 1997).

agora aparece redimida pelas possibilidades de ensinamento da criatividade produzida no contexto da exclusão social” (Neves, 1997).

Esses processos de mudança precisariam se apoiar em aliados que sejam portadores da capacidade de produção e de transmissão de informações. Neste sentido, as agências de extensão e os próprios extensionistas adquirem um novo papel. Partindo da análise desses processos de mudança de caráter econômico e produtivo, a questão principal tende a ser a participação e a organização política, ou seja, a possibilidade de, como agente externo, mobilizar recursos e capacidades ociosas em nível local⁹⁶. Para isso é necessário que estas agências, assim como os extensionistas, sejam capazes de compreender a cultura política dos agentes sociais que serão estimulados à tomada de decisão e os efeitos da imposição de modelos participativos, considerando inclusive o papel dos próprios extensionistas (Neves, 1997). Assim, o papel desempenhado pelos serviços tradicionais de extensão está sendo questionado.

Da opção pela revisão de sua postura (ou não) apontará para sua sobrevivência ou completa extinção (Phelan, 1995:7). Uma extensão direcionada aos pequenos e médios agricultores paranaenses necessitaria centralizar-se na questão do apoio e defesa de fontes de rendas não-agrícolas, as quais complementariam inicialmente os recursos dessas explorações agrícolas. Como já destacamos, uma das formas de se obter um mundo rural vivo é através de criação de oportunidades de ocupação e rendas para as pessoas que aí permanecem. Para isso, parece necessário que o serviço de extensão do Paraná procure adotar abordagens de desenvolvimento rural voltada tanto aos agricultores quanto aos residentes rurais que não são agricultores. Neste sentido é que a existência dos “agentes de troca ou intercâmbio” é fundamental.

⁹⁶ Segundo Graziano da Silva (1997:5) “A idéia central do desenvolvimento local é que existem capacidades e até mesmo recursos ociosos que podem ser mobilizados produtivamente nas comunidades para que se dê a partida no processo de desenvolvimento”. Ou seja, constitui-se na capacidade de valorizar os recursos locais, mas também, de propiciar o surgimento de um ambiente de colaboração recíproca entre os diferentes segmentos produtivos e entre campo e cidade que termina por decidir o destino de cada região. Um exemplo dessas experiências locais pode ser encontrado na Revista Globo Rural (julho, 2000, p. 36) sob o título: “Artesanato: Brilho no campo”.

Marsden (1995) destaca que os principais agentes de mudança são os novos atores sociais que vêm ocupando o espaço rural e impondo novas formas de direito de propriedade (contratos de aluguel de veraneio, contratos de arrendamento de curto prazo, comodato) ligados essencialmente ao uso, ao consumo. Desta forma, enfatiza que com o decréscimo paulatino do poder dos interesses agrícolas e o crescimento dos consumidores que procuram bens posicionais (de consumo ostentatório e dos modos de destruição ou desperdícios sociais, como por exemplo, residência secundária), ou as simples amenidades rurais, eles poderão se constituir em uma força renovadora fundamental na defesa dos direitos de propriedade e de imposição de racionalidades sociais. Isso implica que os mercados que interagem com o espaço rural sejam social e politicamente regulados estando condicionados às novas demandas de consumo e que apresentem um caráter intersetorial. Isso conduz a uma reintegração dos usos múltiplos das propriedades, à reconstituição da localidade e da paisagem e ao balanço das responsabilidades e direitos que as pessoas deveriam ter na área rural. O que nos aponta para reconhecer a necessidade dos temas recentes que são os novos padrões de regulação e da maneira de elaborar e implementar políticas públicas, bem como o novo papel designado para as profissões e para as instituições. Assim, Marsden (1995:293) enfatiza que: “onde existe uma forte estrutura regulatória (minerais e agricultura produtivista), os atores-chaves, aqueles que são capazes de tornarem-se ‘pontos de passagem’ para a representação de outros (os ‘porteiros’ do processo de desenvolvimento) tendem a ser o setor público planejador ou outras agências estatais. Essas agências estatais são, por exemplo, as agências de extensão do Ministério da Agricultura.

Nas situações onde esta estrutura regulatória sofreu um processo de desmonte, ou onde ela é fraca, esses atores-chaves aparecem como um conjunto de intermediários (mediadores) capazes de explorar as incertezas da arena de regulação. Esses agentes de troca normalmente conhecem ambas arenas identificadas e são capazes de combinar uma compreensão da política mundial (as regras de transferência) com a consciência de oportunidades de desenvolvimento local (Marsden, 1995:293). Assim, eles tornam-se especialistas

na combinação de mercados e experiência regulatória que lhes permitem facilitar planos de permissão, assim como negociar o processo de desenvolvimento. Os agentes de intercâmbio constituem-se em intermediários chaves na interpretação das políticas de planejamento local, o qual os proprietários de terras e fomentadores externos desconhecem. Finalmente, Marsden (1995:293) reconhece que esses agentes de intercâmbio crescem nas carências e incertezas desiguais da era pós-produtivista e devem ser vistos como atores fundamentais no processo de desenvolvimento rural.

É por isso que Neves (1997) destaca que: “os processos de transformação das estruturas de oportunidade e de reordenação de fatores devem contar com aliados investidos do papel de transmissor e produtor de informações, razões pela qual o papel dos extensionistas deve ser redimensionado. Integrado diante de um novo quadro político, sua prática social é reconhecida pela correspondência aos modos de hierarquização dos sistemas de poder e de redistribuição de renda na sociedade”. A importância crescente dos agentes e das instituições pode ser analisada à luz das experiências internacionais relacionados a seguir.

No caso da experiência inglesa relatada por Gasson (1988:160 e 161), a autora explica que o tratamento a ser dado aos agricultores em tempo parcial deve ser baseado numa abordagem na qual seja melhorado o acesso à informação, o aconselhamento e o treinamento. Porém, antes de tudo é necessário conhecer os antecedentes de como os agricultores passaram de agricultores de tempo completo a agricultores de tempo parcial, e como muitos outros estão tentando “participar” e ao mesmo tempo proteger um “nicho” da exploração agrícola. O treinamento e aconselhamento são, obviamente, totalmente diferentes para os dois grupos. A autora relata várias iniciativas na Inglaterra como em outros países, de como auxiliar os pequenos agricultores e os agricultores em tempo parcial. No Canadá, por exemplo, em Ontário, uma escola de nível superior oferece um “Programa Escolar Noturno para Agricultores Principiantes”. Similarmente, uma Faculdade de Educação Superior em Yorkshire lançou com sucesso cursos para pequenos agricultores e agricultores em tempo –

parcial em assuntos tais como: administração animal básica e contabilidade agrícola prática. No Departamento de Agricultura de New South Wales, produziu-se um manual versando sobre “exploração agrícola em pequenas áreas”. Um pequeno grupo no oeste de Wales fornece um programa de palestras e excursões agrícolas e produz boletins informativos muito práticos os quais não somente contêm conselhos técnicos tópicos, mas também uma seção sobre compras com desconto, uma seção de “Intercâmbio e Mercado” e um registro de habilidades os quais os membros estão dispostos a oferecer como forma de pagamento, consultas, ou trocas. Nos Estados Unidos, segundo Schmitt (1995:7,8), aumentou no final dos anos 80 o questionamento da dotação de recursos públicos para um serviço de extensão que encontrava entraves para difundir conhecimentos na área de Ciências Agrárias para uma população de “farmers” em queda constante e crescentemente especializada. A ocupação em atividades agrícolas americana decresceu em 80% em quarenta anos (1940-80). Todavia o serviço cooperativo de extensão operava em 3.147 “*counties offices*”, ou seja, cerca de um escritório para cada 137 propriedades rurais. As críticas sacudiram as bases extensionistas americanas que procuram, atualmente, conquistar audiências urbanas para justificar sua existência.

Assim, a utilização do serviço de extensão passou a ser mais ousado: vem sendo utilizado para estender ou difundir todo o conhecimento da universidade e não apenas aquele relacionado às Ciências Agrárias, ou seja, o serviço de extensão americano foi impelido a sair de seu envoltório de programas de técnicas agrícolas e trabalhar com questões da sociedade em geral. Essas novas áreas são: competitividade na agricultura, oportunidades agrícolas alternativas, qualidade da água, conservação e administração de recursos naturais, biologia molecular, engenharia genética, segurança alimentar, agricultura de baixa renda e novos usos para os produtos agrícolas. Esse mesmo autor destaca que na programação do Serviço de Extensão do Estado do Kansas nos E.U.A., os principais projetos desenvolvidos são: ciclismo, fotografia, criação de cães, computação, eletricidade, artesanato com madeira, bichinho de estimação, geologia, entomologia, pequenos motores, jardinagem, artes e artefatos e

melhoramentos da casa. Na programação do LCE & LSU Ag Center⁹⁷, os principais programas desenvolvidos são: jardinagem, compostagem, horticultura, etc. Os “dias de campo” têm afluxo predominantemente de pessoas urbanas e de “residentes rurais” com profissões não-agrícolas. Até 1986, a extensão em Minnesota chamava-se Serviço de Extensão Rural. O nome mudou para Serviço de Extensão de Minnesota, dado que 60% de suas atividades eram não-agrícolas (Schmitt, 1995).

Na Iugoslávia, é crescente o número de mulheres rurais que decidem desenvolver o turismo rural e o artesanato segundo Rupena-Osolnik (1983:92). Elas tentaram melhorar a sua renda (e com isso aumentar a qualidade de vida) ao mesmo tempo que buscam ser tanto quanto possível mais independentes. Na pluriatividade das mulheres rurais, o tipo de ajuda oferecida para as mesmas tanto pelos seus próprios maridos como pela família é crucial. A divisão de trabalho é obrigatória tanto quanto o envolvimento dos membros da família, em particular se esta decide desenvolver atividades não-agrícolas no interior da propriedade, como por exemplo, o turismo rural. Por isso, não somente as mulheres mas suas famílias inteiras enfrentam problemas de educação e formação. Cada membro que quer envolver-se em turismo rural tem de ser qualificado para a nova ocupação⁹⁸. As cooperativas organizam, então, cursos especiais para assegurar que as mulheres que estão interessadas em obter o conhecimento necessário o adquiram adequadamente. Esse tipo de programa está dividido em três partes: a primeira parte está preocupada com problemas econômicos gerais domésticos, a segunda dá atenção especial à administração doméstica, e a terceira parte é dedicada ao preparo de refeições, especialmente pratos nacionais. Métodos especiais de ensinar são utilizados para esses cursos de acordo com os níveis educacionais das mulheres. As mulheres rurais são organizadas dentro de grupos de comitês

⁹⁷ Louisiana Cooperative Extension Service & Louisiana State University Agricultural Center. Para maiores detalhes ver: www.agctr.lsu.edu

⁹⁸ Por esta e por outras razões que Fernandez (1994:289) chama atenção para o seguinte: “grande parte do êxito das atuações no meio rural estarão condicionadas pelos recursos humanos. Se a problemática das zonas rurais possui raízes na adaptação de suas atividades e na diversificação setorial, é evidente que a formação profissional deverá orientar-se para as novas necessidades para o que será necessário modificar tanto os conteúdos como, na maioria dos casos, as formas de distribuir os ensinamentos”.

de mulheres rurais. (...) Os programas dos grupos ou comitês formam uma parte integral dos programas de cada organização associada. Para a realização desses programas um processo de educação e treinamento está sendo realizado. (Rupena-Osolnik, 1983). Segundo a mesma autora, as mulheres rurais têm um grande interesse nesse trabalho, especialmente em regiões afastadas. Dentro dos programas de treinamento rural as mulheres também ganham qualificações para participação das decisões nas organizações cooperativas, comunidades locais e outras associações auto-administradas. Elas tornam-se familiarizadas com regulações legais referentes à propriedade das terras, à herança, às possibilidades de segurança, social, saúde e cuidado com as crianças, etc.

Tudo isso ajuda a mulher rural a tornar-se ativa, se ela se interessar pela vida política e social de sua vila ou comunidade. Se se quer que a mulher rural seja bem sucedida na pluriatividade, ela deve ter treinamento/formação apropriada para cada atividade. A exploração agrícola familiar não deveria ser avaliada apenas como unidade econômica, mas também como uma unidade para melhoramento progressivo da aldeia e da produção agrícola como componente do desenvolvimento rural. No Brasil, e em particular no Estado do Paraná, dada a ausência dessas políticas de estímulo às atividades não-agrícolas acaba sobrando para a mulher rural apenas a inserção nas atividades domésticas e externamente como empregada doméstica. Além disso, há uma posição declarada por um dos responsáveis pela formulação e implementação de políticas agrárias, que “não há atores sociais que demandem essas políticas não-agrícolas⁹⁹”. Do exposto acima conclui-se que a busca por outras noções de extensão e desenvolvimento rural deve ser encarada como importante e necessária. As crises que se interpõem, de forma quase permanente, abrem espaço para novas idéias e fornecem novos parâmetros para pensar a questão do desenvolvimento rural, porque são as crises que acrescentam qualidade a esse processo.

⁹⁹ No Seminário realizado recentemente e intitulado “Desafios da Pobreza Rural no Brasil” (Rio de Janeiro, Setembro de 2000) o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann expressou esse ponto de vista. Este pode ser considerado tanto um ponto chave, como novo sob o ângulo teórico e que precisa ser melhor desenvolvido.

5. Considerações Finais e Conclusões

Baseando-se nas informações apresentadas ao longo destes capítulos é possível inferir algumas conclusões propriamente ditas no que tange às atividades não-agrícolas e ao desenvolvimento rural no Paraná.

A breve revisão acerca da evolução histórica do desenvolvimento agrícola e rural no Paraná permitiu caracterizar a forma que ele tomou neste estado. Neste sentido, resgataremos apenas alguns pontos que julgamos essenciais quanto ao objetivo inicialmente proposto.

O primeiro ponto é que a forma inicial de ocupação e o desenrolar das atividades econômicas no Paraná assumiram uma forte descontinuidade. Após um grande período onde as atividades econômicas foram muito rarefeitas ou esporádicas, os ciclos ocorreram de tal maneira que cada um deles aproveitava pouco do precedente, ainda que no caso da sucessão da atividade de extração de erva-mate pela exploração de madeira houvesse uma certa compensação em termos de ocupação e de renda. A atividade econômica que comandava não foi capaz de criar para a sua sucessora mecanismos nos quais se pudessem gerar ocupações e rendas. De forma complementar, as mesmas conformaram-se em função das possíveis combinações dos aspectos do solo e de clima do território.

A perda da hegemonia da exploração comercial da cultura da erva-mate permitiu a emergência e consolidação da cafeicultura, a qual marcará profundamente a história econômica do estado. Entretanto, essa economia esteve fortemente direcionada para a cafeicultura paulista, podendo-se afirmar que se constituía em um “prolongamento” da mesma. Mesmo com o seu “boom” em um período muito reduzido (menos de uma década), a consolidação econômica da região se realizará somente através da transferência da atividade da agricultura para o meio urbano, ou seja, de uma forma tal que as atividades primárias gerassem tanto recursos como um conjunto de atividades secundárias (por exemplo, rede bancária, corretagem, representação, etc.). Isto significa que, pouco a pouco, as atividades não-agrícolas vão deixando o interior do setor agrícola que caracteriza o velho complexo rural. As cidades passam a absorver gradativamente as atividades existentes no interior das fazendas, além de criar novos ramos de

atividades. Neste sentido, a cafeicultura no Paraná assume um papel de destaque porque traz em seu bojo três aspectos muito importantes: a) uma mão-de-obra relativamente livre; b) um setor muito forte de produção de alimentos; c) um grande consumo de produtos intermediários.

Por isso, esta atividade econômica torna-se relevante no que se refere a modificações radicais nas bases das economias estaduais. Quando este complexo rural cafeeiro entra em crise, e chega a se arrebentar, incidirá fortemente sobre aspectos demográficos, na distribuição da riqueza e na força-de-trabalho.

Apesar da existência de outros elementos que inicialmente já vinham antecipando-se à fase considerada de decadência da cafeicultura, tais como vários anos de adversidades climáticas que já estavam ocorrendo. Apesar da política de erradicação em curso e a preliminar introdução de uma cultura de aceitação internacional, a soja, o fato realmente decisivo para tal decadência e que habitualmente não costuma ser revelado nas análises foi a *geada negra* de 1975, que aniquilou a cultura e estimulou a sua quase completa erradicação. Esse fenômeno alcançou grandes dimensões para o desenvolvimento de atividades econômicas porque permitiu a liberação de um contingente muito expressivo de mão-de-obra, que fora habitar nas periferias das cidades e trabalhar de forma sazonal na agricultura, que estava em um processo de modernização agrícola de grande magnitude.

A intensificação no uso de máquinas, equipamentos e insumos de origem industrial, bem como a crescente incorporação de novas variedades que se transformaram rapidamente em *commodities* permitiu um notável crescimento agrícola na década de 70. Essas mudanças tecnológicas não foram homogêneas, assumindo ritmos diferenciados nas microrregiões do estado, mas com uma tendência de difusão regional. Elas transformaram profundamente a organização social rural com importantes conseqüências econômicas e sociais, tais como: alteração na estrutura fundiária, na evolução das ocupações agrícolas e rurais e na relação de trabalho no campo, mudança na pauta de produtos agrícolas, migração e urbanização, etc.

Nos anos 80, a produção primária continuou o seu processo de transformação qualitativa, acentuando-se o incremento da produtividade da terra e do trabalho no Paraná. A cultura da soja, que foi um dos elementos de condução do processo de transformação do agro no estado, sofre um arrefecimento neste período. As conseqüências do aprofundamento do processo de modernização foram graves: entre elas, o agravamento das condições de vida da população rural mais pobre, mas também importantes transformações nas relações produtivas. O estado não propicia condições para o arrefecimento do êxodo agrícola e rural e acentua-se o processo de concentração fundiária, o qual assume novas feições, o que propicia também o surgimento de vários movimentos de reivindicação.

Nos anos 90, em especial no período 1987-96, o Paraná assiste a um processo de perda relativa da supremacia da produção agrícola na composição do PIB estadual. Esse crescimento ganha destaque nos municípios paranaenses que anteriormente diferenciaram-se dos demais por estarem situados próximos ou mesmo conterem alguma infra-estrutura de rodovias e ferrovias. Além desse importante fato, que cria uma nova regionalização no estado, outras informações permitem concluir que nos anos 90 aprofunda-se o processo de diferenciação social iniciado nos anos precedentes como, por exemplo, aumento da concentração fundiária em explorações de médio porte. Além disso, consolidam-se com mais clareza os produtos que largamente dominam o setor produtivo: soja, trigo e milho, que respondem por aproximadamente 80% da área cultivada no estado.

A agricultura estadual trilhou um caminho de reorganização produtiva, notavelmente apontando para um processo de melhoria da competitividade e para a consolidação de uma estrutura de produção plenamente acomodada ao novo ambiente econômico de maior concorrência e de diminuição acentuada do papel do estado. Essa transição torna mais aguda as desigualdades regionais e a exclusão social. A par disso, já é possível notar que a vida rural paranaense não apresenta mais um fundamento estritamente produtivo para um conjunto significativo de famílias.

Assim, a exploração das relações entre esses dois processos – desenvolvimento agrícola e rural no Paraná – através da análise de estudos e pesquisas já realizados procurando evidenciar as variáveis que os fazem ser interdependentes ou não, leva-nos a tecer a primeira conclusão básica do estudo: a experiência de pleno êxito do desenvolvimento agrícola no Paraná não conduziu necessariamente ao desenvolvimento rural, mas acentuou as disparidades sociais previamente existentes.

As evidências empíricas, apresentadas no capítulo 2, permitem-nos afirmar que no caso do Paraná as atividades agrícolas tradicionais não permitiram a manutenção do nível de ocupação no campo. A quantificação de sua contribuição na geração de novos postos de trabalho apontam inequivocamente para uma queda da população ocupada nestas atividades. Dois elementos servem como base explicativa para essa constatação: o primeiro deles é o espetacular aprofundamento da mudança tecnológica na agricultura, em especial na fase de colheita de alguns produtos; o segundo elemento é a crescente abertura comercial no início desta década aliada a uma crise da renda agrícola das principais *commodities* produzidas no Paraná. Isso fez com que, no último período dos anos 90, surgisse um cenário muito desfavorável a qualquer expectativa de recuperação dos níveis de ocupações agrícolas no meio rural paranaense. Acentua-se, desta forma, o processo de diferenciação social no campo paranaense. Esse fato é corroborado pela tendência de crescimento das ocupações agrícolas mais especializadas, como a de “dirigente da agricultura”. Crescem as diferenças entre as duas principais agriculturas paranaenses, uma de grande escala e baseada no trabalho assalariado, e uma outra de pequena escala, assentada no trabalho familiar, mas em franco processo de desmantelamento, empobrecimento e, conseqüentemente, de exclusão social.

No entanto, a quantificação também permitiu constatar o crescimento importante de um conjunto de atividades não-agrícolas. Em parte, essas atividades emanam do desenvolvimento agrícola. Mas, outras delas têm origem não-agrícola. Basicamente concentram-se no ramo de prestação de serviços e, em especial, no setor de emprego doméstico. Por isso é que a posição na

ocupação de empregado não-agrícola constitui-se na única categoria que cresce de forma importante. Além disso, as duas principais ocupações que apresentavam crescimento eram as de “serviços domésticos” e “diversos” que juntas representavam mais da terça parte das ocupações rurais não-agrícolas no rural privado não-metropolitano. Todavia, possuem uma característica similar: são ocupações que exigem uma baixa qualificação daqueles que as obtêm. Tudo isso prenuncia um processo grave de criação de ocupações de caráter precário e informal no mercado de trabalho paranaense, porque estas ocupações são resultado de uma dinâmica de um padrão de renda muito concentrado.

Felizmente, o “novo rural paranaense” também apresenta outra face: a modernização das atividades agrícolas gera ocupações produtivas, com o crescimento dos chamados “serviços auxiliares da produção”. Originam-se das cadeias produtivas agro-industriais tradicionais criando um novo espaço para a emergência de pequenos e médios empreendimentos nesse longo trajeto que há atualmente entre o produtor agrícola e o consumidor final.

Adicionalmente, pode-se afirmar que para o caso do meio rural paranaense existe uma crescente integração econômica e social dos espaços sócio-econômicos mas persistem diferenças importantes quando separamos a região metropolitana da não-metropolitana para efeito de análise das transformações, bem como na tentativa de explicar as principais dinâmicas das ocupações rurais não-agrícolas existentes.

Na utilização da noção de *continuum* rural-urbano permanece obscura a razão pela qual a área denominada de periferia da região não-metropolitana do Paraná não mostra resultados expressivos. Uma das suposições iniciais desta pesquisa, a presença do *modelo commuters – novos residentes* (áreas relativamente próximas a centro urbanos e, como tais, participando dos movimentos pendulares diários) ficou, portanto, abalada.

Os resultados apresentados e analisados no capítulo 3 confirmam a hipótese de que as famílias rurais paranaenses encontram-se em um grande processo de redefinição, em parte advindo do ajuste e da mudança ocorrida nos

anos 90 no próprio setor agrícola, mas também de fenômenos de caráter demográfico e de industrialização e urbanização do meio rural paranaense.

Chamam atenção os perfis muito diferenciados de famílias extensas presentes no meio rural paranaense. Os dados empíricos mostram índices de urbanização muito fortes no caso das famílias empregadoras com mais de dois empregados agrícolas e pluriativas. Mesmo as famílias de conta-própria agrícolas que apresentam baixos índices de urbanização, nas suas congêneres pluriativas estes índices se elevam substancialmente. Nota-se, portanto um processo de urbanização das famílias extensas paranaenses.

As informações apresentadas revelam também tendências generalizadas de diminuição do número de famílias envolvidas em atividades exclusivamente agrícolas, em especial, as famílias conta-própria. Os únicos tipos de famílias que mostraram tendências significativas de crescimento no “rural privado” foram as famílias de empregados pluriativas especialmente das não-agrícolas. Vale a pena destacar que as famílias conta-própria agrícolas mostraram tendência de crescimento somente na região não-metropolitana urbanizada paranaense, o que significa que esses conta-própria são mais os “*farmers-caboclos*” que os tradicionais produtores familiares.

Esse fenômeno traduz-se no fato de que o meio rural paranaense, para um conjunto significativo de famílias, constitui-se muito mais em um local de moradia complementado ou não por uma produção de alimentos direcionada ao autoconsumo e cujos membros, particularmente as mulheres e os jovens, buscam outras formas de ocupações, na maioria das vezes precárias, fora da antiga exploração agrícola de caráter familiar.

É preciso que se atente também para o crescimento confiável do número de famílias que possuem um membro aposentado, pensionista ou procurando emprego na região não-metropolitana do rural privado, mas também daquelas famílias extensas não-ocupadas, em particular aquelas que congregam membros que são unicamente pensionistas e /ou aposentados.

A evolução das pessoas ativas mostrou uma queda quase generalizada nos distintos grupos de famílias. No grupo familiar de empregados

cujos membros exerciam atividades exclusivamente não-agrícolas houve uma tendência de crescimento. Em termos de números médios, o único grupo de famílias que se manteve estável foi o dos empregados, enquanto os demais mostraram fortes tendências de quedas, especialmente nas famílias agrícolas.

As famílias de conta-própria agrícolas tiveram tanto uma redução dos membros da família, como uma diminuição do número médio de pessoas ativas em geral, como conseqüência da queda do número médio de pessoas ativas nas famílias agrícolas e pluriativas na região não-metropolitana do rural privado.

Um fato importante foi a tendência de retração do número de pessoas ativas de todos os tipos de famílias. Assim, podemos resumir dizendo que as evidências empíricas apresentadas mostraram uma forte redução no número de famílias que em comum fazem parte do universo denominado de “agricultura familiar”, bem como do número de pessoas ativas e seu número médio por conta da redução do envolvimento de membros do agregado familiar em atividades agrícolas.

No que diz respeito às rendas médias das famílias, verificou-se uma ausência de tendência de crescimento no período analisado e na região não-metropolitana do rural privado, provavelmente em função da estabilidade das rendas no grupo das famílias de conta-própria e dos empregados, pois os outros grupos (empregadora total e com até dois empregados e pluriativa) revelaram tendências de aumento nas suas rendas médias. Portanto, pode-se afirmar que a renda média do rural privado no período 1995-98 permaneceu estagnada e não sofreu queda porque houve tendência de aumento no grupo das famílias empregadoras com até dois empregados e pluriativa.

Na composição das rendas médias, destaca-se que é nas famílias de conta-própria do rural privado que a proporção de aposentadorias e de pensões assume notável significado, ainda que existam famílias de conta-própria agrícolas com domicílio urbano urbanizado para as quais a proporção desta renda é mais elevada. No que diz respeito ao número de famílias com rendas positivas aponta-se dois aspectos: redução do número geral de famílias empregadoras com até

dois empregados e com rendas positivas, e o crescimento das famílias com renda positiva na categoria de empregados não-agrícolas.

Com relação às rendas *per capita* as evidências apontam para uma tendência geral e significativa de crescimento na região não-metropolitana rural privado. Isso ocorre provavelmente em função da tendência significativa de aumento das rendas *per capita* das famílias empregadoras total e empregadoras com até dois empregados e pluriativas, já que tanto as famílias conta-própria como as de empregados não mostraram tendências confiáveis. Estes achados referendam aqueles obtidos quando da análise da renda média.

No estudo da relação entre estratos de área e renda nota-se que, a) a urbanização exerce um efeito muito positivo sobre as rendas familiares dos grupos analisados; b) as rendas médias das famílias de conta-própria são as menores em analogia com os outros dois grupos analisados e as rendas médias das famílias pluriativas se apresentam sempre superiores às rendas médias das famílias agrícolas independentemente do tipo de família considerado.

Do exposto acima, comprova-se a hipótese apresentada no início deste estudo de que o processo de reestruturação social e econômica em andamento atinge sobejamente as famílias rurais paranaenses promovendo uma mudança no seu perfil. As famílias rurais passam a depender crescentemente das atividades não-agrícolas, muitas vezes geradas fora das antigas unidades de exploração, das aposentadorias e pensões, em especial nas famílias mais empobrecidas e naquelas que possuem explorações de menores dimensões físicas. O impacto das tecnologias mecânicas e de novas formas organizacionais, aumentando a eficiência produtiva dos “fatores de produção”, a exigência feita às famílias de produção a custos não superiores aos preços de produção correntes no mercado internacional (abertura comercial) ampliam a distância econômica e social entre o segmento familiar e patronal. No contexto paranaense pode-se afirmar que existe um caminhar seguro rumo à decadência e agonia de um grande número de famílias dependentes da agricultura face a um processo de modernização agrícola fulminante que criou condições para a emergência de grupos pequenos, mas muito eficientes do ponto de vista produtivo.

Fundamentando-se nas informações apresentadas, salta aos olhos a emergência de um grupo seletivo de famílias estruturadas que conseguiram se consolidar, mas mesmo esse segmento luta arduamente, algumas vezes através do mecanismo de diversificação de atividades (pluriatividade), para não ser levado ao sucateamento e à decorrente falência de seus negócios.

A análise das políticas estaduais de desenvolvimento agrícola e rural empreendida no capítulo 4 deste estudo evidenciou a preocupação dos governos estaduais com a elaboração e aplicação de políticas específicas ao meio rural paranaense, principalmente a partir do início dos anos 80 em função dos efeitos negativos de desenvolvimento que havia sido imposto no final da década de 60 e nos anos 70. Dentre eles, o problema que mais se destacava era o aumento da pobreza rural e a proposta de sua solução: políticas agrícolas foram cedendo lugar a outras de enfoque não tão amplo, como a idéia de retorno à “agricultura tradicional”.

Neste sentido, três políticas foram marcantes no contexto paranaense: o PRORURAL, o PARANÁ-RURAL e o Paraná 12 Meses. Aplicadas em períodos distintos e com enfoques notavelmente diferenciados, pode-se afirmar que elas tinham um ponto em comum: ajudar a resolver a questão do aumento das disparidades sociais e regionais no campo, ou seja, atenuar ou estancar o processo de diferenciação social.

O primeiro deles realizou de modo muito secundário a sua proposta social e terminou por se constituir muito mais em um instrumento de integração dos pequenos e médios agricultores mais abastados no curso econômico vigente. Apenas limitadamente operou através de uma política que pudesse alcançar as dimensões não essencialmente produtivas e não-agrícolas dos agricultores, a não ser em alguns serviços essenciais.

O segundo programa mesmo apresentando uma proposta “inovadora” - pois assumia uma abordagem menos setorial e mais territorial - tomou uma vertente equivocada assumindo que a simples incorporação de uma inovação técnica (conservação dos solos) poderia deter o processo de diferenciação social. Pode-se afirmar que constituiu-se numa etapa superior da

modernização agrícola, o qual segue o modelo clássico de difusão de inovações permitindo, de certa maneira, internalizar os custos da exploração dos recursos naturais.

O terceiro programa estadual de desenvolvimento (ainda em execução) propõe termos de referência ousados, como participação, descentralização, sustentabilidade, etc., bem como um objetivo muito mais explícito de combate à pobreza no meio rural e salienta a necessidade de incorporar um rol de “novas atividades” fora da agricultura. A análise da sub-componente do projeto denominada de “Vilas Rurais” revelou que o programa não obtém sucesso desejado, nem do ponto de vista qualitativo nem quantitativo, para superar as circunstâncias que colocam as famílias em situações de pobreza e, conseqüentemente, de exclusão social. Isso porque, além de possuir um viés nitidamente agrícola, não atende um marco de condições que possibilitem reduzir as desigualdades sociais e a mobilização de recursos em função principalmente da necessidade de mudanças de caráter institucional. Além disso, ele não possui uma diretriz clara visando impulsionar a geração de emprego e renda não-agrícola, restringindo-se à questão da habitação. Todavia, há que se elogiar o fato do Paraná ser o único e, portanto, o primeiro estado a ter uma política não-agrícola para tentar solucionar a questão da pobreza rural¹⁰⁰.

Estes dois últimos programas apesar de tentarem tomar para si a questão do desenvolvimento local e mostrarem, no discurso, que existe uma participação entusiasmada dos “agentes locais e dos agricultores”, deixam transparecer sérias dúvidas quanto a isso. Em nosso entendimento, os mesmos estão controlados por um número reduzido de extensionistas e agricultores mais poderosos e estreitamente vinculados a um tipo de delineamento de caráter assistencial do tipo “*top-down*”, quer dizer impostos de cima, no qual os agricultores mais pobres praticamente não possuem nenhum protagonismo na

¹⁰⁰ Nem mesmo o programa mais recente de geração de emprego e renda no meio rural (PROGER RURAL, 2000) leva em conta esta questão. Entre os itens financiáveis somente um é exclusivamente não-agrícola, a telefonia rural. Além disso, coloca como condição (restrição) para tornar-se beneficiário do programa “ter, no mínimo, 80% da sua renda originária da atividade agropecuária ou extrativa vegetal”.

elaboração de projetos e programas para o seu próprio desenvolvimento, limitando-os a serem meros receptores.

Um estudo de um distrito rural paranaense enfocando a questão da ocupação e da renda das famílias aí estabelecidas é apresentado no apêndice deste estudo. Ele permite, adicionalmente, constatar a presença da pluriatividade entre as famílias rurais paranaense nos anos 90, bem como reforçar as informações apresentadas e analisadas nos outros capítulos, em especial, a questão da presença de “empregados” que exercem exclusivamente atividades não-agrícolas e tornam este espaço rural como local de moradia. Confirma também as características mais importantes das ocupações rurais não-agrícolas, sua diversidade e baixa qualificação.

Na parte referente ao estudo das rendas das famílias, detecta-se a supremacia das rendas das famílias conta-própria e pluriativas não-agrícolas, a importância das rendas oriundas de aposentadorias e pensões, a relevância econômica da renda derivada da produção de autoconsumo, e os superiores indicadores sociais das famílias pluriativas em relação às demais. Tudo isso pode ser devidamente apurado apesar do forte viés que fora imposto na condução da pesquisa e que mencionamos no decorrer da descrição metodológica da mesma.

Todos os elementos mencionados trazem obviamente questionamentos e implicações adicionais para outros aspectos da provisão de serviços bem como para a vida social das famílias analisadas.

Sabemos, entretanto, das limitações de natureza operacional de boa parte deste estudo, principalmente porque a própria definição de áreas rurais do IBGE, que confina o meio rural ao que se convencionou denominar de “campo aberto”, impede que ele tenha uma abordagem regional, mas apenas uma visão setorial do desenvolvimento rural. Além disso, o assunto tratado é de grande complexidade e necessita ser analisado sobre outras abordagens e/ou enfoques e à luz de outros elementos que não estão contidos neste estudo.

6. Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. & SACHS, I. (1996) “**Nouvelles configurations villes-campagnes**”. Document préparé en vue de la seconde Conférence des nations Unies sur les établissements humains (Habitat II – Istanbul). 36 p.
- ABRAMOVAY, R. (1999) **Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Primeiro relatório de Pesquisa. IPEA (Projeto BRA/97/013).
- ALBUQUERQUE, C. A. C. (1995) Desafios do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba: IPARDES. Nº 86, set./dez., p. 35-47.
- ALDRIC, L., BEALE, C. & KATHLEEN, K. Commuting and the economic functions of small towns and places. **Rural Development Perspectives**. vol. 12, Nº 3. p. 26- 39. (<http://www.ers.usda.gov>)
- ANDERSON, D. & LEISERSON, M. W. (1980) Rural nonfarm employment in Developing countries. **Economic Delopment and Cultural Change**. vol.28, Nº 2.
- AZEVEDO DA SILVA, C. (1995) **Questionando o Paraná Rural: uma análise do modelo ambiental para a agricultura**. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA. (dissertação de mestrado). 207p.
- AUDIRAC, I. Unsettled views about the fringe: rural-urban or urban-rural frontiers? In: FURUSETH, O. J. & LAPPING, M. B. (1999) **Contested Countryside: The rural Urban Fringe in North America**. England: Ashgate Publishing Ltd
- BAPTISTA, F. O. (1994) **Famílias e explorações agrícolas: notas sobre a agricultura familiar na Europa do Sul**. Chile: IV Congresso Latino-americano de Sociologia Rural.

- BARBIC, A. (1983) The farmer-worker in Yugoslavia: a bridge between the city and the country. **Sociologia Ruralis**. v.23, Nº 1. P. 76-84.
- BARROS, A. & MENDES, F. R. (1983). Formas de produção e estatutos do trabalho na agricultura portuguesa. **Análise Social**, Nº 75, pp.57-78.
- BESEN, G. M. V. & URBAN, M. L. P. (2000) **Agronegócio Paranaense: em direção a um novo padrão**. (http://www.ipardes.gov.br/coluna_2000-07-23.html).
- BOKEMEIER, J. L. (1997) Rediscovering Families and Households: Restructuring Rural Society and Rural Sociology. **Rural Sociology**. 62 (1), p. 1-20.
- BONANNO, A. (1989) Changes, crisis and restructuring in the Western Europe: the new dimensions of agriculture. **Agriculture and Human Values**.
- BOUDON, R. & BOURRICAUD, F. (1993) **Dicionário crítico de Sociologia**. São Paulo: Editora Ática. 653p.
- BRUN, A. (1989) La famille comme unité d'analyse du secteur agricole. **Économie Rurale**, Nº 198, nov.-déc. pp.3-8.
- BRUNET, B. **Le développement local: un concept mais aussi une pratique**. (<http://www.globenet.org/horizon-local/perso/ledevlocal.html>)
- CARMO, J. H. (1981) O Paraná: sua ocupação e o desenvolver de suas atividades econômicas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba: BADEP, n. 76, p. 33-59.
- CARNEIRO, M. J. (1998) O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: **Mundo Rural e Política**. Rio de Janeiro, Ed. Campus, pp. 95-118.

CAWLEY, M. (1983) Part-time farming in rural development: evidence from western Ireland. **Sociologia Ruralis**. v.23, Nº 1. p. 63-75.

CEA-FGV (2000) “**Um perfil do agricultor brasileiro**”. Relatório de Pesquisa.

CHAMBERS, R. (1994) Participatory Rural Appraisal (PRA): Analysis of Experience. **World Development**, vol. 22, Nº 9, pp. 1253-1268.

COHAPAR (1998) “**Vilas rurais: a transformação que o Paraná vê**”. Curitiba: Secretaria Especial de Política Habitacional e Companhia de Habitação do Paraná. 30p.

CROMARTIE, J. B. & SWANSON, L. L. (1996) Census tracts more precisely define rural populations and areas. **Rural Development Perspectives**. vol. 11, no. 3, june. p. 31- 39.

DAVIS, J., MACK, N. & KIRKE, A. (1997) New perspectives on farm household incomes. **Journal of Rural Studies**. 13(1):57-64.

DELGADO, F. C. (1992) Transformaciones del mundo rural y políticas agrarias. **Revista de Estudios Agro-Sociales**. Nº 162, Octubre – Diciembre.

_____ (1994) Planteamientos economicos del desarrollo rural: perspectiva historica. **Revista de Estudios Agro-Sociales**. Nº 169 (julio-septiembre, p. 11-51).

DELGADO, G. & CARDOSO JR., J. C. (2000) **A Universalização de Direitos Sociais no Brasil: a Previdência Rural nos anos 90**. Brasília: IPEA. 242p.

DEL GROSSI, M. E. (1989) **Distribuição de renda e pobreza na agropecuária paranaense: 1970-1980**. Piracicaba: ESALQ/USP (Dissertação de Mestrado).

_____ (1996) “Transformações no meio rural paranaense”. **Anais do XXXIV Congresso de Economia e Sociologia Rural**. Aracaju, SOBER, v.1, p.51-70.

_____ (1999) **Evolução das ocupações não-agrícolas no meio rural brasileiro, 1981-1995**. Campinas: UNICAMP. Tese de Doutorado.

DEL GROSSI, M.E. & GRAZIANO DA SILVA (1998) A pluriatividade na agropecuária brasileira em 1995. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Nº 11, p. 26-52.

DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS (1987) Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas e MEC – Fundação de Assistência ao Estudante. 2ª edição. 1422 p.

DURSTON, J. (1999) **Construyendo capital social comunitario: una experiencia de empoderamiento rural en Guatemala**. Santiago do Chile: CEPAL. 31p.

EICHER, C. K. & STAATZ, J. M. (1991) **Desarrollo Agrícola en el Tercer Mundo**. México: Fondo de Cultura Económica. 596 p.

EMATER (1998a) **Plano de Ação da Comunidade rural de Carandá**. Ponta Grossa - PR

_____ (1998b) **Plano de Ação da Comunidade rural de Sete Saltos de Cima**. Ponta Grossa – PR

_____ (1998c) **Plano de Ação da Comunidade rural de Roça Velha**. Ponta Grossa -PR

_____ (1999a) **Maior vila rural do Paraná beneficiará quase 200 famílias**.

_____ (1999b) **Vileiros têm emprego garantido e mulheres buscam alternativas de renda em Santa Helena** (<http://www.pr.gov.br/vilasrurais>)

ETXEZARRETA, M. (1991) La modernization de l'agriculture espagnole et le développement rural. **Économie Rurale**, No 202-203, p. 45-46. Mars-Juin.

EVANS, N. J. & ILBERY, B. W. (1993) The pluriactivity, part-time farming, and farm diversification debate. **Environment and Planning**. v. 25, p.945-959.

FAO (1996) World Review, Selected issues: Urban Agriculture: an oxymoron? In: **The state of food and agriculture. Food Security: some macroeconomic dimensions**. Rome: FAO, 29.

FAPEAGRO (1997) **Avaliação Participativa do Programa Vilas Rurais**. Curitiba. 118p.

FERNANDEZ, C. B. (1994) Acciones institucionales en relacion con el desarrollo rural en España. **Revista de Estudios Agro-Sociales**. Nº 169 (julio-septiembre).

FERREIRA, A. D. D. (1987) Movimentos Sociais Rurais no Paraná. In: BONIN, A. A. et. al. **Movimentos Sociais no Campo**. Curitiba: Edições Criar.

FLEISCHFRESSER, V. (1988) **Modernização tecnológica da Agricultura: Contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 70**. Curitiba: Editora Livraria Chain, CONCITEC e IPARDES.

_____ (1999) **Nas redes da conservação: Políticas públicas e construção social das microbacias hidrográficas**. Curitiba: UFPR (tese de doutorado). 252 p.

FOLHA DE SÃO PAULO (1999) “**Caverna é um convite à contemplação**”. São Paulo, 01/11/1999. Caderno de Turismo. p.11.

_____ (2000) “**Café: Regiões perdem influência na formação de preços**”. São Paulo, 31/10/2000. AGROFOLHA, p. F2.

FREYRE, G. (1957) Sugestões para uma nova política no Brasil: A rurba. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Vol. XXVII, 65.

_____ (1982) **Rurbanização: Que é?** Recife: Editora Massangana – Fundação Joaquim Nabuco. 156p.

FULLER, A. M. (1984) Part-time farming: the enigmas and the realities. In: Schwarzweller, H. **Research in Rural Sociology and Development**. Jai Press Inc. vol. 1.

_____ (1990) From part-time farming to pluriactivity: a decade of change in rural Europe. **Journal of Rural Studies**. Nº 6 (4), pp. 361-373.

FURTADO, C. (1998) **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 248p.

GARCIA Jr, AFRÂNIO R. (1989) **O sul: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília: MCT-CNPq. 285p.

GASSON, R. (1988) **The economics of part-time farming**. Longman, England.

_____ (1998) Educational Qualifications of UK Farmers: A Review. **Journal of Rural Studies**. Vol. 14, Nº 4, pp. 487-498.

GAZETA MERCANTIL. **Piscicultura avança no Paraná.** 25/02/99, p. B-20.

_____ **Produtores de café aumentam o uso de máquinas na lavoura.**
03/06/97. p. C-7.

_____ **Colheita mecanizada aumenta em todo o País.** “Dossiê: Café do Brasil”, 24/04/98. p.3.

_____ **Adensamento recupera lavouras no Paraná: produtores colhem até 60 sacas de café beneficiado por hectare.** 15-21/09/97.

_____ **Vilas Rurais têm elogios e questionamentos.** 13/03/1998.

_____ **Balanço Anual 1998: Paraná. Reforma com estilo próprio: agricultores pobres ganham abrigo nas 350 vilas rurais.** Ano V, Nº-5, p. 66-67.

_____ **Balanço Anual 2000: Paraná. Colheita maior e risco menor: Estado elege sistema de plantio adensado para ganhar destaque novamente.** Ano VII, Nº 7, p. 58.

_____ **Aumenta interesse da nova geração pela agricultura: jovens passam informações para os pais.** Página B-22. 19/01/99.

GAZETA DO POVO. **Emprego agrícola declina no país: mão-de-obra está sendo absorvida por atividades não-específicas do setor rural.** 12/03/1998. p. 3.

GERMER, C. (1987) Anotações sobre os resultados preliminares do Censo Agropecuário 1985. **Análise Conjuntural.** Curitiba: IPARDES. v.9, n. 12, p.1-7.

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ (1995). **Normas Operacionais do Programa Vila Rural**. Curitiba - PR.

_____ (1996). **Projeto Paraná 12 Meses: Combate à pobreza no meio rural**. Curitiba: SEPL/PR.

_____ (1996a). **Projeto Paraná 12 Meses: Avaliação das vilas rurais em implantação no Estado do Paraná**. Curitiba: SEPL.

_____ (1997). **Projeto Paraná 12 Meses: Síntese**. Curitiba: SEPL.

GRAZIANO DA SILVA, J. (1982) **A modernização dolorosa: Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 192p.

_____ (1995) Resistir, resistir, resistir: considerações acerca do futuro do campesinato no Brasil. In: **Anais do XXXIII Congresso da SOBER**. Curitiba-PR. SOBER. Brasília – DF. v. 2, p. 762-777.

_____ (1996). **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: UNICAMP/IE.

_____ (1997) O novo rural brasileiro. **Nova Economia**. Revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG, 7(1):43-81.

_____ (1997) Uma agenda de pesquisa ainda para esse final de século. Caxambu: **ANPOCS**.

_____ (1999) **O novo rural brasileiro**. Campinas, SP: UNICAMP, IE. (Coleção Pesquisas, 1).

_____ (2000) O desenvolvimento local sustentável: um novo desafio para os países retardatários. **Anais do X Congresso do IRSA e do XXXVIII Congresso da SOBER**. 31-07/ 05-08. Rio de Janeiro – RJ.

GRAZIANO DA SILVA, J. & DEL GROSSI, M.E. (1998) A evolução do emprego rural não-agrícola no meio rural brasileiro. Curitiba: **Seminário Internacional Campo-Cidade**.

_____ (1999) Evolução da renda nas famílias agrícolas e rurais: Brasil, 1992/97. Chile: **Seminário Internacional sobre Desarrollo del Empleo Rural no Agrícola**. BID, CEPAL, FAO, RIMISP.

GUERREIRO, E. (1995) Produtividade do trabalho e da terra na agropecuária paranaense. **Anais do XXXIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Curitiba. Volume II. p.831-850.

HAZELL, P. & HAGGBLADE, S. (1993) Farm-Nonfarm growth linkages and the welfare of the Poor. In: LIPTON, M. & VAN DER GAAG, J. **Including the Poor**. Washington: The World Bank. p. 190-204.

HAYAMI, Y. e RUTTAN, V. W. (1988) **Desenvolvimento agrícola: teorias e experiências internacionais**. EMBRAPA: Brasília. 583 p.

HILL, B. (1999) Farm household Incomes: Perceptions and Statistics. **Journal of Rural Studies**. 15(3):345-358.

HOFFMANN, R. (1988) A subdeclaração dos rendimentos. **Revista São Paulo em Perspectiva**, 2 (1): 50-54, jan./mar.

IAPAR (1995) **Projeto Itaiacoca: Plano Integrado de ações para o desenvolvimento sustentável de sistemas de produção, no município de Ponta Grossa – PR**. Ponta Grossa – PR.

_____ (1997) **Enfoque sistêmico em P&D: a experiência metodológica do IAPAR**. Londrina. Circular Nº 97. 152p.

IBGE (1991) **Censo Demográfico 1991: Paraná**. Rio de Janeiro. Diretoria de Pesquisas.

IPARDES (1976) **Subdivisão, posse e uso da terra no Paraná**. Curitiba, CODESUL, IPARDES.

_____ (1987) Os impactos sociais das transformações tecnológicas na agricultura do Paraná. In: Martine, G. e Garcia, R. C., **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Editora Caetés.

_____ (1992) **Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural – PRO-RURAL: avaliação do impacto regional – 2ª fase**. Curitiba. 252p.

_____ (1993) **Avaliação da estratégia global do Paraná-Rural: Subprograma de Manejo e Conservação do Solo em Microbacias Hidrográficas**. Curitiba. 115p.

_____ (1995) **Programa de melhoria da qualidade de vida do trabalhador rural. Subprograma Vilas Rurais**. Curitiba - PR.

ISTAKE, M. e BACHA, C. J. C. (1999) Evolução da Agropecuária e da Agroindústria no Paraná no período de 1970 a 1996. **Anais do XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Foz do Iguaçu. (Trabalho publicado em CD ROOM)

- _____ (1999) Comportamento do Emprego na Agropecuária do Paraná – Período 1970 a 1996. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília: SOBER. Vol. 37, No 4, Out./Dez. p. 71-102.
- JOHNSTON, B. & KILBY, P. (1977) **Agricultura e transformação estrutural: estratégias econômicas de países em desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- JONES, A. S. (1999) “*Approach*” Geral em Sociologia Rural: Duas Tendências Clássicas. **Economia Rural**: Viçosa. 2(10), Abr./Jun.
- KLEIN, E. (1992) **El empleo rural no agrícola en América Latina**. Seminario La Sociedad Rural Latinoamericana hacia el siglo XXI. PREALC/OIT. Santiago – Chile. 22p.
- KOLOSZY, K. **Le développement local: réflexion pour une définition théorique du concept**. (<http://www.globenet.org/horizon-local/perso/defloc.html>)
- LAURENTI, A. C. (1998) A evolução recente da economia paranaense com base no agronegócio como um agregado contábil. **Anais do XXXVI Congresso da SOBER**. Poços de Caldas – MG. SOBER: Brasília. v. 1, p. 465-477.
- _____ (2000) **Terceirização na produção agrícola: a dissociação entre a propriedade e o uso dos instrumentos de trabalho na moderna produção agrícola**. Londrina: IAPAR. Boletim Técnico Nº 63. 201p.
- LEÃO, I. Z. C. C. (1989) **O Paraná nos anos setenta**. Curitiba, IPARDES, CONCITEC. (Originalmente apresentada como dissertação de mestrado ao IE- UNICAMP em 1986) 98 p.

LEONE, E. T. (1995) Famílias agrícolas no Meio Urbano: Inserção nas Cidades das Famílias que continuam vinculadas à agricultura. In: RAMOS, P. & REYDON, B. P. (org.) **Agropecuária e agroindústria no Brasil: ajuste, situação atual e perspectivas**. Campinas: ABRA. 254p.

LERNER, J.(1999) **Um novo olhar sobre o campo**. Folha de Londrina, 06/03/99. p. 3.

_____ (1996) Reforma agrária em destaque: Vilas Rurais. **Revista Agroanalysis**, 3(16).

LOURENÇO, G. M. (1995) A previsão de queda do emprego no campo. **Análise Conjuntural**, Curitiba: IPARDES. 11-12(17)1-48.

_____ (1995) A polêmica sobre a suspensão do Programa Panela Cheia. **Análise Conjuntural**, Curitiba: IPARDES, v. 17, n. 1-2, p. 26-27, jan./ fev.

MACKINNON, N., BRYDEN, J.M., BELL, C., FULLER, A.M. & SPEARMAN, M. (1991) Pluriactivity, structural change and farm household vulnerability in the Western Europe. **Sociologia Ruralis**, XXXI-1: 58-71.

MAGALHÃES FILHO, F. (1996) Evolução histórica da economia paranaense. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba: IPARDES. No 87, Janeiro-Abril. p.131- 148.

_____ (1993) O novo perfil econômico do Paraná. **Revista Indicadores Econômicos FEE**: Porto Alegre. v. 21, N. 3, p.95-102.

_____ (1994) O Paraná em revista. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba: IPARDES, Nº 82, p. 5-16.

- MARSDEN, T. (1995) Beyond Agriculture? Regulating the new rural spaces. **Journal of Rural Studies**. 3 (11) 285-296.
- MATHIEU, N. (1990) La notion de rural et les rapports ville/campagne en France, des années cinquante aux années quatre-vingt. **Économie Rurale**. 197, 37-41.
- _____ (1998) La notion de rural et les rapports ville/campagne en France: les années quatre-vingt-dix. **Économie Rurale**. 247/ Septembre-octobre. p. 11-20.
- MELO, H. P. (1998) O Serviço Doméstico Remunerado no Brasil: de Criadas a Trabalhadoras. In: **Cinco estudos de casos sobre serviços no Brasil**. Rio de Janeiro, MICT.
- MELLOR, J. W. (1966) **The Economics of Agricultural Development**. Ithaca, New York: Cornell University Press. 403 p. First edition.
- MENDRAS, H. (1986) **La fin des paysans** (postface, Vingt ans après). Paris: Babel. 437p.
- MINGIONE, E. & PUGLIESE, E. (1987) A difícil delimitação do “urbano” e do “rural”: alguns exemplos e implicações teóricas. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Lisboa, 22:83-89.
- MOYANO, E. (1995) Marco de referencia para el desarrollo do debate. In: III **Colóquio Hispano Português de Estudos Rurais**. Lisboa. pp.339 – 344.
- MUZILLI, O. & SHIKI, S. (1987) Organização da pesquisa agropecuária voltada à visão integrada em sistemas de produção. In: Martine, G. e Garcia, R. C., **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Editora Caetés.

NEVES, D. P. (1997). Comentários aos textos apresentados no seminário temático: As ciências sociais e o “mundo rural” – impasses atuais, continuidades e desafios. Construindo uma agenda de pesquisas para o final do século. Caxambú – MG: **XXI Encontro Anual da ANPOCS**.

_____ (1998) O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais. In: Ferreira, A. D. D. & Brandenburg, A. **Para pensar: outra agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR. 275p.

NEWBY, H. (1985) Locality and rurality: the restructuring of rural social relations. **Regional Studies**, vol. 20.3, pp. 209-215.

OLMEDO, F. L.-C; (1989) **La agrocuidad mediterránea**. Madrid: Ministerio da Agricultura, Pesca y Alimentacion. 430 p.

O ESTADO DO PARANÁ. **Eletricidade para todo o Estado do Paraná**. Economia, p.8 14/04/2000.

O ESTADO DE SÃO PAULO. **Urbanista Jaime Lerner agora quer reformar o campo: governador do Paraná diz que sem-terra “é o metalúrgico do campo organizado politicamente”**. 21/09/1997.

_____ **Colombo descobre o turismo rural: projeto de fixação no campo e valorização das propriedades rurais atrai curitibanos**.28/09/99. (<http://www.estado.com.br/jornal/suplem/viag/99/09/28/viag024.html>)

OKSA, J. (1991) New activities in rural areas. **Sociologia Ruralis**. vol. XXXI-1, p. 9-16.

- PADIS, P. C. (1981) **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná.** São Paulo: Hucitec; Curitiba: SECE. 235p. Originalmente apresentada como Tese de Doutorado na PUC-SP.
- PARIGOT DE SOUZA, P. V (1996). A energia elétrica e o desenvolvimento do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento.** Curitiba: IPARDES, No 87, jan./ abr., p.65-87.
- PHELAN, J. F. (1995) Are traditional extension services dead or have they a role in rural development? **European Journal of Agricultural Education and Extension.** 2(3):7-14.
- PRADO Jr., C. (1998) **História Econômica do Brasil.** São Paulo: Editora Brasiliense. 43ª edição. 365p.
- PROGER RURAL (2000) **Apoio crédito a mini e pequenos produtores rurais.** Documento obtido em: <http://www.pr.gov.br/sert/cge/rural.html> em 21/09/2000.
- QUERO, M. C. (1995) **La agricultura a tiempo parcial en los países desarrollados.** Madrid: MAPA. Serie Recopilaciones Bibliograficas N° 12.
- RAGGIO, N. Z. (1985) **Norte Novo do Paraná: transformações no campo e a questão do acesso à terra.** Campinas:UNICAMP (dissertação de mestrado).
_____ (1987) Programas especiais para o campo paranaense. **Análise Conjuntural,** Curitiba: IPARDES, v.9, n.5, p.4-6.
- RANGEL, I. (1962) **A Questão Agrária Brasileira.** Recife: Comissão de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco.

- RAY, C. (1997) Towards a Theory of the dialectic of Local Rural Development within the European Union". **Sociologia Ruralis**. Vol. 37, Nº 3: 345-362.
- REIS, J., HESPANHA, P., PIRES, A. R., JACINTO, R. (1990) How 'rural' is agricultural pluriactivity? **Journal of Rural Studies**. 6(4):395-399.
- REVISTA GLOBO RURAL (1995) **O baú do Brasil**. Outubro. p.64-83.
- _____ (1999) **De volta ao Brasil. pequenas localidades lutam contra a decadência e oferecem uma opção à crise atual: inovar, com os pés no chão**. Nº 159, Janeiro. p. 26-33.
- _____ (2000) **Brilho no campo: o Projeto Arte Rural**. Nº 177, julho, p. 36-39.
- _____ (2000) **Terra prometida**. Nº 178, Agosto, p. 54-57.
- RODRIGUES, A. A. B. (1996) **Turismo e Geografia: Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais**. São Paulo: HUCITEC.
- ROGERS, E. M. (1983) **Diffusion of Innovations**. New York: The Free Press. 453p. (Third Edition).
- ROLIM, C. F. (1995) O Paraná urbano e o Paraná do agrobusiness: as dificuldades para a formulação de um projeto político. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba: IPARDES. Nº 86, set./dez., p.49-99.
- RÖLING, N. (1985) Extension Science: increasingly preoccupied with knowledge systems. **Sociologia Ruralis**, XXV, (3/4). p. 269 – 290.
- RUPENA-OSOLNIK, M. (1983) The role of farm women in rural pluriactivity: experience from yugoslavia. **Sociologia Ruralis**. v.23, Nº 1. P. 89-94.

- SANTOS, R. F. (1986) Presença de viéses de mudança técnica na agricultura brasileira. **Ensaio Econômico**, Nº 63. São Paulo: IPE/USP. 176p.
- SCHMITT, W. (1995) **Extensão Rural: um cenário para o futuro**. Porto Alegre: EMATER.
- SCHNEIDER, S. (1999) **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS. 205p.
- SCHULTZ, T. W. (1965) **A transformação da agricultura tradicional**. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores. 207 p.
- SEYFERTH, G. (1973) **A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim: Um estudo de desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Museu Nacional. Dissertação de Mestrado.
- SESC-UEPG (1981) **Itaiacoca: Pesquisa de cultura popular**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do SESC. 28p.
- SHUCKSMITH, M. & CHAPMAN, P. (1998) Rural Development and social exclusion. **Sociologia Ruralis**. v. 38, Nº 2, p. 225-242.
- SSR-PESR (1993) **Relatório técnico da Comunidade de Caçador**. Ponta Grossa-PR.
- STRAHM, R.H. (1992) **Subdesenvolvimento: por que somos tão pobres?** Petrópolis, RJ: Vozes. 221p. 2ª edição.
- SUNKEL, O. & PAZ, O. **Os conceitos de desenvolvimento e a teoria do subdesenvolvimento** (mimeo., s.d.).

SUZUKI JR., J. T. (2000) Agricultura Paranaense: Desempenho nos anos 90. **Análise Conjuntural**, v. 22, n. 3.4, p. 5-6, mar/abr.

TEIXEIRA, V. L. (1998) **Pluriatividade e agricultura familiar na região serrana do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA (dissertação de mestrado). 183p.

URBAN, M. L. (1990) Os novos rumos da agroindústria. **Análise Conjuntural**, Curitiba: IPARDES, 2(12)1-3.

VAN DER PLOEG, J. D. (1996) The agricultural labour process and commoditization. In: LONG, N. et alii (org.) **The commoditization debate: labour process, strategy and social network**. Netherlands, Agricultural University Wageningen.

WACHOWICZ, R. C. (1995) **História do Paraná**. Curitiba: Editora Gráfica Vicentina. 7ª edição. 277p.

WEBSTER'S (1982) **Dicionário Inglês-Português**. Rio de Janeiro: Ed. Record.

WELLER, J. (1997) El empleo rural no agropecuario en el Istmo Centroamericano. **Revista de la Cepal**, 62:75-90.

WILKINSON, J. (1986) **O estado, a agroindústria e a pequena produção**. São Paulo – Salvador: Editora HUCITEC e CEPA-BA. 219p.

_____ (1997) **As Ciências Sociais e o Mundo Rural – Impasses atuais, continuidades e desafios**. Caxambú-MG: XXI Encontro Anual da ANPOCS.

ZANCHET, M. S. (2000) **Vilas Rurais – O Novo Rural Paranaense**. (http://www.ipardes.gov.br/coluna_2000-06-04.html)

7. APÊNDICE

Pluriatividade e desenvolvimento rural no distrito de Itaiacoca

7.1 Introdução

As transformações nos espaços rurais são difíceis de serem captadas e conceituadas adequadamente na medida em que se reconhece tanto o caráter multifacetado da população rural, quanto as múltiplas dimensões apresentadas por esse processo. Essas dificuldades tornaram-se ainda maiores quando se encarou o espaço rural como local exclusivo da produção agrícola negligenciando-se, assim, tanto as mudanças como seus impactos econômicos e sociais que fizeram com que os grupos sociais experimentassem de forma simultaneamente diferenciada o processo de reestruturação.

Essa reestruturação implicou uma reorganização da produção e dos processos de trabalho tornando, de certa forma, nebulosas as fronteiras entre os setores¹⁰¹ e intensificando as conexões entre eles permitindo ainda a reconfiguração das instituições.

Os resultados econômicos e sociais específicos da reestruturação das relações sociais variam significativamente com o nível de desenvolvimento onde elas ocorrem. Nas sociedades periféricas a reestruturação realiza-se principalmente através dos mecanismos de mobilização da força-de-trabalho¹⁰².

O estudo desses mecanismos reveste-se da necessidade de articulação entre processo de produção e modos de reprodução. Neste sentido, a tese da reestruturação considera que tanto as comunidades rurais como as famílias não são mais objetos isolados de pesquisa. Elas constituem-se em “laboratórios” onde processos sociais podem ser gerados e analisados¹⁰³.

Em resumo, a tese da reestruturação busca descrever as peculiaridades estruturais das localidades, bem como a estrutura e a dinâmica das famílias e dos grupos domésticos rurais, quanto à sua concatenação histórica

¹⁰¹ Massey (1984) citado por Newby (1985) salienta que “a emergente divisão espacial de trabalho não caracteriza cada ramo de produção”. Existe um aumento da interação de setores novos e avançados de produção com uma herdada e diferente divisão espacial do trabalho.

¹⁰² Esse argumento é defendido por Reis, Hespanha, Pires & Jacinto (1990).

¹⁰³ A esse respeito ver Newby (1985) e Oksa (1991).

singular de mudança econômica e social. O valor dos estudos de localidades e das estruturas e dinâmicas das famílias nos dias atuais é permitir uma exploração da amálgama entre relações produtivas e as particularidades das comunidades locais e das famílias e outras dimensões da estrutura social.

O objetivo, portanto, é descrever as estruturas e dinâmicas das localidades e famílias rurais e também explicar a natureza da ação social em seu interior. Por isso não se propõe produzir intermináveis descrições da vida local, mas analisar processos sociais subjacentes.

Essa nova forma de compreensão pode fornecer alguns elementos para se conceituar o desenvolvimento regional como “uma série de camadas historicamente formadas das divisões de atividades regionais” (Massey, apud Oksa, 1991:11). “O aumento das novas camadas é um resultado combinado de muitos agentes ativos e muitas condições estruturais”.

Isso posto, pretendemos neste texto apresentar e discutir a estrutura e a dinâmica de cinco localidades (primeira parte), analisar um grupo de 389 famílias rurais (segunda parte), analisar um grupo de 64 famílias de uma segunda pesquisa enfocando basicamente a questão da renda (parte três). Na última parte do trabalho apontamos algumas conclusões que podem ser extraídas das informações obtidas à luz da abordagem exposta acima¹⁰⁴.

7.2 Descrição de algumas comunidades pesquisadas

A primeira comunidade a ser descrita e analisada é a de Carandá que conforme relatório de atividades da EMATER-PR (1998a), localiza-se na região Sul do distrito de Itaiacoca, distante aproximadamente 60 km da sede do município de Ponta Grossa. A paisagem é caracterizada por um relevo de declividade acentuada dividida pelo sistema hidrográfico do rio Limeira.

¹⁰⁴ Todas as comunidades rurais pesquisadas localizam-se no Distrito de Itaiacoca um dos cinco distritos que pertencem ao município de Ponta Grossa no Estado do Paraná.

Há anos a comunidade era mais povoada e possuía cerca de vinte famílias. Hoje aí encontram-se apenas oito delas, resultado principalmente da não disponibilidade de ocupações para as pessoas mais jovens permanecerem no local. A saída em grande proporção da população ocorreu na década de 70 como uma das conseqüências mais diretas do processo de modernização agrícola. De particular importância nessa região foram os incentivos concedidos por parte dos governos (federal e estadual), de forma subsidiada, para grandes empresas ligadas à exploração florestal – as quais expropriaram com relativa facilidade os pequenos produtores que possuíam uma forma precária de acesso à terra.

Em termos de infra-estrutura a comunidade apresenta as seguintes características: estradas em péssimo estado de conservação, sem existência de bueiros, nem de pontos para drenagem das águas pluviais, tornando-as intransitáveis mesmo após algum período de estiagem; sérios problemas de acesso a serviços de saúde, pois o posto de saúde mais próximo localiza-se a aproximadamente vinte quilômetros, que se agrava ainda mais pelas dificuldades de transporte da comunidade; a escola, que atende as famílias, dista cerca de vinte quilômetros e aos alunos somente o primeiro grau é oferecido; condições precárias de moradias tanto em termos de tamanho, como em termos de qualidade; inexistência de energia elétrica (a mesma foi instalada somente em uma das propriedades, cujo proprietário reside em São Paulo, estando a 500 metros da residência mais próxima); coleta de água realizada em minas, poços e rios, sem nenhuma canalização e nem tratamento; inexistência de igreja, centro comunitário ou armazém; e difícil acesso à comunicação por telefonia, já que este serviço localiza-se a 27 quilômetros.

Com relação aos aspectos econômicos, principalmente às atividades produtivas, constatou-se que antigamente as atividades eram realizadas na forma de mutirão, com uma maior diversidade de produtos gerados e transformados localmente, sendo que poucos produtos eram adquiridos externamente. Além disso, os sistemas de produção eram mais adaptados às peculiaridades ecológicas da região, sendo que, verificava-se nestas áreas a utilização da prática da rotação de terras, onde elas permaneciam em pousio num período aproximado

de 15 a 20 anos. Além disso, as lavouras eram exploradas sem utilização de insumos modernos e verificava-se uma presença constante de hortas caseiras, cuja diversidade de plantas era notória.

Atualmente, as atividades agrícolas concentram-se na produção de milho, feijão, mandioca e algumas hortaliças. As lavouras são conduzidas ainda utilizando técnicas rudimentares como a chamada “roça no toco” e o uso da queimada para obtenção da limpeza bem como de cinzas que servem de adubo. Tudo isso realiza-se com o uso basicamente da força-de-trabalho humana, mas também animal. As atividades de criação animal são baseadas em um sistema extensivo (pasto nativo), e concentram-se em: criação de aves, suínos e bovinos e animais de tração. Tanto a produção agrícola como a produção animal destinam-se basicamente à subsistência das famílias.

A estrutura fundiária dessa comunidade revela uma forte presença de pequenas unidades de produção: entre as oito famílias entrevistadas observa-se que duas delas possuem estratos de áreas de terras menores que 5 hectares, 4 famílias com áreas situadas entre 6 e 10 hectares, uma família com área de terras situada entre 11 e 15 hectares, e finalmente, uma família com área superior a 15 hectares.

Um último aspecto que consideramos relevante destacar da análise deste diagnóstico realizado pela EMATER é a discussão sobre as fontes de renda familiar. Apesar do mesmo não apresentar uma quantificação da renda bruta e da renda líquida, bem como de outras rendas provenientes das remessas de dinheiro por parte de parentes, etc., o relatório menciona que: “a agricultura não é a principal fonte de renda da comunidade, onde na última safra apenas dois agricultores comercializaram juntos 2000 kg de milho e 300 kg de feijão. Nenhum animal foi comercializado. Das sete famílias, cinco recebem benefícios da previdência social (duas delas recebem aposentadorias por idade, uma é pensionista e duas recebem benefícios por invalidez)”. Além disso, constatou-se a presença de um proprietário rural que não mora na comunidade, ou seja, utiliza a mesma com objetivo diferente da produção agrícola *stricto sensu*.

A segunda comunidade analisada é a comunidade denominada de Sete Saltos, que subdivide-se em dois pequenos povoados: Sete Saltos de Cima e Sete Saltos de Baixo. Para efeitos desta descrição faremos referência sempre a ela como sendo a comunidade de Sete Saltos. Baseamos nossa descrição nas informações apresentadas no relatório proveniente da EMATER (1998b).

Esta comunidade dista aproximadamente 65 quilômetros do município de Ponta Grossa. Uma caracterização da infra-estrutura dessa comunidade aponta para as seguintes condições gerais: condições intrafegáveis das estradas resultado da circulação intensa de caminhões que realizam o transporte de madeiras, associado às condições péssimas das estradas internas das propriedades restringindo o movimento de veículos somente aos períodos secos; algumas casas dispõem de energia elétrica; fornecimento de água através de um microsistema de distribuição de água que não atende a todas as famílias da comunidade devido à distância das casas e à declividade da região.

Com referência ao atendimento de saúde, o mesmo é obtido tanto na comunidade de Cerrado Grande, como também no posto de saúde da comunidade próxima, o qual localiza-se no município vizinho de Campo Largo. É também neste município que se encontra o único telefone disponível aos moradores. As condições de moradia são débeis, pois as condições econômicas e financeiras das famílias não possibilitam um aumento dos cômodos e durante a noite os mesmos locais referentes à sala e cozinha transformam-se num único dormitório. As condições de saneamento são também muito precárias aumentando os casos de verminoses na população residente. Apesar disso, a comunidade conta tanto com uma excelente igreja de alvenaria (em Sete Saltos de Cima) onde se reúne a população e se realizam suas festividades, bem como com um cemitério.

Além das características mencionadas acima, os solos dessa comunidade apresentam ondulações que variam entre 20 e 35%, mas em alguns casos podem chegar até 60%. Existem ainda muitas matas e terrenos em pousio. Diante dessas dificuldades e associadas a uma distância considerável do mercado consumidor, observam-se sérias restrições ao desenvolvimento dos sistemas de

produção. Além disso, verifica-se uma forte dependência dos produtores em relação às políticas de subsídios do governo, induzindo a um paternalismo que provoca espera constante dos recursos dos órgãos oficiais.

Nessa comunidade predomina a produção de base familiar com baixo nível tecnológico e de capital, assim como baixa qualidade de mão-de-obra e uma forte exploração assentada nos recursos naturais disponíveis. Sendo assim, os sistemas de produção atuais, baseados na produção de milho, feijão e gado de corte, não são sustentáveis. Estes sistemas são desenvolvidos de forma ineficiente nos aspectos de manejo do recurso natural, uso de tecnologias biológicas e mecânicas e com ausência de administração rural resultando em baixa produtividade física e monetária. Segundo o relatório da EMATER (1998b), “muitas propriedades dispõem de áreas com pastagens nativas e cultivadas, mas o manejo dos animais é mínimo e a bovinocultura é uma atividade mais espoliativa do que econômica”.

Ressalta-se que esses produtores familiares não se diferenciam muito dos demais existentes no distrito em relação à posse e propriedade de suas terras, posto que muitos deles não possuem a titulação legal das mesmas. Além disso, são comuns os arrendamentos de áreas – provavelmente em função da baixa fertilidade do solo, às pequenas áreas agricultáveis e ao grande número de pessoas nas famílias. O relatório da EMATER (op. cit. p.4) também destaca a procura por novas oportunidades de trabalho por membros do grupo doméstico na comunidade de Sete Saltos de Cima. Assim, o mesmo destaca que:

“São produtores conscientes da fragilidade do seu solo no que tange a erosão e a pequena capacidade de produção devido a uma fertilidade baixa, aliada às pequenas propriedades das famílias. O capital de giro é um problema constante e dificulta uma expansão nas áreas de produção. O êxodo ocorre com os jovens que não encontram condições de permanecerem com os pais na propriedade, indo então principalmente para Ponta Grossa e Campo Largo, ou outra cidade qualquer em busca de serviço e dinheiro para enviar a seus pais reduzindo assim as dificuldades da família. Os reflorestamentos próximos à comunidade são fonte de uma

renda extra para as famílias, quando contratam pessoas para os trabalhos de manejo inerente à exploração”.

A terceira comunidade rural a ser descrita é a de Caçador. Segundo o relatório do SSR & PESR (1993), trata-se de um aglomerado rural situado no vale do rio Caçador, distrito de Itaiacoca, município de Ponta Grossa. Dista aproximadamente 50 quilômetros da sede municipal e 25 quilômetros da sede do distrito. A localidade na época do levantamento apresentava 10 famílias residentes em sua área nuclear, mais 3 famílias em *habitat* disperso num raio de 800 metros em torno da comunidade. As habitações eram em sua maioria de madeira aparelhada, havendo no entanto três construções rústicas ou improvisadas. Essa população fixou-se neste local nos últimos 30 anos, pois o mapa do Serviço Geográfico do Exército, baseado em fotos de 1959, sequer menciona a existência da localidade.

A infra-estrutura de serviços comunitários resume-se à existência de uma capela de madeira, onde mensalmente recebe-se a visita de um frei, e da escola municipal. O sistema de esgoto sanitário da comunidade é extremamente precário. O abastecimento de água local é realizado ainda de forma individual e coletiva. Este último “sistema” baseia-se na captação de água de uma fonte a montante do rio Caçador, sem proteção nem tratamento. Constatou-se a presença de uma escola municipal “integrada” (os alunos recebem aula em conjunto numa única sala de aula).

Existe também um serviço de transporte escolar, que conduz os alunos dessa comunidade para a de Cerrado Grande, onde existe escola consolidada, porém, não existe transporte coletivo afora o ônibus escolar. O aglomerado é abastecido por uma rede de energia elétrica rural monofásica, todavia, atingia na época apenas 46% das moradias da localidade. Não existe telefone na comunidade, sendo que o posto telefônico mais próximo encontra-se a 15 quilômetros de distância. Todos se dedicavam à agricultura, pelo menos *half-time* (sic), havendo na comunidade 62 ha dedicados ao plantio de milho e feijão consorciados e apenas 5 ha cobertos com pastagens para alimentação do gado. A principal atividade econômica, centrada na agricultura, resultou na última safra

(1992/93) em 46,5 toneladas de milho, 4 toneladas de feijão, algum mel e nenhuma produção de arroz, apesar deste produto ter sido cultivado nas comunidades vizinhas mesmo que somente para o consumo. As baixas produtividades são resultantes do sistema primitivo de roças, que não utiliza nenhum tipo de insumo moderno.

Ainda segundo esse relatório *“a renda agrícola gerada na comunidade atinge apenas US\$ 6,150 a.a., inferior aos US\$ 8,640 a.a. obtidos anualmente pela locação da mão-de-obra em atividades de reflorestamentos da região, serviços de transporte e aposentadorias dos mais idosos. Essa renda concentrava-se nas mãos de 6 famílias, que percebem em conjunto 2/3 da renda total, resultando a pesquisa de rendimentos em 7 famílias com renda abaixo de 1 salário mínimo (US\$ 60), 5 com renda entre 1 e 3 salários mínimos e 1 família com renda acima de 5 salários mínimos”*.

As informações obtidas junto à Prefeitura Municipal de Ponta Grossa, a qual desenvolve vários projetos visando o desenvolvimento agrícola e rural no distrito de Itaiacoca, permitem uma sintética descrição da quarta comunidade rural que é denominada de Passo do Pupo. Uma caracterização geral passa necessariamente pela descrição física deste espaço, bem como por uma ênfase nas características de natureza socioeconômicas.

Neste sentido, este povoado é o primeiro a ser encontrado quando se pretende chegar ao distrito de Itaiacoca. O acesso pode ser realizado rapidamente (aproximadamente vinte minutos) e sem muitos problemas, pois a estrada é praticamente toda asfaltada. A rodovia Ponta Grossa – Biscaia (outra localidade mais ao interior do distrito) é a maneira mais fácil e econômica de chegar a esta comunidade rural.

Esta comunidade relativamente às outras encontra-se com melhores equipamentos comunitários, bem como quanto à infra-estrutura. A totalidade dos seus moradores possui energia elétrica instalada e verifica-se ainda a ocorrência de iluminação pública equiparando-se assim às comunidades de Cerrado Grande e Biscaia. Além disso, é servida por um sistema de transporte coletivo o qual tem uma frequência de três vezes ao dia. É dotada de um posto telefônico, de

estabelecimentos comerciais, igreja e cemitério. Contudo, quanto ao sistema de saúde e educação, ainda se encontra dependente em relação ao município de Ponta Grossa, ou mesmo da comunidade melhor estruturada. Quanto às características dos solos verifica-se que eles são muito variados, tanto em termos de profundidade, como em fertilidade natural. Seu relevo bastante ondulado é, porém, combinado com áreas de menor declive. Estes solos apresentam também uma elevada acidez, o que torna o seu manejo muito mais delicado exigindo um acompanhamento técnico e científico que nem sempre está facilmente disponível.

No entanto, a comunidade dispõe-se sobre um território marcado por uma beleza natural exuberante, com muitos pontos turísticos, sendo que dois deles particularmente se destacam: as chamadas Furnas Gêmeas e o Buraco do Padre¹⁰⁵. Nestes locais constata-se a presença de matas nativas. Desta forma, a paisagem torna-se uma mistura de pecuária extensiva, de agricultura e de locais de exploração turística.

No que se refere às características socioeconômicas da comunidade, pode-se afirmar que existem propriedades rurais de tamanhos pequenos, médios e grandes. A população residente é formada basicamente de agricultores, mas não é difícil encontrar pessoas com atividades não-agrícolas dedicadas, por exemplo, à construção civil. Parte dessa população não vive somente da renda agrícola obtida, existindo quase sempre um ou mais membros das famílias trabalhando na cidade. São poucas as pessoas que utilizam suas propriedades como fonte exclusiva de renda. Existem médias e grandes propriedades de pessoas não vinculadas diretamente ao agro e que são utilizadas para fins de recreação. Porém, outras propriedades estão direcionadas quase que totalmente à produção de grãos e exploração pecuária, mas não como forma de manutenção da família.

Muitas propriedades são administradas por mulheres, pois os homens - “responsáveis” das famílias - estão inseridos em trabalhos externos à exploração agrícola por grandes períodos.

¹⁰⁵ Ver reportagem da Folha de São Paulo de 01/11/99: “Caverna é um convite à contemplação”. Caderno de Turismo.

Neste contexto, a mulher adquire o “status” de chefe da exploração ficando sob sua responsabilidade uma dupla jornada de trabalho: cuidar do sustento da família desenvolvendo as atividades de cunho estritamente doméstico, como também organizar a produção agrícola, como por exemplo, o plantio e condução das culturas de milho e feijão, muito comuns nesta região. Nas unidades de produção médias e pequenas a mão-de-obra é quase que exclusivamente familiar e as culturas mais plantadas são o milho e o feijão. Outras atividades aparecem com frequência, tais como: hortas domésticas, criações de peixes de formas extensivas nos locais de existência de lagos e lagoas naturais, pomares com frutíferas nativas (sem finalidade comercial), áreas de matas para a preservação da vida silvestre e retirada de lenha, etc. Existe, portanto, uma diversidade de utilização das terras nesta localidade.

Finalmente, a quinta comunidade rural de que se obteve informações é aquela denominada de Biscaia. Ela localiza-se na região norte do distrito de Itaiacoca e o acesso a esse povoado é relativamente simples e fácil devido às condições das estradas que em um bom trecho são asfaltadas e em uma pequena parte são cascalhadas. Também, obtém-se serviços de transporte coletivo através de linha de ônibus que serve a população – uma vez ao dia - cujo destino é o município de Ponta Grossa. Além disso, ela se destaca em relação às outras comunidades do distrito – principalmente àquelas que se localizam na parte sul do distrito – pela presença de uma considerável infra-estrutura, a saber: energia elétrica, iluminação pública, posto telefônico, estabelecimentos comerciais, posto de saúde, escola da rede estadual, capela e cemitério. Somente com relação à questão da água e do esgoto sanitário ela permanece problemática: no primeiro caso, apesar de existir abastecimento a água oferecida não sofre tratamento e, no segundo caso, realmente não existe sequer promessa de instalação. Em todo caso, essa razoável infra-estrutura requer reformas, ampliação e manutenção, principalmente com relação à escola, à praça, etc., e que não vêm sendo realizadas por parte do poder público municipal que há várias décadas não lhe dispensa a devida atenção.

Com relação aos aspectos sociais e econômicos as informações obtidas atestam que essa comunidade encontra-se inserida em terras férteis, bem como apresenta-se com contornos turísticos que lhe assegurariam perspectivas promissoras num futuro não muito distante. Observa-se também a presença de propriedades cujos moradores, em sua maioria, não dependem - de forma exclusiva – das atividades e das rendas agrícolas para sua manutenção. A maioria da população está envolvida nas ocupações relacionadas à mineração, mas também existem outras famílias que são proprietárias, contudo não vivem na comunidade sendo as suas propriedades destinadas ao lazer e ócio geralmente nos fins de semana e assim, não estabelecendo um vínculo efetivo com a terra e/ou não dependendo dela como fonte de renda já que são bem sucedidas em outras atividades que desenvolvem no município.

Um último aspecto importante para o qual se deve atentar com vistas à finalidade deste texto é sobre a população jovem desta comunidade. Frequentemente ela desloca-se para o município de Ponta Grossa com dois objetivos: a) estudar em estabelecimentos de ensino que ofereçam melhor qualidade; b) buscar ocupações em ramos de atividade que permitam ocupações de caráter mais formal garantindo registro em carteira profissional, nas quais possam usufruir dos benefícios daí advindos (como por exemplo, previdência social, FGTS, etc.), bem como prover de forma complementar ou mesmo integral fontes de rendas fundamentais para manutenção de suas famílias nos locais de origem. Entretanto, esses jovens não pretendem abandonar a propriedade de seus pais, pois além destas possuírem boas aptidões para as atividades agropecuárias, representam principalmente um excelente local de moradia.

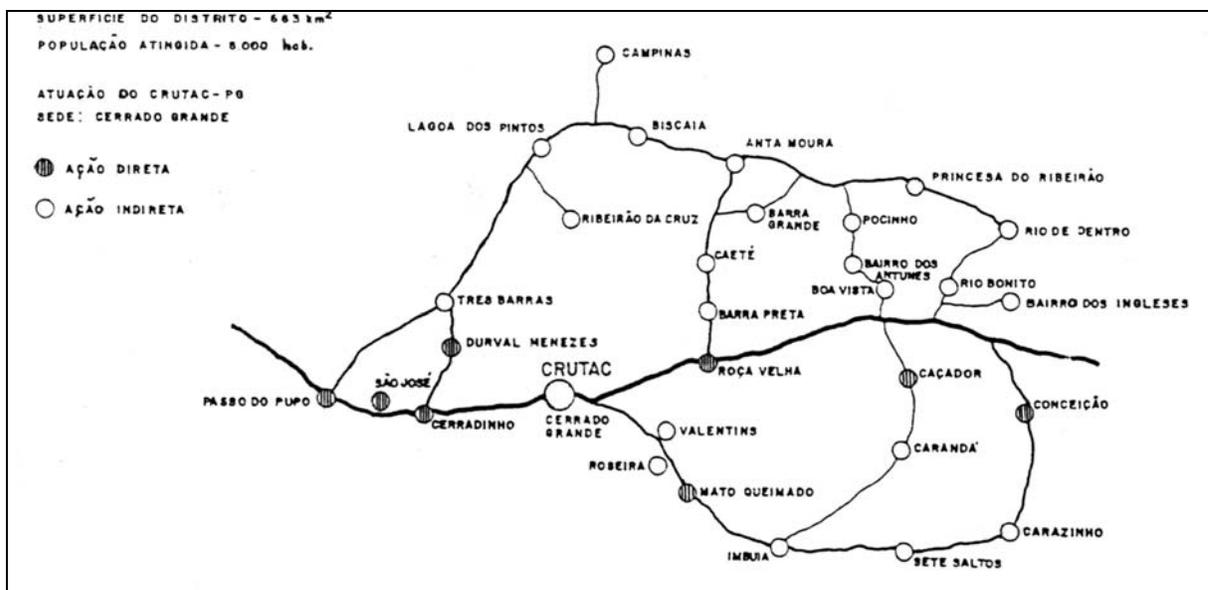


FIGURA 3
 Mapa com as comunidades do distrito de Itaiacoca.
 FONTE: SESC – UEPG (1981)

7.3 Nota metodológica

Os resultados que apresentaremos na seqüência deste texto compõem-se de duas pesquisas realizadas por instituições, períodos e metodologias distintas. O primeiro estudo abrangeu, de início, algumas comunidades da região sul do distrito de Itaiacoca (sempre caracterizada por ser a região mais empobrecida), o qual foi posteriormente expandido até chegar ao número de vinte e seis comunidades rurais (sem planejamento prévio), e tomou como referência as informações coletadas através da aplicação de 389 questionários estruturados aplicados nos anos de 1993 (8,0%), 1996 (63,0%) e 1997 (29,0%).

Esta pesquisa foi conduzida pelo Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Ponta Grossa – PR com a finalidade de produzir um diagnóstico socioeconômico do distrito que possibilitasse subsidiar ações de caráter extensionista. De certa forma, a ausência de respostas ou o preenchimento incorreto de algumas questões no questionário provocou um empobrecimento em algumas das análises, as quais poderiam ter sido

aprofundadas em muitos outros aspectos. Apesar da precariedade de algumas informações, optou-se pela utilização das mesmas, pelo fato de ser uma das poucas pesquisas disponíveis e de seu caráter abrangente.

O segundo estudo foi desenvolvido pelo pólo de pesquisa do IAPAR de Ponta Grossa com a cooperação da EMATER-PR e da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa utilizando a abordagem de “sistemas”. A pesquisa foi realizada totalmente no ano de 1995 em duas comunidades do distrito, quais sejam: Sete Saltos de Baixo e Roça Velha. Foram aplicados questionários a um grupo de 65 famílias rurais a fim de realizar a “tipificação dos sistemas produtivos predominantes” e conseqüentemente o diagnóstico estrutural, técnico e socioeconômico. O fruto desse trabalho era propor ações visando ao desenvolvimento sustentável de sistemas de produção (IAPAR, 1995).

Posto que esta pesquisa apresentava em seu conjunto um detalhamento muito significativo das informações as quais possibilitavam uma nova tabulação visando apresentar dados referentes às rendas familiares, processamos as mesmas e obtivemos um “novo” conjunto de informações até então não inteiramente disponível. Destaca-se que dos 65 questionários aplicados somente um deles foi descartado por um problema de subdeclaração de renda confirmado por um dos entrevistadores. Um outro problema decorrente da identificação de uma família que subdeclarou as despesas referentes às atividades agrícolas foi corrigido através de informações obtidas na Secretaria da Agricultura do Estado do Paraná, a qual faz o trabalho periódico de acompanhamento de preços recebidos pelos produtores e custos de produção de diversos produtos agrícolas.

Os dados dos dois estudos que nos foram cedidos pelas instituições foram, após um processo extenso de planilhamento e consistência, processados eletronicamente utilizando-se o programa denominado SPSS (Statistical Product and Service Solutions), versão 8.0 no âmbito do projeto RURBANO. A apresentação e a subseqüente análise foi realizada utilizando-se como unidade de análise a família, conforme vários autores têm preconizado (Brun, 1995; Fuller, 1990; entre outros) para o estudo da pluriatividade. Para tal realizou-se uma

tipificação das famílias de acordo com dois critérios básicos: posição na ocupação da pessoa de referência no domicílio e tipo de atividade exercida por seus membros.

Neste sentido, as famílias foram inicialmente classificadas em “empregadoras”, “conta-própria”, “empregados” e “não-ocupadas”¹⁰⁶. Quanto ao segundo critério, elas foram classificadas em “agrícolas”, “não-agrícolas” e “pluriativas”. Foram consideradas como famílias pluriativas aquelas onde pelo menos um de seus membros combina ocupações agrícolas-agrícolas e agrícolas-não-agrícolas, seja como atividade principal, seja nas atividades secundárias. A pluriatividade que mais destacamos é aquela que tem por referência a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas e/ou atividades agrícolas na ocupação principal e na ocupação secundária de pelo menos um de seus membros. Contudo, o caso de famílias pluriativas onde os membros combinam atividades agrícolas na ocupação principal e secundária – que pode ser considerada a pluriatividade tradicional das famílias rurais brasileiras – mostrou-se muito expressivo nos dados, forçando-nos a separar esse grupo daquele que combina atividades agrícolas e não-agrícolas.

¹⁰⁶ Se qualquer um dos membros da família declarou ser empregador, a família foi classificada como tal. Na falta de um empregador, a família foi classificada como conta-própria no caso de um dos membros ativos ter-se declarado como tal, independente da posição da ocupação dos demais membros. Em caso de não haver nem um empregador e nem um conta-própria, a família foi classificada como de empregados, se pelo menos um dos seus membros da família declarou exercer uma atividade. No caso de nenhum dos membros da família ter-se declarado ocupado, a família foi considerada como “não-ocupada”.

7.4 Caracterização geral dos grupos familiares (primeira pesquisa)

Para uma análise inicial dos resultados da tabulação das informações da primeira pesquisa apresentamos a distribuição das famílias conforme a tipologia anteriormente mencionada. Ela nos permitiu evidenciar oito tipos de famílias.

TABELA 23
Número absoluto e percentual segundo os tipos de famílias rurais em Itaiacoca

Tipos de famílias rurais	Número absoluto	Número Percentual
Conta-própria agrícola	155	39,8
Conta-própria pluriativa agrícola	38	9,8
Conta-própria pluriativa não-agrícola	62	15,9
Conta-própria não-agrícola	5	1,3
Trabalhadores agrícolas	56	14,4
Trabalhadores pluriativos não-agrícolas	33	8,5
Trabalhadores não-agrícolas	30	7,7
Famílias não-ocupadas	10	2,6
Total	389	100,0

FONTE: Pesquisa de campo: UEPG/Departamento de Serviço Social, 1993, 1996 e 1997.

Os dados apresentados na tabela 23 refletem inicialmente a grande diversidade de estruturas familiares existentes nas comunidades do distrito de Itaiacoca. Além disso, indicam que existem importantes modificações neste espaço rural, podendo-se afirmar que surge um conjunto de novas funções, atores sociais e demandas para o mesmo. As famílias com atividades rurais exclusivamente agrícolas, apesar de se manterem majoritárias, vêm perdendo importância de forma gradativa e emergem atividades e ocupações consideradas como “novas”. Além da pluriatividade tradicional que na tabela 23 mostra-se presente em quase 10% das famílias temos que destacar a presença da pluriatividade “intersetorial” que também é muito importante chegando a proporção de aproximadamente $\frac{1}{4}$ das famílias. Além disso, verifica-se a presença de famílias de empregados não-agrícolas, as quais passam a usufruir do espaço rural como um local de moradia. Ao se computar as famílias que habitam o espaço rural pesquisado e que combinam atividades ou simplesmente possuem atividades

estritamente não-agrícolas chega-se à proporção de mais de 1/3 das famílias pesquisadas, sendo um forte indicador de que *o rural não pode ser mais confundido com o agrícola dado o papel das populações e das atividades não-agrícolas neste conjunto de mudanças.*

Finalmente, destaca-se a presença das famílias não-ocupadas no conjunto total de famílias pesquisadas o que demonstra um processo de envelhecimento desta população rural. Avançaremos na discussão dessa tipologia e detalharemos outras variáveis para cada tipo de família na seqüência desse texto.

7.4.1 A condição de ocupação e sexo nos distintos grupos familiares

TABELA 24
Condição de ocupação e sexo das pessoas, segundo os tipos de famílias em Itaiacoca

Condição de ocupação das pessoas	Tipo I*		Tipo II		Tipo III		Tipo IV		Tipo V		Tipo VI		Tipo VII		Tipo VIII	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
total (a+b+c+d)	551	100	184	100	273	100	21	100	227	100	143	100	100	100	18	100
d) não declarado	19	3,5	8	4,3	4	1,4	2	9,5	15	6,6	11	7,6	9	9,0	0	0,0
a) inativos	131	23,7	44	23,9	88	32,2	4	19,0	74	32,6	41	28,6	39	39,0	18	100
b) ativos	333	60,4	85	46,2	143	52,3	8	38,0	81	35,6	60	42,0	35	35,0	0	0,0
c) < de 10 anos	68	12,3	47	25,5	38	13,9	7	33,3	57	25,1	31	21,7	17	17,0	0	0,0
Homens	300	54,4	89	48,4	136	49,8	13	61,9	124	54,6	73	51,0	49	49,0	9	50,0
Mulheres	251	45,6	95	51,6	137	50,2	8	38,1	103	45,4	70	49,0	51	51,0	9	50,0
Total geral	551	100	184	100	273	100	21	100	227	100	143	100	100	100	18	100

FONTE: Pesquisa de campo: UEPG/Departamento de Serviço Social, 1993, 1996 e 1997.

NOTA: * Os tipos são: **Tipo I**: conta-própria agrícola; **Tipo II**: conta-própria pluriativa agrícola; **Tipo III**: conta-própria pluriativa não-agrícola; **Tipo IV**: conta-própria não-agrícola; **Tipo V**: empregados agrícolas; **Tipo VI**: empregados pluriativos não-agrícolas; **Tipo VII**: empregados não-agrícolas e **Tipo VIII**: famílias não-ocupadas.

Através da tabela 24 podemos observar a distribuição das pessoas, segundo a condição de ocupação e sexo nos diferentes tipos de famílias. Nas famílias do tipo I verifica-se que mais da metade das pessoas são ativas, sendo o grupo que apresenta a maior proporção quando se compara com os demais. A proporção de inativos é uma das menores, quase igualando-se às famílias do grupo II e só perdendo para as famílias do grupo IV, sendo que as pessoas inativas são em ordem decrescente de importância compostas pelas seguintes categorias: do lar (44,3%), estudantes (37,4%), e aposentados, pensionistas e

encostados (18,3%). A proporção de pessoas com menos de 10 anos é a menor de todas. Além disso, a distribuição por sexo mostra uma preponderância dos homens em relação às mulheres. O número médio de pessoas ativas encontrado neste grupo de famílias é de 2,14, o de pessoas inativas é de 0,84, e o número médio de pessoas com menos de dez anos é de 0,44.

Nas famílias de tipo II observamos que a proporção de ativos é bem maior do que a de inativos, porém, essa proporção é bem distante daquela das famílias do tipo I. As pessoas inativas desse grupo estão distribuídas nas seguintes categorias: do lar (45,5%), estudantes (50%) e aposentados (4,5%). Verifica-se uma proporção muito baixa de aposentados dentre os inativos desse grupo. Nota-se neste grupo de famílias uma das maiores proporções de pessoas com menos 10 anos comparativamente aos demais grupos de famílias. Além disso, é um grupo com grande proporção de mulheres e crianças. O número médio de pessoas ativas encontrado nesse grupo de famílias é de 2,23, o de pessoas inativas é de 1,16 e o de pessoas com menos de dez anos é de 1,24.

O terceiro tipo de famílias apresenta a segunda maior proporção de pessoas ativas ficando atrás somente das famílias conta-própria agrícolas. Em compensação apresenta uma proporção relativamente elevada de inativos. Os inativos desse grupo de famílias distribuem-se entre as seguintes categorias: do lar (36,3%), estudantes (52,3%) e aposentados (11,4%). A distribuição por sexo indica uma proporção quase igual de homens e mulheres neste grupo. O número médio de pessoas ativas é de 2,3 sendo maior que os dois outros grupos precedentes, o número médio de pessoas inativas é de 1,42, e o de pessoas com menos de dez anos é de 0,61.

As famílias de tipo IV, as conta-própria não-agrícolas possuem o segundo menor número total de pessoas. Apresentam uma proporção um pouco superior de ativos em relação aos inativos, assim distribuídos: do lar (50%), aposentado (25%) e estudantes (25%). Posto que esses números são muito pequenos achamos prudente não fazer nenhuma afirmação mais conclusiva sobre esse grupo. A proporção por sexo indica uma supremacia numérica e proporcional do sexo masculino sobre o feminino. O número médio de pessoas ativas por

família é de 1,6, o de pessoas inativas é de 0,8 e o de pessoas com menos de dez anos é de 1,4.

O quinto tipo de famílias mostra uma proporção de pessoas ativas muito menor que os apresentados anteriormente, sendo a segunda menor proporção dentre os grupos. A proporção de inativos também é relativamente alta quando comparados com a dos grupos anteriores, bem como a proporção de menores de dez anos. A composição dos inativos apresenta-se desta forma: do lar (60,8%), estudantes (37,8) e aposentados (1,4%). Portanto, uma proporção muito baixa de aposentados. A distribuição por categoria de sexo mostra predominância de pessoas do sexo masculino. O número médio de pessoas ativas por família é de 1,45, o de pessoas inativas é de 1,32 e o de pessoas com menos de dez anos é de 1,0.

As famílias do grupo VI apresentam uma proporção de pessoas ativas distinta dos demais, sendo a quarta maior proporção. Com relação aos inativos situa-se em quinto lugar comparativamente aos demais. A distribuição dos inativos neste grupo de famílias é a seguinte: do lar (56,1%), estudantes (31,7%), aposentados (7,3%) e desocupados (4,9%). A proporção de pessoas com menos de dez anos é bastante alta quando se exclui as famílias do tipo IV e se compara com aquelas de tipo II e tipo V. A distribuição por sexo mostra uma ligeira maioria de homens em relação às mulheres. O número médio de pessoas ativas por família é de 1,82, o de pessoas inativas é de 1,24 e o de pessoas com menos de dez anos é de 0,94.

O penúltimo grupo (tipo VII) apresenta uma proporção elevada de inativos, que são distribuídos nas seguintes categorias: do lar (56,4%), estudantes (28,2%), aposentados (10,3%) e desocupados (5,1%). A proporção de ativos é a mais baixa quando comparada à dos demais grupos de famílias pesquisadas. A proporção segundo o sexo é ligeiramente favorável para as mulheres, exatamente o contrário do grupo anterior. O número médio de pessoas ativas por família é de 1,17, o mais baixo relativamente aos outros tipos de famílias, o de pessoas inativas é de 1,3 e o de pessoas com menos de dez anos é de 0,56.

Finalmente, o grupo VIII não apresenta pessoas ativas, sendo composto em sua totalidade por inativos, como já era de se esperar. A distribuição dos inativos é a seguinte: aposentados e pensionistas (61,1%), do lar (22,2%), estudantes (11,1%) e desocupados (5,5%). Neste grupo não existem pessoas com menos de dez anos e a proporção de homens e mulheres é praticamente a mesma.

7.4.2 Os ramos de atividade das pessoas nas famílias

TABELA 25
Ramos de atividade das pessoas, segundo os tipos de famílias rurais em Itaiacoca

Ramos de atividade	Tipo I*		Tipo II		Tipo III		Tipo IV		Tipo V		Tipo VI		Tipo VII	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Agrícola	332	94,3	85	91,4	69	49,6	-	-	79	82,3	20	28,2	-	-
Ind. da construção	-	-	-	-	2	1,4	1	10,0	-	-	2	2,8	1	2,3
Outras ativ. Industr.	-	-	-	-	2	1,4	-	-	-	-	4	5,6	9	20,5
Comércio de mercadorias	-	-	-	-	15	10,2	4	40,0	-	-	-	-	-	-
Prestação de serviços	-	-	-	-	14	9,5	1	10,0	-	-	27	38,0	4	9,1
Serviços aux. ativ. econômicas	-	-	-	-	2	1,4	1	10,0	-	-	-	-	-	-
Transporte e comunicação	-	-	-	-	9	6,1	1	10,0	-	-	1	1,4	8	18,2
Social	-	-	-	-	14	9,5	-	-	-	-	-	-	5	11,4
Administração pública	-	-	-	-	2	1,4	-	-	-	-	-	-	1	2,3
Outras atividades	-	-	-	-	6	4,1	-	-	-	-	4	5,6	3	6,8
Indústria da transformação	-	-	-	-	8	5,4	-	-	-	-	1	1,4	2	4,5
Não identificado	1	0,3	-	-	-	-	-	-	2	2,1	1	1,4	2	4,5
Não declarado	19	5,4	8	8,6	4	2,7	2	20,0	15	15,6	11	15,5	9	20,5
Total	352	100	93	100	147	100	10	100	96	100	71	100	44	100

FONTE: Pesquisa de campo: UEPG/Departamento de Serviço Social, 1993, 1996 e 1997.

NOTA: * Os tipos são: **Tipo I**: conta-própria agrícola; **Tipo II**: conta-própria pluriativa agrícola; **Tipo III**: conta-própria pluriativa não-agrícola; **Tipo IV**: conta-própria não-agrícola; **Tipo V**: empregados agrícolas; **Tipo VI**: empregados pluriativos não-agrícolas; **Tipo VII**: empregados não-agrícolas.

A relação dos principais ramos de atividades declaradas pelas pessoas economicamente ativas dos diversos tipos de famílias é mostrado Na tabela 25. O principal ramo de atividade das famílias do tipo I é a agricultura, como já se poderia antecipar, atingindo quase 95% da população entrevistada. Comparativamente, é um grupo de famílias que apresenta grande homogeneidade interna.

O tipo de família II apresenta um perfil semelhante ao anterior e seus membros concentram suas atividades no ramo de atividade agrícola. Salienta-se que em muitos casos essas famílias além de trabalhar na sua própria exploração

agrícola trabalham externamente se assalariando tanto em outras explorações agrícolas como nas atividades de silvicultura que é bastante comum no distrito pesquisado. Os resultados da tabela 25 refletem a tipificação estabelecida anteriormente, e este grupo mostrou ser também bastante homogêneo quando comparado aos demais.

As pessoas que compõem as famílias do tipo III distribuem-se em diferentes proporções em todos os ramos de atividades na tabela 25. Contudo, é importante ressaltar que os principais ramos de atividade em números absolutos e percentuais são os seguintes: agricultura, comércio de mercadorias, prestação de serviços, social, transporte e comunicação, indústria da transformação e outras atividades. A declaração de pertença ao ramo de atividade agricultura deve-se ao fato de que na noção de pluriatividade adotada consideramos como condição *sine qua non* que as famílias tenham alguma exploração agrícola combinada com outros tipos de atividade externa a ela.

O ramo de atividade denominado genericamente de “comércio de mercadorias” congrega as pessoas das famílias que combinam a atividade agrícolas com atividade de um pequeno bar ou bodega, comércio local, o qual acaba por fornecer uma renda “complementar” importante ao conjunto da renda familiar. Neste ramo de atividade estão alocadas também as pessoas que declararam exercer atividades de venda, quer sejam esporádicas ou permanentes.

No ramo de atividades denominado de “social” consideramos aquelas pessoas das famílias que declararam trabalhar em saúde e educação. A inserção dessas pessoas em atividades, geralmente de serviço público, ocorre principalmente através das mulheres, mas há também homens trabalhando neste ramo de atividade.

O ramo de prestação de serviços congrega um conjunto importante de pessoas das famílias pluriativas não-agrícolas (pluriatividade intersetorial). É um ramo de atividades muito amplo, admitindo principalmente pessoas com qualificação baixa para exercer essas atividades.

O ramo de transporte e comunicação destaca-se neste conjunto pela necessidade de deslocamento das pessoas no espaço rural a diferentes locais de

trabalho, bem como sua complementaridade com os serviços de educação e saúde que nem sempre estão facilmente ao alcance dessa população.

Finalmente, o ramo denominado “indústria de transformação” é também um ramo de atividade bastante amplo. Em nosso caso, constatamos pessoas cujas atividades se inserem em serviços metalúrgicos e principalmente de produção de carvão para indústrias cerâmicas que se localizam próximas a algumas comunidades.

No que diz respeito aos ramos de atividades das pessoas que compõem as famílias do tipo IV, verifica-se que eles estão concentrados principalmente nas atividades de comércio de mercadorias, mas há também aqueles que trabalham com transporte, na indústria da construção civil e na prestação de serviços.

As pessoas que compõem as famílias do tipo V declararam o ramo de atividade agrícola como principal. Este grupo de famílias é relativamente homogêneo e é composto principalmente por aquelas famílias que trabalham como empregadas em grandes explorações agrícolas que existem em algumas comunidades, cujo proprietário é absenteísta, um traço marcante da história agrária desta região.

No tipo VI podemos observar a concentração das pessoas em praticamente dois ramos de atividade: agricultura e prestação de serviços. As pessoas desse grupo inseridas no ramo de atividade denominado genericamente de “prestação de serviços” são pessoas que trabalham em chácaras, cujos proprietários (neurais) possuem geralmente residência urbana. Muitas vezes são assalariados, mas há também casos de pessoas que permutam seu trabalho pela possibilidade de ter assegurado um espaço para cultivo e um local de moradia. A inserção de pessoas nesse ramo de atividades parece ser crescente dada às dificuldades de obtenção de ocupações através das atividades agrícolas, bem como ao crescimento da demanda das pessoas de origem urbana pelo “consumo” do rural enquanto local de lazer, ócio e como uma nova forma de viver (estilo de vida). Neste grupo também existem pessoas envolvidas no ramo de atividade denominada de “outras atividades industriais” que no nosso caso são

principalmente aquelas famílias que trabalham na mineração – extração de talco e que combinam algum tipo de atividade agrícola de subsistência, porém sendo esta atividade secundária.

O último tipo de famílias, o tipo VII, mostra novamente uma inserção múltipla das pessoas. Os principais ramos de atividades que predominam entre as pessoas das famílias deste grupo são: outras atividades industriais, transporte e comunicação, social, prestação de serviços e outras atividades. Como já foi mencionado, o ramo denominado de outras atividades industriais é aquele onde as pessoas geralmente estão ocupadas nas atividades de mineração – extração de talco e pedras. Esta inserção simultânea parece cada vez menor dada as dificuldades pela qual vem passando a extração de talco na região. Os outros ramos já foram comentados anteriormente, como o de transporte, o de comunicação e o social, cujos integrantes se envolvem no transporte de pessoas para as diferentes localidades ou trabalham nos serviços públicos de saúde e educação.

Evidencia-se neste grupo uma diversidade de inserção em ramos de atividades somente comparável aos das famílias do tipo III, colocando-nos indagações importantes como: será que, pelo menos uma parte dessas famílias, em um passado não muito distante combinavam atividades agrícolas e não-agrícolas, e atualmente optaram por seu abandono? Se isto ocorreu o que levou estas famílias a optarem por continuar a viver no espaço rural e a exercer atividades não-agrícolas? Qual a percepção dessas pessoas em relação à atividade agrícola? Certamente, são perguntas difíceis de serem respondidas sem aprofundarmos as investigações.

Consideramos relevante chamar atenção para o fato de que até agora muito pouco tem sido interrogado à população rural não-agrícola sobre como ela percebe estas mudanças que ocorrem na agricultura e no espaço rural. Nesse contexto, *“os investigadores têm diante de si um interessante caldo de cultura para analisar se está produzindo a emergência de uma nova identidade “do rural”, uma identidade já marcada por sua dimensão agrícola exclusivamente, senão como uma síntese das distintas atividades e profissões, incluindo a*

agricultura, que confluem no fato de desenvolver-se em núcleos de população de tamanho pequeno e mediano e caracterizados por uma especial conexão com o espaço e o território” (E. Moyano, 1995).

As ocupações das pessoas economicamente ativas nas famílias

TABELA 26
As ocupações principais das pessoas, segundo os tipos de famílias em Itaiacoca

Ocupação principal	Tipo I*		Tipo II		Tipo III		Tipo IV		Tipo V		Tipo VI		Tipo VII	
	N ^o	%												
Motoristas	-	-	-	-	9	6,1	1	10,0	-	-	1	1,4	6	13,6
Ajudantes diversos	-	-	-	-	2	1,4	-	-	-	-	1	1,4	3	6,8
Serviços domésticos	-	-	-	-	11	7,5	1	10,0	-	-	26	36,6	3	6,8
Segurança pública	-	-	-	-	2	1,4	-	-	-	-	-	-	1	2,3
Auxiliares de ensino	-	-	-	-	5	3,4	-	-	-	-	-	-	4	9,1
Comércio e ativ. aux.	-	-	-	-	15	10,2	4	40,0	-	-	-	-	-	-
Agricultores	332	94,3	38	40,9	62	42,2	-	-	21	21,9	12	16,9	-	-
Professor grau inicial	-	-	-	-	6	4,1	-	-	-	-	-	-	-	-
Pedreiros e outros	-	-	-	-	2	1,4	1	10,0	-	-	2	2,8	1	2,3
Capatazes/administ.	-	-	-	-	1	0,7	-	-	19	19,8	1	1,4	-	-
Trab. agr. temporários	-	-	41	44,1	5	3,4	-	-	29	30,2	5	7,0	-	-
Outras ocupações	-	-	-	-	9	6,1	1	10,0	-	-	4	5,6	3	6,8
Auxiliares da saúde	-	-	-	-	3	2,0	-	-	-	-	-	-	1	2,3
Mineiros e extr. pedra	-	-	-	-	2	1,4	-	-	-	-	4	5,6	9	20,5
Indústria mec. e metal.	-	-	-	-	4	2,7	-	-	-	-	-	-	-	-
Indústria de transf.	-	-	-	-	4	2,7	-	-	-	-	1	1,4	2	4,5
Não identificado	1	0,3	4	4,3	1	0,7	-	-	11	11,5	3	4,2	2	4,5
Não declarado	19	5,4	10	10,8	4	2,7	2	20,0	16	16,7	11	15,5	9	20,5
Total	352	100	93	100	147	100	10	100	96	100	71	100	44	100

FONTE: Pesquisa de campo: UEPG/Departamento de Serviço Social, 1993, 1996 e 1997.

NOTA: * Os tipos são: **Tipo I**: conta-própria agrícola; **Tipo II**: conta-própria pluriativa agrícola; **Tipo III**: conta-própria pluriativa não-agrícola; **Tipo IV**: conta-própria não-agrícola; **Tipo V**: empregados agrícolas; **Tipo VI**: empregados pluriativos não-agrícolas; **Tipo VII**: empregados não-agrícolas.

No que se refere às ocupações das pessoas estas são apresentadas na tabela 26. Quando observamos as ocupações das pessoas pertencentes às famílias do tipo I constata-se que a maioria absoluta das pessoas destas pessoas ocupa-se como “agricultor”, mostrando a grande homogeneidade interna deste grupo.

O segundo tipo de famílias apresenta uma distribuição um pouco distinta do anterior, mas concentra-se em duas ocupações: agricultores e trabalhadores agrícolas temporários. Muitos desses trabalhadores temporários se assalariam em atividades florestais (corte e extração de madeira, plantio de mudas, etc.) computadas em nossa análise como pertencendo ao ramo de

atividade agrícola. Estas atividades estão muito presentes na região. Evidencia-se assim, a pluriatividade agrícola desse grupo de famílias.

A distribuição das ocupações no tipo III exprime uma grande diversidade de ocupações das pessoas nas famílias. As ocupações mais importantes das pessoas nestas famílias são: agricultores, comerciantes, serviços domésticos, motoristas, professor de grau inicial, auxiliares de ensino, entre outras. Essa distribuição só é comparável à das famílias do grupo VII em termos de amplitude de ocupações. Neste grupo observa-se tanto “as antigas ocupações rurais não-agrícolas” como a de minerador que sempre existiu na região e ainda as “novas ocupações” como a de vigias e de trabalhadores de conservação de estradas. Dois aspectos merecem então, ser destacados: primeiro, a existência de uma diversidade de ocupações rurais não-agrícolas, e segundo, que as mesmas no geral, mas não exclusivamente, exigem baixa qualificação daqueles que as assumirão.

No tipo IV entre as ocupações existentes uma em particular merece ser destacada: aquela ligada ao comércio e a atividades auxiliares. As outras ocupações apresentam proporções semelhantes entre si. Dado o pequeno número de famílias registrado neste grupo qualquer análise mais profunda fica impedida.

O quinto tipo apresenta uma maior concentração absoluta e percentual em torno de três categorias: aquela dos trabalhadores agrícolas temporários, os agricultores e os capatazes e/ou administradores. A presença importante da categoria “capatazes e/ou administradores” relaciona-se com as famílias que são empregadas rurais em propriedades de grande extensão de área total como já explicado anteriormente.

Com relação ao sexto tipo observamos novamente uma maior diversidade de ocupações. Mas, o destaque fica por conta da ocupação não-agrícola denominada de “serviços domésticos”. Neste caso, trata-se das pessoas que declararam ser “caseiros” e trabalham em chácaras ou sítios de lazer espalhados pelas distintas comunidades pesquisadas.

Finalmente, no tipo VII pode-se constatar também um maior número de ocupações das pessoas nas famílias. Porém, ao contrário dos grupos precedentes, observa-se uma distribuição mais equilibrada entre elas. Mesmo assim, pode-se ressaltar como importantes as seguintes: mineiros e trabalhadores de extração de pedras, motoristas, auxiliares de ensino, ajudantes diversos e serviços domésticos.

No conjunto das informações apresentadas na tabela 26 temos que destacar que as ocupações rurais não-agrícolas, no espaço rural pesquisado, mostram-se diversificadas e variam muito conforme o tipo de família analisada. Contudo, os dados revelam que vêm crescendo as ocupações relacionadas ao ramo de atividade de prestação de serviços, em particular as ocupações de “serviços domésticos”. Neste sentido, o espaço rural passa a adquirir uma gestão multipropósito que pode ser muito bem relacionada com esta variável analisada. Lembre-se porém, que a progressão do setor terciário não é suficiente para compensar as perdas de ocupações no setor agrícola. Esse processo em curso “converge para a confirmação da ‘desagricolização’ do emprego no meio rural e sua secundarização” (Mathieu, 1998:18).

7.4.4 O número médio de pessoas nas famílias

As informações contidas na tabela 27 nos fornecem um breve perfil das famílias quanto a essa variável. A primeira observação importante a se fazer é a de que as famílias não podem ser classificadas como extensas, mas como famílias em processo de nuclearização.

Os dados permitem afirmar que existe diferença entre alguns dos tipos de famílias. Isto se comprova nas famílias conta-própria pluriativas agrícolas e não-agrícolas, por possuírem o maior número médio de pessoas por família. As famílias não-ocupadas e as famílias de trabalhadores não-agrícolas apresentam o menor número médio de pessoas em seu núcleo.

TABELA 27
Número médio de pessoas na família, segundo os tipos de famílias rurais em Itaiacoca

Tipos de famílias rurais	Número médio de pessoas	Número de casos válidos
Conta-própria agrícola	3,55	155
Conta-própria pluriativa agrícola	4,84	38
Conta-própria pluriativa não-agrícola	4,45	62
Conta-própria não-agrícola	4,20	5
Empregados agrícolas	4,05	56
Empreg. pluriativos não-agrícolas	4,30	33
Empregados não-agrícolas	3,33	30
Não-ocupadas	1,80	10
Total	3,90	389

FONTE: Pesquisa de campo: UEPG/Departamento de Serviço Social, 1993, 1996 e 1997.

Com relação ao número médio total de 3,9 pessoas por família verifica-se a sua concordância com os resultados do Censo Demográfico do IBGE (1991:427), o qual apresentou em um total de 865 domicílios pesquisados 3506 pessoas no distrito de Itaiacoca, da qual obtém-se uma média de 4,05 pessoas por domicílio. Assim, os nossos resultados estão, em certa forma, de acordo com os resultados do Censo bem como de outras pesquisas realizadas na região.

Como enfatizou Fuller (1990), o expediente à pluriatividade pode ser compreendido tanto do ponto de vista dos aspectos externos à unidade familiar, como aqueles relacionados aos internos (motivações individuais ou coletivas, dimensão, composição e ciclo de vida, escolaridade, etc.).

Assim, consideramos que a busca da pluriatividade na região estudada pode estar associada a algumas características internas das famílias (principalmente no que diz respeito ao tamanho), pois verificamos a existência de diferença entre os grupos de famílias. Veremos na seqüência deste texto outras variáveis referentes à estrutura interna das famílias a fim de se confirmar ou refutar parcialmente o argumento exposto acima.

7.4.5 Os estratos de grau de instrução das pessoas nas famílias

TABELA 28

Estratos de grau de instrução das pessoas, segundo os tipos de famílias em Itaiacoca

Estratos de Grau de Instrução	Tipo I*		Tipo II		Tipo III		Tipo IV		Tipo V		Tipo VI		Tipo VII		Tipo VIII	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Analfabeto	68	12,3	9	4,9	15	5,5	-	-	26	11,5	3	2,1	4	4,0	8	44,4
1ª a 4ª série do 1º grau	335	60,8	118	64,1	144	52,7	9	42,9	116	51,1	92	64,3	51	51,0	4	22,2
5ª a 8ª série do 1º grau	60	10,9	15	8,2	56	20,5	5	23,8	34	15,0	26	18,2	22	22,0	6	33,3
1ª a 3ª série do 2º grau	7	1,3	1	0,5	20	7,3	1	4,8	1	0,4	-	-	12	12,0	-	-
superior completo e incompleto	3	0,5	-	-	7	2,6	1	4,8	-	-	-	-	-	-	-	-
Não se aplica**	38	6,9	31	16,8	16	5,9	5	23,8	41	18,1	19	13,3	10	10,0	-	-
Não declarado	40	7,3	10	5,4	15	5,5	-	-	9	4,0	3	2,1	1	1,0	-	-
Total	551	100	184	100	273	100	21	100	227	100	143	100	100	100	18	100

FONTE: Pesquisa de campo: UEPG/Departamento de Serviço Social, 1993, 1996 e 1997.

NOTA: * Os tipos são: **Tipo I**: conta-própria agrícola; **Tipo II**: conta-própria pluriativa agrícola; **Tipo III**: conta-própria pluriativa não-agrícola; **Tipo IV**: conta-própria não-agrícola; **Tipo V**: empregados agrícolas; **Tipo VI**: empregados pluriativos não-agrícolas; **Tipo VII**: empregados não-agrícolas e **Tipo VIII**: famílias não-ocupadas.

**Referem-se às crianças fora da idade escolar ou aos portadores de deficiência física ou mental

Na tabela 27 pode-se observar as informações referentes ao grau de instrução das famílias pesquisadas. No primeiro grupo de famílias observa-se uma concentração importante do grau de instrução das pessoas no estrato denominado “primeira a quarta série do primeiro grau”, com acima de 60% da população pesquisada estando aí concentrada, e sendo em analogia aos demais o terceiro mais importante. Destaca-se também um alto percentual de analfabetos. Em dois outros estratos, aqueles compreendidos no intervalo de “quinta a oitava série” e “primeira a terceira série do segundo grau” constata-se que são baixos. Com base nestas informações podemos afirmar com alguma segurança que as pessoas possuem baixo grau de instrução.

Nas famílias de tipo II o fato mais notável é a alta concentração no grau de instrução “primeira a quarta série do primeiro grau”, como também uma alta porcentagem de “não se aplica”, neste caso podendo ser atribuído ao elevado número de crianças fora da idade escolar. Chama a atenção também a ausência de pessoas no estrato de grau de instrução “superior completo” e “incompleto”. No

geral, o grau de instrução desse grupo de famílias pode ser considerado muito baixo.

O grupo de famílias III apresenta um perfil um pouco diferente dos anteriores. No estrato de grau de instrução “primeira a quarta série do primeiro grau” observa-se que: apesar de ser ainda muito importante está bem abaixo dos grupos anteriores e de outros tipos de famílias. Revela um percentual importante de pessoas nos dois estratos seguintes e muito superior aos dos grupos anteriores. É o grupo que possui o maior percentual de pessoas com “nível superior completo e incompleto”. Em resumo, os números permitem, de certa forma, evidenciar grau de instrução superior em relação principalmente aos precedentes.

Uma análise do grupo IV permite evidenciar uma concentração no grau de instrução denominado “primeira a quarta série do primeiro grau”. Mas destaca-se também dois aspectos: ausência de analfabetos e presença de quase $\frac{1}{4}$ da população no estrato de grau de instrução “quinta a oitava série do primeiro grau”.

A escolaridade das pessoas das famílias do tipo V apresenta as seguintes características: concentração no estrato compreendido entre “primeira a quarta série do primeiro grau”, terceira maior proporção de analfabetos e elevada proporção de crianças “fora da idade escolar”. Em alguns aspectos parece-se com o grupo I e II, ou seja, uma baixa escolaridade das pessoas.

A escolaridade das pessoas do grupo VI aponta para uma alta concentração no estrato denominado “primeira a quarta série do primeiro grau”. Dois outros aspectos chamam atenção: quase $\frac{1}{5}$ das pessoas das famílias no estrato de “quinta a oitava série do primeiro grau” e 13,3% de pessoas fora da idade escolar.

No grupo VII destaca-se que a maior parte das pessoas encontra-se no estrato denominado de “primeira a quarta série do primeiro grau”. Porém, ressalta-se o baixo percentual de analfabetos, bem como a presença de 12,0% das pessoas no estrato “primeira a terceira série do segundo grau”, indicando um melhor perfil de escolaridade das pessoas que compõem este grupo.

Finalmente, o grupo VIII mostra ser o pior de todos eles em termos de escolaridade das pessoas. Entre analfabetos e pessoas que estão entre a “primeira e quarta série do primeiro grau” encontram-se 66,6% das pessoas das famílias.

Um resumo das análises encetadas acima pode ser apresentado. Por um lado, no geral a escolaridade das pessoas nas famílias é baixa, sendo muito mais baixa nas famílias desocupadas. A implicação desse resultado para o conjunto dessas famílias é que para este grupo a previdência social é mesmo fundamental para fornecer condições de permanência no espaço rural, já que eles dificilmente conseguirão efetuar a “transição” para os outros grupos. Por outro lado, apesar dos dados não revelarem uma diferença importante entre quase todos os grupos (exceto o grupo II e VIII) nota-se que as famílias que possuem pessoas envolvidas em atividades não-agrícolas ou pluriativas apresentam maior escolaridade. A exceção, nesse caso, deve ser feita especialmente para o grupo VI o qual apresenta um tipo de pluriatividade que não necessita de outras experiências de trabalho e qualificações. Desta forma, os dados da pesquisa mostram, antes de mais nada, a necessidade de sermos muito cuidadosos na análise da relação entre essas duas variáveis.

7.4.6 Os estratos de área total das explorações das famílias

TABELA 29
Estratos de área total, segundo os tipos de famílias rurais de Itaiacoca

Estratos de área total (ha)	Tipo I*		Tipo II		Tipo III		Tipo IV		Tipo V		Tipo VI		Tipo VII		Tipo VIII	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
< de 1	6	3,9	2	5,3	3	4,8	-	-	-	-	2	6,1	2	6,7	-	-
1 a menos de 2	11	7,1	6	15,8	8	12,9	-	-	-	-	2	6,1	-	-	-	-
> 2 a menos de 5	23	14,8	9	23,7	9	14,5	-	-	1	1,8	4	12,1	1	3,3	1	10,0
>5 a menos de 10	24	15,5	6	15,8	10	16,1	-	-	2	3,6	3	9,1	-	-	2	20,0
>10 a menos de 20	15	9,7	4	10,5	8	12,9	-	-	-	-	3	9,1	-	-	1	10,0
>20 a menos de 50	32	20,6	2	5,3	11	17,7	1	20,0	-	-	1	3,0	-	-	-	-
>50 a menos de 100	19	12,3	1	2,6	8	12,9	-	-	6	10,7	1	3,0	-	-	-	-
>100 a menos de 500	13	8,4	1	2,6	1	1,6	-	-	5	8,9	-	-	-	-	-	-
>500 a menos de 5000	-	-	-	-	-	-	-	-	4	7,1	-	-	-	-	-	-
não declarado	12	7,7	7	18,4	4	6,5	3	60,0	34	60,7	16	48,5	21	70,0	4	40,0
não possui terra	-	-	-	-	-	-	1	20,0	4	7,1	1	3,0	6	20,0	2	20,0
total	155	100	38	100	62	100	5	100	56	100	33	100	30	100	10	100

FONTE: Pesquisa de campo: UEPG/Departamento de Serviço Social, 1993, 1996 e 1997.

NOTA: * Os tipos são: **Tipo I**: conta-própria agrícola; **Tipo II**: conta-própria pluriativa agrícola; **Tipo III**: conta-própria pluriativa não-agrícola; **Tipo IV**: conta-própria não-agrícola; **Tipo V**: empregados agrícolas; **Tipo VI**: empregados pluriativos não-agrícolas; **Tipo VII**: empregados não-agrícolas e **Tipo VIII**: famílias não-ocupadas.

As informações referentes aos estratos de área total por tipo de famílias estão contidas na tabela 29. Os resultados mostram para o tipo I uma distribuição do quesito “área total” onde verifica-se que: cerca de 84% destas famílias, ou seja, uma grande parte delas, possuem área total até o estrato “mais de 50 a menos de 100 hectares”, as quais podemos considerar como produtores familiares. Acima deste estrato constata-se a presença de 8,4% das famílias. Um fato adicional é que o estrato onde elas se concentram é aquele denominado “mais de 20 a menos de 50 hectares”, com 20,6% das famílias.

Para o tipo II, verifica-se que 79% das famílias encontram-se no estrato de área total de “mais de 50 a menos de 100 hectares”. Entretanto, os dados mostram que o estrato de maior concentração é aquele denominado de “mais de 2 a menos de 5 hectares”. Portanto, há que se destacar comparativamente ao grupo anterior uma concentração de produtores em menores estratos de área total de terras.

No tipo III verifica-se uma distribuição quase proporcional nos distintos estratos de área total considerados. Ao considerarmos o estrato de “mais de 50 a menos de 100 hectares” como limite encontramos 91,8% das famílias. Destaca-se neste grupo mais dois aspectos: a maior porcentagem no grupo de “mais de 20 a menos de 50 hectares”, portanto superior ao precedente, bem como porcentagens maiores nos estratos de áreas superiores. As famílias com pluriatividade não-agrícola podem estar associadas com explorações de menor dimensão física quando se leva em conta o responsável e a exploração agrícola. Entretanto Quero (1995) argumenta que este aspecto – características agrárias e estruturais das explorações – já foi amplamente estudado em sua relação com a agricultura em tempo parcial. Segundo a autora “a dimensão reduzida é a característica comum”. As explorações em tempo parcial são, em sua maior parte, pequenas, porém observa-se que o fenômeno também atinge as grandes explorações. *“Todavia, ao se utilizar o conceito amplo de pluriatividade familiar, esta não parece guardar grande relação com o tamanho da exploração”*.

As famílias do tipo IV mostram uma concentração no atributo “não declarado” e “não possui terra”. Isso reflete o fato destas famílias estarem envolvidas em atividades não-agrícolas exclusivamente.

Nas famílias do tipo V aparentemente verifica-se uma concentração delas no estrato compreendido no grupo “mais de 50 a menos de 100 hectares”. Porém, ao observarmos mais cuidadosamente os dados devemos apontar para o fato de existir mais de 60% dessas famílias com resposta “não-declarado”. Provavelmente isso se deve ao fato de que, sendo explorações de grandes dimensões físicas, seus proprietários devem ter orientado seus empregados a não fornecer informações aos entrevistadores, visto que as mesmas poderiam ser repassadas a grupos interessados na realização de reforma agrária. Isso pode ser comprovado observando-se os dados novamente: é o único grupo de famílias que declarou possuir área total no estrato de “mais de 500 a menos de 5000 hectares”.

O tipo VI apresenta as seguintes características: quase 50% das famílias apresentam-se compreendidas no estrato de “mais de 50 a menos de 100 hectares”, assim como observa-se uma concentração no estrato de “mais de 2 a

menos de 5 hectares” e uma alta porcentagem de famílias que não declararam a informação de área total. Na sua maioria esse grupo é composto por “chácaras ou sítios de lazer” os quais possuem pequenas dimensões físicas.

O perfil do tipo VII é bem diferenciado dos demais grupos, pois 90% das famílias “não possuem terra” e “não declararam” resposta a este quesito. Quando porventura responderam nota-se que as áreas são pequenas, não excedendo 5 hectares. Assim, estas famílias mostram que a terra no espaço rural pesquisado é principalmente um local de moradia. Sabe-se que uma parte das famílias que aí residem, sem exploração agrícola ou com ela desativada vivem em áreas cedidas pelas empresas de reflorestamento presentes na região ou em terrenos cedidos pela Igreja.

Finalmente, no último grupo de famílias observa-se que as áreas delas podem ser consideradas pequenas, não chegando aos 20 hectares. São explorações que estão plenamente desativadas posto que seus proprietários e seus membros não exercem qualquer tipo de atividade de exploração agrícola. Pelo fato de se constituir num pequeno grupo de famílias não podemos nos aprofundar na discussão das características desse grupo.

7.4.7 A produção agropecuária das famílias

TABELA 30
Atividade principal agropecuária, segundo os tipos de famílias rurais de Itaiacoca

Atividade principal agropecuária	Tipo I*		Tipo II		Tipo III		Tipo IV		Tipo V		Tipo VI		Tipo VII		Tipo VIII	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
milho e feijão	63	40,6	25	65,8	30	48,4	-	-	1	1,8	6	18,2	-	-	-	-
milho, feijão e outro	31	20,0	6	15,8	10	16,1	-	-	1	1,8	1	3,0	-	-	-	-
milho	5	3,2	2	5,3	3	4,8	-	-	1	1,8	4	12,1	-	-	-	-
milho, feijão e fumo	9	5,8	-	-	1	1,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
pastagem	1	0,6	-	-	3	4,8	-	-	4	7,1	-	-	-	-	-	-
não cultiva	-	-	-	-	-	-	1	20,0	5	8,9	-	-	1	3,3	1	10,0
não declarado	-	-	-	-	-	-	4	80,0	39	69,6	17	51,5	29	96,7	9	90,0
outros (as)	46	29,7	5	13,2	15	24,2	-	-	5	8,9	5	15,2	-	-	-	-
total	155	100	38	100	62	100	5	100	56	100	33	100	30	100	10	100

FONTE: Pesquisa de campo: UEPG/Departamento de Serviço Social, 1993, 1996 e 1997.

NOTA: * Os tipos são: **Tipo I**: conta-própria agrícola; **Tipo II**: conta-própria pluriativa agrícola; **Tipo III**: conta-própria pluriativa não-agrícola; **Tipo IV**: conta-própria não-agrícola; **Tipo V**: empregados agrícolas; **Tipo VI**: empregados pluriativos não-agrícolas; **Tipo VII**: empregados não-agrícolas e **Tipo VIII**: famílias não-ocupadas.

Quanto às produções agropecuárias realizadas entre os diferentes grupos de famílias elas podem ser encontradas na tabela 30. No caso das famílias de tipo I constata-se a presença marcante de um sistema de produção: culturas de subsistência, principalmente o milho e o feijão na maior parte das vezes associados a cultivos de alimentação básica, ou, em alguns casos, àqueles de inserção agroindustrial (como por exemplo o fumo). Existem também outras formas de cultivos ou combinações, por exemplo, a criação de pequenos animais como abelhas e peixes.

As famílias do tipo II concentram suas atividades basicamente em cultivos de subsistência. Ou seja, aproximadamente 82% delas declararam cultivar milho e feijão; milho feijão e outro, e milho. Não existem famílias neste grupo que tenham declarado possuir áreas dedicadas exclusivamente à exploração de pastagens.

Com relação às famílias do tipo III observamos que existe aí uma maior diversificação de tipos de cultivos. Entretanto, ainda observamos uma forte presença de cultivos de subsistência, mas em proporção bem menor do que entre

as famílias do grupo anterior. Além disso, constata-se a presença de famílias que têm áreas com exploração de pastagens, como também o caso de uma família que declarou produção de subsistência associado ao fumo. Ora, no caso das pastagens este tipo de empreendimento pode permitir o assalariamento externo do responsável e de membros das famílias mais facilmente do que com o cultivo de fumo. No caso do fumo pode ser que o assalariamento seja de algum membro do grupo doméstico, posto que esta cultura é exigente em mão-de-obra o que dificulta a liberação da força-de-trabalho familiar. Entretanto, a idéia do assalariamento externo pode sugerir que uma parte da renda obtida tenha como destino a contratação de trabalhadores externos à exploração.

As famílias do tipo IV distribuem-se apenas em duas categorias de respostas: não-cultiva e não-declarado. Esse resultado já era esperado visto que estas famílias trabalham exclusivamente em atividades não-agrícola e por conta-própria. O tipo V apresenta-se com características bastante distintas dos demais. A presença de exploração com pastagens, bem como de outros cultivos ou criações. Destaca-se mais uma vez neste grupo a ausência de informações, tanto quanto da variável anterior.

Nas famílias do tipo VI observa-se novamente uma concentração em atividades agrícolas com ênfase nos produtos destinados ao consumo humano e de criação de pequenos animais. Como neste grupo encontram-se as “chácaras” pode-se imaginar que grande parte destas atividades (33,3%) seja para o próprio sustento da família dos caseiros. Entretanto, neste grupo temos que apontar também o alto percentual de famílias que não declararam resposta a este quesito.

No penúltimo grupo, o tipo VII verifica-se que a ausência de declaração pode ser perfeitamente entendida como *inexistência de cultivos ou criações* entre as famílias deste grupo. Em alguns casos, apesar da existência do lote de exploração agrícola este foi abandonado por completo e os membros passam a dedicar-se exclusivamente à ocupação em atividades não-agrícolas.

O último grupo de famílias possui um perfil semelhante àquele do grupo precedente, neste caso, por outros motivos. Não se observa neste grupo

nem produção agrícola destinada ao autoconsumo. Estas famílias provavelmente estão sobrevivendo às custas das transferências sociais obtidas.

Em síntese, as atividades de exploração agropecuária nas unidades de produção tomam cada vez mais uma posição secundária, complementar tanto para os tipos de famílias caracterizadas como pluriativas, como para aquelas que obtêm rendas de transferências sociais. Em alguns casos a atividade agropecuária simplesmente tem desaparecido e a exploração assume como característica principal a de ser um local de moradia.

7.5 Caracterização geral dos grupos familiares (segunda pesquisa)

Nesta seção apresentaremos os resultados obtidos da nova tabulação de dados da pesquisa realizada pelo IAPAR no ano de 1995 em duas comunidades rurais no distrito de Itaiacoca. Inicialmente apresentamos na tabela 31, a qual contém informações sobre os tipos de famílias encontradas, segundo a tipologia anteriormente explicada.

TABELA 31
Números absolutos e percentuais segundo os tipos de famílias em Itaiacoca

Tipos de famílias rurais	Comunidades rurais pesquisadas				Total	
	Roça Velha		Sete S. de Baixo			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
I. Conta-própria agrícola	12	37,5	20	62,5	32	100,0
II. Conta-própria pluriativa agrícola	8	53,3	7	46,7	15	100,0
III. Conta-própria pluriativa não-agrícola	10	66,7	5	33,3	15	100,0
IV. Empregados não-agrícolas	0	0,0	1	100,0	1	100,0
V. Empregados pluriativos	1	100,0	0	0,0	1	100,0
Total (% por tipo de família)	31	(48,4)	33	(51,6)	64	100,0

FONTE: IAPAR, 1995. Tabulações especiais do projeto RURBANO.

Uma primeira análise da tabela 31 mostra não só que o número total de famílias pesquisadas em cada uma das comunidades é muito parecido, mas também a presença de cinco tipos de famílias divididas em dois grupos: famílias conta-própria e empregados.

Observa-se que a comunidade de Sete Saltos de Baixo apresenta uma maior proporção de famílias de conta-própria agrícolas (62,5%) que a comunidade de Roça Velha (37,5%). A proporção de famílias denominadas de “conta-própria pluriativa agrícola” é aproximadamente igual, entretanto as famílias denominadas de “conta-própria pluriativa não-agrícola” apresentam uma posição contrastante: enquanto na comunidade rural de Roça Velha elas representam 66,7%, na comunidade de Sete Saltos de Baixo elas representam apenas 33,3%, ou seja, a metade. Os dois outros tipos de famílias apresentam proporções muito baixas, mas serão mantidos por duas razões: primeiro, porque fazem parte dos dados originais da pesquisa, e segundo, porque podem nos sugerir algumas informações importantes apesar da baixa proporção. Comparando-se estas informações com as anteriores nota-se que: metade das famílias obtêm rendas de trabalho externo assalariado. As famílias que possuem exclusivamente pluriatividade intersetorial totalizam 23,5% do total das famílias pesquisadas.

7.5.1 O número médio de pessoas ativas

TABELA 32
Número médio de pessoas ativas, segundo os tipos de famílias rurais em Itaiacoca

Tipos de famílias rurais	Número médio de pessoas ativas	Número de casos válidos
I. Conta-própria agrícola	2,41	32
II. Conta-própria pluriativa agrícola	2,79	14
III. Conta-própria pluriativa não-agrícola	3,31	16
IV. Empregados não-agrícolas	2,00	1
V. Empregados pluriativos	3,00	1
Total	2,72	64

FONTE: IAPAR, 1995. Tabulações especiais do projeto RURBANO.

Na tabela 32 podemos observar o número médio de pessoas ativas nos diferentes tipos de famílias, um resultado que, por um lado era esperado (maior número de pessoas ativas nas famílias pluriativas agrícolas e não-agrícolas), mas por outro, causa surpresa.

O que surpreende nos resultados apresentados na tabela é um número médio de pessoas ativas, no seu conjunto, muito reduzido, em especial daquelas famílias residentes no espaço rural e que se dedicam de forma exclusiva às atividades agrícolas e/ou são pluriativas.

Ao que tudo indica parece estar havendo uma redução deste número, bem distinto do resultado que poderia ser esperado. Imaginávamos encontrar um número médio bem maior de pessoas ocupadas nas famílias rurais, quer seja em função da maior presença feminina na força-de-trabalho não-agrícola, quer como resposta a uma queda das rendas agrícolas entre as famílias rurais. A explicação para esse fenômeno apresentado pelas famílias rurais contém elementos de várias naturezas podendo ser sinteticamente apontados.

Dentre eles destacam-se os seguintes aspectos: a) o desemprego tornou-se um dado permanente do contexto econômico diminuindo aceleradamente os postos de trabalho no campo; b) o aumento do número de pensões e aposentadorias no espaço rural, associado a um processo de envelhecimento da população rural; c) uma certa individualização das famílias o que para Brun (1989) pode ser assim traduzido: “as ligações que unem os membros de uma família se distendem em toda a sociedade”.

7.5.2 A atividade agrícola principal das famílias

TABELA 33
Tipos de famílias rurais, segundo a atividade agrícola principal em Itaiacoca

Atividade agrícola	Tipo I*		Tipo II		Tipo III		Tipo IV		Tipo V	
	N ^o	%								
agricultura – milho e feijão	13	40,6	11	78,6	8	50,0	-	-	-	-
agricultura – milho	8	25,0	2	14,3	1	6,3	-	-	-	-
bovinocultura	3	9,4	-	-	4	25,0	-	-	-	-
suinocultura	3	9,4	1	7,1	1	6,3	-	-	-	-
psicultura	-	-	-	-	1	6,3	-	-	-	-
apicultura	1	3,1	-	-	-	-	-	-	-	-
olericultura – batatas	3	9,4	-	-	1	6,3	-	-	-	-
citricultura	1	3,1	-	-	-	-	-	-	-	-
não possui	-	-	-	-	-	-	1	100	1	100
total	32	100	14	100	16	100	1	100	1	100

FONTE: IAPAR, 1995. Tabulações especiais do projeto RURBANO.

NOTA: *Os tipos são: Tipo I: conta-própria agrícola; Tipo II: conta-própria pluriativa agrícola; Tipo III: conta-própria pluriativa não-agrícola; Tipo IV: empregados não-agrícolas e Tipo V: empregados pluriativos.

Através da tabela 33 podemos constatar as atividades agrícolas principais nos distintos grupos de famílias. As famílias do tipo I apresentam atividades concentradas em dois principais tipos de produtos, produtos estes considerados de “subsistência”: 65,6%, ou seja, a maior parte das famílias, são produtoras de milho e feijão, ou somente milho. Além disso, 18,8% delas estão envolvidas em atividades de criação animal, como bovinos e suínos.

No grupo II verifica-se uma distinção marcante: 92,9% das famílias têm como atividade principal agrícola a agricultura, em especial, a exploração de culturas de subsistência como milho e feijão. Somente um família (7,1%) declarou exercer como atividade principal a suinocultura.

O grupo III apresenta uma diversificação de atividades. Contudo, duas atividades merecem ser ressaltadas: os produtores de milho e feijão e milho isoladamente, que correspondem a 56,3% das famílias e as famílias que se dedicam à criação de bovinos cuja proporção é de 25% do total das famílias. Essas três atividades somadas representam 81,3% das atividades principais dessas famílias. A análise das atividades das famílias dos grupos IV e V evidencia que elas não exercem atividades agrícolas. Porém, poucos comentários podem

ser feitos sobre elas dado o seu baixo número absoluto e percentual no conjunto das famílias desta pesquisa.

7.5.3 Estratos de área total das famílias

TABELA 34
Tipos de famílias rurais em Itaiacoca, segundo os estratos de área total

Estratos de área total (ha)	Tipo I*		Tipo II		Tipo III		Tipo IV		Tipo V	
	N ^o	%								
até 1 hectare	2	6,3	1	7,1	-	-	1	100	1	100
mais de 1 até 2	-	-	1	7,1	-	-	-	-	-	-
mais de 2 até 5	2	6,3	2	14,3	2	12,5	-	-	-	-
mais de 5 até 10	3	9,4	7	50,0	5	31,3	-	-	-	-
mais de 10 até 20	7	21,9	1	7,1	4	25,0	-	-	-	-
mais de 20 até 50	12	37,5	1	7,1	4	25,0	-	-	-	-
mais de 50 até 100	4	12,5	1	7,1	1	6,3	-	-	-	-
mais de 100	2	6,3	-	-	-	-	-	-	-	-
total	32	100	14	100	16	100	1	100	1	100

FONTE: IAPAR, 1995. Tabulações especiais do projeto RURBANO.

NOTA: *Os tipos são: Tipo I: conta-própria agrícola; Tipo II: conta-própria pluriativa agrícola; Tipo III: conta-própria pluriativa não-agrícola; Tipo IV: empregados não-agrícolas e Tipo V: empregados pluriativos.

Na tabela 34 estão expostos os valores absolutos e percentuais dos estratos de área para os diferentes tipos de famílias. Para as famílias do tipo I observa-se uma concentração nos estratos “mais de 10 até 20 hectares”, mas principalmente naquele de “mais de 20 até 50 hectares”. Esses dois estratos de área total correspondem a 59,4% das famílias. Apenas 6,3% possui área total do estabelecimento com mais de cem hectares. Portanto, essas famílias podem ser caracterizadas como pequenos produtores familiares, se levarmos em conta que a qualidade, em geral, das terras do distrito é péssima, com topografia muito ondulada.

No segundo tipo de famílias constata-se uma forte distinção em relação ao anterior. Nele temos que: os dois principais estratos que somados resultam em 64,3% do total são os de “mais de 2 até 5 hectares” e o de “mais de 5 até dez 10”. Portanto, pode-se afirmar que essas famílias estão concentradas em estratos de áreas total menores, excetuando-se as famílias dos tipos IV e V.

Com referência às famílias do tipo III é possível verificar uma menor dispersão dos dados, concentrando-se em cinco dos oito estratos. Destes cinco estratos, três merecem ser destacados: os de “mais de 5 até 10 hectares”, “mais de 10 até 20” e “mais de 20 até 50 hectares”. Ou seja, entre mais de cinco até cinqüenta hectares estão concentradas 81,3% das famílias desse grupo, o que significa uma concentração “intermediária” entre as famílias do tipo I e II.

As famílias de tipo IV e V têm como característica residirem em pequenas áreas, todas com menos de um hectare de área total. Isso demonstra uma forma peculiar de ocupação do espaço rural, ou seja, como local principalmente de moradia.

7.5.4 A composição das rendas médias e a renda familiar

TABELA 35
Composição das rendas médias, segundo os tipos de famílias rurais em Itaiacoca

Tipos de famílias	renda líquida agrícola (R\$)	renda trabalho assalariado agrícola (R\$)	Renda não-agrícola (R\$)	aposent/pensões (R\$)	outras rendas (R\$)	renda familiar (R\$)
I. conta-própria agrícola	2435,24	-	-	528,12	47,39	3010,76
II. conta-própria pluriativa agrícola	988,78	562,45	-	515,35	-	2066,60
III. conta-própria pluriativa não-agrícola	1072,72	52,00	1630,93	275,43	275,46	3306,56
IV. empregados não-agrícolas	-	-	3250,00	-	-	3250,00
V. empregados pluriativos	-	256,00	768,00	-	-	1024,00
Total	1702,10	140,03	470,51	445,65	92,56	2850,87

FONTE: IAPAR, 1995. Tabulações especiais do projeto RURBANO.

Com base nas informações disponibilizadas pela pesquisa realizada pelo IAPAR em 1995 foi possível calcular as rendas médias agrícola líquida, do trabalho assalariado agrícola, a renda não-agrícola, as rendas oriundas de transferências sociais – em nosso caso, aposentadorias e pensões recebidas pelas famílias, as outras rendas, e finalmente as rendas médias familiares, as quais podem ser observadas na tabela 35.

A análise destas informações mostra para as famílias do tipo I um desempenho distinto em relação aos demais grupos. A renda líquida agrícola é a maior de todas as outras chegando a atingir o valor de 2,9 salários mínimos, o qual pode ser considerado bastante alto para as condições gerais do local de pesquisa. Essa questão poderá ser melhor compreendida se levarmos em conta que a decisão de escolha dessas duas comunidades foi tomada em conjunto com a EMATER – PR, onde nos parece ter ocorrido um viés a favor das famílias que obtinham suas rendas especialmente da agricultura. Aposentadorias e pensões correspondem em média a 0,6 salário mínimo da época, e outras rendas a 0,05 salário mínimo. A renda familiar deste grupo chega a totalizar em média 3,58 salários mínimos da época o que, segundo nosso ponto de vista, é bastante alto e contrasta com as condições gerais do distrito de Itaiacoca.

Os dados tabulados para as famílias do tipo II demonstram uma diferença muito acentuada quando comparado com os outros tipos de famílias. A renda líquida agrícola para esse grupo atinge somente 1,17 salários mínimos da época, a renda do trabalho assalariado agrícola apenas 0,7 do salário mínimo e rendas originárias de aposentadorias e pensões correspondem a 0,61 do salário mínimo. A renda familiar média deste grupo é uma das mais baixas, quando em analogia com os outros grupos, atingindo apenas o índice de 2,46 salários mínimos. Esse grupo de famílias, como nós mostramos na seqüência deste texto, é um dos mais fragilizados e isto pode adequadamente ser entendido pela vulnerabilidade de renda. Eles, provavelmente, devem estar simultaneamente localizados em áreas menos favorecidas para a realização de atividades agrícolas, bem como enfrentam um mercado de trabalho adverso restringindo as oportunidades de diversificar suas rendas fora da agricultura e o do trabalho assalariado agrícola. Ou seja, aquelas famílias rurais com mais necessidade de diversificar suas rendas estão muito provavelmente localizadas em áreas onde o mercado de trabalho é pobre quando comparados com outros grupos familiares. Neste sentido, Mackinnon, Bryden, Bell, Fuller & Spearman (1991:70) sugerem que: “nas áreas de estruturas agrícolas e mercados de trabalho pobres, uma política voltada para o desenvolvimento do mercado de trabalho, melhoria dos

níveis de escolaridade e oferta de ajuda direta em renda pode se constituir num uso mais eficiente de recursos”.

O terceiro tipo de famílias apresentou-se extremamente diversificado quando se analisa a composição de sua renda familiar. A renda líquida agrícola média desse grupo é de 1,28 salários mínimos, a renda de trabalho assalariado agrícola é de 0,06 do salário mínimo, a renda não-agrícola é de 1,94 salários mínimos, aposentadorias e pensões, bem como outras rendas mostraram uma performance semelhante: 0,33 do salário mínimo da época. A renda média familiar deste grupo de famílias alcançou a marca de 3,9 salários mínimos, portanto a maior delas quando se compara os três primeiros grupos. Este grupo apresenta-se com renda familiar superior em 10% ao grupo das famílias de conta-própria e só não é maior em função de dois motivos: algumas dessas famílias possuem ocupações não-agrícolas de baixa qualificação, como por exemplo, pedreiro; e o viés da pesquisa já mencionado anteriormente onde tentou-se encontrar os chamados “empresários familiares”.

O quarto tipo de famílias é um grupo que apresenta somente uma fonte de renda: a renda oriunda de ocupação não-agrícola e atinge o valor de 3,87 salários mínimos, que é o mesmo valor da renda média familiar. Infelizmente não se pode avaliar de forma mais profunda porque temos apenas um caso neste grupo, um casal onde o homem trabalha de motorista de ambulância (provavelmente para a prefeitura) e sua esposa trabalha como servente numa escola. Mas, a renda obtida neste grupo é bastante alta e muito comparável àquela obtida pelas famílias de tipo III. A principal reivindicação dessa família – conforme os resultados da pesquisa do IAPAR – é a melhoria das estradas.

As famílias do tipo V apresentam também um comportamento distinto em relação aos demais. Duas fontes de renda são as principais: aquela do trabalho assalariado agrícola e renda não-agrícola. Não há tampouco neste grupo rendas originárias da agricultura. Convertendo-as em salários mínimos obtém-se os seguintes valores médios: 0,3 do salário mínimo de renda de trabalho assalariado agrícola e 0,9 do salário mínimo de rendas não-agrícolas. A renda média familiar desse grupo é de 1,2 salários mínimos, ou seja, a mais baixa de

todas. Não é sem razão que a expectativa colocada por essa família durante a pesquisa era a seguinte: “mudar para a cidade”.

7.5.5 A composição percentual média das rendas

TABELA 36
Composição percentual média das rendas, segundo os tipos de famílias em Itaiacoca

Tipos de famílias	renda líquida agrícola (%)	renda trabalho assalariado agrícola (%)	renda não-agrícola (%)	aposent/pensões (%)	Outras rendas (%)
I. conta-própria agrícola	83,80	0,00	0,00	14,27	1,91
II. conta-própria pluriativa agrícola	49,22	27,51	0,00	23,26	0,00
III. conta-própria pluriativa não-agrícola	34,16	1,19	51,34	8,78	4,51
IV. empregados não-agrícolas	0,00	0,00	100,0	0,00	0,00
V. empregados pluriativos	0,00	25,00	75,00	0,00	0,00
total	61,21	6,70	15,57	14,42	2,08

FONTE: IAPAR, 1995. Tabulações especiais do projeto RURBANO.

É possível verificar através da tabela 36 qual a participação percentual média das rendas nos diferentes tipos de famílias. De uma forma geral, as três fontes de renda predominantes são: renda agrícola, rendas obtidas de trabalho exterior aos estabelecimentos agrícolas e transferências sociais (pensões, aposentadorias, etc.). Outras fontes de renda possuem muito menos importância. As famílias conta-própria agrícola possuem mais de 80% de suas rendas advindas da renda líquida agrícola, ou seja, das atividades agrícolas. Mas existe um percentual importante de rendas oriundas de aposentadorias e pensões chegando a 1/7 da renda familiar. “Outras rendas” constituem apenas 1,9% da composição da renda familiar.

Para o caso das famílias de conta-própria pluriativas agrícolas cerca de metade da renda ainda é originária das atividades agrícolas. Existe uma participação importante de rendas obtidas do trabalho assalariado agrícola que

corresponde a mais de ¼ do total. Além disso, as rendas das aposentadorias e pensões atingem o percentual mais elevado de todos, 23%.

As famílias conta-própria pluriativas não-agrícolas (aquelas que possuem uma pluriatividade intersetorial) demonstram possuir comparativamente aos grupos I e II a mais baixa renda líquida agrícola. O maior percentual de renda concentra-se naquelas “não-agrícolas”, correspondendo a aproximadamente metade da renda familiar. Inversamente aos grupos anteriores, é neste grupo que as aposentadorias e pensões atinge os percentuais mais baixos, e outras rendas atinge 4,5% do total. A renda do trabalho assalariado agrícola é também muito baixa. Assim, rendas obtidas de trabalho externo são muito importantes levando em conta que estão acima de 50% da renda em aproximadamente ¼ de famílias.

7.5.6 Porcentagem média da renda de autoconsumo

TABELA 37
Porcentagem média do autoconsumo, segundo os tipos de famílias em Itaiacoca

Tipos de famílias rurais	% média da renda de autoconsumo	Número de casos válidos
I. Conta-própria agrícola	26,48	32
II. Conta-própria pluriativa agrícola	24,23	14
III. Conta-própria pluriativa não-agrícola	36,04	16
IV. Empregados não-agrícolas	0,00	0
V. Empregados pluriativos	0,00	0
Total	28,44	62

FONTE: IAPAR, 1995. Tabulações especiais do projeto RURBANO.

No espaço rural, a produção voltada para o autoconsumo humano adquire contornos específicos principalmente quando a produção principal é de alimentos básicos. É de especial interesse naquelas unidades de produção menores e menos capitalizadas, pois busca a satisfação das necessidades por meio da ampliação do cultivo local de produtos, entre eles, a produção de milho, feijão e arroz, bem como a criação de suínos e aves.

Neste sentido, Barbic (1983:79) estudando a agricultura em tempo parcial da Iugoslávia enfatiza que: “mesmo quando um grupo doméstico misto não tenha uma orientação para o mercado, quando o alimento é produzido predominantemente para satisfazer as necessidades do grupo doméstico, sua importância econômica não deve ser negada. Ela reside no fato que grupos domésticos mistos não se apresentem como compradores de produtos agrícolas porque eles produzem para si mesmos. Embora uma tal contribuição passiva para a economia nacional seja muito menor do que no caso da produção para o comércio, ela tem seu valor econômico, especialmente quando grupos domésticos mistos cultivam menores partes ou quando a terra é menos apropriada para a produção comercial”.

O confronto dos dados da tabela 37 com estas informações nos alerta para a importância deste tipo de renda para os três primeiros tipos de famílias, as conta-própria, em especial para as famílias denominadas *pluriativas não-agrícolas*. Mais de 1/3 da renda agrícola neste grupo é renda de autoconsumo, enquanto que nas famílias conta-própria agrícola essa proporção é pouco mais que 1/4 da renda agrícola.

Mesmo nas famílias pluriativas agrícolas os dados apontam para uma participação percentual de quase 1/4 do valor da renda líquida agrícola. Assim, esses resultados estão de acordo com as informações apresentadas por Barbic no seu estudo sobre a agricultura parcial na Iugoslávia acerca da importância da produção de autoconsumo para os grupos domésticos mistos.

7.5.7 A renda per capita média das famílias

TABELA 38
Renda *per capita* média, segundo os tipos de famílias rurais em Itaiacoca

Tipos de famílias rurais	Renda <i>per capita</i> média	Número de casos válidos
I. Conta-própria agrícola	1499,34	32
II. Conta-própria pluriativa agrícola	821,88	14
III. Conta-própria pluriativa não-agrícola	1536,72	16
IV. Empregados não-agrícolas	1625,00	1
V. Empregados pluriativos	341,33	1
Total	1344,36	64

FONTE: IAPAR, 1995. Tabulações especiais do projeto RURBANO.

Ao se realizar a operação de divisão da renda familiar pelo número de pessoas ativas na família obtivemos a renda familiar *per capita* média para cada grupo de família. Uma análise dos resultados expostos na tabela 38 mostra que os conta-própria agrícola possuem a terceira maior renda *per capita*. Elas auferem 1,78 salários mínimos *per capita*, ainda que elas possuam um número médio de pessoas ativas menor do que as pluriativas não-agrícolas, por exemplo.

O grupo das famílias conta-própria pluriativa agrícola mostra o segundo pior resultado do conjunto. Em termos de salários mínimos mensais, esse grupo não chega a atingir uma unidade (0,97 do salário mínimo). Em virtude de possuir um número médio de pessoas ativas maior que as famílias conta-própria agrícola, mas não conseguir uma renda familiar compatível dada a sua forma de inserção no mercado de trabalho, associada a dificuldades de obtenção de renda agrícola, a renda *per capita* é, neste grupo, uma das piores.

No terceiro grupo, ou seja, aquelas que praticam uma pluriatividade intersetorial, atestamos que as mesmas conseguem obter um dos melhores resultados também em termos de renda *per capita*, chegando a obter renda *per capita* mensal de 1,83 salários mínimos, bastante superior ao grupo anterior, mas

levemente superior ao primeiro grupo posto que esta renda está distribuída para um maior número de pessoas ativas.

Os melhores resultados ficam por conta das famílias de empregados não-agrícolas, as quais atingem aproximadamente 1,93 salários mínimos mensais. Esse grupo de famílias, além de possuir uma renda familiar bastante alta, possui poucas pessoas ativas, formando assim, um grupo peculiar. Torna-se difícil realizar maiores inferências sobre este grupo dado o baixo número de famílias pesquisadas.

Finalmente, o quinto grupo de famílias possui o pior desempenho quando comparado aos demais grupos. Ao se transformar a informação exposta na tabela 38 em termos de salários mínimos verificamos que a renda *per capita* não atinge metade do salário mínimo, ou para ser mais preciso, 0,4 do salário mínimo, o que a coloca na linha de pobreza.

7.5.8 A relação entre as rendas médias e os grupos de área total

TABELA 39

Composição da renda média segundo os tipos de famílias e grupos de área total em Itaiacoca

Tipos de famílias/ Grupos de área total (hectares)		Renda líquida agrícola (R\$)	Renda trabalho assalariado agrícola (R\$)	Renda não-agrícola (R\$)	Aposent./ pensões (R\$)	Outras Rendas (R\$)
I. conta-própria agrícola	até 1 hectare	1100,72	-	-	910,00	-
	mais de 1 até 2	-	-	-	-	-
	mais de 2 até 5	689,62	-	-	-	-
	mais de 5 até 10	1912,42	-	-	1083,33	-
	mais de 10 até 20	3583,16	-	-	130,00	-
	mais de 20 até 50	1889,65	-	-	606,66	112,86
	mais de 50 até 100	4292,11	-	-	682,50	40,57
II. conta-própria pluriativa agrícola	mais de 100	1842,05	-	-	455,00	-
	até 1 hectare	113,35	320,00	-	910,00	-
	mais de 1 até 2	216,05	1152,00	-	-	-
	mais de 2 até 5	849,15	345,60	-	-	-
	mais de 5 até 10	1283,15	786,28	-	445,71	-
	mais de 10 até 20	202,79	99,20	-	2275,00	-
	mais de 20 até 50	1617,36	48,00	-	910,00	-
III. conta-própria pluriativa não-agrícola	mais de 50 até 100	1013,10	60,00	-	-	-
	mais de 100	-	-	-	-	-
	até 1 hectare	-	-	-	-	-
	mais de 1 até 2	-	-	-	-	-
	mais 2 até 5	330,70	-	1820,00	455,00	-
	mais de 5 até 10	759,13	102,40	1840,80	-	-
	mais de 10 até 20	1724,61	-	1582,50	-	-
IV. empregados não-agrícolas	mais de 20 até 50	742,26	-	1710,25	646,75	1101,86
	mais de 50 até 100	2839,05	320,00	80,00	910,00	-
	mais de 100	-	-	-	-	-
	até 1 hectare	-	-	3250,00	-	-
V. empregados pluriativos	até 1 hectare	-	256,00	768,00	-	-

FONTE: IAPAR, 1995. Tabulações especiais do projeto RURBANO.

Antes de qualquer comentário a respeito da tabela 39 é importante ressaltar que para se proceder a um exame mais conciso da relação entre essas variáveis seria necessário um número bastante superior de informações do que aquele que dispomos. A distribuição da renda média dos tipos de famílias em grupos de área total, em alguns casos, é feita sobre um pequeno conjunto de informação o que traz problemas importantes, como veremos na seqüência deste texto.

A análise dos resultados para o grupo de famílias conta-própria agrícola evidencia um crescimento quase constante das rendas na medida em que se passa de estratos de área total menores para maiores. Esse crescimento não se dá de forma perfeita porque no estrato “mais de 20 até 50 hectares” existe uma família com renda líquida agrícola negativa (essa família estava reativando a propriedade no momento da pesquisa) “puxando” a média da renda neste estrato para baixo. No estrato “mais de 100 hectares” a explicação que pode ser oferecida comporta, do nosso ponto de vista, pelo menos três aspectos : a) a média refere-se a apenas dois casos, portanto capaz de torná-los enviesados; b) os dois casos referem-se a famílias cuja atividade principal é a agricultura, particularmente o cultivo de milho e feijão o que os torna de “baixa renda”; e finalmente, c) apesar deles possuírem áreas acima de 100 hectares a área de cultivo pode ser limitada pelas condições de solo e topografia acidentada, aspectos muito comuns no local da pesquisa.

Com relação às rendas oriundas de aposentadorias e pensões o cálculo da média acaba por distorcer um pouco as informações disponíveis, como por exemplo, o caso do estrato “mais de 10 até 20 hectares” onde a renda anual de R\$ 910,00 de uma única família foi dividida por sete, ou seja, o número de famílias naquele estrato de área total.

Quanto ao segundo grupo de famílias, as conta-própria pluriativa agrícola as rendas agrícolas apesar de serem muito menores que aquelas do grupo precedente apresentam uma tendência de crescimento à medida que se passa de estratos de área total menores para maiores, com exceção do estrato de “mais de 10 até 20 hectares”, onde a média foi calculada sobre um único dado e mostra-se distorcida em relação às demais. O mesmo acontece para os três primeiros e três últimos estratos de área total quando cruzados com a renda proveniente do trabalho assalariado agrícola. No caso das aposentadorias e pensões o valor de R\$ 445,71 foi obtido através de uma média de sete casos.

No terceiro grupo, o das famílias pluriativas não-agrícolas, observa-se que a renda líquida agrícola é crescente até o estrato de “mais de 10 até 20 hectares”. No estrato de “mais de 20 até 50 hectares” ocorre uma queda

acentuada da renda. Essa queda ocorre porque uma das famílias apresentou renda líquida agrícola também negativa. No que diz respeito à renda não-agrícola ela parece se manter relativamente constante com o aumento dos estratos de área, com exceção única do estrato de “mais de 50 até 100 hectares”.

Com relação às outras famílias, estratos de área e renda não fazem muito sentido posto que elas obtêm a totalidade de suas rendas através de trabalho assalariado, quer seja em ramos de atividade agrícola e não-agrícola ou exclusivamente de atividades não-agrícolas como podemos verificar na tabela 39. Além disso, pouco se pode afirmar destas famílias em função de só possuímos informação para uma família em cada um dos grupos.

Em resumo, apesar de ocorrerem alguns problemas, os quais foram destacados anteriormente, as informações disponíveis apontam para a existência de relação positiva entre estratos de área total e a renda média principalmente nos três primeiros grupos de famílias.

7.5.9 Indicadores socioeconômicos das famílias

TABELA 40
Indicadores socioeconômicos médios, segundo os tipos de famílias em Itaiacoca

Tipos de famílias rurais	Média dos indicadores sócio-econômicos	Número de casos válidos
I. Conta-própria agrícola	2,90	32
II. Conta-própria pluriativa agrícola	2,50	14
III. Conta-própria pluriativa não-agrícola	3,25	16
IV. Empregados não-agrícolas	4,00	1
V. Empregados pluriativos	1,00	1
Total	2,89	64

FONTE: IAPAR, 1995. Tabulações especiais do projeto RURBANO.

No questionário que foi aplicado às famílias foram feitas várias perguntas na parte intitulada “aspectos sociais gerais”. Utilizando parte dessas respostas construímos um indicador socioeconômico baseando-nos em quatro aspectos: se a família possuía rádio, televisão, energia elétrica e água encanada. Na seqüência foram feitas médias gerais para cada um dos tipos de famílias. Os resultados da tabulação estão dispostos na tabela 40.

Para o grupo de famílias conta-própria agrícolas o indicador de 2,9 mostra-se intermediário em relação aos demais, considerando-se todos os tipos de famílias. Se optarmos por uma análise que leve em conta somente as mais representativas, este grupo ascenderia para a segunda posição, ficando atrás das famílias pluriativas não-agrícolas.

As famílias conta-própria pluriativas agrícolas possuem índices muito baixos comparativamente às demais. No conjunto elas ficariam com média acima apenas daquelas de empregados pluriativos, entretanto, ao se excluir os dois últimos grupos ela assumiria a última posição, ou a pior média.

Considerando as famílias conta-própria pluriativas não-agrícolas no conjunto das famílias, este grupo assume a segunda melhor média. Mas, se considerarmos somente os três primeiros tipos, veremos que sua média é superior às demais, confirmando a sua melhor performance no geral.

Quanto às famílias de empregados não-agrícolas verifica-se uma excelente média neste aspecto. Lamenta-se a falta de maior número de casos, o que permitiria uma análise mais profunda em todos os aspectos.

Finalmente, o último grupo possui a pior média em relação aos demais. Também neste caso não é possível fazer afirmações mais contundentes devido ao reduzido número de casos.

Os resultados encontrados estão, de certa forma, em concordância com a literatura que trata do assunto. Vejamos, então, as conclusões de dois estudos. O primeiro refere-se ao estudo de agricultores em tempo parcial na Irlanda ocidental e relaciona-se com a questão do desenvolvimento rural (Cawley, 1983).

Entre outros aspectos a autora estuda os padrões de investimentos comparando famílias de agricultores de tempo completo, com aquelas de tempo parcial. Segundo Cawley (1983:73):

“os padrões de investimento nas famílias de agricultores em tempo parcial ressaltam a influência de renda externa à exploração agrícola em aumentar padrões gerais de vida representados pela propriedade de itens de consumo, automóveis e melhorias na casa. Nesse sentido, as oportunidades estão disponíveis para minar as disparidades nas condições de vida as quais permanecem acentuadas até os anos 70 entre diferentes categorias de tamanho de explorações agrícolas na zona rural e entre o campo e a cidade”.

O segundo estudo diz respeito à pluriatividade realizada por famílias na região serrana do Estado do Rio de Janeiro. Teixeira (1998:157) analisando comparativamente as famílias de agricultores puros e famílias pluriativas destacou diferenças importantes principalmente com relação aos bens de consumo. As famílias pluriativas apresentavam-se em melhores condições materiais quando comparadas com as famílias agrícolas.

Neste sentido, enfatiza o surgimento de novos padrões de consumo os quais são muito próximos dos padrões urbanos, como por exemplo, a forma de decoração e o conforto das habitações, a compra de eletrodomésticos, automóveis e antenas parabólicas. Tais aspectos forjam uma distinção importante entre os grupos de famílias rurais analisadas na pesquisa.

Do ponto de vista do desenvolvimento rural estes resultados assumem uma dimensão importante na medida em que a pluriatividade se constitui num recurso extremamente eficaz tanto para fornecer oportunidades de retenção da população no espaço rural como para elevar o padrão de vida das famílias. Obviamente esta questão levanta implicações adicionais para outros aspectos como a provisão de serviços e a vida social.

7.6 Resumo e conclusões

À luz da tese da reestruturação das relações econômicas, sociais e culturais no contexto rural, tomamos as comunidades e as famílias rurais como método de análise e estudo da mudança social descrevendo-as, mas também tentando explicar a natureza da ação social.

Quando as comunidades rurais foram consideradas como “laboratórios”, onde processos sociais são gerados, fomos conduzidos a algumas conclusões. Primeiro, a existência de um processo de esvaziamento populacional¹⁰⁷ de quase todas as comunidades (geralmente, partidas pouco desejadas de membros do grupo doméstico estreitamente vinculados a um sentimento geral de incerteza quanto ao futuro, com conseqüências diretas e indiretas sobre as taxas e formas de ocupação); segundo, a perda gradativa do papel da agricultura como sustentáculo econômico e social das mesmas; terceiro, um aumento da dependência de outras fontes de rendas obtidas através de transferências sociais – aposentadorias e pensões, ou mesmo de receitas obtidas através de ocupações agrícolas e não-agrícolas externas à exploração agrícola.

Este fato indica a emergência de um processo de dissociação entre a família e a exploração. Surge ainda um conjunto de novas atividades no espaço rural, entre elas a prestação de serviços voltados ao lazer (“sítios de recreio, bem como o incipiente turismo rural) e a moradia (sobretudo para pessoas que procuram este espaço para fugir da especulação imobiliária e da violência urbana). Tudo isso conjuga-se a um processo de transformação de matrizes culturais.

Ao mesmo tempo que podemos caracterizar estas localidades como regiões deprimidas econômica e socialmente, elas também demonstram boas potencialidades locais de desenvolvimento rural no médio e no longo prazos.

No que se refere à extensão do debate da reestruturação rural para as famílias, nota-se que a análise das dinâmicas das mesmas bem como de suas

¹⁰⁷As informações do Censo Demográfico e da Contagem Populacional realizados pelo IBGE confirmam este processo: enquanto em 1991 o distrito de Itaiacoca apresentava uma população total de 3530 pessoas, em 1996 esse número se reduz para 2636 pessoas, ou seja, uma taxa de - 5,67% a.a.

estruturas tomam parte nas explicações rurais, principalmente no que se refere à questão da reorganização do processo de trabalho.

Elas constituem-se em organizações críticas e estratégicas através das quais os indivíduos moldam-se e adaptam-se às transformações sociais recentes. Na análise estrutural, as perspectivas familiares fornecem os meios para integração de processos de nível macro e micro, bem como permitem um melhor entendimento da natureza dinâmica da vida econômica e social.

Destaca-se, assim, a presença de um grupo significativo de famílias que vivem no espaço rural, mas cuja atividade principal não é exclusivamente a agricultura. Ao lado destas existem também aquelas famílias que combinam atividades de diferentes setores, assim como, outros grupos importantes: entre esses temos os que estão recebendo rendimentos provenientes de aposentadorias e pensões. Contudo, ainda é bastante representativo o conjunto de famílias que exercem atividades exclusivamente agrícolas nos resultados da primeira pesquisa.

Uma análise pormenorizada das famílias que combinam atividades mostra que: a explicação não pode ser derivada da família em si, mas no processo de reprodução social por elas empreendido, bem como pelos aspectos externos à unidade familiar, posto que as características da pluriatividade intersectorial destas famílias fundamenta-se na lógica de “consumo” de ocupações (“*job-takers*”) e termina por não contribuir para a resolução dos problemas gerais ou locais ligados ao nível da atividade econômica e da desocupação.

As informações apresentadas no decorrer deste texto mostram a existência de um crescente processo de redefinição das mesmas. As conseqüências gerais do processo de reestruturação implicam uma mercantilização do processo de trabalho (Van der Ploeg, 1986) com mudanças nas experiências das famílias rurais.

Talvez Mathieu (1998:18) tenha razão quando ressalta que “uma vitalidade escondida se desenha ao redor de projetos profissionais e de solidariedades familiares e locais e o trabalho fora das normas se generaliza com a transformação das representações do trabalho e do sistema de valor”.

A família já não se dispõe de forma plena em torno da agricultura e da exploração como atividade principal. Ou seja, confirma-se a tese de que a reestruturação nos países em desenvolvimento é um processo que implica principalmente uma forte mobilização da força-de-trabalho.

A interação entre os processos de mudança nas famílias e explorações agrícolas, nas comunidades rurais e aquele das forças mais amplas, os quais juntos, formam uma determinada configuração histórica da evolução das estruturas econômicas e sociais locais desembocam em um processo, no caso analisado, de combinação de atividades e de rendas agrícolas e não-agrícolas, de abandono paulatino da atividade e da exploração agrícola, e às vezes, também da localidade rural.

Assim, as características do entorno social rural desempenham um papel fundamental nas formas de reprodução social e econômica das famílias consolidando um tipo de desenvolvimento e de integração particular¹⁰⁸.

¹⁰⁸ Diferentemente deste caso, em outras localidades, como por exemplo, no Rio Grande do Sul, a conjunção dos elementos familiares e da localidade com o contexto propiciam o desencadeamento de um processo de “diversificação de atividades produtivas” no interior das explorações engendrando novas formas de ocupação e de renda (Gazeta Mercantil, 19/01/1999). Elas revelam situações com funcionamentos distintos, ou seja, “criando suas próprias atividades” tanto a montante como a jusante da atividade de produção primária e com uso de recursos variados (construções, espaços, ...). A dinâmica dessas atividades ainda é pouco conhecida entre nós.

8. ANEXO METODOLÓGICO

Agregação das ocupações da variável V09006 (ocupação na semana de referência) das PNADs.

- 1) *empregador agrícola*: value 1 até value 6;
- 2) *empregador não-agrícola*: value 7 até value 15;
- 3) *gerentes e administradores agrícolas*: value 30 e value 31;
- 4) *gerentes, administradores não-agrícolas e outros*: value 32 até value 40; value 53 até value 56; value 58 até value 64;
- 5) *administração pública*: value 20 e value 21; value 50 até value 52;
- 6) *professores e outros da educação*: value 211 até value 222;
- 7) *outras (não-agrícolas)*: value 251 e value 252; value 231 até value 244; value 341 até value 391; value 401; value 861 até value 869; value 913;
- 8) *outras ocupações técnicas e científicas*: value 101 até value 205; value 261 até 293; value 302 e value 643;
- 9) *agricultor conta-própria*: value 301;
- 10) *trabalhador rural*: value 304 até value 336;
- 11) *operador agrícola*: value 303 e value 851;
- 12) *serviços da construção civil (não-exclusivo)*: value 404; value 511 até 521; value 925;
- 13) *ocupações agro-industriais*: value 461 e value 462; value 485 e value 486; value 531 até value 545; value 579 e value 585;
- 14) *outras indústria de transformação*: value 402 e value 403; value 405 e value 406; value 411 até value 431; value 441 até value 452; value 470 até value 484; value 487 até 509; value 551 até value 578; value 580 até value 584; value 586 até value 589;
- 15) *comércio não-especificado*: value 602 até value 605; value 621 até value 642; value 644 até value 646;
- 16) *ambulantes em geral*: value 611 até value 617;
- 17) *motoristas*: value 751;
- 18) *ocupações de comunicação*: value 57; value 771 até value 775;
- 19) *serviços domésticos*: value 801 até value 808;

20) *serviços pessoais não-domésticos*: value 812 até value 818; value 825; value 841 até value 844; value 926;

21) *outros serviços pessoais auxiliares conta-própria (não-agrícolas)*: value 601; value 811; value 821 até value 824; value 826; value 852;

22) *diversos*: value 711 até value 746; value 752 até 762; value 831 até 834; value 845; value 911 e value 912; value 914 até value 924; value 927 e value value 928.

Sobre a tipologia das famílias extensas

Conforme proposto por Del Grossi & Graziano da Silva (1998) utilizamos a noção de famílias extensas, as quais são constituídas pelo conjunto dos membros dos domicílios menos os pensionistas e empregados domésticos (e seus respectivos parentes). Foram mantidos os agregados na família extensa dada a relevância que estas pessoas possuem em muitas unidades familiares, agindo como se estivessem vinculadas às mesmas por laços de parentesco. A exclusão dos pensionistas e empregados domésticos¹⁰⁹ dos membros do domicílio ocorreu apenas visando a classificação da unidade de análise em pluriativa ou não. A partir daí foram definidos os diferentes tipos de famílias. Como famílias agrícolas foram consideradas aquelas em que todos os membros da *família extensa* ocupavam-se somente em atividades agropecuárias na semana de referência. Foram consideradas como famílias pluriativas agrícolas-não-agrícolas aquelas onde pelo menos um dos membros da *família extensa* declarou exercer uma atividade agrícola e outra atividade fora do setor, independente de elas serem sua ocupação principal ou secundária e famílias pluriativas agrícolas, quando todos os membros das famílias rurais extensas ocupavam-se apenas em atividades agropecuárias, mas pelo menos um deles declarou possuir também uma ocupação secundária na própria agricultura. Finalmente, foram consideradas famílias não-ocupadas aquelas onde constatou-se que nenhum dos membros da *família extensa* declarou exercer qualquer trabalho na semana de referência.

¹⁰⁹ Segundo a PNAD de 1995 “pensionista” constitui-se na pessoa que não era parente da pessoa de referência da família nem do que pagava hospedagem ou alimentação a cônjuge e a membro da família. “Empregado doméstico” constitui-se na pessoa que presta serviço doméstico remunerado em dinheiro ou somente em benefícios a membro (s) da família.